



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia/PGEDA
Polo Santarém/UFOPA



MANOEL EDNALDO RODRIGUES

**O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM
SANTARÉM-PA: AVANÇOS E RETROCESSOS**

Santarém – Pará
Fevereiro/2024

MANOEL EDNALDO RODRIGUES

**O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM
SANTARÉM-PA: AVANÇOS E RETROCESSOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação, Curso de Doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA) – Associação Plena em Rede, Polo Santarém-PA, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares.

Santarém - Pará
Fevereiro/2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- R696c Rodrigues, Manoel Ednaldo
O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-Pa: avanços e retrocessos./ Manoel Ednaldo Rodrigues. - Santarém, 2024.
320 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Anselmo Alencar Colares.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia.
1. Educação. 2. Amazônia. 3. Calendário escolar diferenciado. 4. Várzea. 5. Santarém(Pa). I. Colares, Anselmo Colares, *orient.*. II. Título.

CDD: 23 ed. 370.098115



Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia-PGEDA
Doutorado em Associação em Rede – Educante
- Polo Santarém (Ufopa - Unir)



ATA Nº 05

Ata da Comissão Examinadora de Defesa de Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA, Doutorado em Associação Plena em Rede, Polo Santarém, apresentada pelo discente MANOEL EDNALDO RODRIGUES, orientado pelo Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, da Linha de Pesquisa Estado, políticas públicas e gestão da educação.

No dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro às 09h, por meio de videoconferência através do link <https://meet.google.com/byp-parq-gyq>, reuniu-se a Comissão Examinadora para avaliar o discente Manoel Ednaldo Rodrigues, pela apresentação da sua Tese intitulada “O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea: avanços e retrocessos”. A Comissão Examinadora foi composta, segundo o que determina o Regimento do PGEDA, pelos docentes: Dr. Anselmo Alencar Colares (Presidente) e pelos membros: Dra. Maria José Pires Barros Cardoso (UFMA, membro avaliador externo); Dr. Samuel Pantoja Lima (UFSC, membro avaliador externo); Dr. Marco Antonio de Oliveira Gomes (UEM, membro avaliador externo); Dra. Rosilene Lagares (PGEDA/UFT, membro avaliador interno); Dr. Evandro Luiz Ghedin (PGEDA/UFAM, suplente – membro avaliador). Após a apresentação pelo discente foi dada a palavra aos Examinadores para arguição, tendo o candidato respondido às perguntas formuladas. Logo após, reuniu-se a Comissão Examinadora para proceder ao processo de avaliação, sendo atribuído o seguinte parecer; APROVADO, com a sugestão acolhida de mudança no título, passando a ser: O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocessos. Ficou estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega da versão com as correções mandatórias. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Banca Examinadora deu por encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata, devidamente assinada pelo Presidente, examinadores e discente.

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares
(Orientador - Presidente)



Documento assinado digitalmente
ANSELMO ALENCAR COLARES
Data: 03/03/2024 12:32:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria José Pires Barros Cardozo
(UFMA, Membro Externo)



Documento assinado digitalmente
MARIA JOSE PIRES BARROS CARDOZO
Data: 05/03/2024 17:59:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima
(UFSC, Membro Externo)



Documento assinado digitalmente
SAMUEL PANTOJA LIMA
Data: 05/03/2024 17:09:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marco Antonio de Oliveira Gomes
(UEM, Membro Externo)



Documento assinado digitalmente
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA GOMES
Data: 05/03/2024 16:41:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Rosilene Lagares
(UFT, Membro Interno)



Documento assinado digitalmente
ROSILENE LAGARES
Data: 05/03/2024 22:50:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Manoel Ednaldo Rodrigues
(PGEDA - Discente)



Documento assinado digitalmente
MANOEL EDNALDO RODRIGUES
Data: 05/03/2024 16:11:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Santarém-PA, 29 de fevereiro de 2024.



Dedicatória

À minha família, especialmente , a meus pais, Maria Rosa Rodrigues e Luís Costa, com destaque à minha mãe, pela força e visão à frente de seu tempo ao decidir nos conduzir de uma comunidade de várzea para estudar na cidade, oferecendo-nos condições para chegarmos a este nível de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque é por meio dEle que se tornam possíveis todas as coisas.

Ao Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, meu orientador, pelos caminhos e descaminhos da pesquisa, pela sua clareza e empenho inspirador na busca do conhecimento.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA-UFOPA - Polo Santarém-PA), Associação plena em rede (Educanorte), pela possibilidade de contribuir para a construção do conhecimento e possibilitar o crescimento acadêmico e cultural na Região Norte do Brasil.

À acolhida dos moradores das comunidades do Aritapera, durante a realização desta pesquisa, em especial ao Professor Lázaro Reis, gestor da Escola Santíssima Trindade em nossa chegada à comunidade e depois à gestora, professora Silvielane Castro da Silva, pela atenção e valorização da nossa pesquisa. Especial agradecimento ao Casal Edevaldo e Jéssica Moraes que nos acolheu com fidalguia em sua residência durante todo o percurso da nossa pesquisa e aos moradores do Aritapera, de modo geral, que nos cederam espaço para a busca das informações.

Aos Agentes Comunitários de Saúde das comunidades Enseada do Aritapera (Marcelly Lisboa Almeida); Centro do Aritapera (Darlene Caldeira) e Carapanatuba (Raimundo Evaldo Lima Caldeira) pelas informações sobre os moradores das três comunidades.

Aos professores (as) doutores (as) da banca examinadora, Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares; Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes; Prof. Dr. Samuel Lima Pantoja; Prof^a. Dr^a. Rosilene Lagares; Profa. Dra. Maria José Pires Barros Cardozo, da UFMA; Prof. Dr. Evandro Luiz Ghedin, da UFAM por participarem de minha banca de defesa do doutorado e contribuir com suas críticas e me apontarem novas possibilidades. Além do Prof. Dr. Genylton Rocha (UFPA) e da Prof^a. Dr^a Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA), que participaram da minha banca da qualificação.

Aos colegas da turma do doutorado/2020: Claudinei Frutuoso; Elenise Arruda; Géssica Lima; Gilvânia Plácido; Glaucilene Lima; Hector Calixto; Iata Araújo; Márcio Cavalcante, Tarcísio Junior e Gilson Pedroso dos Santos que proporcionaram renovadoras discussões durante as nossas aulas no PGEDA. Fazer parte da primeira turma deste doutorado acadêmico representa uma conquista, que terá como desdobramento, o fortalecimento da educação na região Amazônica, no campo da pesquisa. Especial agradecimento à colega Adrielle Serra, da turma de 2022, pela sua atenção e contribuições acadêmicas no decorrer dos meus estudos.

À minha esposa Lucilene (Lu) e as minhas filhas Laís e Blenda, pela admiração incondicional que me deu confiança e pelo apoio integral nessa jornada. Ao meu genro Antônio Esquerdo pela parceria, companheirismo e por compartilhar dos mesmos sonhos.

À minha mãe, Maria Rosa Rodrigues, pela dedicação e contribuição fundamental à minha formação e a coragem de nos conduzir do interior/várzea para estudar na cidade nas séries iniciais, o ponto de partida para chegarmos até aqui. Ao meu pai, Luís Costa, pela inspiração à leitura, por me presentear com o livro Fernão Capelo Gaivota, que despertou as minhas escolhas e a busca contínua pelo saber.

Aos meus irmãos(as) Eduardo, Edivaldo, Dinair, Edineide, Francinete (*in memoriam*) e Marcos por estarem sempre presentes nos momentos cruciais de minha vida. Aos demais familiares e amigos que me incentivaram e esperaram, pacientemente, enquanto me dedicava aos estudos.

Ao grupo de pesquisa, “História, Sociedade e Educação no Brasil - Histedbr/Ufopa”, a todos os integrantes, com agradecimento especial aos líderes Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares e Prof^a. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, pelo compromisso com a educação, com a formação de novos pesquisadores e com o desenvolvimento cultural e educacional do Oeste do Pará e da Amazônia.

À coordenação da Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA), por permitir dedicação total ao desenvolvimento desta pesquisa com a bolsa de doutorado, sem a qual haveria inúmeras complicações externas que poderiam comprometer o rendimento deste estudo.

“O saber é um voo sem limite; só vê mais longe quem voa mais alto”, (RODRIGUES, M.E, 1984).

RESUMO

Esta tese traz resultados de pesquisa sobre o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea da rede municipal de ensino do município de Santarém/PA. As várzeas são ambientes sujeitos a inundações em decorrência das cheias dos rios na Amazônia. Faz parte de estudo mais abrangente, pelo qual está sendo produzido o retrato das escolas em regiões de várzea, na linha de pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA-Ufopa), Associação plena em rede (Educanorte). Toma por referencial teórico a Pedagogia Histórico-Crítica e o Materialismo Histórico-Dialético, para entender como o calendário escolar diferenciado se contextualiza na política da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (Semed). O objetivo geral foi compreender as justificativas da diferenciação, suas pertinências e implicações no desenvolvimento das atividades educacionais, tendo em vista o desencontro com o calendário regular. Os procedimentos metodológicos incluíram revisão bibliográfica, leitura e análise de documentos, informações obtidas em fontes orais incluindo a realização de uma gincana educacional-cultural. Os resultados demonstram que o calendário escolar diferenciado foi importante no início da sua implementação, na década de 1970, em decorrência da precariedade das escolas diante das enchentes dos rios, mas com o tempo, depois das melhorias implementadas, tornou-se um embaraço à comunidade escolar, devido à divergência do ano letivo em relação ao calendário escolar regular. Com isso, em vez de avanço, o calendário tornou-se um retrocesso, de modo que cem por cento dos gestores das escolas de várzea concordam com a sua unificação ao calendário escolar regular. Constatou-se, portanto, que o calendário diferenciado para escolas de várzea ao longo da sua implementação surge como elemento de reconhecimento da diversidade escolar. Com o tempo, contraditoriamente, tornou-se instrumento de exclusão escolar tardia dos estudantes que vivem nas várzeas de Santarém/PA. Por isso, sugerem-se apontamentos à efetivação de melhorias para o alcance de uma educação de qualidade, materializados pela instituição de políticas públicas condizentes com a realidade das escolas de várzea vivenciadas pelos gestores, docentes e estudantes.

Palavras-chave: Educação. Amazônia. Calendário escolar diferenciado. Várzea. Santarém/PA.

ABSTRACT

This thesis presents research results on the differentiated school calendar for floodplain schools in the municipal education network in the city of Santarém/PA. Floodplains are environments subject to flooding as a result of river floods in the Amazon. It is part of a more comprehensive study, through which a portrait of schools in floodplain regions is being produced, in the line of research: State, Public Policies and Education Management, in the Postgraduate Program in Education in the Amazon (PGEDA-Ufopa), Full network association (Educanorte). It takes Historical-Critical Pedagogy and Historical-Dialectic Materialism as a theoretical reference, to understand how the differentiated school calendar is contextualized in the policy of the Municipal Department of Education and Sports (Semed). The general objective was to understand the justifications for differentiation, its relevance and implications for the development of educational activities, given the discrepancy with the regular calendar. The methodological procedures included bibliographic review, reading and analysis of documents, information obtained from oral sources including carrying out an educational-cultural competition. The results demonstrate that the differentiated school calendar was important at the beginning of its implementation, in the 1970s, due to the precariousness of schools in the face of river floods, but over time, after the improvements implemented, it became an embarrassment to the community academic year, due to the divergence of the school year in relation to the regular school calendar. As a result, instead of progress, the calendar became a step backwards, so that one hundred percent of floodplain school managers agree with its unification with the regular school calendar. It was therefore found that the differentiated calendar for floodplain schools throughout its implementation appears as an element of recognition of school diversity. Over time, contradictorily, it became an instrument of late school exclusion for students living in the floodplains of Santarém/PA. Therefore, suggestions are suggested for making improvements to achieve quality education, materialized by the institution of public policies consistent with the reality of floodplain schools experienced by managers, teachers and students.

Keywords: Education. Amazon. Differentiated school calendar. Floodplain. Santarém/PA.

RESUMEN

Esta tesis presenta resultados de investigación sobre el calendario escolar diferenciado para escuelas de llanura inundable de la red educativa municipal de la ciudad de Santarém/PA. Las llanuras aluviales son entornos sujetos a inundaciones como resultado de las crecidas de los ríos en el Amazonas. Es parte de un estudio más integral, a través del cual se está produciendo un retrato de las escuelas de las regiones inundables, en la línea de investigación: Estado, Políticas Públicas y Gestión Educativa, del Programa de Posgrado en Educación en la Amazonia (PGEDA-Ufopa), Asociación Red Completa (Educanorte). Se toma como referente teórico la Pedagogía Histórico-Crítica y el Materialismo Histórico-Dialéctico, para comprender cómo se contextualiza el calendario escolar diferenciado en la política de la Secretaría Municipal de Educación y Deportes (Semed). El objetivo general fue comprender las justificaciones de la diferenciación, su relevancia e implicaciones para el desarrollo de las actividades educativas, dada la discrepancia con el calendario regular. Los procedimientos metodológicos incluyeron revisión bibliográfica, lectura y análisis de documentos, información obtenida de fuentes orales incluyendo la realización de un concurso educativo-cultural. Los resultados demuestran que el calendario escolar diferenciado fue importante al inicio de su implementación, en la década de 1970, debido a la precariedad de las escuelas ante las crecidas de los ríos, pero con el tiempo, luego de las mejoras implementadas, se convirtió en un bochorno para la comunidad. año académico, debido a la divergencia del año escolar en relación al calendario escolar regular. Como resultado, en lugar de un progreso, el calendario se convirtió en un retroceso, de modo que el cien por ciento de los directores de escuelas de la zona inundable están de acuerdo con su unificación con el calendario escolar regular. Por lo tanto, se encontró que el calendario diferenciado para las escuelas de llanura aluvial a lo largo de su implementación aparece como un elemento de reconocimiento de la diversidad escolar. Con el tiempo, contradictoriamente, se convirtió en un instrumento de exclusión escolar tardía para los estudiantes que viven en las llanuras aluviales de Santarém/PA. Por lo tanto, se sugieren sugerencias para realizar mejoras para lograr una educación de calidad, materializada en la institución de políticas públicas consistentes con la realidad de las escuelas inundables que viven directivos, docentes y estudiantes.

Palabras clave: Educación. Amazonas. Calendario escolar diferenciado. Llanura de inundación. Santarém/PA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde.
ACAMUFEC	Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro
ARTESOL	Programa Artesanato Solidário
ASARISAN	Associação das Artesãs de Santarém
BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
CACS	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle
CAE	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDVEV	Calendário Escolar Diferenciado para Escolas de Várzea.
CEE	Conselho Estadual de Educação.
CEFM	Câmara de Ensino Fundamental e Modalidades
CEI	Câmara de Educação Infantil
CEMEIS	Centros Municipais de Educação Infantil.
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CNE	Conselho Nacional de Educação.
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPLNP	Comissão Permanente de Legislação, Normas e Planejamento
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
GALF	Gestão de Políticas de Alfabetização.
HD	High Definition
HISTEDBR	História, Sociedade e Educação no Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais

IPAM	Instituto de Pesquisa da Amazônia.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.
MEB	Movimento de Educação de Base.
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PACA	Programa de Apoio a Comunidades Artesanais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
PGEDA	Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia.
PHC	Pedagogia Histórico-Crítica.
PMS	Prefeitura Municipal de Santarém
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.
PPP	Projeto Político Pedagógico.
PPPI	Projeto Político Pedagógico das Escolas da Várzea
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSS	Processo Seletivo Simplificado.
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica.
SAF	Sistema Agroflorestal.
SEMED	Secretaria Municipal de Educação e Desportos.
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SISPAE	Sistema Paranaense de Avaliação Educacional
SPI	Serviço de Proteção do Índio.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará.
UMEIS	Unidades Municipais de Educação Infantil.
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1	Cuias Riscadas – comunidade de Carapanatuba – PA, em 24-06-2021...	24
Imagem 2	Comunidade Centro do Aritapera – PA, em 24-06-2021.....	41
Imagem 3	Comunidade Centro do Aritapera – PA, em 24-06-2021.....	43
Imagem 4	Gincana Educacional-Cultural – Escola Santíssima Trindade, em 05-02-2022.....	46
Imagem 5	A várzea no período da cheia (Centro do Aritapera) – Pará, em 05-02-2022.....	52
Imagem 6	A várzea no período da seca - verão (Centro do Aritapera) – Pará, em 05-02-2022.....	52
Imagem 7	Centro do Aritapera no período da cheia – Pará, em 25-06-2021.....	59
Imagem 8	Igreja Católica Santíssima Trindade - Centro do Aritapera-Pará, em 04-02-2022.....	63
Imagem 9	Barco terceirizado pela SEMED para transportar alunos na várzea, em 04-02-2022.....	67
Imagem 10	CHEIA - Escola Santíssima Trindade, em 24/06/2021, Centro do Aritapera-PA.....	68
Imagem 11	SECA - Escola Santíssima Trindade, em 04/02/2022, Centro do Aritapera-PA.....	69
Imagem 12	Escola Municipal Santíssima Trindade – Construção modelo palafita/2022	70
Imagem 13	Mapa das comunidades da região do Aritapera, Santarém-PA, 2022.....	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.....	105
Gráfico 2	Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.....	132
Gráfico 3	Escolas de várzea do município de Santarém-PA, de 13 a 20/02/2023.....	144
Gráfico 4	Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.....	150
Gráfico 5	Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.....	151
Gráfico 6	Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.....	152
Gráfico 7	Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.....	154
Gráfico 8	Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Período sazonal na região do Aritapera, em 11/09/2023.....	57
Tabela 2	Indicadores de acesso à internet por domicílio, no Brasil e por região, em 2023.....	87
Tabela 3	As 10 redes sociais mais acessadas no Brasil e no mundo em 2022.....	90
Tabela 4	Comparativo da realidade das escolas de várzea: 1971-2023.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	O calendário escolar para escolas de várzea adotado pela Semed, em Santarém-PA, no período de 2017 a 2022.....	98
----------	--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	34
2.1	Descrição do objeto de estudo	34
2.2	Participantes do Estudo	35
2.3	Os critérios de inclusão e exclusão	35
2.4	Procedimentos específicos	37
2.5	Pesquisa de campo	40
3	A ESCOLA E O CALENDÁRIO DIFERENCIADO ADOTADO PELA SEMED NA VÁRZEA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	49
3.1	Várzea	50
3.2	À escola	68
3.3	O calendário escolar adotado pela SEMED de Santarém	94
3.3.1	Definição do calendário escolar diferenciado	97
3.3.2	O calendário escolar para escolas de várzea - Santarém-PA.....	98
3.4	Amparo legal do calendário diferenciado para escolas de várzea	104
3.5	As normativas da educação brasileira às comunidades de várzea	108
3.6	As normativas da SEMED/Santarém que determinam o calendário escolar diferenciado	113
4	A EXCLUSÃO ESCOLAR TARDIA OFICIALIZADA PELA ADOÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA DE SANTARÉM	119
4.1	Contribuição à crítica sobre o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea.....	119
4.2	Exclusão velada da educação nas escolas da várzea	144
4.3	Exclusão tardia dos estudantes das escolas da várzea de Santarém	147
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	Referências	176

APÊNDICES

Apêndice 1	- Síntese histórica da comunidade Centro do Aritapera	187
Apêndice 2	- Síntese histórica da comunidade de Carapanatuba – Aritapera	189
Apêndice 3	- Síntese histórica da comunidade Enseada do Aritapera	192
Apêndice 4	- Regulamento da Gincana Cultural-educacional	194
Apêndice 5	- Formulário de inscrição	198
Apêndice 6	- Tarefas comuns a todas as equipes	199
Apêndice 7	- Programação – Gincana educacional/cultura	200
Apêndice 8	- Formulário de votação final do júri – Santarém-PA	206
Apêndice 9	- Formulário de votação do júri 1 – Santarém-PA	207

Apêndice 10 - Formulário de votação do júri 2 – Santarém-P A	208
Apêndice 11 - Formulário de votação do júri 3 – Santarém-PA	209
Apêndice 12 - Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE	210
Apêndice 13 - Questionário da pesquisa de campo	211
Apêndice 14 - Declaração de compromisso de divulgação dos resultados	213
Apêndice 15 - Declaração de compromisso do pesquisador responsável	214
Apêndice 16 - Termo de assentimento livre e esclarecido (TALE)	215
Apêndice 17 - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	217
Apêndice 18 - Termo de compromisso de utilização de dados 1 (TCUD)	221
Apêndice 19 - Termo de compromisso de utilização de dados 2 (TCUD)	224
Apêndice 20 – Síntese da Roda de Conversa da Gincana	227
Apêndice 21 – Ata; resolução e letra do hino da Escola Santíssima Trindade	234
Apêndice 22 – Roteiro das entrevistas.....	240

ANEXOS

Anexo 1 - Parecer aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa – CEP	249
Anexo 2 - Fotos antigas – Gincana educacional-cultural – 05-02-2022.....	256
Anexo 3 - Calendário escolar diferenciado para escolar de várzea.....	258
Anexo 4 - Escolas e gestores da região da várzea.....	261
Anexo 5 - Tarefa – poesias elaboradas pela comunidade – Gincana Cultural	262
Anexo 6 - Termo de anuência da escola	270
Anexo 7 - Portaria - Procedimento de matrícula.....	271
Anexo 8 - Portaria – Contratação direta	277
Anexo 9 - Portaria de lotação	279
Anexo 10 - Regimento unificado da SEMED.....	285
Anexo 11 – Partituras do hino da Escola Santíssima Trindade – Canto e Piano..	293
Anexo 12 – Partituras do hino da Escola Santíssima Trindade – Orquestra	299

1 INTRODUÇÃO

Buscar compreender a educação na Amazônia tem sido um desafio, dadas as complexidades desta região e as especificidades da várzea. Trata-se de um ambiente que integra um dos ecossistemas mais ricos da Bacia Amazônica, pois possui produção biológica, biodiversidade e recursos naturais. Vivem nela “mais de 1,5 milhão de ribeirinhos, ocupando 300 mil km², ao longo da calha do rio Amazonas e seus principais tributários, tamanho equivalente a 6% da superfície da Amazônia Legal” (Provárzea, 2022, p. 1). Para Pinheiro (2023), “a várzea é um ecossistema complexo composto de biodiversidade e sociodiversidade” e o município de Santarém, no oeste do estado do Pará, integra esse ambiente rural.

A área rural de Santarém está organizada em quatro sub-regiões formadas por comunidades. São elas: sub-região das várzeas, que compreende as regiões ribeirinhas ao longo do rio Amazonas; sub-região dos rios Tapajós e Arapiuns, formada por terras que também envolvem áreas ribeirinhas; sub-região do Lago Grande, que se constitui das regiões de várzea e terra firme, que compõem a área entre a margem direita do rio Amazonas e a margem esquerda do rio Arapiuns; sub-região do Planalto, que são áreas de terra firme entre as bacias dos rios Curuá-Una e Tapajós.

A pesquisa da qual resulta esta tese teve como *locus* a várzea do Baixo-Amazonas, em Santarém/PA, na região do Aritapera, concentrando-se nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, que são atendidas pela Escola Municipal Santíssima Trindade. Essas comunidades possuem ligações “umbilicais” entre si, relacionando-se nos aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e educacionais. Os elementos que definem a existência da comunidade também são materializados pela sua organização social interna, determinantes para a consolidação de uma comunidade rural, em especial nas áreas de várzea, a exemplo da igreja, da escola, do clube de futebol e dos laços de parentesco.

Entre os espaços urbano e rural, a várzea ainda é um ambiente desafiador. É nesse espaço que todos os esforços desta pesquisa foram concentrados a fim de compreender crítica e analiticamente a temática: compreensão educacional sobre a várzea amazônica. Pois esta tese discute “o calendário escolar diferenciado para

escolas de várzea em Santarém/PA: avanços e retrocessos” e seus desdobramentos em relação à historicidade e aos percursos da Educação Básica.

Destaca-se que as escolas municipais estão presentes em cerca de 50% das comunidades rurais, incluindo as regiões de várzea, rios e planalto, e o serviço de saúde se materializa, principalmente, com a presença dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), que estão nas comunidades rurais com menor representação em relação à presença dos servidores da Educação. Com relação à agricultura, as atividades mais comuns são voltadas à produção de subsistência, com um pequeno excedente que atende ao mercado local, com perspectivas de expansão.

Percebe-se que os desdobramentos desse modelo de educação incidem e interferem na rotina diária da comunidade escolar no interior da Amazônia paraense, com reflexos no movimento da sociedade e no modo de vida local, além de contextualizar-se frente às instabilidades do processo histórico educacional brasileiro, em especial no limiar do segundo decênio do século XXI, no Brasil e no mundo, momento que apresenta uma sociedade nervosa, polarizada pelo embate de grupos político-ideológicos, ultrapassando os limites da cordialidade, civilidade, tolerância e humanidade, de modo que tudo isso afeta direta e indiretamente o processo educacional, em especial as crianças em idade escolar.

Nasci em Santarém/PA, em Santa Inês, que faz parte de dezenas de comunidades distribuídas nos ambientes de várzea, de rios e de terra firme, na região do Ituqui, a exemplo do Aritapera, formado por 14 comunidades, dentre elas, Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, que fazem parte do município de Santarém.

Dessa forma, fui instigado a pesquisar sobre o tema, o que veio a se somar às minhas origens da região de várzea, onde tive os primeiros contatos com a escola multisseriada. O desejo de pesquisar a educação nesse ambiente está relacionado com a história de meus ancestrais, que experienciaram o seu modo de viver nesse espaço paradisíaco, poético, porém, misterioso e assustador.

O interesse foi potencializado com as imersões nas leituras no decorrer do primeiro ano do doutorado, as quais revelaram aspectos singulares resultantes da biodiversidade, das distâncias continentais e das profundas desigualdades sociais da região de várzea, que integra um dos ambientes da Amazônia.

A palavra Amazônia nos remete a um espaço que abrange nove países e, no caso do Brasil, ocupa quase a metade de seu território, parte integrante da federação

brasileira, por se tratar de um país federado. Federação, por sua vez, é uma palavra que envolve processos de ensino e de aprendizagem, que vão além do que ocorre nas instituições de ensino. Dessa forma, compreender a educação na Amazônia, na perspectiva científica, verifica-se que requer delimitar esses termos para a definição do problema, dos objetivos e dos procedimentos metodológicos. A pesquisa está centrada na educação escolar em nível fundamental e na região de várzea, no município de Santarém, estado do Pará. Esse espaço reúne características urbana e rural, com evidente influência dos grandes projetos instalados na Amazônia, financiado por grandes empresas, como a Alcoa e a Mineração Rio do Norte.

O espaço de realização desta pesquisa é compartilhado entre ribeirinhos/caboclos/varzeiros e agricultores familiares, que desenvolvem atividades de extrativismo, artesanato, pesca e agricultura de subsistência. Essas dinâmicas sociais, econômicas e culturais, no entanto, são impactadas pelas ações dos governos em níveis nacional, estadual, municipal e pelo mercado, por se tratar de atividades socioeconômicas de raízes históricas da vida em sociedade das populações amazônicas.

O Aritapera é formado por comunidades consideradas antigas em relação ao período de ocupação das áreas de várzea pelo “colonizador”, que seria bem mais recente se comparado aos centros urbanos e às comunidades amazônicas que se localizam nas áreas de planalto e de rios. Além disso, essas comunidades apresentam melhor estrutura em relação à grande maioria das localizadas na várzea.

A fundação das comunidades (Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba) que constituem o ambiente deste estudo, notadamente o Centro do Aritapera, ocorre no século XIX, como se pode constatar: “a data que marca o início da ‘história’ da comunidade deu-se com o lançamento da construção da primeira capela no dia 18 de agosto de 1886, com a celebração religiosa presidida pelo Padre Tobias” (Histórico-Anexo). Ressalta-se que a região do Aritapera é formada pelas comunidades Ilha do Bom Vento, Praia Surubiaçu, Ponta Surubiaçu, Centro Surubiaçu, Santa Terezinha, Boca de Cima do Aritapera, Cabeça d’Onça, Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba, Água Preta, Mato Alto, Costa do Aritapera e Ilha de São Miguel.

Enseada do Aritapera e Carapanatuba formaram-se a partir da dissidência do Centro do Aritapera, mas compartilham da mesma realidade educacional, tendo como polo a Escola Municipal Santíssima Trindade, no Centro do Aritapera, além dos

anexos: a escola Municipal Raimunda Maia, na Enseada do Aritapera, e a escola municipal São Sebastião, na comunidade de Carapanatuba.

Acerca do processo de formação das comunidades Enseada do Aritapera e Carapanatuba, os moradores mais antigos contam que houve uma dissidência e as famílias que moravam à esquerda da parte central, principalmente quem residia mais distante da igreja, da escola e do clube, resolveram criar uma nova comunidade, como se pode constatar no Histórico de Carapanatuba:

Em 1969, uma equipe formada por Frei Luís, Irmã Josefa, Calandrinho e mais uma secretária passaram três dias visitando a localidade. O intuito dos visitantes era ajudar os moradores a organizar o espaço, com a criação de uma nova comunidade, objetivo este que foi alcançado, porém, as celebrações ainda continuavam sendo realizadas na casa das famílias (Histórico-Anexo).

O mesmo processo de formação ocorreu na Enseada do Aritapera, que também se formou a partir de outra dissidência envolvendo os moradores que habitavam a direita da parte central da localidade.

A história empírica do Centro do Aritapera está relacionada às comunidades dos rios Amazonas, Tapajós, Arapiuns, Lago Grande e antecede a invasão do europeu à Amazônia. Trata-se de um registro que remonta a séculos, difícil de definir uma data na contemporaneidade. Embora já existisse uma organização social dos povos que habitavam a região amazônica muito antes da invasão dos portugueses e de outros povos, a história oficial, no entanto, desconsidera esses antecedentes. Considera o início da história desses lugares a partir da invasão praticada pelo colonizador, marcada, principalmente, pela instalação da Igreja Católica.

O mesmo procedimento se aplica ao Centro do Aritapera, sem registros comprovados de sua fundação e da história que antecede a invasão do colonizador. A comunidade prefere manter a data de fundação da localidade a partir da instalação da igreja Católica. Pelo depoimento dos moradores mais antigos, a origem do Centro do Aritapera é de aproximadamente três séculos. Pelo recente histórico da comunidade, a Ilha da Trindade foi o primeiro nome dado a ela, mas, com o tempo, houve mudanças provocadas pelo decurso da natureza e pelas pessoas que habitavam e habitam o lugar.

A história contada oralmente pelos antepassados do Aritapera registra uma narrativa típica da Amazônia, que associa as palavras para explicar a sua origem, o

que muitas vezes parece óbvio, a exemplo de Aritapera. Conta-se que habitou na comunidade um indígena que atendia pelo nome de Ari, que morava em uma tapera. Escrito dessa forma, “Ari”, ou dessa outra forma, “Ary”, a primeira é de origem hebraica e a segunda de origem francesa; por isso, esse nome não foi encontrado nos dicionários de línguas indígenas antigos ou modernos. A expressão “tapera”, em tupi-guarani, significa: “aldeia abandonada; habitação em ruínas”. Após a morte de Ari, os moradores resolveram fazer uma homenagem ao considerado primeiro habitante do lugar e juntaram o nome Ari com o nome de sua moradia tapera, formando Aritapera, nome pelo qual a comunidade foi legitimada em seu histórico de fundação e se tornou conhecida.

Ainda segundo as narrativas da comunidade, no ano de 1887 o lugar recebeu a visita de alguns portugueses, trazendo consigo as imagens da Santíssima Trindade e de São Sebastião, logo os moradores os designaram padroeiros da comunidade. Esse acontecimento marcou o início da primeira celebração religiosa e a construção da primeira capela (igreja) local, cujos festejos são realizados no mês de janeiro, predominando, dessa forma, a religião católica até o ano de conclusão deste estudo, 2023.

Esses registros são do século XIX, mas o número de moradores do lugar aumentou e, no século seguinte, no ano de 1972, ocorreu a cisão da comunidade, atribuída à distância que as pessoas percorriam para chegar à capela central, à escola e ao clube (São Francisco Futebol Clube). Esse evento deu origem a duas novas comunidades: a Enseada do Aritapera, tendo como padroeiro Santo Antônio, e Carapanatuba, que tem como padroeira Santa Luzia. Em 2023, as três comunidades totalizavam 360 habitantes, entre mulheres, homens, adultos, jovens e crianças, todos organizados e distribuídos na Enseada do Aritapera (49); no Centro do Aritapera (87) e em Carapanatuba (49), totalizando 178 famílias.

Economicamente, os moradores da comunidade vivem da pesca, da agricultura e da pequena criação de gado. Com relação à agricultura, prevalece a policultura¹, economia de subsistência em que poucos agricultores cultivam, com a finalidade de comercializar. Toda a produção é voltada ao sustento das famílias, com base na agricultura de várzea, com o plantio da mandioca, feijão, milho, melancia, legumes e

¹ [Agricultura] Sistema que consiste em obter vários tipos de produtos agrícolas numa mesma propriedade ou região (Dicionário online de Português: <https://www.dicio.com.br/policultura/>).

hortaliças. A pesca é artesanal, alinhada às políticas de preservação ambiental.

Sobre a criação de gado, a maioria dos moradores são pequenos criadores, embora entre eles haja criadores de maior porte, filhos da comunidade, que vivem na cidade e em outros lugares mais urbanizados.

No artesanato, a tradição da Cuia Riscada² atravessou gerações. É um trabalho de referência, com mercado garantido nos centros mais desenvolvidos do país. Essa arte é uma atividade que garante a principal fonte de renda das famílias, praticada principalmente por mulheres.

Imagem 1: Cuias Riscadas – comunidade de Carapanatuba – PA, em 24-06-2021.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2023).

O sistema de transporte fluvial é operado por pequenas embarcações de propriedade de comunitários, denominados barco “de linha”³. De acordo com os

² A recuperação dos padrões gráficos de Risco em Cuias em comunidades do município de Santarém/PA, projeto apoiado pelo Programa de Apoio a Comunidades Artesanais (Paca), do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Programa Artesanato Solidário (ArteSol), Sebrae Nacional, Sebrae Pará, Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (Acamufec) e Petrobras Distribuidora. O projeto teve início em 2002 na região do Aritapera, se estendendo pelo Centro do Aritapera, Enseada do Aritapera, Surubim-Açu, Carapanatuba e Cabeça d’Onça, com o objetivo de valorizar o trabalho das mulheres artesãs, recuperando junto ao grupo o ofício e o repertório do risco em cuias. O projeto se desdobrou no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos Modos de Fazer Cuias no Baixo Amazonas, elaborado entre os anos de 2003 e 2005, pedindo o registro junto ao Iphan dos Modos de Fazer Cuias no Baixo Amazonas como patrimônio imaterial brasileiro e sua inclusão no Livro de Ofícios e Modos de Fazer (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2005) (Carvalho, 2011, p. 52).

³ Barcos de linha são aqueles autorizados pela marinha brasileira a transportar passageiros em horários e preços teoricamente pré-fixados entre o Estado e os empresários da navegação. No caso das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, dois barcos “de linha” atendem a seus moradores. Eles se revezam entre a comunidade e cidade de Santarém, durante a semana, inclusive aos sábados e domingos.

moradores, o serviço atende de maneira satisfatória à demanda da população do Centro do Aritapera e das comunidades circunvizinhas, quanto ao fluxo diário de ida e retorno à sede do município de Santarém/PA, inclusive aos sábados e domingos.

Percebeu-se, em 2021, que o Centro do Aritapera não dispõe de um comércio que atenda aos moradores, a não ser pequeninas vendas improvisadas, com a oferta do mínimo de artigos. Praticamente 100% do abastecimento das comunidades é feito em Santarém/PA, a cidade sede, com a aquisição de produtos secos e molhados, além do gelo para conservar o pescado e o gás de cozinha, entre outros produtos, condição que torna a comunidade completamente dependente do centro urbano, uma característica do capitalismo, como observa Marx em outro contexto, mas com referência ao espaço rural:

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (Marx, 1968, p. 27).

Trata-se de uma dinâmica de sociedade que atravessa o tempo, caracterizada pela concentração dos mosaicos sociais, até mesmo nas comunidades rurais onde se identifica e se concentra o maior número de casas, de pessoas, denominando-o centro. Com relação à dependência da cidade dos produtos secos e molhados, no Centro do Aritapera, o movimento dos barcos de linha é diário, deslocando-se da comunidade sempre às 9h; a chegada ocorre por volta das 15h em todos os dias da semana, o que garante o abastecimento, o suprimento dos comunitários.

Desse modo, a historiografia demonstra que as comunidades de várzea reúnem as mesmas complexidades das populações amazônicas em um passado distante, constituídas por quatro categorias sociais: bando, tribo, cacicado e estado (Carneiro, 2007, p. 116). Hoje as organizações sociais mais evidentes nas comunidades rurais recebem a denominação de “indígenas”, “caboclos”, “quilombolas” e “ribeirinhos”, segundo Carneiro (2007, p. 118). As comunidades do Aritapera são constituídas por ribeirinhos/caboclos ou ribeirinho-varzeiros. No entanto,

o biotipo⁴ é diferente do indígena, caboclo, quilombola e ribeirinho tradicional, cuja maioria nada ou pouco tem a ver com os povos nativos da Amazônia que se conhece. Constatam-se, com isso, os reflexos evidentes da violência da colonização, da imigração, da invasão dos europeus a essas paragens da Amazônia, de modo que a maioria dos comunitários da Enseada do Aritapera, Centro do Aripara e Carapanatuba, assemelham-se mais aos portugueses do que aos povos originários da Amazônia.

Ainda com relação à caracterização das comunidades do Aritapera, assim como em várias comunidades de várzea, vive-se o processo repetido da sazonalidade, prática que atravessa a história dos povos amazônicos. A comunidade oscila e ainda faz o mesmo movimento entre o litoral e o interior da região. No passado, foi fixando moradia durante as lutas travadas com o invasor. Quando o colonizador decidia ampliar das fronteiras da colônia e se apossar de novas terras, das riquezas naturais extraídas do interior do Brasil, os nativos empreendiam fuga, embrenhando-se mata adentro e ali habitavam o lugar por muito tempo, fugindo da força bélica do Estado e da igreja, do poder do capitalismo e do poder político, da possibilidade de ser escravizado pelos invasores. Pelo menos em dois momentos da história essas práticas se tornaram mais evidentes: primeiramente, com a invasão dos Jesuítas – 1652-1757; depois, com o Movimento da Cabanagem – 1835-1840 (Vaz Filho, 2010, p. 68), momento em que os Cabanos, para não serem mortos imprimiam fuga dos exércitos dos governo do Pará, que era subordinado a Portugal.

Com relação à invasão dos europeus sob a liderança dos jesuítas, os povos que habitavam o litoral ao longo dos rios da Amazônia passavam anos no interior e ali formavam prósperas comunidades para fugir das forças “legalistas”. Quando o perigo já havia passado, retornavam aos poucos ao litoral. Ao longo da história, os povos nativos da região viveram essa sazonalidade de maneira forçada na tentativa de escapar dos colonizadores (Vaz Filho, 2010, p. 68).

Em 2023, o movimento de sazonalidade é praticado no período da cheia e devido à cultura da criação do gado introduzida pelo colonizador no decorrer do século XX. No período do inverno, os moradores da várzea, pequenos criadores de gado, em

⁴ Conjunto dos indivíduos que possuem o mesmo genótipo (composição genética), nomeadamente tendo em conta as suas características, fisiologia e maneiras de agir (DICIONÁRIO ONLINE DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2022, p. 1).

vez de fazerem maromba⁵ para proteger os animais das águas, mudam-se para área de terra firme, onde passam a cuidar da criação do gado e cultivar a terra com plantio de culturas típicas dessa região da Amazônia.

Essa passagem da historiografia na região do Aritapera se constata no depoimento de um dos moradores antigos em uma roda de conversa realizada na escola da comunidade, quando afirma:

Recordo ainda que a partir de 1970 os criadores de gado do Aritapera passaram a alugar áreas na terra firme para alojar o gado no período do inverno, devido às sucessivas enchentes grandes, quando não tiveram mais condições de manter o gado na várzea (E1).

Percebe-se, no depoimento, que o traslado da criação de gado iniciou quando os pequenos criadores não tiveram mais condições de manter o animal em suas propriedades no período da cheia, na estação do inverno. No entanto, esse procedimento se acentua com as sucessivas enchentes, um dos fenômenos que se repete a cada ano, afetando, principalmente, as áreas de várzea na zona rural, ambiente desta pesquisa.

Para Paes Loureiro (1995), a Amazônia é privilegiada com dois ambientes próprios da vida cultural do povo: “o espaço da cultura urbana e o da cultura rural”. Mesmo que o primeiro espaço reúna, de tempo em tempo, as manifestações da cultura rural, todos os processos da vida em sociedade, as relações que envolvem os aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos e educacionais são produzidos pelas realidades urbana e rural.

Esse mesmo autor afirma, ainda, que os dois ambientes da Amazônia, urbano e rural, multiplicam-se e se materializam em lagos, igapós, ilhas, terra firme, rios, planalto, planícies, entre outros. Aqui, especificamente, o objeto desta pesquisa trata da educação praticada em comunidades rurais de várzea, onde esses ambientes se tornam peculiares.

As áreas marginais inundadas periodicamente pelas águas de rios, lagos, igarapés, paranás e furos denominam-se terreno de várzea. Para Moreira (1977), esse fenômeno natural na várzea ocorre por causa da influência de fatores hidrográficos e

⁵ Quando as águas do rio sobem e a cheia se concretiza, o assoalho principal da moradia tende a ficar alagado. Para os moradores que insistem em ficar em suas casas, são construídos um segundo assoalho improvisado – as marombas – em um nível mais alto, para o movimento de deslocamento de um cômodo ao outro (<https://www.redalyc.org/journal/5522/552264344006/html/>).

climáticos. Devido a esses fatores e à variável de tempo de permanência da inundação em cada área, tem-se características ecológicas e de uso dos recursos naturais distintos para cada região da Amazônia. Por isso, essa área é considerada como planície de inundação, formada por faixa de largura variável ao longo do rio Amazonas e pode alcançar 16 km de largura em Itacoatiara, 50 km em Parintins, 33 km em Óbidos e 24 km em Santarém (Moreira, 1977, p. 15). Topograficamente, a várzea pode ser dividida em baixa e alta. De acordo com Moreira, no primeiro caso, as terras são inundadas durante parte do ano, com vegetação ora campestre ora florestal. No segundo caso, trata-se de área da planície mais alta, alagada no período final das enchentes, formada por vegetação de porte arbóreo.

Todos esses aspectos refletem também nos processos de ensino e de aprendizagem, a começar pelo calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, o que as distingue das escolas que funcionam nas áreas urbanas e no planalto da Amazônia paraense. Enquanto na cidade o calendário escolar regular inicia-se em fevereiro e encerra-se em novembro ou dezembro de cada ano, as atividades escolares na várzea são iniciadas em agosto, após a descida das águas, e encerradas em abril do ano seguinte, antes de as águas subirem novamente.

O tempo dos habitantes das comunidades rurais de várzea é diferente do tempo de outros ambientes. Isso depende do vento, do sol, da chuva e dos caminhos aquáticos provisórios. Nos últimos anos, as relações sociais e econômicas vêm transformando esse ambiente de maneira cada vez mais veloz, pois em pouco mais de duas décadas um dos meios de transporte mais comuns era a canoa a remo, no entanto, grande parte dos moradores da várzea em 2023 possui rabeta⁶, como afirmam Damasceno e Santos:

Uma das principais características da sociedade do final do século passado e início deste século é a velocidade e intensidade das transformações introduzidas pelos avanços tecnológicos e permeadas pela globalização da economia na perspectiva do grande capital (Damasceno; Santos, 2017, p. 8).

No contexto que se apresenta, os moradores das comunidades de várzea mantêm o remo na canoa com a função de mero objeto auxiliar. Em 2023,

⁶ Meio de transporte motorizado, com um pequeno motor fixado na parte traseira da embarcação (geralmente uma canoa), com uma hélice se movimentando, girando de maneira circular em torno do próprio eixo na água. Esse movimento impulsiona as pequenas embarcações rio acima, rio abaixo.

praticamente todos os moradores da região do Aritapera dispõem de pelo menos uma rabeta em seus portos.

Essa mudança em relação à história da Amazônia é muito recente, do início da década de 1990, e se deu com a introdução de uma tecnologia que veio da Tailândia e da Indonésia, países do continente asiático em que esse meio de transporte é muito antigo, o que demonstra a amplitude e o alcance do capital globalizado. O empresário que introduziu esse meio de transporte na região, em substituição da canoa a remo, afirmou que foram comercializadas milhares de unidades. Para atender à demanda, foi implantada uma fábrica de rabetas em Santarém/PA.

Fica evidente que essa nova realidade está relacionada ao modo de produção capitalista, por meio do alcance do braço forte do mercado, abarcando os recursos econômicos dos moradores das comunidades de várzea. Além da introdução da rabeta, os ribeirinhos também se tornaram reféns dos proprietários dos postos de combustíveis, haja vista que as máquinas só funcionam abastecidas com gasolina. Com isso, a substituição da canoa a remo por rabetas, nas várzeas da Amazônia, tornou-se bastante lucrativo aos proprietários dos postos de combustíveis. A introdução desse novo modelo de transporte aniquilou atividades artesanais que se mantinham com a fabricação de remo e de canoas em madeira, eliminando as profissões de carpinteiro e de calafate, atividades antigas das várzeas da Amazônia, praticadas pelos fabricantes artesanais de canoas. Dessa forma, aos poucos as canoas estão sendo substituídas por embarcações confeccionadas com o produto do alumínio, que é mais resistente do que a madeira e suporta com mais segurança a impulsão e a força das máquinas.

A presente tese parte da premissa de que o calendário diferenciado para escolas de várzea ao longo da sua implementação surge como elemento de reconhecimento da diversidade escolar. Com o tempo, contraditoriamente, tornou-se instrumento de exclusão escolar tardia dos estudantes que vivem nas várzeas de Santarém/PA e faz parte dos esforços para a compreensão educacional sobre a várzea amazônica. Tomam-se como ponto de partida mais amplo as singularidades das várzeas do Brasil e da Amazônia, em se tratando do processo histórico-educacional e, de forma específica, das características do ambiente de várzea da Escola Municipal Santíssima Trindade e das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, *locus* da pesquisa, por meio das seguintes questões norteadoras: considerando a existência de um calendário escolar

diferenciado, o que ele representa enquanto singularidade, historicidade e as justificativas da sua implantação ainda se mantêm? Quais suas implicações, contradições, avanços, retrocessos e desdobramentos ao processo educacional a partir do calendário diferenciado? Tais são as questões norteadoras. Considerando-se o problema central da pesquisa, que consiste em entender como o calendário escolar diferenciado se contextualiza na política da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (Semed) em Santarém/PA, e diante dos atuais contextos social, político, econômico e cultural. Tem-se como objetivo desta pesquisa compreender as justificativas da diferenciação, suas pertinências e implicações no desenvolvimento das atividades educacionais, tendo em vista seu desencontro com o calendário regular.

Como desdobramento do problema de pesquisa e do objetivo geral, elencamos:

- caracterizar o ambiente da várzea, as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba e a escola municipal Santíssima Trindade, no município de Santarém/PA;
- investigar as determinações normativas da Semed/Santarém com relação ao calendário escolar diferenciado para escolas de várzea;
- compreender as contradições, avanços e retrocessos do calendário escolar diferenciado praticado pela Escola Municipal Santíssima Trindade e a relação da gestão escolar com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (Semed).

O referencial teórico da pesquisa, tem por base a compreensão de sociedade elaborada por Marx e Engels e suas implicações sobre a educação presente nos textos de Dermeval Saviani, Manacorda e de outros estudiosos deste campo teórico metodológico.

Para se compreender o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, recorreremos às categorias de trabalho, práxis, totalidade e Singular-Particular-Universal⁷, a fim de melhor entender a educação como totalidade e as contradições a

⁷ Nessa direção, Lukács (1967) propõe uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade, devem ser explicitados os nexos existentes entre as dimensões singular, particular e universal dos fenômenos. Dessa proposição resulta que a decodificação da relação dialética entre singular-particular-universal configura um dos princípios requeridos à implementação do método

ela inerentes, além da leitura de textos de Marx (2017) e Saviani (2019), no transcorrer da pesquisa e no âmbito das atividades de orientação, nas quais, ampliou-se com as leituras de Freire (1994), Lombardi (2010) e Colares (2003), dentre outros.

Optou-se pelo método dialético na concepção de Marx porque ele se diferencia de outras abordagens. De acordo com Michael Lowy (1998), em “Hegel, o papel da filosofia dialética é o de explicar, descrever e legitimar a realidade existente como racional [...]”. É por isso que a dialética de Hegel “é uma tentativa de legitimação da realidade e de reconciliação com a mesma”, mas para Marx é radicalmente diferente, “[...] o marxismo não é uma teoria científica como as outras, não visa simplesmente descrever ou explicar, mas visa transformar a realidade, visa uma transformação revolucionária”, afirmando que aqui “[...] se dá o divisor de águas fundamental entre a dialética de Marx e a de Hegel”.

Trata-se, portanto, “da dimensão revolucionária da dialética marxiana contra a posição de caráter conservador e legitimador do *status quo* da dialética hegeliana” (Lowy, 1998, p.17-18). Isso é, o objeto de estudo muda completamente, deslocando-se da análise teórica do real à prática materialista de transformação do homem e do meio, a essência do ser ideal, que será possível com a abstração do objeto estudado. A mesma radicalidade se percebe em Saviani, a partir de seus estudos sobre as teorias conservadoras da educação em relação às teorias progressistas, a exemplo da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

Com a PHC Saviani supera o caráter reprodutivista presente nas teorias conservadoras da educação ao propor uma teoria na qual a educação seja compreendida na sua concretude e como parte do processo de transformação da sociedade, razão pela qual as investigações devem levar em conta o contexto no qual foram produzidas.

[...] a compreensão da trama da História só será garantida se forem levados em conta os “dados de bastidores”, vale dizer, se se examina a base material da sociedade cuja história está sendo reconstituída [...] implica investigações de ordem econômica, política e social do país em cujo seio se desenvolve o fenômeno educativo que se quer compreender, uma vez que é esse processo de investigação que fará emergir a problemática educacional concreta (Saviani, 2000, p. 33).

Tal como enunciado por Marx, a história como movimento, processo marcado pelas relações materiais entre os homens. A visão dialética “[...] nos arma de um instrumento, ou seja, de um método rigoroso (crítico) capaz de nos propiciar a compreensão adequada da radicalidade e da globalidade na unidade da reflexão filosófica” (Saviani, 2000, p. 18) para dar conta das investigações sobre a temática desta pesquisa.

Em “Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels”, Lombardi (2010) ressalta a necessidade de entendimento dos fundamentos da educação, das concepções filosóficas e científicas, e aponta as contradições presentes na obra de Marx e Engels, centradas sobre a problemática educacional, tratando o ensino e a qualificação profissional.

Em “Colonização, catequese e educação no Grão-Pará”, Colares (2003) discute a história da educação na Amazônia a partir da fundação de Belém em 1616, com a instalação do Forte do Presépio. O autor faz uma abordagem sobre o modelo de colonização, a política de expansão das metrópoles europeias em busca de novos mercados e, ainda, sobre a instalação das primeiras escolas sob a responsabilidade do estado, após a expulsão das ordens religiosas, que monopolizam o setor da educação no período colonial. Seus estudos possibilitam compreender o processo educacional na Amazônia naquele período, além das questões sociais.

Estrutura da Tese

Esta tese está organizada em introdução, desenvolvimento (com três seções) e considerações finais. Na introdução, faz-se uma incursão sobre o *locus* da pesquisa, destacando as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, atendidas no aspecto educacional pela Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade. A segunda seção trata dos procedimentos metodológicos, trazendo uma visão geral do estudo, com a descrição do objeto de estudo, dos participantes do estudo, dos critérios de inclusão e exclusão, dos procedimentos específicos, dos sujeitos, critérios e métodos da coleta de dados; os dados utilizados, o passo a passo da pesquisa de campo, a integração dos dados do estudo e a realização de uma gincana educacional-cultural para levantar os dados empíricos das comunidades. Na terceira seção apresentam-se as características do ambiente de várzea de maneira mais detalhada, notadamente das comunidades

atendidas pela Escola Municipal Santíssima Trindade; destacam-se, ainda, os principais elementos de relevância histórica, política e econômico-social que contribuíram com a deflagração e a manutenção do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea; a relevância histórica e a principal justificativa sobre o fenômeno natural da cheia dos rios Amazonas e Tapajós; destaca-se, ainda, a relevância política do objeto de estudo, constatando-se, fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético, que a gestão pública municipal encontra no calendário diferenciado um meio de negligenciar a formação do homem *omnilateral* dos estudantes da várzea. Na quarta seção, são enfrentadas as principais categorias que fundamentam este estudo com base no Materialismo Histórico-Dialético e na Pedagogia Histórico-Crítica; a identificação e análise do comparativo das mudanças relacionadas aos anos de 1970 e 2023; o posicionamento dos gestores das escolas de várzea sobre o calendário escolar diferenciado; a partir do questionário aplicado, as opiniões das famílias que constituem as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, demonstradas por meio de gráficos; a constatação da tese, a partir da principal contradição identificada no objeto estudado. Nas considerações finais, constam aspectos das principais descobertas da pesquisa, a sua importância para a educação nas escolas da várzea, as recomendações para investigações futuras, finalizando com a declaração da tese acerca do objeto de estudo pesquisado.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta seção traz uma visão geral da pesquisa, com a descrição da área estudada, delimitação, sujeitos, critérios e métodos da coleta de dados; o passo a passo da pesquisa de campo, os critérios de inclusão e exclusão, os dados utilizados, a integração dos dados do estudo. Além disso, traz informações mais detalhadas da gincana educacional-cultural, procedimento realizado ao levantamento dos dados empírico das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba e dos antecedentes da educação vivenciados pelos moradores do Aritapera a partir da década de 1970.

2.1 Descrição do objeto de estudo

Ressalta-se que a partir da aprovação da Lei Federal nº 5.692/71, Artigo 11, parágrafo 2º, é que foi autorizado o ajuste do calendário para atender de maneira inclusiva as populações das várzeas, como se constata:

Na zona rural, o estabelecimento, **a escola**, poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino. (Brasil, 1971, p. 18, grifo nosso).

A competente autoridade de ensino que o artigo 11, parágrafo 2º da lei se refere, na esfera municipal, é a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, especificamente, neste estudo trata da Semed Santarém, a quem compete a responsabilidade de gerir a pasta da educação em nível municipal. Em 1971 não se tem o levantamento da quantidade de escolas gerenciada por esta secretaria, uma vez que as áreas dos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos ainda faziam parte de Santarém. Ressalta-se, no entanto, que em 2023, a SEMED atendia um total de 32 escolas no ambiente de várzea, responsáveis pela oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II.

A pesquisa, no entanto, foi realizada nas áreas urbana e rural. Na área urbana, junto à Secretaria Municipal de Educação, por meio da busca de documentos e estudos sobre a temática, e na várzea, nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, abrangendo estudantes do Ensino Fundamental

II, matriculados na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade.

2.2 Participantes do Estudo

Configuram a amostra do estudo os gestores educacionais para região de rios (servidor responsável pela interlocução entre SEMED e gestores das escolas da região de várzea); professores e alunos, bem como moradores com filhos em idade escolar residentes nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba em dois momentos: por ocasião da gincana educacional-cultural e, depois, por ocasião da aplicação do questionário fechado com seis perguntas, que alcançou 126 residências/pessoas das 178 que formam as três comunidades. Somando as entrevistas com questionários abertos e fechados foram quatro entrevistas na roda de conversa, como parte da programação da gincana, duas entrevistas com gestores escolares e cinco com ex-assessores educacionais para região de rios e mais a aplicação do questionário fechado, que totalizaram uma amostragem de 137 (centro e trinta e sete) pessoas entrevistadas.

2.3 Os critérios de inclusão e exclusão

Como critérios de inclusão participaram os estudantes do Ensino Fundamental II; os ex-coordenadores (interlocutores) educacionais da SEMED para região de rios (várzea); os gestores das Escolas da rede municipal das comunidades de várzea e os moradores das comunidades do Aritapera (Enseada, Centro e Carapanatuba) com filhos em idade escolar. Como critério de exclusão, os estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental I; moradores das comunidades do Aritapera (Enseada, Centro e Carapanatuba) sem filhos em idade escolar.

O delineamento da pesquisa quanto à tipificação é do tipo três, denominado pela CEP, que contempla a realização de entrevistas, a aplicação de questionários, a roda de conversa e a observação, ou seja, esse tipo de pesquisa não implica em intervenção no corpo humano.

Considerações éticas: os participantes e a unidade escolar que fizeram parte da pesquisa foram codificados de maneira a garantir o sigilo das fontes. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos participantes após a explicação

dos objetivos do estudo e da finalidade. Além disso, receberam a garantia e o compromisso do pesquisador com o sigilo das informações coletadas, respeitando integralmente a vontade e a decisão do pesquisado no que diz respeito à colaboração com o estudo. Somando-se a esses procedimentos, os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas o colaborador, participante da pesquisa, concordou com a divulgação por meio de publicações científicas, na condição de que seus dados pessoais não fossem mencionados.

Riscos e sigilo: como possibilidade de desconforto, eventualmente, o participante poderia não saber ou não querer responder a alguma pergunta do questionário. No entanto, ressaltou-se que o pesquisado era livre para responder ou não a qualquer pergunta apresentada na entrevista. Os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo, identificados no estudo pela letra “E”, referindo-se à inicial da expressão “entrevistado”, seguido por uma numeração: Exemplo – E1, E2 e E3. Com essa medida, garante-se a confidencialidade da pesquisa, não sendo possível a identificação do participante no roteiro da entrevista, bem como a realização da mesma em um local apropriado, um espaço reservado para minimizar qualquer dano ou risco ao participante desta pesquisa.

Considerando que ainda se estava vivenciando a pandemia da Covid-19, havia riscos de contaminação pelo vírus, os quais foram minimizados. Seguiram-se de modo rigoroso as medidas de biossegurança como o uso de máscaras, a higienização frequente das mãos com a utilização constante de álcool em gel e a lavagem das mãos com água e sabão, bem como a manutenção do distanciamento mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) nas atividades desenvolvidas.

Benefícios da pesquisa: como contribuição, a pesquisa permitiu a reflexão dos modos de vida e da promoção da educação nas escolas de várzea do município de Santarém; permitiu a sistematização de ideias, o que pode contribuir com a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas da Várzea (PPPI), com a produção de um estudo capaz de contribuir com a criação e a efetivação de políticas públicas específicas para escolas da várzea, bem como com a visibilidade à cultura e à identidade das populações da região da várzea no município de Santarém-PA.

2.4 Procedimentos específicos

Os participantes desta pesquisa colaboraram com a coleta de dados, respondendo a questionamentos relacionados ao calendário escolar diferenciado para escolas de várzea e com relação ao modo de ser e de viver das populações de várzea do município de Santarém, principalmente, no período da enchente em relação as atividades escolares.

Para melhor garantir a autenticidade das respostas e de modo a favorecer uma atmosfera descontraída, o diálogo do pesquisador com o participante foi realizado de maneira individual, isto é, um participante de cada vez, de acordo com a disponibilidade de tempo e local indicados pelo participante. As conversas individuais foram registradas por meio de gravação em áudio, exceto os moradores das três comunidades. Ocorreram 126 abordagens por ocasião do preenchimento do questionário fechado com seis perguntas, cujas respostas foram registradas em formulário tradicional.

As entrevistas foram realizadas somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE pelo representante da Associação de Moradores das comunidades do Aritapera, sendo o questionário respondido pelas pessoas que aceitaram colaborar voluntariamente com o estudo, em cumprimento ao estabelecido na Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Coleta e análise dos dados: os instrumentos para coleta de dados foram materializados por meio da observação, entrevista, questionário, análise de materiais e documental, a realização de uma gincana e roda de conversa.

De acordo com o regulamento em anexo, este pesquisador firmou parceria com a Escola Municipal Santíssima Trindade e as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, a fim de realizar atividade de envolvimento da comunidade escolar, denominada Gincana Educacional Cultural, com o tema: “Aritapera: minha terra, minha história”.

Tratou-se de uma atividade realizada no dia 5 de fevereiro de 2022, nas dependências da Escola Santíssima Trindade, no Centro Aritapera, na região de várzea do município de Santarém, estado do Pará, no horário de 8 às 12 horas, com a participação da gestora da escola, professores, alunos e das principais representações, lideranças das três comunidades, na condição de participantes ativos das tarefas previamente conhecidas pelas equipes.

O acervo levantado durante a gincana, inicialmente ficou sob a guarda do pesquisador até a devolutiva dos resultados alcançados pela pesquisa e depois, integrado ao acervo da Escola Santíssima Trindade, ficando a disposição da comunidade, para fins de estudo, de pesquisa científica.

Os objetivos da gincana foram: proporcionar a integração da comunidade escolar no evento permitindo-lhe uma dimensão formativa, cultural e cidadã; potencializar a história educacional e cultural da comunidade; oferecer espaço de socialização, solidariedade e respeito à comunidade em geral e socializar o conhecimento, a história e a cultura da comunidade de maneira lúdica.

Os objetivos da gincana foram alinhados com as exigências da pesquisa, com o rigor científico, a partir de informações empíricas levantadas, observadas com maior fidedignidade possível, principalmente durante a roda conversa, quando as lideranças das comunidades, que se apresentaram como fontes de informações, frente a frente discorreram sobre os assuntos de interesse da investigação científica. Esse procedimento, contribuiu para aproximar mais o objeto de estudo do pesquisador e oferecer condições de desenvolver as etapas seguintes, isto é, a análise e a crítica do objeto pesquisado, conforme exigem o Materialismo Histórico-Dialético e a Pedagogia Histórico-Crítica.

Foram analisados os documentos levantados junto as comunidades, tais como: fotos antigas, relatos, entrevistas com moradores e estudantes das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba e documentos produzidos pela escola Santíssima Trindade. Na cidade, os documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED, de Santarém-PA, a partir da legislação nacional, estadual e municipal.

O armazenamento dos dados coletados foi feito principalmente por meio de gravação em áudio, relatório de campo e descrição das observações, que se encontra arquivado em notebook pessoal e em HD externo, para fins de segurança. Assim, evita-se o risco de extravio ou a exposição indevida de informações. A guarda do material coletado ficou sob a responsabilidade do pesquisador durante o desenvolvimento do estudo, a análise da pesquisa e logo após a defesa da tese, realizada a devolutiva, a socialização às comunidades.

Etapas do Projeto: após a submissão e a aprovação do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi realizada a visita técnica à Secretaria Municipal de Educação de Santarém-PA, visando organizar um planejamento para o

início da pesquisa e a coleta de dados. O contato com o Secretária Municipal de Educação objetivou fazer a apresentação do Projeto de Pesquisa e a solicitação das autorizações necessárias ao desenvolvimento do estudo.

De posse dos dados documentais, estabeleceu-se contato com a direção da escola pesquisada, bem como a apresentação dos documentos relacionados à aplicação do projeto como: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Roteiros das Entrevistas e um cronograma de visitas para as entrevistas de acordo com o horário de disponibilidade dos pesquisados e do pesquisador.

Em Santarém, para identificar o *locus* da pesquisa, realizou-se um levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), a respeito das escolas que se localizam nas comunidades de várzea. Após o levantamento, foram detectadas as seguintes escolas polo e anexas, seguida da comunidade entre parêntese: Duque de Caxias – Polo (Ilha de São Miguel); Divino Espírito Santo (Água Preta); Castro Alves (Costa do Aritapera); Santa Cruz – Polo (Piracãoera de Cima); Nossa Senhora do Desterro – Polo (Cabeça D'onça); Dom Tiago (Praia Surubiaçu); São Jorge – Polo (Tapará Grande); Francisco Chaves – sala externa (Santana do Tapará); São Ciriáco – Polo (Urucurituba); Nossa Senhora de Nazaré (Pinduri); Felipe Corrêa Picanço (Campos do Aramanaí); São José – Polo (Piracãoera de Baixo); Odorico Liberal – Polo (Boca de Cima do Aritapera); Santa Terezinha (Boca de Cima do Aritapera); Santíssima Trindade – Polo (Centro do Aritapera); Professora Raimunda Maia (Enseada do Aritapera); São Sebastião (Carapanatuba); São Benedito – Polo (Costa do Tapará); São Sebastião (Igarapé do Costa); Nossa Senhora das Graças - Polo (Boa Vista do Tapará); Vinte de Julho (Correio do Tapará); Almerindo Ferreira Sá (Barreira do Tapará); Coração de Maria - Polo (Santa Maria do Tapará); Dom Pedro I (Tapará Miri); Nossa Senhora de Aparecida (Pixuna do Tapará) Nossa Senhora da Saúde - Polo (Igarapé da Praia); Nossa Senhora do Livramento – Polo (Saracura – Quilombola); Nossa Senhora Santa Ana - Polo (Arapemã – Quilombola); São José (São José do Ituqui); Nossa Senhora da Graças (Nova Vista do Ituqui); São Raimundo (São Raimundo do Ituqui); São Sebastião (Aracampina); São Benedito (São Benedito do Ituqui); Manoel Acelino Bastos (Fé em Deus II – Ituqui); São José I (São José I).

Considerando o levantamento, constatou-se a existência de 32 escolas em atividades, as quais atendem os estudantes das comunidades de várzea. Ao se estabelecer uma relação com o método Materialismo Histórico-Dialético, sustentando

na afirmação: “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco”, isto é, a análise científica do mais desenvolvido é apropriado para se compreender o mais “atrasado”. Com isso, constatou-se que a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, na comunidade Centro do Aritapera, é uma das mais desenvolvidas da região da várzea. Ao se compreender o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, é possível aferir a realidade das demais escolas desse mesmo ambiente, que atendem à educação escolar nessa região da Amazônia.

Entre a cidade de Santarém e o *locus* da pesquisa de campo – as características do ambiente da várzea, da escola Municipal Santíssima Trindade e das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba – há um percurso hidroviário. Quando se utiliza o barco de linha⁸ para se chegar ao local de realização da pesquisa, passa-se necessariamente por oito comunidades de várzea, a saber: Fátima de Urucurituba; Urucurituba; Piracãoera de Baixo; Piracãoera de Cima; Boca de Cima do Aritapera; Enseada do Aritapera; Centro do Aritapera e Carapanatuba.

Esse percurso entre Santarém e o Aritapera é um dos mais conhecidos e de preferência dos comandantes das embarcações que trafegam para essas comunidades. No entanto, há outros “caminhos” que podem ser traçados pelas embarcações, principalmente, quando os rios estão cheios devido a abertura dos igarapés e dos furos que podem encurtar as viagens.

2.5 Pesquisa de campo

No período de realização da fase de campo da pesquisa foram realizadas diversas visitas em momentos diferentes entre os meses de agosto de 2021 e abril do ano subsequente, a fim de observar o desenvolvimento das atividades educacionais e as relações sociais da comunidade escolar nos períodos do inverno e do verão. Essas duas estações marcam o modo de viver dos povos da Amazônia, particularmente, as comunidades de várzea. Nesse ambiente da Amazônia não se tem percepção nítida das estações outono e primavera, como ocorre com o inverno e o verão.

⁸ Espécie de transporte fluvial, público ou privado, com dias, horários e taxa de passagem definidos pelo Estado, (Santos, 2020, p. 208).

Imagem 2: Comunidade Centro do Aritapera – Pará, em 24-06-2021.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2021).

A primeira visita de observação foi realizada entre os dias 24 a 28 de junho de 2021, para conhecer o ambiente em época da cheia, a partir do olhar dos ribeirinhos, quando o pesquisador teve o primeiro contato com a realidade da escola Santíssima Trindade, professores, alunos e a gestão escolar. Na ocasião, foram realizados encontros informais com a participação dos técnicos e auxiliares operacionais de conservação.

Foi realizado um breve levantamento com relação ao uso do aparelho celular e se constatou que, em cada 10 alunos da escola, 8 possuíam um aparelho, embora o acesso ao serviço de internet fosse precário. No entanto, a escola fez uma tentativa de utilizar as redes sociais para transmitir atividades escolares, principalmente por meio do WhatsApp devido à deflagração da pandemia da Covid-19. Com isso, os professores perceberam mudanças na vida dos alunos, comportando-se de maneira mais dispersa e destinando maior parte do tempo ao aparelho quando havia possibilidade de acesso à internet. Os pais dos alunos também perceberam que os adolescentes permaneciam maior parte do tempo ao celular, inclusive até mais tarde da noite, provocando alteração em dos hábitos da várzea, onde normalmente as pessoas têm a cultura de dormir mais cedo.

Pais e professores, no entanto, perceberam também que os jovens passaram a demonstrar interesse por profissões diferentes das atividades existentes na várzea, a exemplo de pescadores, agricultores, vaqueiros e jogadores de futebol, a partir do uso do celular, os meninos passaram a manifestar o desejo de se tornarem professores, policiais, advogados. As meninas almejavam ser atrizes, modelos e outras profissões, que não são comuns nas comunidades de várzea.

Ao final da primeira visita, ficou definido o recorte físico do locus do estudo, as características do ambiente da várzea, da escola Municipal Santíssima Trindade e das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, uma vez que esse conjunto de elementos e as três comunidades se relacionam educacionalmente com a escola, que funciona como polo de duas escolas anexas: Escola Professora Raimunda Maia e Escola São Sebastião que se encontravam sem atividade educacional naquela ocasião.

Na segunda viagem foi realizada de 18 a 21 de agosto de 2023, entre outros aspectos, objetivou-se acompanhar as atividades escolares da escola Municipal Santíssima Trindade. Além de se estabelecer uma interação a fim de se observar as relações e os tensionamentos que ocorrem no interior da comunidade, especialmente com relação ao processo educacional, mas somente no campo da observação. Como parte das atividades, foi realizada uma incursão até a comunidade vizinha, Carapanatuba, onde se visitou uma das lideranças da Associação das Artesãs de Santarém (ASARISAN), que trabalha com o artesanato de Cuias Riscadas, uma arte conhecida e bastante difundida em Santarém e encontra mercado no Centro Oeste do Brasil.

No período da tarde, em agosto de 2021, o rio Aritapera, afluente dos rios Amazonas e Tapajós, estava tranquilo e a rabetá, um dos meios de transportes das várzeas da Amazônia, singrava o rio sem maiores dificuldades, sob um sol intenso, porém suportável. Ventilava bastante e as paisagens exuberantes, protagonizadas pelas árvores frondosas que se mantinham firmes, resilientes diante a uma enchente avassaladora, repleta da força gigante das caudalosas águas.

A várzea e os varzeiros, durante o período da cheia convivem com um misto de beleza e de medo; liberdade e o limite em desafiar o poder da natureza que se impõe. O rio poético, inspirador, fantástico, torna-se misterioso, assustador, repulsivo devido a sua exuberância e o poder de esconder em suas entranhas, em turvas águas, misturadas, viscosamente, interpenetradas, criando uma tonalidade imprecisa, azul-amarelada, característica do Amazonas e Tapajós quando os rios se misturam, apresentando um cenário propício para se imaginar sobre os mistérios inexistentes, que amedrontam os visitantes, traduzindo-se em insegurança, incerteza.

Uma das poucas certezas que se tem é que o ribeirão/varzeiro da Amazônia, convive com as complexidades da várzea, onde o seu modo de vida é regido ao sabor da natureza, dos rios com enchentes e vazantes que lhes permite as ocupações da

pescaria e do plantio de culturas temporárias, mas isso, só quando os rios encolherem e as terras surgirem novamente.

Imagem 3: Comunidade Centro do Aritapera – PA, em 24-06-2021.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2021).

O horário da noite também foi preenchido por uma rodada de conversa sobre o modo de viver dos comunitários da Enseada do Aritapera, Centro de Aritapera e Carapanatuba.

No dia seguinte, acompanhou-se a rotina da escola, o dia a dia dos estudantes, que desde as primeiras horas da manhã já aguardavam nos corredores do prédio escolar, para acessar às salas de aula. Em um breve percurso pelos corredores da escola, constatou-se que havia atividades em todas as salas de aula, incluindo a sala multifuncional.

Notou-se ainda que havia poucos alunos nas salas, mas a direção informou que havia alunos faltosos e outros estavam desenvolvendo atividades remotas em casa, conforme as orientações da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), em decorrência da pandemia da Covid-19. A campanha, modelo tradicional, no período da manhã sinalizou às 07 horas e 45 minutos e à tarde, às 13 horas e 15 minutos. Em poucos minutos alunas e alunos estavam em sala de aula acompanhados de seus professores.

Pesquisador e a direção da escola firmaram compromisso de que nesse dia, a partir do segundo período, haveria atividades educacional-cultural na área livre da escola, cujo conteúdo seria literatura e música de qualidade, com as presenças de

outros pesquisadores, que também são professores na cidade de Santarém-PA. Essa atividade marcou o encerramento da segunda visita a campo do autor desta pesquisa.

A terceira visita a campo foi realizada de 13 a 16 de novembro de 2021, com atividade de integração, por meio de visita aos comunitários históricos, uma expressão que se refere aos moradores mais velhos da comunidade, detentores de informações sobre a história do lugar, a fim de levantar junto a essas lideranças informações sobre as questões políticas e as atividades econômicas da comunidade.

Foram levantadas informações a respeito dos antecedentes das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba durante a visita. Trata-se de um lugar colonizado (invadido) pelos Europeus, portugueses, o que reflete no biotipo da maioria dos moradores da comunidade, com a predominância de pessoas de cor branca. Percebe-se que o processo de miscigenação foi pesado devido ao perfil da maioria de pessoas com características europeia e não dos povos da Amazônia, dos nativos da região, que foram “totalmente” substituídos. Com a minoria de pessoas com traços nativos, constata-se que poucos resistiram a presença dos invasores europeus.

Somando-se a isso, os antecedentes da comunidade revelam que em um período não distante a região do Aritapera contou com o funcionamento de engenho de açúcar moreno e de bebida etílica, derivados da cana de açúcar. A prática de engenho, seja para fabricar açúcar seja álcool, não faz parte da cultura das comunidades amazônicas, o que reforça a hipótese de que a região do Aritapera sofreu com o processo de invasão, uma vez que essas atividades integram a cultura europeia, notadamente com a presença dos portugueses.

Além disso, o diálogo de integração com os comunitários revelou a existência, no passado, do plantio das culturas do cacau, banana, juta e a seringueira da Amazônia, um vegetal nativo e que era abundante na região. O relato oral de moradores informa que essas culturas aos poucos foram dizimadas pelas grandes enchentes, tendo em vista que esses vegetais não suportam as inundações que se tornaram mais frequentes na região do Baixo Amazonas a partir do ano de 1950. A partir dessa data, cada ano, as enchentes aumentaram consideravelmente, o que provocou mudanças em diversos aspectos.

A terceira visita a campo se deu por ocasião do feriado da Proclamação da República, uma data festiva para a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, que comemorava aniversário nesse período,

celebrando 52 anos de fundação em 2021. Os festejos do acontecimento foram acompanhados por uma programação cívico-cultural.

As atividades do dia seguinte foram o processo de organização, os preparativos da Gincana Educacional-Cultural, como metodologia da pesquisa científica, para levantar informações empíricas ao estudo. Aprovou-se a realização do evento realizado em parceria entre projeto de pesquisa, escola e comunidade, com o tema: “Aritapera: minha terra, minha história”, nas dependências da escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, envolvendo alunos, professores e moradores das três comunidades: Centro do Aritapera, Enseada do Aritapera e Carapanatuba que se relacionam diretamente com a Escola Santíssima Trindade.

O regulamento, entre outras normas necessárias para realização da gincana, determinou o cumprimento de tarefas comuns a todas as equipes, assim como atividades específicas. As tarefas comuns a todas as equipes consistiram em: 1) Identificar na comunidade pessoas conhecedoras da história local para comparecer e participar de uma roda de conversa; 2) Dos contatos preliminares com as pessoas da comunidade, a equipe deveria escrever uma síntese histórica, em três páginas, e entregar à comissão organizadora da gincana; 3) Produzir e apresentar uma poesia (preferencialmente sobre Aritapera, a vida na várzea; questões relacionadas à gincana); e 4) Localizar e trazer fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de eventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade.

As tarefas específicas foram distribuídas entre as equipes que representavam as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba. Enseada do Aritapera foi representada pela equipe “Filhos da Terra”, Centro do Aritapera pela equipe “Viajando no Tempo”, e Carapanatuba pela equipe “Resgate Cultural”.

A quarta viagem às comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, em especial, à escola Santíssima Trindade ocorreu de 10 a 13 de janeiro de 2022 e contemplou o fechamento dos preparativos da Gincana Educacional-Cultural.

A quinta viagem a campo foi realizada 3 a 7 de fevereiro de 2022, dedicada à realização da Gincana Educacional-Cultura, sábado, dia 5 de fevereiro, considerado dia letivo, resultado de uma organização desenhada durante seis meses para que

fosse bem sucedida, com relação ao levantamento de dados das três comunidades: educacionais, históricos, políticos, sociais e culturais.

Imagem 4: Gincana Educacional-Cultural – Escola Santíssima Trindade, em 05-02-2022.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2022).

A gincana foi organizada com a realização de atividades/tarefas em comum a todas as equipes e específicas, sendo que essas consistiram em: 1) Identificar na comunidade pessoas conhecedoras da história local, com o mínimo de detalhes, convidadas a comparecer no dia da gincana, para participar de uma Roda de Conversa; 2) Das conversas preliminares, a equipe deveria escrever uma síntese histórica, em três páginas, e entregar à comissão organizadora até três dias antes da realização da gincana; 3) Localizar e levar no dia da gincana fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de ventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade (anexos).

As tarefas específicas couberam à Enseada do Aritapera, à equipe “Filhos da Terra”. Eles deveriam 1) produzir e apresentar uma poesia sobre a Gincana Cultural, em cinco minutos; 2) convidar um criador de gado antigo para contar histórias sobre a ferra do gado no Centro do Aritapera.

As tarefas da comunidade Centro do Aritapera, representada pela equipe “Viajando no Tempo”, foram: 1) trazer uma artesã para falar a respeito do artesanato da cuia riscada do Aritapera; 2) convidar um ex-atleta para contar a história dos clubes de futebol do Aritapera.

Couberam a Carapanatuba, equipe “Resgate Cultural”, as tarefas: 1) convidar um morador para fazer um relato sobre a cultura da Pesca nas comunidades do

Aritapera; 2) trazer um morador para contar a história das grandes enchentes no Aritapera.

Os desdobramentos desse procedimento originaram depoimentos, entrevistas, levantamento de fotografias antigas, documentos e roda de conversa. Os entrevistados, no interior da pesquisa, para garantir seus anonimatos, são identificados com a letra “E”, vocábulo inicial de entrevista, seguido de uma numeração de 1 em diante.

A síntese da Roda de Conversa, uma das atividades da Gincana Educacional-Cultural consta no apêndice 20 desta pesquisa. Na gincana, o professor Anselmo Colares atuou como mediador da Roda de Conversa, dialogando com os convidados das equipes a respeito dos temas que envolvem as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba. Ressalta-se que os participantes da Roda de Conversa serão identificados neste estudo, com a letra (E) inicial de entrevistado, seguido de número, da seguinte forma: (E1); (E2); (E3).

Além da gincana que mobilizou as três comunidades (Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba), a direção da Escola Santíssima Trindade, (a secretária da escola Arlete Maduro) formalizou pedido de elaboração do hino da escola ao Presidente da Academia de Letras e Artes de Santarém - ALAS, (titular da cadeira 13, patrono – Genesino Braga), cargo naquele momento exercido pelo professor Anselmo Colares.

Colares, por conseguinte, orientou a este pesquisador, na condição de membro efetivo da mesma academia, fazendo parte do seguimento das letras, no quadro dos poetas, ocupante da cadeira 30, patrono Historiador Paulo Rodrigues dos Santos, a incumbência de elaborar a letra do hino solicitado.

Letra e música foram elaborados e constam nos apêndices (apêndice 21) e anexos (anexo 11) desta pesquisa, sendo que a música (em formato de partituras musicais) de autoria do também acadêmico da ALAS, Desembargador aposentado e maestro, Vicente José Malheiros da Fonseca, titular da cadeira 39, patrono: Wilmar Dias da Fonseca.

Ressalta-se que o hino da Escola Santíssima Trindade foi gravado profissionalmente em estúdio, na voz de Júlio César Antunes Guimarães e Jéssica Santos, com apresentação oficial a comunidade escolar do Aritapera, com o acompanhamento da Filarmônica Municipal Professor José Agostinho, com apresentação pioneira em uma comunidade de várzea.

A sexta e última viagem a campo foi realizada de 21 a 28 de fevereiro de 2023 para a aplicação de questionário de casa em casa (questionários anexos). Para manter a boa relação social com as comunidades, no dia anterior, realizou-se visita aos representantes das comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba. A visita objetivou informar que este pesquisador, a partir do dia seguinte, visitaria os moradores de casa em casa, o que foi realizado obedecendo aos procedimentos metodológicos, que contemplaram a aplicação de questionário com perguntas fechadas. Sobre esse procedimento, Lakatos e Marconi (2010, p. 187) observam que “permitem ao informante responder livremente, entre duas opções: sim e não”.

Assim sendo, o questionário foi aplicado considerando a quantidade de famílias residentes nas comunidades Enseada do Aritapera: 49; Centro do Aritapera: 87; e Carapanatuba: 42. Todos eles possuem filhos em idade escolar ou que tenham estudado na escola da comunidade. O total de famílias nas três comunidades somam 178 e, desse universo, o questionário foi aplicado e respondido por 126 colaboradores, a mesma, igualmente a quantidade de questionários aplicados. Foram excluídas 52 famílias devido não possuírem filhos em idade escolar ou sem contado com a escola da comunidade, sendo que a maioria reside na comunidade de Carapanatuba.

3 A ESCOLA E O CALENDÁRIO DIFERENCIADO ADOTADO PELA SEMED NA VÁRZEA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA.

Poemas, em redes, em anzóis pescados das profundezas dos rios, da imensidão dos céus, do verde das matas, do canto dos pássaros, da sinfonia dos grilos e dos sapos seresteiros em noite de luar, entrelaçados, soprados pela brisa, arrebatados pelo vento forte, despertando inspiração e sonhos, refletidos do Leste e Oeste, do Sul e Norte.

.....
*Os segredos e os mistérios das várzeas de cada ser, da Amazônia e do mundo, as belezas sem igual, lindas, diversas, admiradas, cobiçadas, exploradas, violadas e maltratadas por um pseudo progresso anunciado e jamais materializado aos homens e às mulheres da várzea – **Excertos do poema “Várzea em verso”** (Rodrigues, 2022, p. 47-48).*

Nesta seção, apresentam-se as caracterizações do ambiente de várzea, notadamente das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba e da Escola Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Santíssima Trindade, *locus* de realização de parte desta pesquisa.

Além disso, serão destacados os principais elementos de relevância histórica, política e econômico-social que contribuíram com a deflagração e a manutenção do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea. A relevância histórica deve-se a principal justificativa que se projeta no fenômeno natural da cheia dos rios Amazonas e Tapajós; a relevância política deve-se ao fato de que a gestão pública municipal encontra no calendário diferenciado um meio de negligenciar a formação do homem *omnilateral* aos estudantes da várzea, considerando a falta de uma política pública específica que atenda às singularidades do ambiente de várzea, além da sustentação do aspecto econômico-social de que as famílias da várzea se projetaram, em parte, no trabalho das crianças/estudantes para potencializar a economia familiar, principalmente, no início da efetivação do calendário diferenciado na década de 1970.

Mas será que dias letivos diferenciados pode caracterizar a negação dessa formação do homem *omnilateral*? Ou seja, os dias letivos fora do que é culturalmente realizado pode interferir na qualidade da educação? A resposta sobre esses dois questionamentos é revelada no decorrer desta pesquisa quando mostra a disparidade entre o percentual de estudantes que se matricula na educação infantil em relação a porcentagem que consegue chegar ao ensino superior.

3.1 Várzea

Dentre as peculiaridades da Amazônia em seus aspectos naturais, culturais, econômicos e sociais, distribuídos em um espaço vasto e remoto, as várzeas são ambientes nos quais vivem milhares de pessoas, que historicamente se ressentem pela falta de direitos básicos, tais como: saúde e educação de qualidade⁹, saneamento básico, infraestrutura, segurança pública, entre outros. As populações dessa região vivem uma realidade histórica com diferentes necessidades daqueles que se encontram em espaços mais privilegiados do Brasil e do mundo, constatado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil em 2022/2023 de 0,754 ocupando a 87ª posição no ranking entre 191 países e o IDH da Região Norte é um dos menores do país com 0,683 (IBGE/2023).

Diante da falta de políticas públicas equitativas (típico das relações capitalistas de produção), que atendam de maneira igual pessoas com necessidades diferentes, de acordo com IBGE/2023, registra-se na Amazônia, especialmente no interior, a elevação da pobreza, identificada em estudos realizados sobre as populações amazônicas. No decorrer da história, trata-se da ausência proposital do governo brasileiro nesta região, somando-se as interferências impostas pelo capital internacional, que elegeu a Amazônia como uma colônia para exploração de matéria prima. Com isso, as riquezas naturais da Amazônia se tornaram importantes em detrimento das pessoas que habitam a região, relegadas ao abandono cultural, social, econômico e educacional.

Nesse contexto geográfico, entretanto, a várzea é um ambiente fértil ao plantio devido a sucessivas deposições de sedimentos que ocorrem durante os fenômenos das inundações periódicas, o que tradicionalmente se conhece como *Inverno Amazônico*¹⁰, ou ainda pelos fenômenos das terras crescidas, que ocorrem pelo

⁹ A Constituição Federal de 1988 define, em seu art. 206, inciso VII, que o ensino será ministrado com base no princípio de garantia de padrão de qualidade. No art. 211, parágrafo 1º, define que a União, os Estados e os Municípios se organizarão em regime de colaboração. A União organizará o sistema de ensino, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino. Além disso, em seu art. 212, parágrafo 3º, a Constituição determina o percentual mínimo que a União, os Estados e os Municípios devem destinar à educação. A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório quanto à universalização, à garantia de padrão de qualidade e à equidade (Brasil, 1988).

¹⁰ O “inverno amazônico” é a estação chuvosa, ocorre entre dezembro e maio e é caracterizado pela intensificação da nebulosidade, das chuvas e redução da insolação e das temperaturas (Silva, 2022).

acúmulo de sedimentos sobre ilhas e planícies, provocando o assoreamento dos furos, igarapés, passagens, das residências e dos prédios escolares, realidade constatada em 2023 devido à estiagem, marcada por uma seca histórica¹¹, que atingiu todas as regiões de várzea da Amazônia. Em 2023, esse fenômeno foi potencializado pela maior seca dos últimos 120 anos, provocando o isolamento de centenas de comunidades na Amazônia, no período do Verão Amazônica, o que obrigou as prefeituras decretarem estado de emergência e de calamidade pública.

As comunidades de várzea Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba fazem parte desse ecossistema, localizadas no interior do município de Santarém, que, por sua vez, localiza-se na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, onde ocorre o encontro das águas, na Região oeste do estado do Pará, Norte do Brasil, na América do Sul. O município ocupa uma área de 22.887 km², com uma população, em 2023, de 331.937 habitantes. A cidade foi fundada em 22 de junho de 1661 pelo padre jesuíta, nascido em Luxemburgo, João Felipe Bettendorf, e elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848 (IBGE/2022).

Ressalta-se, que até 1981, o aniversário de Santarém era comemorado no dia 24 de outubro. A data marca a elevação à categoria de cidade, que aconteceu no ano de 1848. Essa data era bem aceita pelos gestores do município de Santarém por considerar que se tratava um bom momento aos festejos e as manifestações de celebração, considerando a proximidade do final de ano, pois até então não havia uma comprovação oficial da exata data da fundação de Santarém. Em 2023, o descontentamento com a data de fundação de Santarém se mantém, uma vez que o dia 22 de junho de 1661 desconsidera a história antiga do lugar, que já existia muito antes da chegada do colonizador.

¹¹ Nota Técnica do MapBiomias - Água traz uma estimativa da redução de superfície de água no estado do Amazonas entre setembro de 2022 e setembro de 2023. A redução de água foi detectada em rios, lagos e em áreas de úmidas, atingindo 25 municípios com perda de mais de 10 mil hectares de superfícies de água, sendo que os cinco primeiros do ranking perderam mais de 40 mil hectares. Dezenas de municípios encontram-se em estado de emergência, afetando comunidades ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, indígenas e áreas urbanas. O impacto na biodiversidade aquática tem sido reportado em várias localidades, mas ainda não foi estimado, podendo atingir proporções alarmantes. Além disso, o Amazonas encontra-se com alta vulnerabilidade para queimadas, o que aumenta o risco às populações e à economia. Os efeitos do El Niño severo de 2023 e do aquecimento do Atlântico Norte têm sido considerados como os principais fatores que estão contribuindo com a seca severa na região, o que pode ser de maior intensidade do que a seca de 2010. As mudanças climáticas e o desmatamento, por sua vez, são considerados a principal causa das secas, cada vez mais frequentes e severas na Amazônia.
(<https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/MAPBIOMAS-SECA-AMAZONAS-Nota-Tecnica-v4.pdf>).

Imagem 5: A várzea no período da cheia (Centro do Aritapera) – Pará, em 05-02-2022.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2022).

Imagem 6: A várzea no período da seca - verão (Centro do Aritapera) – Pará, em 05-02-2022.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2022).

Para melhor compreender a várzea, faz-se necessário entender o contexto amazônico e seus diversos ambientes, materializado por ilhas, lagos, igapó, furos, paranás, manguezais, entre outros, que se fazem presentes na várzea. Na Amazônia, as regiões rurais ainda são predominantes, subdividindo-se em áreas de planalto, rios e várzea, cujas singularidades serão tratadas com mais profundidade neste estudo, ficando de fora as regiões de planalto e de rios.

O ambiente de várzea pode ser caracterizado ainda por variados processos de transformação morfológica, por meio da erosão, da deposição e reposição de

sedimentos, que ocorrem entre as cheias e as descidas das águas no *Verão Amazônico*¹². Há o fenômeno das terras caídas que deformam as margens, dando origem a ilhas que surgem no leito dos rios no período da vazante quando a paisagem se modifica completamente. Há outro fenômeno, o das terras crescidas, que tem causado preocupação aos moradores das comunidades de várzea no período da seca dos rios.

Ressalta-se, no entanto, com relação ao inverno, que o movimento das águas fortalece o solo, ajudando a potencializar a produção agrícola e a modificar a paisagem, inclusive com a extinção do plantio de culturas e de espécies nativas. Percebe-se, diante do exposto, que a várzea é um dos ambientes que integra a cultura Amazônica, vivenciada por uma diversidade de povos e etnias. Essa cultura enfrenta os desafios de tempo em tempo, marcado pelo vai e vem das águas todos os anos, o que determina a rotina de um eterno recomeço, isto é:

Viver a cultura amazônica é confrontar-se com a diversidade, com diferentes condições de vida locais, de saberes, de valores, de práticas sociais e educativas, bem como de uma variedade de sujeitos: camponeses (ribeirinhos, pescadores, índios, remanescentes de quilombos, assentados, atingidos por barragens, entre outros) e cidadãos (populações urbanas e periféricas das cidades da Amazônia) de diferentes matrizes étnicas e religiosas, com diversos valores e modos de vida, em interação com a biodiversidade, os ecossistemas aquáticos e terrestres da Amazônia (Oliveira; Santos, 2007, p. 2).

Desse modo, sobressaem-se os diversos olhares sobre o modo vida, hábitos, costumes e culturas, singularidades que nem sempre deixam claro o modo de ser e de viver dos ribeirinhos, vistos na maioria das vezes com preconceito quando considerados como indolentes, atrasados. Percebe-se que se trata de uma perspectiva preconceituosa que precisa ser superada com estudos mais robustos sobre a Amazônia e a relação de seus habitantes com o meio ambiente.

Santos *et al.* (2010) analisam os olhares naturalista, tradicionalista ou romântico e moderno. Cada um desses olhares identifica uma Amazônia de acordo com os seus interesses, a exemplo do olhar naturalista, que percebe a região física, uma natureza em si, uma biodiversidade constituída de fauna e flora, como fonte de riqueza e pronta para ser explorada e usada a serviço do capital.

¹² O “verão amazônico” é a estação seca, ocorre entre junho e novembro e caracteriza-se pela intensificação da insolação, das temperaturas e redução da nebulosidade e das chuvas. (Silva, *et al.*, 2022).

O olhar tradicionalista ou romântico visualiza somente a cultura e a condição de viver à beira do rio carregado de representação simbólica. Por esse olhar, esse habitante da Amazônia é visto como o bom selvagem e que ainda não foi contaminado pelas cobiças da modernidade. O olhar moderno, por sua vez, é também preconceituoso, identificando as pessoas que vivem nessas localidades como primitivas, com costumes e hábitos que precisam ser superados para evoluir e alcançar o estágio moderno, desenvolvido, que foi imposto pelo colonizador desde a invasão dos europeus.

“Historicamente se sedimentou no imaginário social, um conjunto de representações, imagens e ideologias sobre a Amazônia, em particular, sobre as populações que tradicionalmente se territorializaram na região, como as populações ribeirinhas. Diferentes “olhares” vão de um extremo ao outro...” (CRUZ, 2008, p. 52).

Os diferentes olhares sobre as populações ribeirinhas da mesma maneira é matéria de discussão no estudo “Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza”.

Olhares preconceituosos precisam ser superados por meio de estudos, pesquisas que considerem os saberes empíricos, a cultura e os costumes que integram a vida em sociedade dos povos da Amazônia, em especial aqueles que vivem nas comunidades ribeirinhas. Dessa maneira, considerando o processo histórico e um conjunto de saberes, criar-se-ão novas alternativas em direção à implementação de políticas públicas baseadas na gestão democrática e na sustentabilidade do meio ambiente, de maneira harmônica na relação sociedade-natureza.

O ribeirinho ou caboclo da Amazônia, entre outras definições, pode também ser aquele que vive nas regiões de várzea ou do alagado, onde o seu modo de vida é regido ao sabor da natureza, dos rios com enchentes e vazantes que lhe permitem as ocupações da pesca artesanal e do plantio de culturas temporárias. Além disso, vive também do extrativismo e das confecções de produtos artesanais, em algumas localidades, serviço nas olarias, onde se fabricam telhas de barro e vasos de cerâmica. Em se tratando das comunidades Centro do Aritapera, Enseada do Aritapera e Carapanatuba, uma das principais fontes de renda das mulheres é o artesanato da Cuia Riscada, uma das atividades que se tornou muito conhecida e com mercado garantido nos grandes centros do Brasil.

Assim, a construção da identidade do ribeirinho ou caboclo, o guardião da floresta, aquele que domina os saberes, os costumes, herda a cultura de seus antepassados e vive em plena harmonia com a natureza. Porém, esse grupo de pessoas também é desprovido de políticas públicas básicas, a exemplo da saúde e educação de qualidade, segurança pública, transporte e outras políticas que geralmente não os alcançam.

A região de várzea, que, em tese, permanece seis meses submersa e seis meses fora d'água, é um local que, pelas peculiaridades da própria natureza, economicamente só permite as práticas de cultivos temporários, culturas cujo ciclo seja concluído em cinco ou seis meses. No século passado, na visão poética de Peregrino Júnior (1969), a várzea era percebida como uma região misteriosa, intransponível, invencível, insuperável, onde somente os fortes, os desbravadores da natureza conseguiam se adaptar e conviver com esse espaço e, ao mesmo tempo, completamente dependentes dela.

A vida não sai da beira da água. Os caboclos se grudam nas barrancas do rio, e mal arranham as florestas das margens. A mata que enterra as raízes na lama palustre do igarapé, marca a fronteira da sua vida, da sua curiosidade, dos seus passos: é um muro que eles não transpõem e nem destroem. Só o atravessam quando o rio permite ou aconselha, isto é, quando tem um igarapé ou um “furo” para conduzir suas “montarias”. As picadas que rasgam, tímidas, entre um igarapé e outro, ou entre um paraná e um igapó, só servem para facilitar a travessia, por terra, de uma água para outra água... São caminhos provisórios e acidentais que eles varam com a suas maneiras embarcações às costas. Depois de transpô-los é que eles fazem as suas verdadeiras viagens, nas únicas estradas que sabem utilizar – nos “caminhos que andam”, nos rios, nos igarapés, nos “furos”... Nascem, crescem, vivem e morrem na beira do rio, (Júnior, 1969, p. 98).

Aspectos típicos do mundo das várzeas que refletem no modo de viver das pessoas que habitam os espaços da Amazônia, como os meios de transporte, os caminhos de água, as produções que se desenvolvem, principalmente por meio da pesca, da agricultura, do extrativismo. Mais recentemente, os serviços de saúde passaram a integrar as atividades de várzea, de maneira mais organizada, com a participação dos profissionais da área da enfermagem e técnicos da área da saúde. Além disso, nos caminhos das águas, a religião e o entretenimento, entre outros fatores, movimentam a vida das comunidades rurais de várzea.

Na região do Aritapera, assim como em praticamente a planície amazônica por completo, ao mesmo tempo que esse fenômeno é importante, o inverno, mais conhecido pelos ribeirinhos como “cheias”, uma vez que contribui com a fertilização do solo, representa também acentuados prejuízos aos moradores que ficam vulneráveis, à mercê das estações do inverno e do verão. Além disso, as enchentes periódicas interferem em diversos setores da comunidade, que envolve a economia, a cultura e a educação, elementos que integram a superestrutura do modo de produção capitalista.

Ao analisar dialeticamente as relações e as distensões provocadas pelo Capital, discutem-se de maneira mais detalhada as experiências da resistência dos povos nativos diante do negacionismo histórico de políticas públicas por parte do Estado brasileiro. Ao refletir sobre a educação com base no Materialismo Histórico-Dialético, de Marx e Engels, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, Saviani (2019) afirma:

A educação escolar é valorizada, tendo o papel de garantir os conteúdos que permitam aos alunos compreender e participar da sociedade de forma crítica, superando a visão de senso comum. A ideia é socializar o saber sistematizado historicamente e construído pelo homem. Nesse sentido, o papel da escola é propiciar as condições necessárias para a transmissão e a assimilação desse saber. (Saviani, 2019, p. 1).

Saviani (2014) chama a atenção para o papel da escola na sua essência. Esse também é uma chave para averiguar como a educação se realiza na Amazônia, a partir de referências que contribuíram com as discussões epistemológicas sobre o ambiente e a educação. Identificando-se as categorias que aqui são compreendidas com a dicotomia da divisão de classes em Marx (2017), que surgem em função da divisão social do trabalho e dos meios de produção, de maneira a se criar um fosso que divide a sociedade em extremos entre os que nada possuem e os detentores dos meios de produção. O aprofundamento desse fosso social é provocado por um dos objetivos elementares do capitalismo, que é a concentração de riquezas em poder de poucos em detrimento da avassaladora maioria.

Esse modelo de organização social que se impõe de maneira sistêmica determina imperativamente o surgimento das classes sociais, materializando a dicotomia entre dominantes e dominados. Assim sendo, ao se estabelecer a estrutura

desse formato de sociedade, cria-se uma superestrutura que sustenta a ideologia, cujo objetivo é garantir as normas reguladoras, que se manifestam por meios políticos, religiosos, culturais ou econômicos, como mecanismos perniciosos para justificar as disparidades entre ricos e pobres. Trata-se de uma engrenagem complexa que tem por finalidade primordial proteger os detentores dos meios de produção.

Desse modo, as instabilidades naturais ou aquelas provocadas pelo homem nas áreas de várzea da Amazônia contemporânea, em especial nas comunidades do Aritapera, afetam os aspectos econômicos de alguma forma. Algo relativo a isso se pode constatar nos estudos de Marx, referindo-se a outro contexto, quando trata a indústria dependente da agricultura:

Entre os povos onde a agricultura está solidamente implantada — implantação que constitui já uma etapa importante — onde predomina esta forma de cultura, como acontece nas sociedades antigas e feudais, a própria indústria, assim como a sua organização e as formas de propriedade que lhe correspondem, tem mais ou menos o caráter da propriedade fundiária. Ou a indústria depende completamente da agricultura, como entre os antigos romanos, ou, como na Idade Média, imita na cidade e nas suas relações a organização rural. Na Idade Média o próprio capital — na medida em que não se trata apenas de capital monetário — tem, sob a forma de aparelhagem de um ofício tradicional etc., esse caráter de propriedade fundiária, (Marx, 1973, p. 236-237).

Mesmo que o Aritapera não apresente uma produção agrícola abundante, capaz de atender ao mercado externo, percebe-se que as bases econômicas da comunidade são agricultura, pesca, artesanato e abastecimento da comunidade depende completamente de Santarém.

Constatou-se que os períodos sazonais nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba são materializados na enchente, cheia, vazante e seca, como se pode perceber com mais clareza no quadro abaixo:

Tabela 1 – Período sazonal na região do Aritapera, em 11/09/2023.

AMBIENTE	SAZONALIDADE	PERÍODO/MESES
Várzea	Enchente	Janeiro/fevereiro/março
	Cheia	Abril/maio/junho
	Vazante	Julho/agosto/setembro
	Seca	Outubro/novembro/dezembro

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em resumo, a Enchente (Janeiro-fevereiro-março); a cheia (Abril-maio-junho); a vazante (Julho-agosto-setembro) e a seca (Outubro-novembro-dezembro). De acordo com os moradores das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba e com base na observação no período de realização da pesquisa de campo, essa divisão pode sofrer alteração. Quando ocorre alguma alteração nos períodos da cheia ou da seca, um dos desdobramentos é o desequilíbrio no ritmo da vida na várzea, com reflexos negativos às escolas de várzea.

Percebe-se ainda que poucos estudos científicos retratam a realidade das escolas ribeirinhas de várzea, no que diz respeito aos impactos sofridos pelas cheias dos rios Amazonas e Tapajós, apesar de centenas de escolas serem impactadas e avariadas todos os anos. Ao tratar sobre os fenômenos do vai e vem das águas, principalmente no rio Amazonas, Marengo (2010, p. 11) afirma que

[a] cheia de 2009 considerada a maior dos últimos 100 anos, deixou aproximadamente 400 mil crianças fora da escola seja por dificuldade de acesso, pôr as escolas estarem submersas, ou por terem sido provisoriamente transformadas em abrigo comunitário.

Se a cheia de 2009 impactou sobremaneira a rotina escolar dos estudantes das escolas de várzea, a seca de 2023 não deixou por menos. Embora ainda não se tenha um estudo científico a respeito desses impactos, os gestores das escolas da várzea denunciaram elevado percentual de falta de estudantes das escolas atingidas pela seca devido à falta de transporte impedido de trafegar pelos rios em decorrência da estiagem, uma das maiores dos últimos 120 anos.

Destaca-se também que Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba economicamente se diferenciam com a tradição das Cuias Riscadas, comercializadas para outras regiões por meio de encomendas que seguem para diversas capitais do Brasil. Registra-se que esse tipo de artesanato é uma singularidade de algumas das 14 comunidades que constituem a Região do Aritapera.

Soma-se a esse gerador da economia o potencial turístico inexplorado, formado por rios, igarapés, paisagens e florestas, principalmente no período do inverno, quando a paisagem se transforma em um cartão postal, devido às belezas naturais que se revelam pelas belas imagens da comunidade submersa ao destacar as árvores, os animais, os pássaros que podem ser vistos naturalmente e com abundância.

Imagem 7: Centro do Aritapera no período da cheia – Pará, em 25-06-2021.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2021).

Ainda com relação às questões econômicas das comunidades do Aritapera, para Adams, Murrieta e Neves (2006, p. 281), na Amazônia, “cada atividade possui um padrão distinto ao longo do ano, que envolve diferentes membros da unidade familiar e preenche funções diferenciadas na economia doméstica”.

Percebe-se que as comunidades de várzea possuem um potencial bem diversificado de atividades. Entre elas, os moradores também se ocupam da pescaria, haja vista que Aritapera tem à sua disposição um rio caudaloso e lagos piscosos, principalmente na época da piracema, que ocorre em determinados períodos do ano, com diversas espécies, sendo o pirarucu, peixe nobre da Amazônia, a que registra maior população. No entanto, durante o ano, há períodos em que o peixe fica mais escasso e mais distante da comunidade, devido ao verão, quando parte dos lagos e igarapés, inclusive o rio que banha a comunidade, sofre com o período da estiagem.

Com o tempo, os moradores mais antigos das comunidades do Aritapera têm notado a instalação silenciosa da pobreza em diversos aspectos, principalmente, com relação à diversidade frutífera que já fora peculiar no passado, mas com as grandes enchentes diversas espécies foram desaparecendo. Uma das espécies nativas que se extinguiu completamente foi o cacau (*Theobroma cacao*), que já foi abundante nas comunidades dessa região de várzea, mas em 2023 até mesmo os mais jovens desconheciam a existência da espécie; a castanheira, que produz a castanha sapucaia, é outro vegetal nativo que aos poucos também está desaparecendo, apesar dessa espécie vegetal ser natural da várzea.

O desaparecimento de algumas espécies vegetais contribui para o desaparecimento de outras cadeias importantes que vão impactar na alimentação dos moradores do lugar ou até mesmo interferir na qualidade da alimentação das pessoas. O desdobramento dessas mudanças culturais está impactando negativamente na qualidade de vida, na saúde dos moradores da várzea, que são obrigados a se aventurar a outros hábitos alimentares e, como consequência, a diminuição da qualidade de vida da população da várzea.

No verão, período da seca, os agricultores trabalham nas roças, principalmente. No verão e no inverno, período da cheia dos rios trabalham com a criação de gado e outras atividades típicas da várzea. A maioria dos moradores do Aritapera possui gado branco. São criadores de pequeno porte que transportam seus animais em direção às colônias mais próximas no período da cheia, para a região de terra firme, e retornam à várzea no verão, repetindo o mesmo movimento do vai e vem das águas.

Para entender melhor esse dinâmico espaço, típico da sociedade Amazônica deslocada dos centros urbanos, deve-se saber:

As sociedades “não urbanas” contemporâneas da Amazônia podem ser divididas, grosso modo, em sociedades indígenas; camponeses (tradicionais) ou históricos (caboclos), oriundos da incorporação colonial da região Amazônica; e os neocamponeses que, desde a década de 1970, têm migrado como parte das políticas governamentais de ocupação da Amazônia (Adams; Murrieta; Neves, 2006, p. 15).

Nesse sentido, as políticas sociais para o Brasil e para a Amazônia deveriam contemplar a diversidade cultural e social existente, reconhecendo que no campo habitam diversos sujeitos com diferentes especificidades e modos de vida, como destaca Hage:

[...] a Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a “heterogeneidade” que se expressa de forma bastante significativa no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam, heterogeneidade essa, que deve ser valorizada e incorporada nos processos e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educacionais para a região (Hage, 2005a, p. 61).

Com base nesses pressupostos, resgatando um contexto mais distante, destacam-se os estudos realizados principalmente no espaço brasileiro, com análises sobre as produções de pesquisadores da região amazônica. Esses estudos revelam,

sobretudo, o cerne da realidade local, por meio de temáticas que ainda são pouco discutidas devido ao distanciamento do Estado brasileiro dessa região.

Até mesmo as universidades instaladas nesse espaço se incluem nesse distanciamento, devido à falta de motivação e aos poucos investimentos na área da pesquisa em educação. Seus pesquisadores não têm condições adequadas de investigar temáticas e garantir projetos de pesquisa que alcancem o interior da Amazônia, como se pode constatar nos estudos de Colares e Colares (2019) sobre a experiência de Dom Rey no interior de Rondônia na década de 1930.

No estudo que trata da “escola transformando vidas de mulheres negras ribeirinhas”, Colares e Colares (2019) destacam a catequese do bispo Dom Rey e equipe por meio de atividades missionárias ao longo do Vale do Guaporé-Mamoré, em Rondônia, com o recrutamento de meninas nas localidades Vila Bela, Rolim de Moura, Carvalho e Pimenteira, para integrá-las ao seu projeto educacional. Segundo o relato de uma professora, fruto do projeto,

Dom Rey queria com essas meninas, quando elas terminassem seus estudos, que elas voltassem para sua origem e lá atendessem o povo não só como professora, mas como enfermeira e conselheira ao mesmo tempo (Colares; Colares, 2008, p. 99).

A pesquisa de Colares e Colares (2019) faz uma constatação inimaginável, considerando um lugar tão remoto em relação aos centros mais desenvolvidos do país e o período entre as décadas 1930 e 1960. Nesses período e espaço, ao longo do Guaporé-Mamoré, Dom Rey construiu e instalou 33 escolas e ainda fundou o Colégio Santa Terezinha para atender à comunidade. O estudo de Colares e Colares revela o vazio educacional proposital deixado pelo estado brasileiro, transferindo a responsabilidade da implementação de um direito, o direito a educação dos nativos da Amazônia, ao setor privado, uma vez que as escolas religiosas, economicamente, tinham o estado como o principal mantenedor.

Culturalmente, as comunidades de várzea, a exemplo do Centro do Aritapera apresentam as mesmas complexidades desse ambiente da Amazônia, notadamente quanto à trajetória e à conseqüente sedimentação dos valores e dos hábitos das populações que habitam essas regiões. A discussão principal se volta à cultura de comunidades e à religiosidade dos moradores do lugar. Os moradores são pequenos agricultores e parte da população descende de portugueses e dos primeiros

ocupantes, “perdidos” na imensidão das águas de um pequeno rio (rio Aritapera), afluente dos rios Amazonas e Tapajós.

O processo de colonização da região amazônica foi longo. A política colonial visava sempre à expansão de território da coroa portuguesa. Como a região sempre esteve povoada, principalmente no litoral, um dos nefastos métodos adotados foi de expulsar os nativos (loris, 2005) e substituí-los com a presença do invasor.

A massiva participação daquela população indígena recém-saída das políticas coloniais tornou-se alvo central das tropas de combate e da repressão que se seguiu, cujas ações fizeram perecer larga parcela desses indígenas e causaram intensos movimentos de fugas, que deixaram esvaziadas as terras ao longo das margens dos rios da Amazônia (loris, 2005, p. 227).

A afirmação acima, por loris (2005), corrobora com as características físicas dos atuais moradores fixados ao longo das margens do rio Amazonas, em especial nas comunidades de várzea constituídas por pessoas com biótipo diferente dos nativos da região. Com isso, constata-se cabalmente que houve o processo de colonização e de aculturação que se impôs sobre esse ambiente e seus habitantes originários. Além disso, apresenta-se nítida mistura étnica, com características bem diferentes do homem amazônico de 2023. Esse destaque pode ser compreendido devido ao choque cultural que a região sofreu com o processo de ocupação do invasor/colonizador europeu e, mais tarde, com a vinda em massa dos migrantes nordestinos para a região Amazônica (Rodrigues, 2013, p. 43).

Outro tema importante que integra a cultura do Aritapera é a religiosidade dos comunitários, que, diferentemente de outras comunidades, ainda se mantêm fiéis à religião Católica. Mesmo com diversas tentativas de instalação de igrejas evangélicas, missões evangélicas não houve abertura por parte da comunidade, dos comunitários que permanecem católicos, de acordo com depoimento de aritaperenses. Tanto que os habitantes do lugar elegeram como padroeiros da comunidade Santíssima Trindade e São Sebastião. Ambos são festejados no mês de janeiro.

Em 2023, as festividades foram realizadas na terceira semana de janeiro, mobilizando as comunidades próximas, inclusive, com a participação de pessoas de Santarém-PA. Durante os dias de festa, tradicionalmente, os comunitários/visitantes têm participação especial, transformando as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba em um centro populoso.

Imagem 8: Igreja Católica Santíssima Trindade - Centro do Aritapera-Pará, em 04-02-2022.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2022).

As festividades dos padroeiros são realizadas todos os anos para revitalizar a fé e revigorar as práticas cotidianas, que são desgastadas no decorrer do período anterior. Com isso, durante os festejos, eles conseguem fortalecer os laços familiares e a relação com seus parentes que vivem distantes em diversas cidades e até em outros países. Nesse momento, retornam à comunidade de origem para festejar a religiosidade do lugar, enquanto o Centro do Aritapera também reforça os laços de amizade com as comunidades vizinhas.

Nesse aspecto, para Rosendahl (2001), a devoção aos santos é expressão do catolicismo popular, principalmente em áreas rurais, onde a presença oficial da igreja não é constante. A privatização do sagrado se expressa pela relação do homem religioso com o sagrado, sem a intervenção de nenhuma mediação institucional entre eles. É uma prática que se dá nas comunidades rurais de várzea onde as igrejas passam a ser administradas pela própria comunidade, com ajuda das pessoas que reúnem melhores condições financeiras.

Com essas práticas, os moradores de Aritapera fundamentam a fé e mantêm uma cultura típica das comunidades rurais amazônicas, que se dá pela religiosidade e pelos costumes de fortalecimento da fé cristã. A comunidade também se torna educadora por meio de suas instituições na área social ou religiosa ao transmitir para outras gerações os costumes sedimentados historicamente.

Culturalmente, uma das tipicidades da várzea passa pelos fatos míticos, uma peculiaridade que faz parte do imaginário amazônico presente na maioria das comunidades. Para Paes Loureiro (2009, p. 1), “na Amazônia, o imaginário, uma

espécie de sfumato¹³ poetizando a relação cultural entre o homem e a natureza, entre o real e o surreal, instaura e configura essa zona indistinta de devaneio, esfumado crepuscular sombreando o espaço de poiesis¹⁴ entre a realidade e a imaginação". Na Amazônia, a imaginação e o imaginário são construídos diferentemente, uma vez que se conhece a natureza do que está sendo projetado e contemplado:

Trata-se de um fator cultural que estabelece imprecisa separação entre as partes constitutivas da realidade e o imaginário, semelhante ao que acontece no encontro das águas pardas do Amazonas com as negras águas do rio Negro. Ou do rio Amazonas com as verdíssimas águas do rio Tapajós.

O limite entre as águas amareladas de uns e as negras, verdes ou azuladas de outros, não está definido por uma linha clara e precisa e distinta, mas por águas misturadas, viscosamente, interpenetradas, criando uma tonalidade imprecisa verde-amarelada, negro-amarelada, azul-amarelada como se essa forma de *sfumato* fosse estabelecendo uma vaga realidade única na física distinção que caracteriza os rios (Loureiro, 2018, p. 10).

Socialmente, os principais elementos que estabelecem a vida nas comunidades de várzea incluem a família, escola, igrejas, clubes de futebol e os laços de parentesco. A organização social e política se manifesta por meio de sindicato e associações, com a participação de professores, agricultores, pescadores, entre outros, sem os quais não se poderia discutir a educação e o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em uma comunidade rural da Amazônia no município de Santarém.

São esses elementos que compõem uma comunidade rural e que podem ajudar a compreender os processos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais do cotidiano dos habitantes que povoam esses espaços e que estabelecem as relações sociais. Outra categoria imprescindível é o trabalho como meio de sobrevivência das pessoas, que está relacionado à temporalidade social e econômica

¹³ O sfumato é uma técnica artística usada para gerar suaves gradientes entre as tonalidades, é comumente aplicado em desenhos ou pinturas. Sfumato vem do italiano "sfumare", que significa "de tom baixo" ou "evaporar como fumaça" (Google Arte & Cultura: https://artsandculture.google.com/entity/m0160_9?hl=pt.).

¹⁴ Os gregos, hedonistas, por sua vez, utilizavam a palavra póiesis (com o significado inicial de criação, ação, confecção, fabricação e, posteriormente, arte da poesia e faculdade poética), que em português deu origem a palavra poesia, resgatando o sentido helênico de atividade que revela a beleza do espírito, envolvendo, portanto, prazer e satisfação! (<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/tripalium>).

e que determina o modo de produção, o viver das pessoas, os costumes e o entretenimento que a comunidade oferece aos seus moradores.

Sobre a educação escolar na Amazônia paraense, houve um considerável percurso que inicia ainda no Brasil Imperial, passando por outros modelos de gestão até chegar em 2023, como afirma Colares (2012, p. 19):

[...] Os jesuítas foram os principais protagonistas da educação no Brasil colonial, a leitura da monumental obra escrita pelo padre Serafim Leite ainda é um dos melhores referenciais para quem busca informações detalhadas e abrangentes acerca das atividades por eles desenvolvidas no Brasil.

A presença da Igreja Católica na colonização do Brasil e da Amazônia se deu também como instrumento de ocupação do espaço. A história das comunidades rurais, especialmente na várzea, tem como premissa a instalação das capelas (igrejas). A partir da presença da Igreja Católica nas comunidades e vilarejos é que a história daquele lugar começa a ser contada com a versão de quem chegou e jamais a partir dos povos que já estavam fixados ali, a exemplo do que se percebeu com a fundação das comunidades do Aritapera.

Por isso, discutir a educação na Amazônia só é possível entendendo também a relação campo-cidade. Uma relação que está inserida no processo de industrialização do capital, que se projetou no campo para sustentar a indústria com matéria-prima, às custas da subalternização da força de trabalho barato para tornar os produtos competitivos no mercado internacional, sem qualquer conexão com questões específicas relativas ao desenvolvimento humano local, a exemplo das questões culturais, sociais e educacionais.

A logística das escolas de várzea também é uma singularidade relevante, pois as ruas da várzea são os rios caudalosos, especialmente durante a cheia (inverno), quando as águas do Amazonas inundam as ilhas e as planícies, onde a educação brasileira de maneira resiliente e mentem nas várzeas da Amazônia. Um contexto que dialoga muito bem com a leitura científica-poética de Lima (2014, p.02), quando ajuda a refletir que:

Dutra e Nilson retornam, com suas câmeras engravidadas de imagens desse povo tão brasileiro, conquanto essencialmente amazônico, que luta e sonha, ao sabor dos banzeiros, temporais, descidas e subidas das águas, todos os anos. “Sonhos não envelhecem: em meio a tantos

gases lacrimogêneos...”, ensinaram os cantadores do Clube da Esquina, lá das Gerais. Despedimo-nos da senhora dona da casa, das crianças, da comunidade. O vento sopra na proa da pequena “Delícia”, que corta o Amazonas pela margem contra a correnteza, fazendo o caminho inverso. Pouco antes do meio-dia, aportamos no Terminal Turístico, no Centro de Santarém. O temporal se dissipou e as águas do Tapajós se insinuam no cais, na frente da Praça do Pescador, prometendo subir mais ainda até o final de maio.

Nessas áreas, as atividades educacionais abarcam os espaços da floresta, dos rios, campos, lagos, igapós e roçados considerados áreas de convivência coletiva, onde a comunidade escolar, alunos, professores, técnicos e pessoal de apoio experenciam nos 200 dias letivos a rotina da vida e do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea.

Trata-se de procedimentos diferenciados em relação ao que ocorre nas escolas das áreas urbanas, planaltos e rios, um modelo de educação que se destina às comunidades de populações que se relacionam com atividades econômicas das produções agrícola, pesca, pequenas criações de gado e com o extrativismo, com a cheia e a seca extremas dos rios da Amazônia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-1996), no artigo 28, garante a oferta da Educação Básica a fim de atender à população rural. Os sistemas de ensino deverão promover adaptações para a sua adequação às peculiaridades de cada região, ou seja, esta deve ser autônoma quanto a sua organização escolar, metodologias e calendário, adequando a estrutura escolar às suas necessidades e realidade (Brasil, 1996). As escolas do campo, no entanto, reproduzem, segundo Brito (2015), o modelo educacional das escolas urbanas, limitando o desenvolvimento do pensamento crítico e acesso à cidadania, implementando nas áreas rurais a educação elitista e instrumental voltada apenas para o mercado de trabalho.

A dinâmica da escola de várzea se difere, portanto, completamente da escola da cidade, principalmente com relação à logística. Enquanto na cidade a comunidade escolar se preocupa com o trânsito, com o transporte terrestre, com a “fuga” dos alunos a outros destinos, com os cuidados ao acessar na ida e o retorno determinado veículo, a exemplo do ônibus de uso comum, no interior/várzea uma das principais preocupações inicia desde o nascimento das crianças, fazendo com que muito cedo aprendam a nadar, reconhecer os animais peçonhentos e a se equilibrar nas pequenas “canoas” (rabetas) para evitar os naufrágios/alagamentos.

Esses cuidados acompanham as crianças e os jovens em idade escolar, o que exige uma logística completamente diferente do que se conhece nas cidades, nos grandes centros, para atender a um dos direitos fundamentais que é ir e vir à escola com segurança para fins educacionais. Em 2023, os alunos da várzea são conduzidos à escola por embarcações oficiais administradas pelo município, por meio de recursos federais destinados a garantir o transporte dos estudantes, como ocorre nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba e nos mais distantes rincões da Amazônia brasileira.

Além do transporte oficial, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) de Santarém também contrata os serviços terceirizados, para garantir as 153 rotas demandadas por alunos do interior, o que envolve as regiões do planalto, rios e, especialmente, a várzea.

Imagem 9: Barco terceirizado pela SEMED para transportar alunos na várzea, em 04-02-2022.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2022).

Em 2023, no período da cheia, a frota da SEMED que atendia à logística do transporte escolar com 75 unidades de veículos e lanchas não era suficiente. Para suprir a demanda das escolas do interior, a gestão municipal passou a contratar por meio de licitação transporte terceirizado.

A frota própria da SEMED era composta por 44 ônibus, que atendiam a 34 comunidades rurais; 10 desses veículos atendiam a alunos especiais na cidade. Com relação às lanchas, são 11 unidades grandes e 15 pequenas, totalizando 26 unidades. Havia, também, os veículos para serviço administrativo na sede do município com seis

caminhonetes e um caminhão frigorífico, para dar suporte à Alimentação Escolar dos estudantes.

Ressalta-se, que este estudo foi realizado em uma escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II ribeirinha, localizada à margem direita do rio Amazonas, no município de Santarém-PA, na área da Várzea. Nesse aspecto, questiona-se: como a estrutura da Escola Municipal Santíssima Trindade e a escola são em si? Quais são as suas características? Como administra a educação em uma comunidade de várzea?

3.2 À escola

Veja as instalações físicas da Escola Santíssima Trindade em dois momentos, nos períodos da cheia (Abril, Maio, Junho) e da seca (Outubro, Novembro, Dezembro):

Nesse tópico estão elencados aspectos culturais, geográficos, econômicos e sociais do ambiente em que a instituição escolar está inserida. Bem como, questões sobre bens materiais e físicos que a instituição possui, como se dá a participação e a visão que alunos, pais, professores têm da escola. Apresenta ainda as características sobre recursos humanos e um histórico sucinto da instituição escolar, sobre como ela surgiu, seu funcionamento, como é administrada, como se dá a participação de todos os envolvidos no processo educacional da escola Santíssima Trindade.

Imagem 10: CHEIA – Escola Santíssima Trindade, em 24/06/2021, Centro do Aritapera-PA.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2021).

Imagem 11: SECA – Escola Santíssima Trindade, em 04/02/2022, Centro do Aritapera-PA.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2022).

Essas informações se tornam relevantes na medida em que propiciam condições exequíveis de avaliação da conjuntura existente e apontam caminhos possíveis e viáveis para a efetivação e prática da educação escolar em uma comunidade de várzea.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, instalada no ambiente de várzea, atende a três comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba com as modalidades da Educação Infantil e Ensinos Fundamental I (Séries Iniciais) no turno matutino e Ensino Fundamental II (Séries Finais) no turno vespertino. É considerada uma escola de grande porte para a realidade de várzea, com capacidade para atender até 160 estudantes, mas em 2023 contava com 82 alunos matriculados, incluindo todos os níveis de ensino ofertados pela escola.

De acordo com o histórico (anexo), a escola foi fundada em 15 de novembro de 1969 pela professora Sofia Fernandes Imbiriba na comunidade Centro do Aritapera, região de várzea, no município de Santarém-PA, à margem direita do rio Aritapera, afluente do rio Amazonas.

Trata-se de uma escola polo, funcionando com Educação Infantil de 1º ao 9º ano e mais duas escolas anexas que funcionam de 1º ao 5º ano: Escola Municipal professora Raimunda Maia, na comunidade Enseada do Aritapera e Escola Municipal São Sebastião, localizada na comunidade Carapanatuba.

A Escola Santíssima Trindade e seus anexos funcionam sob o regime de um calendário especial de várzea, com a periodicidade que vai de agosto a abril do ano subsequente, por força das peculiaridades geográficas e ao processo natural da seca e da cheia dos rios, em relação às escolas da cidade e do planalto, no município de Santarém-PA, assunto que será discutido mais adiante.

Em 1998, foi autorizado o ensino de 5ª à 8ª série por meio da resolução nº155 de 24 de março, pelo Conselho Estadual de Educação com a duração de um ano. Em 15 de maio de 2006, foi concedido o reconhecimento do Ensino Fundamental de 1ª à 8ª série pela resolução nº 193/2006 do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Imagem 12 – Escola Municipal Santíssima Trindade – Construção modelo palafita, 2022.



Fonte: Acervo do pesquisador (2022).

Em decorrência das características da localidade, a escola é construída em madeira, modelo palafita, com uma estrutura de boa qualidade, considerando a realidade da várzea, bem equipada com materiais permanentes e de consumo, oferecendo o bem-estar a alunos, professores, funcionários, pais e demais pessoas da comunidade. No entanto, a escola se ressentir de ampliação que contemple as instalações de biblioteca, sala de informática, diretoria e acessibilidade com padrão recomendado pelo Ministério da Educação (MEC). A Escola Municipal Santíssima Trindade funciona sob as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96.

A maioria dos alunos é da comunidade Centro do Aritapera, mas a escola também atende as comunidades vizinhas: Enseada do Aritapera e Carapanatuba, de

origem humilde, estimulados a estudar, beneficiados pelo programa do governo federal “Bolsa Família” que auxilia a permanência dos estudantes na escola.

Percebeu-se, por meio de visita *in loco*, que esse benefício social contribuiu com a melhoria do ensino-aprendizagem, constatada pela aprovação de 93% e reprovação de apenas 7% dos alunos da escola polo, um resultado jamais registrado antes dessa política social, que se consolida nos governos dos ex-presidentes da República, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Constatou-se que o planejamento estratégico da escola Santíssima Trindade define a visão, a missão, os objetivos e as metas da escola. A visão consiste em a escola tornar-se reconhecida no município de Santarém pela qualidade do ensino que ministra, pelo respeito e pela valorização dos alunos e colaboradores e pela responsabilidade social que a escola defende. Tem como missão contribuir para a formação de cidadão ativo, participativo, criativo, inovador, assegurando uma educação de qualidade, democrática e de respeito à diversidade cultural.

A escola Santíssima Trindade tem como objetivo geral proporcionar um ensino de qualidade, assim como garantir a participação ativa da comunidade escolar, contribuir para a formação integral dos alunos, elevar seu desempenho acadêmico e agir construtivamente na transformação do seu meio. Os objetivos específicos são promover um bom relacionamento com toda a comunidade escolar; proporcionar um ensino de qualidade aos alunos, priorizando o conhecimento da leitura, escrita e contagem e; elevar o índice de aprovação dos alunos de 1º ao 9º ano no polo e salas anexas, e aumentar cada vez mais o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Escola. Esse último objetivo dificilmente será alcançado, uma vez que o calendário do SAEB nem sempre coincide com o calendário escolar diferenciado para escolas da várzea.

A escola Santíssima Trindade tem como meta obter o melhor relacionamento possível com a comunidade escolar, mostrando a importância da educação tanto na escola como na sociedade do modo geral; garantir um ensino de qualidade aos alunos, com vistas à formação do caráter do indivíduo com habilidades e competências no campo científico, cultural e social, bem como aumentar a taxa de aprovação de 87% para 92% de 1º ao 9º ano na escola polo e nas salas anexas, utilizando o reforço na leitura, escrita e contagem, principalmente, com relação aos alunos com dificuldades de aprendizado.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Santíssima Trindade justifica-se com base nos princípios legais que regem o sistema educacional brasileiro, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96. O PPP foi elaborado para orientar as ações da escola com relação à Educação Básica, à educação do Ensino Fundamental I e II. De acordo com o Artigo 12 da LDB/96, “os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as normas do seu sistema de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, por meio da elaboração do PPP.

Destaca-se que “o PPP é um documento que ajuda a direcionar a política pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê ações, institui procedimentos e instrumentos de ações”, (Libâneo, 2005). Com essa compreensão, afirma-se a necessidade do PPP na instituição educacional, especialmente por uma flexibilidade e acessibilidade a cada realidade específica, possibilitando, assim, a sua concretização eficiente na educação, ressalvada a realidade de cada lugar, como ocorre nas singularidades das escolas de várzea da Amazônia.

Para Saviani (2003), a efetivação democrática pressupõe que o processo educacional oportunize a todos os indivíduos condições de obtenção de na trajetória escolar, acesso ao “conhecimento historicamente produzido pela humanidade”, e que as políticas públicas corroborem com o trabalho dos professores e das escolas.

Dessa forma, a escola se transforma em uma instituição capaz de contribuir com a mudança de mentalidade da comunidade escolar, além de ajudar na transformação da sociedade, por meios de ações reflexivas aos aspectos social, político, econômico e cultural. Nesse sentido, a escola Municipal Santíssima Trindade, com ensino de 9 anos conforme embasa a LDB/96, elaborou o seu PPP com a finalidade de sensibilizar o gestor, os docentes, os discentes, a secretária, o auxiliar administrativo, o serviço de apoio e os pais dos alunos, despertando-lhes uma consciência crítica, por meio de ações pedagógicas, a fim de viabilizar igualdade e oportunidade para todos, de acordo com os princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita.

Saviani, no entanto, destaca que há uma desigualdade no ponto de partida, mas a igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da escola. Para Saviani (1982, p. 63), “só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada”. Igualdade de

oportunidades, portanto, requer mais que a expansão quantitativa de ofertas, isto é, materializa-se pela ampliação do atendimento com simultânea manutenção da qualidade. Nota-se, mesmo com os avanços promovidos pela Pedagogia Histórico-Crítica, que a igualdade de oportunidades em uma sociedade de classes não ocorrerá, mas isso não impede a luta pela expansão da escola pública laica, universal, gratuita e de qualidade.

Portanto, o PPP é importante porque norteia todo o trabalho escolar durante o período letivo, a fim de ajudar na formação de homens e de mulheres comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária, finalidade maior a ser atingida pelos estabelecimentos de ensino das várzeas da Amazônia.

Sobre os fundamentos políticos e epistemológicos da Escola Municipal Santíssima Trindade, têm a finalidade de desenvolver as ações educacionais fundamentada nas legislações vigentes, com base na Constituição Federal de 1988; LDB 9394/96; ECA nº 8 069/9; Lei nº 11.114/2005 e Lei 11. 274/2006; Lei de gestão democrática nº 17.866/04; Lei nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; Lei indígena nº 11.645/08; Lei nº 9.795/99 que regulamenta a Educação Ambiental; Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, além das resoluções do CME, como: Regimento Escolar, aprovado pela Resolução nº 005 de 30/03/2010 e matriz curricular Resolução nº 006 de 30/03/2010 e normas da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) que asseguram o desenvolvimento da educação infantil e Fundamental no município de Santarém e nas escolas de várzea. Os fundamentos éticos destacam que na sociedade, e mais especificamente no âmbito escolar, as relações humanas acontecem e necessitam de condutas de convivência que demonstrem valores humanos e valores éticos e morais.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Valorizar significa relacionar com a natureza, atribuindo-lhe significados que variam de acordo com necessidades, desejos, condições e circunstâncias que se vive. Pela criação cultural, instala-se a referência não apenas o que é, mas ao que deve ser. O que se deve se traduz numa série de prescrições que as sociedades criam para orientar a conduta dos indivíduos (PCNs, 1998, p. 108).

Ressalta-se que os PCNs estão alinhados com o modelo educacional conservador, propondo, que se acredite que estes valores paulatinamente possam

contribuir para a formação da pessoa humana enquanto ser sociável e transformador, dentro ou fora da escola, embora na prática esse processo não se efetive, uma vez que nada tem a ver com a emancipação do ser humano. Mas de acordo com os parâmetros curriculares nacionais, na escola neoliberal o estudante vai aprender ser um cidadão e com isso vai:

Aprender agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência, aprender a usar o código nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser apreendidos e desenvolvidos pelo aluno e, portanto, podem ser ensinados na escola (PCNs, 2011, p. 108).

Percebe-se, portanto, que se trata de uma teoria construtivista. Para Duarte (2001, p.86), “o construtivismo sempre apresentou-se no Brasil como se estivesse trazendo ideias inteiramente novas para a educação, não assumindo sua filiação ao movimento escolanovista”. Os PCNs, teoricamente, são documentos fundamentados no construtivismo, no lema do “aprender a apreender” de Vigotski, que de acordo com a Pedagogia Histórico-Crítica é uma modelo de ensino que precisa ser superado.

Dessa forma, a escola Santíssima Trindade se propõe a trabalhar os valores éticos e morais dos alunos como referencial às relações interpessoais na tomada de decisões e ações que irão alavancar o processo educativo. Pensando nisso, a escola almeja o desenvolvimento dos princípios éticos e morais, da igualdade, responsabilidade, estética e diálogo.

Com relação à igualdade, procura agir com equidade sem distinção de raça, cor, posição social, compreendendo que indivíduo algum deve ser privado da possibilidade do desenvolvimento. Não se pode, no entanto, esquecer que se trata de um discurso Neoliberal, doutrina econômica conservadora que pretende diminuir ao máximo a participação do Estado nos serviços ofertados pelo estado, a exemplo da educação. Assim, agir como princípio da igualdade significa tratar todos da mesma maneira e fornecer as mesmas oportunidades segundo as necessidades sociais e culturais, por entender a educação como um bem, um direito e um dever público a ser garantido pelo Estado. Com isso, todas as crianças, em qualquer lugar que estejam, precisam da garantia de espaço e de acesso à escola, como meio para alcançar o pleno desenvolvimento do seu potencial intelectual, físico e social.

Ao eleger a estética como premissa, em seu planejamento, a Escola Municipal Santíssima Trindade busca valorizar o ambiente pedagógico da escola e trabalhar pela melhoria de seus espaços físicos, a fim de manter um espaço saudável a todos os envolvidos no processo educativo e a comunidade de modo geral e, por fim, por meio do diálogo, exalta a expressão fundamental da relação entre os seres humanos, de maneira que se busque sempre aprender a ouvir a outra pessoa falar, pois de acordo com os PCNs (1998, p. 108), “o diálogo é uma arte a ser ensinada e cultivada, e a escola é o lugar privilegiado para que isso ocorra”.

Percebeu-se que o embasamento epistemológico adotado pela escola Santíssima Trindade se centra nas concepções construtivista e sociointeracionista. O construtivismo idealizado por Piaget e o sociointeracionismo idealizado por Vygotsky. Piaget e Vygotsky apresentam perspectivas epistemológicas diferentes, embora nesse aspecto, os autores afirmam que os sujeitos só serão capazes de transformar a realidade ao se apoderarem do conhecimento necessário a esse fim, visto que o ensino-aprendizagem é um processo social de caráter ativo e que o conhecimento é fruto da construção pessoal e ativo do aluno.

Ressalta-se, que os dois autores, Piaget e Vygotsk, citados no PCN e no PPP da Escola Santíssima Trindade, não dialogam com a Pedagogia Histórico-Crítica - PHC, teoria utilizada nesta pesquisa. De acordo com o documento da escola, Piaget e Vygotsk apontam para o processo de ensino-aprendizagem composto de conteúdo, transmitidos por meio da interação social e que têm como finalidade o desenvolvimento cognitivo, afetivo, cultural e social com a pessoa, a qual se torna um agente de transformação na sociedade. Para Saviani (2019), no entanto, fundador da PHC, a concepção de ensino significa produzir o saber, fazer com que aqueles que fazem parte do processo consigam absorver os conteúdos e transformar o meio onde vivem em um local com igualdade de oportunidades.

Além disso, a Pedagogia Histórico-Crítica tem uma posição definida, tanto a que ela se opõe, quanto ao que defende. Para Orso (2023), a PHC se opõe:

À propriedade privada dos meios de produção, à sociedade capitalista e à divisão em classe sociais; ao liberalismo, nas suas diferentes versões; à pedagogia de projetos; às pedagogias não críticas e crítico-reprodutivistas; ao pós-modernismo; ao multiculturalismo; à história em migalhas; ao pragmatismo; aos Parâmetros Curriculares Nacionais; à fragmentação do saber; à educação tradicional; ao escolanovismo; ao tecnicismo e ao neotecnicismo; ao construtivismo

e ao neoconstrutivismo; ao ecletismo; ao positivismo; à Fenomenologia; ao não-diretismo e ao espontaneísmo; opõe-se ao idealismo e ao Relativismo. Enfim, opõe-se à organização social vigente e a todas as perspectivas que visam a reprodução e perpetuação das relações dela decorrentes. (Orso, 2023, p. 367).

De acordo com Orso (2023), por outro lado, a Pedagogia Histórico-Crítica, “enquanto uma teoria pedagógica contra hegemônica e revolucionária”, defende claramente:

A compreensão da escola e da educação a partir do contexto socioeconômico e dos determinantes sociais; defende a existência da realidade objetiva e a possibilidade do conhecimento objetivo; defende a educação como um ato intencional, voluntário, planejado, sistemático e metódico; defende a importância do professor, da escola, dos conteúdos e do planejamento escolar; preconiza a socialização dos conhecimentos mais elaborados produzidos pela humanidade; adota o método materialista histórico-dialético; e está comprometida com os trabalhadores e o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. (Orso, 2023, p. 367-368).

A educação, por sua vez, deve ser um instrumento para contribuir com o desenvolvimento humano, promover os valores e os conhecimentos necessários para que as crianças e os jovens possam exercer plenamente sua cidadania, omnilateralmente, no presente e no futuro, por meio da construção social e do usufruto de bens culturais e materiais que a sociedade tenha a lhes fornecer. A escola, por sua vez, é a instituição pela qual se espera que contribua com a formação dos membros da sociedade, colocando-se na posição de ser mais um meio social na vida desses indivíduos. A escola também veicula valores que podem conflitar com os que circulam nos outros meios sociais que os indivíduos frequentam ou que são expostos.

Diante disso, a escola deveria assumir explicitamente o compromisso de educar os alunos dentro dos princípios democráticos e utilizar de forma pragmática o conhecimento construído pela ciência no decorrer da história, mas envidar esforços para ajudar a fundamentar o conhecimento na ciência, o pensamento e a ação em vários momentos da vida social. Dessa maneira, tornar-se-ão autônomos, capazes de buscar por si mesmos os conhecimentos, formar seus próprios conceitos e opiniões, ou seja, serem cidadãos ou cidadãos emancipados cultural e politicamente.

Os pressupostos metodológicos da Escola Municipal Santíssima Trindade, de acordo com o PPP, o papel fundamental da Educação no desenvolvimento das pessoas e da sociedade amplia-se ainda mais no despertar do ensino-aprendizagem

e aponta para as necessidades de se construir uma escola voltada à formação de cidadãos. Com isso, o compromisso com a formação da cidadania exige necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e das responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e afirmação do princípio da participação política, por meio de uma formação emancipadora.

Nesse aspecto, o importante é que a escola tenha o dever de adotar a formação cidadã como critério norteador de suas ações pedagógicas em sua totalidade. Com isso, oferecer condições específicas ao aluno na medida do possível e assegurar aos educadores um currículo dinâmico, fundamentado em métodos, técnicas e recursos educativos mediante articulações e parcerias com outras instituições de formação escolar, sem esquecer-se da possibilidade de inserção futura de seus estudantes no campo do trabalho.

A formação acontece em duas vertentes: informalmente, através da comunidade à qual a criança/estudante pertence, e, formalmente, no espaço escolar, sobre a responsabilidade de profissionais (gestores, professores, técnicos e pessoal de apoio), que são simultaneamente agentes e pacientes de integração. Desse modo, pode-se afirmar que a aprendizagem é um processo dinâmico, que envolve a interação do aluno com o meio. Para isso, faz-se necessário que o professor dê a devida atenção aos fatores que motivam o aluno a aprender.

No percurso de caracterização da escola Municipal Santíssima Trindade, percebeu-se que o processo avaliativo é importante e ocorre em diversos níveis. Sobre esse aspecto, segundo Santos (2007), o termo avaliar tem sua origem no latim, da composição a-valer, que quer dizer “dar valor à”. Quanto ao conceito de avaliar, é formulado a partir das determinações que variam ao longo dos períodos.

Percebeu-se que avaliação praticada pela Escola Santíssima Trindade organiza-se didaticamente em três dimensões: Avaliação qualitativa (formativa), Avaliação quantitativa (somativa) e Avaliação diagnóstica (formativa).

Avaliação qualitativa – Para se processar a avaliação formativa é necessário, entre outros aspectos, formular os objetivos com vistas a avaliar os comportamentos observáveis e tomar como referência um esquema teórico que facilite a identificação precisa de áreas de dificuldades e, com isso, utilizar a avaliação para corrigir insuficiências ou reforçar os comportamentos bem-sucedidos, cabendo ao professor verificar se deve prosseguir ou alterar ou ainda nivelar o processo avaliativo.

Avaliação quantitativa – É um processo de discussão e julgamento para classificar os alunos. Requer a definição de objetivos e procedimentos de medida. A escola recomenda que a avaliação somativa seja feita no final do processo de aprendizagem por meio de análise do que foi aprendido.

Avaliação diagnóstica – Perpassa pelas dimensões anteriores e caracteriza-se pelo olhar reflexivo e crítico sobre cada passo vivenciado no processo educativo. Esse tipo de avaliação exige a responsabilidade coletiva e particular, bem como a importância de questionamentos de conceitos cristalizados de avaliação, com vistas a envidar esforços para a sua superação. A partir desses procedimentos haverá maior embasamento para se planejarem diferentes formas de atender às necessidades dos alunos.

A avaliação diagnóstica coloca em evidência os aspectos fortes e fracos de cada aluno. Percebe-se, dessa forma, que a avaliação, dá-se por vários procedimentos num longo prazo de tempo, por meio da observação ao longo do período escolar; observação concentrada em momentos de prova com ou sem consulta ou durante a realização de tarefas individuais ou em grupo e o registro das observações pessoais, conclusões e dúvidas logo após atividade.

Para Saviani (2007), no entanto, a avaliação é o momento catártico dentro da Pedagogia Histórico-Crítica, em que se trata da efetiva incorporação dos instrumentos culturais, que depois de um percurso pelos caminhos do aprendizado são transformados em elementos ativos de transformação, considerado o ponto culminante do processo de ensino, passagem da síncrese à síntese. “É a construção de todo um trabalho, mas que deverá continuar sempre em construção, através dos tempos e de novos conhecimentos” (Saviani, 2007, p. 72).

A escola Santíssima Trindade também realiza avaliação de aprendizagem quantitativas e qualitativas. As avaliações quantitativas são realizadas por meio da aplicação de teste, trabalho em grupo, trabalhos individuais e simulados; as avaliações qualitativas são realizadas durante a manifestação dos alunos por meio do interesse, participação, pontualidade, assiduidade, além de diagnosticar de forma contínua, a cada aula, bimestre ou semestre, observando se os objetivos propostos foram alcançados.

Com a aplicação dessas avaliações, a escola é desafiada na sua totalidade a buscar melhorias que venham somar ao ensino com resultados que garantam qualidade no processo educativo. Ao final, a escola tem o compromisso de divulgar

os resultados, por meio de gráficos em murais e encontros pedagógicos, para conhecimento da comunidade escolar, para que juntos possam partilhar e avaliar os avanços, bem como fazer os ajustes sobre o que não foi bem-sucedido. “Assim, os enfoques de critérios assumidos em um processo avaliativo revelam as opções axiológicas dos que dele participam” (Sousa, 1997, p. 127).

Percebe-se, portanto, que o processo avaliativo da Escola Santíssima Trindade é realizado de diversas maneiras, constituindo-se em um processo de busca de compreensão de realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar, considerando que os participantes do processo educativo sejam capazes de assumir as transformações da educação escolar. Assim, é importante ter-se em conta a multiplicidade de valores presentes entre as diversas unidades de ensino, bem como a clareza de que é preciso trabalhar com base nessa diversidade para a construção ou exposição do projeto da escola, que tem como referência a proposição da sistemática da avaliação.

A escola também dispõe de recursos técnico-pedagógicos para avaliação institucional, por meio de um conjunto de mecanismos, instrumentos, métodos e técnicas utilizadas para acompanhar, analisar e julgar a execução de planos, programas, projetos, suas atividades e tarefas.

Dessa forma, percebe-se a descentralização da ação pedagógica e dos sujeitos da educação escolar, não cabendo olhar apenas as ações das pessoas que trabalham na escola, mas também a responsabilidade dos próprios alunos, o fundamental papel que têm as famílias dos alunos e o dever que tem o Estado e a sociedade para com a educação pública.

Os docentes da Escola Santíssima Trindade são avaliados durante os encontros pedagógicos, em reuniões com os pais e conselho escolar, por meio da aplicação de questionários avaliativos com relação ao desempenho deles. O pessoal de apoio/administrativo é avaliado pela gestão da escola e pelo Conselho Escolar com relação aos trabalhos desenvolvidos na escola, como: organização de documentação, pontualidade, cordialidade, compromisso e responsabilidade, limpeza e organização da cozinha. A gestão da escola é avaliada pela comunidade escolar e pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) nos aspectos físicos e sobre as organizações dos tempos e dos espaços.

Os aspectos físicos da Escola Santíssima Trindade obedecem às exigências legais do Ministério da Educação. A escola está localizada em uma região de várzea, construída de acordo com realidade e as singularidades local, com salas de aula padronizadas, sala de professores, secretaria, refeitório, cozinhas, depósito e passarelas amplas que ligam as dependências. No entanto, percebe-se que, devido ao fenômeno natural da cheia dos rios, o prédio sofre constantes deteriorações e os reparos são feitos com recursos públicos e a mão-de-obra com recursos garantidos pela comunidade escolar.

Organizações dos tempos e espaços da escola funciona de acordo com o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, atendendo à demanda escolar no tempo hábil de acordo com a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), garantindo a carga horária prevista em lei, com o cumprimento de 200 dias letivos e 800/h/a, aos quais os alunos têm direito. A escola também garante espaço de qualidade para acomodar os alunos e oferecer uma educação adequada, respeitando as diferenças e os cuidados com o ambiente escolar, garantindo o desenvolvimento de ensino-aprendizagem.

Avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) e a dimensão de abrangência na Escola Santíssima Trindade são responsáveis pelo norteamento do desenvolvimento das atividades propostas pela SEMED. Percebe-se que nessas atividades conta-se sempre com o envolvimento da comunidade escolar, com destaque ao Conselho Escolar, cuja participação é garantida em lei, sendo de grande relevância, pois nota-se o desejo e o empenho de melhorar a educação de cada um dos participantes. Identifica-se que um dos elementos básicos do PPP é o estudante, como principal foco do ensino-aprendizagem e como eixo de trabalho do Conselho Escolar.

Além de todo processo avaliativo já identificado, o Projeto Político Pedagógico também é avaliado, evidenciando-se que a escola dispõe de autonomia caracterizada pela gestão democrática escolar, indicativo dos limites ou possibilidades, tanto da efetividade desse trabalho coletivo quanto da contraposição a ela, pela instância social.

A proposta curricular da escola Santíssima Trindade atende aos seguintes níveis Educação Infantil e Ensino Fundamental, além das modalidades Educação Especial e Ambiental, fundamentadas em legislações, normas, diretrizes e documentos nacionais e locais que norteiam as propostas curriculares em vigor (LDB)

Referências Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Plano de Ensino SEMED, matrizes curriculares dos níveis de ensino, calendário, horários e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Um currículo voltado para a formação humana, introduzindo novos conhecimentos relacionados à vivência do aluno, de acordo com a realidade de cada um, que valoriza o conhecimento do cotidiano.

A BNCC, no entanto, suscita um pertinente debate sobre as determinações que orientam as bases curriculares da educação nacional, destinada as escolas brasileiras.

Para Moraes (2001), em nível internacional, a BNCC está sob a égide das políticas neoliberais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), determinantes para que as políticas educacionais centrem-se na Educação Básica em detrimento de outros níveis do conhecimento. Com isso, fica claro que a educação se tornou mercadoria, mediante a introdução de mecanismos de mercado para o financiamento e gerenciamento das práticas educacionais.

Internamente, percebe-se o efetivo envolvimento do setor empresarial, a exemplo da Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Instituto Unibanco, Bradesco, Gerdau, Volkswagen, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Insper, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Singularidades, Instituto Inspirare, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Além disso, a centralização das políticas educacionais na Educação Básica concebe que a ela é atribuída a função de formar a força de trabalho com as competências necessárias para atender ao mercado. Para Saviani (2013), quando o ensino é direcionado para o desenvolvimento das competências, acentua-se a necessidade do sujeito adaptar-se: “[...] nas escolas, procura-se passar do ensino centrado nas disciplinas de conhecimento, para o ensino por competências referidas a situações determinadas” (Saviani, 2013, p. 438).

As interferências internas, por sua vez, concretizam-se pela ação do empresariado que, na maioria das vezes, atua por meio de instituições filantrópicas e/ou fundações; ou pela vinculação a organizações, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

A respeito desta questão, Saviani (2014, p. 105) destaca que:

[...] a força do privado traduzida na ênfase nos mecanismos de mercado vem contaminando crescentemente a esfera pública. É assim que o movimento dos empresários vem ocupando espaços nas redes públicas via UNDIME e CONSED nos Conselhos de Educação e no próprio aparelho do Estado, como ilustram as ações do Movimento “Todos pela Educação”.

Destaca-se que ao instituir o calendário escolar diferenciado para escolar de várzea, normatizado em 1971, só em 2010 foi que a Diretriz Curricular Nacional Geral para a Educação Básica orientou uma adequação do currículo escolar, como se pode perceber na Seção IV, artigo 35:

Art. 35 Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2022, p. 12).

A partir desse instrumento legal é que as escolas do campo passam a considerar as particularidades em seus contextos em sua organização escolar, isto é, a realidade e os interesses da comunidade em que a escola está inserida, levando em conta os tempos de plantar e colher, da cheia e da seca dos rios, os costumes e tradições e toda a dinâmica social da comunidade.

Em se tratando do currículo escolar, na Escola Municipal Santíssima Trindade, os professores utilizam os currículos Formal, Real e Oculto. O Currículo Formal é aquele que já vem prescrito, o que já vem estabelecido pela gestão executiva da educação; o Currículo Real é a efetiva aplicação das atividades no dia a dia da escola, utilizado pelos professores aos alunos; e o Currículo Oculto pode ser definido pelas influências que impactam a rotina dos alunos e, por conseguinte, o trabalho dos professores no dia a dia da escola.

Em 2021, com o reestabelecimento das atividades presenciais, a gestão da escola e os professores retornaram com as atividades de rotina em relação ao que

ocorria antes da pandemia da Covid-19. Nesse ano, a escola manteve os currículos Formal, Real e Oculto, da mesma maneira que ocorreu no período da pandemia. O que ficou evidente é que as escolas de várzea não têm como desenvolver suas atividades educacionais sem associar os três currículos, devido à necessidade de atuar de acordo com o que vem estabelecido pelo sistema de ensino, com a interação entre gestão, professores e alunos e com a improvisação de determinadas atividades.

O currículo escolar da escola Santíssima Trindade é orientado para inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento. Para Lopes (2004, p. 24),

É importante, portanto, reforçar a compreensão de que o processo da elaboração curricular exige uma dinâmica constante de construção e reconstrução do currículo, com bases nas crises para sua organização com caráter Nacional.

Com isso, considera-se que a educação é um processo constituinte da experiência humana, por isso, faz-se presente em toda e qualquer sociedade. Trata-se de um processo marcado pela interação contínua entre o ser humano e o meio, no contexto das relações sociais, onde são construídos conhecimento, valores, representações e identidades.

Nesse aspecto, discute-se o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea como desdobramento do currículo. O currículo representa o cerne do processo educativo na cidade e no interior, neste ou naquele momento da História da Educação.

Para Saviani (2009), o currículo é uma construção social, marcado pelo reflexo de cada período histórico na medida em que a sociedade evolui ou se transforma. No percurso desse processo, também ocorrem as alterações na concepção do currículo escolar decorrentes do diálogo com as novas exigências demandadas pela dinâmica social. Sendo assim, currículo também

[...] liga-se às ideias de: controle do processo pedagógico; estabelecimento de prioridades segundo as finalidades da educação, de acordo com o público a que se destina e com os interesses dos atores em disputa; ordenação, sequenciação e dosagem dos conteúdos de ensino (Saviani, 2009, p. 43).

Percebe-se também que o currículo escolar se tornou ou sempre funcionou como uma ferramenta importante para a manutenção da hegemonia dentro do contexto educacional. Ou seja, o currículo é um instrumento estratégico no interior da

escola a serviço do Sistema Capitalista, uma peça importante para garantir o poder de uma minoria, que vive da exploração do trabalho do proletariado, que é preparado para atender aos interesses do mercado.

A partir desse ponto, apresenta-se uma nova perspectiva sobre o currículo escolar considerando a Pedagogia Histórico-Crítica, de acordo com Saviani (2013). Nesse aspecto, faz-se necessário o entendimento de que a educação é uma atividade que caracteriza a formação das pessoas por meio de ações coletivas que somente o ser humano é capaz de desenvolver.

Para Saviani (2009), o currículo traz em seu bojo, os aspectos econômicos, políticos, culturais e históricos que vão além de uma mera seleção de conteúdos disciplinares. Ou seja, um currículo escolar se torna sociocultural ao propor não só uma relação de conteúdo que serão seguidos, mas uma ferramenta capaz de promover a formação humana e emancipatória dos alunos, considerados sujeitos históricos. Ou seja, “[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.” (Saviani, 2017, p. 16).

Na perspectiva da PHC, o currículo, portanto, ao ser construído, deve ser pensado para ser utilizado na formação do aluno concreto, na formação do sujeito que é fruto de “[...] uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas, síntese de relações sociais” (Saviani, 2015, p. 79).

Frente a esse contexto, a matéria concreta de interesse do aluno em questão fundamenta-se na vivência em que esse indivíduo se encontra, isto é, na materialidade imediata, concreta. Portanto, o objetivo do currículo escolar, na perspectiva da PHC, é superar a necessidade imediata por meio do saber sistematizado pelo conjunto dos homens.

Esse conhecimento sistematizado pode não ser de interesse do aluno empírico, ou seja, do aluno em termos imediatos, pode não ter interesse no domínio desse conhecimento; mas ele corresponde diretamente aos interesses do aluno concreto, pois, enquanto síntese das relações sociais, o aluno está situado numa sociedade que põe a exigência do domínio desse tipo de conhecimento. E é, sem dúvida, tarefa precípua da escola viabilizar o acesso a este tipo de saber (Saviani, 2015, p. 80).

Constata-se que o currículo escolar se assenta na perspectiva do trabalho, voltando-se inteiramente para atender às ações intencionais e não às ações espontâneas, as ações não provocadas. Essa constatação leva a se pensar o

currículo da Escola Santíssima Trindade como se fosse um instrumento para se realizar ações, atividades específicas que serão desenvolvidas na escola e fundamentadas no saber sistematizado no decorrer da história.

Contudo, o currículo escolar, na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, considera os conteúdos científicos e a realidade social dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Dessa forma, o currículo se torna uma ferramenta de emancipação dos trabalhadores, da classe proletária, pois é fundamental que as classes despossuídas dos meios de produção conheçam e sistematizem os conhecimentos disseminados pela burguesia.

Dessa forma, esse movimento vai contribuir com a inserção do proletariado nessa prática de forma consciente e transformadora, pois “[...] quanto mais adequado for nosso conhecimento da realidade, tanto mais adequados serão os meios de que dispomos para agir sobre ela” (Saviani, 2013a, p. 61).

Nessa concepção, o currículo trata das atividades essenciais que a escola não pode negligenciar, sob pena de perder a sua especificidade. O processo de “seleção do conhecimento” a ser incorporado ao currículo não deve ocorrer de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta.

Assim sendo, é fundamental que o professor problematize a realidade como parte do método da prática pedagógica, haja vista que a seleção do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir “prioridades”, ou seja, eleger o que é principal e distinguir do que é secundário no processo de ensino aprendizagem, ditado “[...] pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem” (Saviani, 2017, p. 39).

A Escola Santíssima Trindade também prioriza a formação continuada, que são eventos para se refletir sobre a formação pedagógica. Durante o ano letivo, os docentes, a equipe técnica e a gestora participam da semana pedagógica na última semana de julho e início de agosto, período este do calendário letivo da várzea.

Participam também das formações continuadas em julho e janeiro e, cotidianamente, a coordenação pedagógica realiza atendimento aos professores para relatar as experiências e planejar as ações de sala de aula. Além disso, os professores e funcionários participam das formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED). Dessa forma, a escola busca desenvolver um

trabalho de formação e atendimento focado na reflexão-ação, por considerar fatores imprescindíveis para o trabalho de qualidade.

Percebeu-se no percurso do estudo, no entanto, que nem sempre a formação continuada dos professores temporários é possível, principalmente, as atividades realizadas nos meses de maio, junho e julho. Nesses meses, os professores são desvinculados com o município, período em que as escolas da várzea não funcionam com atividades escolares e os professores em questão ficam sem salários durante quatro meses. Ao serem recontratados, eles só recebem suas remunerações no final do mês de agosto.

A SEMED, por sua vez, autoriza a participação desses professores na formação continuada, mesmo que estejam desvinculados com o município, mas a grande maioria deixa de participar devido à falta de recursos para passagens, hospedagem e a alimentação, uma vez que a formação sempre é realizada na cidade onde está concentrada a maioria dos professores da rede municipal de ensino.

A Escola Santíssima Trindade também investe no modelo participativo e integrado com a comunidade por perceber que a eficiência do processo educacional perpassa pela parceria escola/família/comunidade.

Dessa forma, desenvolve ações como a realização de atividade sociocultural, por meio de programações cívicas, religiosas e esportivas; ainda realiza encontro de formação ética e de cidadania; reuniões pedagógicas e palestras educativas sobre saúde na escola e educação ambiental.

Um dos exemplos concretos durante a pesquisa foi a abertura e a liderança da escola Santíssima Trindade com relação à realização da gincana educacional-cultural, utilizada neste estudo como procedimento metodológico a fim de reunir as informações das três comunidades de maneira participativa e com mais fidedignidade.

Outra particularidade peculiar das escolas de várzea é a logística, que envolve principalmente os serviços de transporte e de acesso aos meios de comunicação, a exemplo da internet, que em 2023 se tornou uma necessidade, acompanhado de um desafio ainda maior.

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), em Santarém, procura ampliar as políticas públicas da cidade para atender as escolas do interior, inclusive da várzea, por meio dos programas que dispõe, a exemplo do “Caminho da Escola”, do serviço de transporte e Educação Conectada Rural para atender aos alunos das escolas da várzea.

Em 2018, o governo federal implementou o Programa Educação Conectada Rural por meio de conexão via satélite, tendo em vista que se trata de locais de difícil acesso. Soma-se a essa dificuldade a falta de energia elétrica firme e de estrutura fundamental para a viabilidade do acesso ao serviço de internet.

A SEMED disponibilizou o programa de internet aos alunos da Escola Santíssima Trindade, mas a comunidade não dispõe de energia elétrica firme. Embora tenha recebido os equipamentos para instalar o serviço de internet, o acesso não se materializou.

Em 2023, a internet que as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba acessa é precária. Mesmo assim, as redes sociais foram utilizadas pelos alunos, como suporte tecnológico aliado à educação escolar como alternativa para ofertar o ensino remoto, principalmente em 2020, devido à pandemia da Covid-19¹⁵. Com relação a esse modelo de ensino, Saviani (2020) afirma que pode ser uma alternativa equivalente ao ensino presencial, mas se diferencia completamente da educação a distância.

Percebe-se que para o efetivo funcionamento do serviço de internet, exigem-se condições adequadas de viabilidades tecnológicas, a exemplo do acesso a equipamentos de qualidade, acesso estável de internet, a fim de promover a educação por meio digital. Vejamos o que dizem os indicadores sobre o acesso à internet nos domicílios brasileiros e por região:

Tabela 2: Indicadores de acesso à internet por domicílio, no Brasil e por região, em 2023.

REGIÕES	TOTAL	CENTROS URBANOS	MEIO RURAL
Brasil	80,0	82,0	68,0
Norte	76,0	83,0	33,1
Nordeste	78,0	77,2	44,2
Sudeste	82,0	86,5	59,4
Sul	81,0	84,0	61,4
Centro-oeste	83,0	86,4	56,5

Fonte: IBGE/2020. Elaborado pelo autor (2023).

¹⁵ A covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) das pessoas com covid-19 podem ser assintomáticas ou oligossintomáticas e, aproximadamente, 20% dos casos detectados requerem atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Sua letalidade varia, principalmente, conforme a faixa etária e condições clínicas associadas (CONASS/CONASEMS, 2021, p. 14).

Diante dos números, de acordo com a tabela 2, percebem-se as disparidades dos indicadores ao se relacionarem os centros urbanos com o meio rural, considerando as regiões do Brasil, com relação aos domicílios que utilizam internet, segundo o IBGE/2023. A área rural da Região Norte aparece com 33,1%, o menor percentual do Brasil, o que reflete a realidade precária do acesso à internet na região Amazônica e, conseqüentemente, nas comunidades de várzea.

Estudos do IBGE realizados entre os anos de 2016 e 2018 referentes às regiões metropolitanas que compreendem duas capitais, Manaus, no Amazonas, e Belém, no Pará, também mostram indicadores bem abaixo do esperado. Percebe-se que no Amazonas, em 2016, foram 63,3%; em 2017, foram 70,2%; e 2018 foram 75,6%. Quanto ao acesso à internet e demais recursos tecnológicos no estado do Pará, 24,9% dos domicílios possuem tablet ou computador, 86,3% têm telefone móvel, 91,9%, televisão e 69,4% usam internet.

A média nacional nesses anos, a começar em 2016, é 69,4%; em 2017 corresponde a 74,9% e em 2018, 79,1%, o que demonstra que esses índices vêm crescendo. Somando-se a essas disparidades, as tecnologias da Rede Mundial de Computadores que atendem à região Amazônica são consideradas de qualidade inferior e os custos mais elevados em relação aos centros mais desenvolvidos do Brasil.

Nas escolas paraenses, a internet também não é um recurso presente em grande parte delas, isto é, apenas 54,2% das escolas estaduais dispõem de acesso à internet, o que suscita o questionamento: como garantir as atividades escolares regulares por meios digitais, considerando que parte dos estudantes paraenses não possuem acesso à internet? E, ainda, verifica-se que os que possuem vivenciam problemas que envolvem a qualidade da conectividade na região.

Outro aspecto a se considerar é que esses indicadores foram levantados nas capitais Belém e Manaus, áreas urbanas, onde estão concentradas as melhores estruturas e tecnologia. Em comunidades rurais de várzea, ainda não se tem um levantamento oficial sobre os índices de acesso à internet, mas pressupõe-se que seja incipiente. Além disso, somam-se a esses desafios a falta de energia elétrica estável, pois no atual contexto, no interior da Amazônia paraense, grande parte das comunidades é provida de geradores de energia, que funcionam com combustível e com horário determinado devido aos custos elevados de consumo do produto.

No entanto, o uso de tecnologias como apoio metodológico não é novidade na escola e na educação em geral, porém durante a pandemia, a partir de 2019:

[...] foi uma mudança radical e não planejada, nem escolas, nem estudantes, professores e pais se deram conta das mudanças requeridas para acompanhar um ensino dessa natureza. Além disso os resultados são visivelmente discutíveis (Velanga, Pereira, Moreira, 2020, p. 67).

Com as redes sociais, tal qual aconteceu com o rádio, criaram-se expectativas de utilizá-las como tecnologias aliadas à educação escolar, a fim de oferecer um novo suporte para transmissão de conhecimento e de estímulo aos estudantes.

Pressupõe-se que as redes sociais, principalmente, a partir de 2019, vêm potencializando a emissão de conteúdo, de informações, que passaram a ser disseminados no processo de escolarização dos estudantes em diversos estados brasileiros, de forma dinâmica e diversificada, por meio de inúmeros recursos disponibilizados nas plataformas comunicacionais, capazes de circular conteúdos diversos.

Mas essa é uma realidade que, em parte, atende à graduação e à pós-graduação. Nessas modalidades de ensino, as redes sociais são bastante utilizadas para fins educacionais por instituições públicas e privadas no Brasil, especialmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde as populações detêm maior poder econômico.

Nessas regiões também estão concentradas as principais instituições de pesquisas do país e, conseqüentemente, são espaços que detêm as melhores condições estruturais e tecnológicas.

Trata-se de uma realidade que se apresenta distante das escolas de várzea no interior do Brasil, que não dispõem de equipamentos de qualidade nem de energia elétrica estável para implementação do serviço de internet. Conseqüentemente, o acesso às plataformas das redes sociais, que se estabelecem de maneira avassaladora no Brasil e no mundo, nas comunidades do Aritapera ainda é um sonho distante. Levantamento realizado em 2023 identificou as principais plataformas mais acessadas no Brasil e no mundo:

Tabela 3: As 10 redes sociais mais acessadas no Brasil e no mundo em 2022.

REDES SOCIAIS NO BRASIL		REDES SOCIAIS NO MUNDO	
Facebook	109,1 milhões	Facebook	2,9 bilhões
WhatsApp	142,2 milhões - contas	YouTube	2,5 bilhões
YouTube	142 milhões	WhatsApp	2,0 bilhões
Instagram	113,5 milhões	Facebook Messenger	930 bilhão
Facebook Messenger	62,5 milhões	WeChat	1,3 bilhão
LinkedIn	59 milhões	Instagram	2,0 bilhões
Pinterest	28,5 milhões	Tik Tok	1,0 bilhão
Tik Tok	82,2 milhões	Telegram	700 milhões
Snapchat	7,65 milhões	Douyin	715 milhões
Twitter	24,3 milhões	Snapchat	635 milhões

Fonte: Resultados Digitais/2023. Elaborado pelo autor (2023).

Como se percebe na tabela 3, um número significativo de usuários no Brasil e no mundo utilizam as redes sociais e entre essas plataformas estão o WhatsApp, YouTube, Instagram, Facebook, Tik Tok que lideram o interesse dos usuários. Esses suportes tecnológicos acabam influenciando as pessoas, provocando implicações, efeitos em sua vida.

Com isso, parte das relações de comunicação vem mudando rapidamente. Acelerou-se ainda mais com a pandemia da Covid-19, de maneira que, devido à necessidade do distanciamento social, a relação por meio virtual se fortaleceu, expandindo-se consideravelmente.

O novo modo de interação pelas redes sociais foi incorporado com mais intensidade na educação. De acordo com Moran (2012), ele vem se tornando motivador dos alunos, pois o modelo da escola tradicional, que ainda está presente na rotina do estudante brasileiro, já não atende às expectativas do educando.

Para Moran (2012, p. 8), “não basta colocar os alunos na escola. Precisa-se de lhes oferecer uma educação instigadora, estimulante, provocativa, dinâmica, ativa desde o começo e em todos os níveis de ensino”, pois, na opinião desse autor, a escola do século XXI é pouco atrativa.

Escolas não conectadas são escolas incompletas (mesmo quando didaticamente avançadas). Alunos sem acesso contínuo às redes digitais estão excluídos de uma parte importante da aprendizagem atual: do acesso à informação variada e disponível online, da pesquisa rápida em bases de dados, bibliotecas digitais, portais educacionais; da participação em comunidades de interesse, nos debates e publicações online, enfim, da variada oferta de serviços digitais (Moran, 2012, p. 9-10).

Para Robleyer (2010), a grande quantidade de pessoas que convergem para as redes sociais, igualmente aos elevados números de interações que é domínio público, confirmam que as redes podem ser usadas como um potencial recurso educacional, podendo até facilitar o processo de ensino-aprendizagem, além de estimular novas formas de interação, embora se tenha a compreensão de que as redes sociais não foram concebidas para fins educacionais, por ser mais um produto a serviço do capital. Elas se tornam uma estratégia para potencializar a comercialização e conquistar os mercados pelo mundo a fora, principalmente, por se tratar de uma tecnologia que não tem fronteiras nem limite de espaço.

Aliado aos mercados mundial, regional e local, em busca de novos espaços, as redes sociais são próprias para o estabelecimento de contatos, de ampliação de relações, ilimitadas e avassaladoras, conforme afirma Lorenzo (2013, p. 20):

A rede social é uma das formas de representação dos relacionamentos afetivos ou profissionais dos seres entre si, em forma de rede ou comunidade. Ela pode ser responsável pelo compartilhamento de ideias, informações e interesses.

Como propõe Saviani (2020) em sua Pedagogia Histórico-Crítica, a superação de paradigma das pedagogias reprodutivistas deve ocorrer com a ressignificação de modelos que já se encontram estabelecidos, como é o caso das redes sociais.

No entanto, em se tratando do uso das plataformas como suportes para potencializar a educação formal, é um desafio bem maior, pois esses ambientes virtuais não foram pensadas, programados para utilizar conteúdos que facilitem o ensino-aprendizagem.

Durante a pandemia de 2020, foram envidados esforços para redirecionar, para adaptar as tecnologias existentes e fazer com que as redes sociais se tornassem aliadas ao processo formativo. Um dos meios de promover esse redirecionamento foi a utilização das tecnologias de acordo com a sua natureza, o que exige práticas colaborativas:

Com a utilização de um espaço de colaboração, como redes sociais, o professor por sua vez terá a oportunidade de verificar aspectos muitas vezes difíceis de serem identificados em uma sala de aula, como a capacidade de elaborar textos, melhoria do desenvolvimento na escrita, a pesquisa sobre um assunto, a apresentação de uma opinião e o debate entre os alunos (Lorenzo, 2013, p.30).

Dessa maneira, pode-se encontrar um novo caminho e até fazer com que o processo educativo se torne mais atrativo aos estudantes. Ao entrevistar 200 professores universitários italianos e brasileiros, Favero (2016) constatou que 81% considera importante o uso das redes sociais voltado ao ensino-aprendizagem e 68% acredita na possibilidade de construir comunidades de aprendizagem em ambientes oferecidos nas plataformas dessas tecnologias. Dessa forma, Recuero (2012) sugere que é preciso pensar as redes sociais como novos espaços de aprendizado, compreender esses espaços e aprender a orientar esses processos.

No interior da Amazônia, especialmente nas comunidades rurais, o uso dos meios de comunicação iniciou com a implantação da radiodifusão nas principais cidades, a exemplo de Santarém, no Estado do Pará, por meio do projeto de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido pelo Movimento de Educação de Base (MEB), entre os anos de 1969 e 1985, principalmente nas comunidades rurais.

Nas áreas urbanas também houve a tentativa de utilizar a televisão para fins educacionais e mais recentemente tem-se falado sobre o uso das plataformas das redes sociais para o ensino remoto, com a utilização de algumas plataformas como o WhatsApp para fins de emissão de conteúdo, embora o grande desafio seja a falta de estrutura para suportar a instalação, funcionamento e efetivação das tecnologias digitais.

Em Santarém, a rede municipal de ensino, como já fora dito, optou pelo uso das redes sociais para transmitir conteúdos educativos a professores e alunos da rede municipal, em especial aos das escolas da várzea, embora isso não tenha prosperado devido à falta de estrutura das comunidades rurais, a exemplo do que ocorre com as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, que não dispõem de energia elétrica firme, e, por isso, o kit de internet ofertado pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) não pôde ser efetivado.

Percebeu-se, ainda, no decorrer da pesquisa que a rede municipal, assim como outras instituições públicas em níveis federal e estadual, tentou improvisar a introdução das redes sociais durante a pandemia. Entretanto, teve grandes dificuldades e não conseguiu consolidar as ações, principalmente, devido à falta de estrutura das escolas da várzea, o que se constata no depoimento a seguir:

Nessa semana (30-05 a 03-06-2022), chegou o novo programa de internet a que a SEMED está fazendo adesão, e a proposta é contemplar várias escolas de várzea. Até o momento, o serviço de internet atende apenas algumas escolas por iniciativa própria da gestão escolar (E2).

Trata-se de uma declaração oficial e, com isso, constata-se que o uso das redes sociais nas escolas de várzea, em casos isolados, ocorre devido aos esforços particulares de gestores e professores, longe do serviço ser implementado como uma política pública de educação.

Percebeu-se durante o estudo que o uso das redes sociais para fins educacionais no interior da Amazônia não passa de um sonho distante. Essa constatação traz à tona uma das disparidades entre as escolas da várzea e as escolas das zonas urbanas, que contam com energia estável, sendo esse benefício fundamental para a chegada e a efetivação das tecnologias digitais.

Com relação à educação municipal em ambientes completamente diferentes, mesmo que o sistema educacional seja integrado por meio de currículo, calendário, plano nacional etc., percebe-se considerável disparidade entre a educação ofertada na várzea em relação a praticada na cidade, por meio de uma análise mais ampla de sociedade, com base na totalidade, em uma perspectiva marxista da educação, objetivando a transformação radical do mundo. Nesse aspecto, a totalidade é fundamental, uma vez que tudo é parte de um todo.

A totalidade é uma das categorias centrais da teoria geral desenvolvida por Marx, que não a entende como um todo composto por diversas partes que se encaixam para dar forma e serventia ao todo. A totalidade em Marx “é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (Netto, 2021, p. 56), a qual, dessa forma, não busca fazer uma história de tudo, mas uma história de um todo, ou seja, a história de um todo integrado, que se articula em determinados aspectos.

Assim, o aparente do ensino na várzea nos traz informações empíricas (o ponto de partida dos estudos de Marx), justificado pelo sistema de educação vigente no Brasil e na Amazônia, com a sensação de que a educação ofertada pelas escolas da várzea está funcionando “perfeitamente”, mas a disparidade entre os períodos dos calendários regular e o diferenciado para escolas da várzea, impede a possibilidade de verticalização do conhecimento. Por isso, esse modelo de educação aparente, não

passa de uma perspectiva empírica, que não revela e nada tem a ver com a essência da educação dos estudantes da várzea, isto é, a educação como totalidade.

Essa afirmação não passa de uma observação panorâmica, que não consegue avançar em direção a uma análise aprofundada sobre um sistema que utiliza as engrenagens do Estado para pressionar e manter a pirâmide social que se conhece historicamente, que reserva os privilégios a quem se encontra no topo (nos centros mais desenvolvidos) e a pressão maior recai sobre quem está na base (exemplo das escolas da várzea), massacradas pelo peso avassalador das estruturas societárias, que parte do imperativo do Capital, uma exploração que jamais será revelada senão pela abstração do objeto real da sociedade em movimento, capaz de revelar a essência do objeto real e da totalidade por meio de uma análise radical, detalhada, criteriosa.

Dessa forma, a caracterização da Escola Santíssima Trindade nos revela apenas uma compreensão aparente das coisas e não o concreto que, em Marx, só pode ser alcançado pelo pensamento a partir de uma análise que supere a extensão singular do fenômeno, mediado pelo particular, considerando o concreto como o ponto de chegada para se alcançar a universalidade.

Para Saviani (2013, p. 4), “a construção do pensamento ocorre, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato que é a existência. O específico não tem valor senão em relação ao universal. O específico e o universal são inseparáveis”.

Os avanços deste estudo exigem que se compreenda o detalhamento das singularidades da educação na várzea, que serão conhecidos com a resposta aos questionamentos: quais os desdobramentos do calendário escolar diferenciado, adotado pela SEMED nas escolas localizadas nas várzeas de Santarém? O que é o calendário escolar diferenciado? Qual é o amparo legal desse calendário diferenciado? Quais as normativas de Santarém que determinam o calendário escolar diferenciado?

3.3 O calendário escolar adotado pela SEMED de Santarém

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) em Santarém-PA passa a adotar o calendário diferenciado para escolas de várzea, inicialmente denominado “Calendário Especial”, para diferenciar do calendário escolar regular a

partir da reforma da educação nacional por meio da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.

A defesa oficial que justifica a manutenção do calendário diferenciado deve-se principalmente ao fenômeno que se manifesta todos os anos, o inverno amazônico, que compreende os meses de maio, junho e julho. Nesse período, considerando a década de 1970, as escolas eram inundadas pelas águas e os moradores que reuniam condições levavam consigo as crianças em idade escolar, mudavam-se para locais de terra firme ou para a cidade e só retornavam às comunidades de várzea no início do verão, quando as águas baixavam.

Percebe-se que esse fenômeno natural, caracterizado pelo movimento de sazonalidade, forçava os moradores da várzea a se evadirem de suas comunidades em direção a outras localidades no período do inverno; em determinadas regiões de várzea, a exemplo do Aritapera, os ribeirinhos são pequenos criadores de gado e geralmente levam o seu rebanho para a terra firme, mudando-se com toda a família, inclusive jovens e crianças em idade escolar. No período em que permanecem nos locais de refúgio, desenvolvem as atividades econômicas com base no trabalho familiar, onde os filhos participam da rotina do dia a dia, seja na roça com atividades agrícolas seja no campo com a criação de gado bovino. Nesse contexto, o calendário distancia a comunidade escolar da escola por três meses. Com isso, a gestão municipal justifica a demissão dos servidores temporários sem prejuízos políticos, medida que deixa os professores sem receber seus salários durante quatro meses (maio, junho, julho; como o servidor é recontratado em agosto, o salário é pago somente no final deste mês). A gestão municipal mantém apenas os efetivos, que geralmente é a minoria dos servidores.

A respeito do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em relação ao calendário escolar regular, destacam-se as posições das representações da gestão municipal, da comunidade escolar e da gestão das escolas.

A gestão municipal defende a manutenção do calendário escolar diferenciado e se justifica, sobretudo, com relação ao fenômeno natural da cheia dos rios e a consequente inundação das escolas.

O calendário escolar da várzea inicia em agosto de um ano e termina em abril do ano seguinte. São nove meses ininterruptos. Isso acontece devido às questões geográficas, porque no período em que a enchente do rio Amazonas está mais intensa (maio, junho e julho) as

escolas e todas as comunidades ficam submersas, apresentando perigo aos alunos. Além disso, como o nível do rio sobe bastante nesse período do ano algumas famílias precisam sair das suas comunidades para a terra-firme. (E3).

No entanto, enquanto o ano letivo da cidade e do planalto se desenvolve em doze meses, incluindo o mês das férias dos professores e servidores, o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea é condensado em nove meses, praticamente em semestre único, sem intervalo. No período de 3 (três) meses, a comunidade escolar perde completamente a sintonia com a escola, o que representa um distanciamento de alunos e professores do processo educacional.

Além disso, a grande maioria dos professores é desligada da folha de pagamento, conforme confirma a gestão. “Sim, os professores temporários são desligados, justamente porque no período de maio a julho as escolas ficam sem atividades com os alunos” (E3), assim como cessa também o contrato dos prestadores de serviços de transporte e dos fornecedores de Alimentação Escolar. Esse modelo de gestão da SEMED, ao encerrar os contratos com os servidores, enquadra-se na categoria Trabalho Precário, de forma genérica. No entanto, pode-se definir o trabalho precário como uma relação de emprego que leva o trabalhador a uma condição de vida precária, uma condição de vida insegura econômica e socialmente, vulnerável à desocupação, ao adoecimento, à incapacidade física e à velhice. Para Antunes (2008),

A partir dos inícios dos anos 1970, o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando tanto a recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a hegemonia que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960 onde, particularmente na Europa ocidental, se desencadeou um monumental ciclo de greves e lutas sociais. Foi nesse contexto que o capital, em escala global, vem redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa, (ANTUNES, 2008, p.4).

Soma-se a isso, o distrato dos contratos com professores, pessoal de apoio e outros prestadores de serviço o que representa uma robusta “economia” à gestão municipal, o que explica o esforço da manutenção do calendário sem admitir um estudo mais aprofundado sobre o assunto.

A comunidade se manifesta favorável ao calendário diferenciado,

principalmente aquelas famílias que se mudam para a terra firme, que se beneficiam da força de trabalho familiar, assim como os criadores de gado. No entanto, parte das famílias que permanece na comunidade não concorda com o calendário diferenciado e defende novos ajustes e até a unificação com o calendário regular.

Nessa discussão, sabe-se também que a saída das famílias da comunidade em direção à cidade e à terra firme é uma ação provocada pelo homem, para melhor se adaptar ao capital, no sentido de manter a sua pequena criação, utilizando-se do trabalho da família inteira.

A equipe gestora da Escola Santíssima Trindade tem outra leitura sobre o calendário escolar diferenciado. A exemplo dos professores, lamenta que os alunos se distanciem da escola por três meses. Afirma que em 2023 esse procedimento causa impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de um intervalo muito longo, que quebra completamente o ritmo do aprendizado, como se pode constatar em um dos depoimentos que defendem a unificação do calendário:

Defendo a unificação do calendário escolar diferenciado no interior da Amazônia, entre cidade, planalto e várzea, uma vez que agora a várzea já dispõe de melhor infraestrutura, o que não havia no período em que esse instrumento foi instituído, por volta da década de 1970. Vejo que naquela época o que era solução hoje se converteu em problemas e isso atrapalha o desenvolvimento do ensino nas escolas da várzea. (E4).

Além disso, os três meses sem atividades escolares, embora a escola não fique completamente fechada, deixa a comunidade escolar fora de todas as políticas públicas educacionais, devido à ausência do aluno e do professor.

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) de Santarém organiza o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, como uma alternativa para atender às singularidades dessa região do município de Santarém, que vem sendo praticado desde a década de 1970. No entanto, na prática, o que é o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea? Como esse calendário vem sendo efetivado nos últimos anos?

3.3.1 Definição do calendário escolar diferenciado

O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea é um documento que surgiu a partir de 1970 por "determinação" ou "acordo" da Secretaria Municipal de

Educação e Desporto (SEMED), considerando a estrutura física das escolas, em decorrência dos fenômenos naturais provocados principalmente pela subida do rio (enchente). É um documento que contempla todo o conteúdo anual necessário para cada série, a ser desenvolvido preferencialmente no verão (seca), praticado fora do período dos demais estabelecimentos localizados na área urbana, planalto e rios; ele orienta as atividades educacionais das escolas da várzea, com o objetivo de garantir duzentos (200) dias letivos anuais, o nivelamento do ensino-aprendizagem em relação à cidade, com a mesma qualidade do ensino, de inclusão e permanência dos jovens ribeirinhos em suas comunidades, igualmente como ocorre com o calendário escolar regular praticado na cidade e no planalto do município de Santarém-PA.

O amparo legal que garantiu a adoção dessa medida está previsto no parágrafo 2º, do Artigo 11, da Lei Federal, nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que garante a flexibilidade do calendário, inclusive, relacionando-o às questões sociais. Embora no período da enchente houvesse também a impossibilidade de as crianças frequentarem a escola por causa da cheia, esse fenômeno considerado natural foi determinante para se instituir e manter por mais de cinco décadas um calendário escolar dissociado de políticas públicas específicas, como currículo escolar e capacitação de professores e técnicos escolares.

3.3.2 – O calendário escolar das escolas de várzea - Santarém-PA

A aplicação, na prática do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, referente aos anos de 2017 a 2022, vivenciado pela Escola Municipal Santíssima Trindade.

Quadro 1 – O calendário escolar para escolas de várzea adotado pela Semed-Santarém-PA.

ANO LETIVO - 2017/2018	
Períodos	Setembro/outubro; novembro/dezembro; janeiro/fevereiro; março/abril.
Temporário desvinculados	Maió/junho/julho.
Férias	1º a 31 de maio.
Recesso	1º a 15 de junho.
Jornada pedagógica	19 de maio e 01 de junho e de 03 a 7 de julho.
Planejamento	10 a 21 de julho.
Ambientação sala de aula	24 a 31 de julho.
Início das aulas	1º de agosto.

Sábados letivos	14
Recuperação paralela	27 de novembro a 14 de dezembro.
Recuperação final	09 a 27 de abril.
Encerramento/ano letivo	30 de abril.
Feriados	15
Feriados em dias letivos	8
Dias letivos	200 dias
Horas/aula	800 horas.
ANO LETIVO - 2018/2019	
Períodos	Setembro e outubro; Novembro e dezembro; Janeiro e fevereiro; Março e abril.
Temporário desvinculados	Maio/junho/julho.
Férias	1º a 31 de maio.
Recesso	1º a 14 de junho.
Jornada pedagógica	15 a 29 de junho e de 02 a 5 de julho.
Planejamento	09 a 20 de julho.
Ambientação sala de aula	23 a 31 de julho.
Início das aulas	1º de agosto.
Sábados letivos	13
Recuperação paralela	26 a 30 de novembro e 03 a 13 de dezembro.
Recuperação final	08 a 26 de abril.
Encerramento/ano letivo	30 de abril.
Feriados	14
Feriados em dias letivos	9
Dias letivos	200 dias
Horas/aula	800 horas.
ANO LETIVO - 2019/2020	
Períodos	Agosto, setembro e outubro; Novembro e dezembro; Janeiro e fevereiro; Março e abril.
Temporário desvinculados	Maio/junho/julho.
Férias (Professores, alunos e apoio)	1º a 31 de maio.
Recesso	1º a 15 de junho.
Calendário sem atividade	16 a 30 de junho.
Organização da escola	1º a 05 de julho.
Jornada pedagógica	08 a 19 de julho.
Ambientação sala de aula	22 a 31 de julho.
Início das aulas	1º de agosto.
Sábados letivos	12
Recuperação paralela	25 de novembro e 12 de dezembro.
Recuperação final	08 a 29 de abril.
Encerramento/ano letivo	30 de abril.
Feriados	14
Feriados em dias letivos	13
Dias letivos	200 dias
Horas/aula	800 horas.
ANO LETIVO – 2020/2021	
Períodos	Setembro, outubro, novembro e dezembro; Janeiro, fevereiro, março e abril.
Deflagração da pandemia	Covid – 19.

Atividades flexibilizadas.	Atividades presenciais e não presenciais
contratação de servidores	14 de agosto.
Procedimento de lotação	17 a 31 de agosto.
Planejamento pedagógico.	1º a 09 de setembro.
Início das aulas	14 de setembro.
Avaliações semestrais	16 a 22 de setembro
Avaliações finais	05 a 10 de abril.
Feriados	12
Dias flexibilizados	30
Sábados letivos	22
Dias letivos	183 dias
Horas/aula	732 horas.
ANO LETIVO – 2021/2022	
Períodos	Agosto, setembro e outubro; Novembro e dezembro; Janeiro e fevereiro; Março e abril.
Temporário desvinculados	Maió/junho/julho.
Férias (Professores, alunos e apoio)	1º a 31 de maio.
Recesso	1º a 15 de junho.
Organização da escola	16 a 30 de junho.
Organização da escola	1º a 05 de julho.
Jornada pedagógica	Mês de julho.
Início das aulas	02 de agosto.
Diagnóstico da comunidade escolar	02 e o dia 13 de agosto
Sábados letivos	16
Recuperação paralela	02 a 22 de dezembro.
Recuperação final	11 a 29 de abril.
Encerramento/ano letivo	29 de abril.
Feriados	14
Feriados em dias letivos	11
Dias letivos	200 dias
Horas/aula	800 horas.

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2024).

Ressalta-se, no entanto, que devido às melhorias nas estruturas das escolas e à adaptação dos ribeirinhos a tais fatores naturais, gestores e professores que atuam na várzea manifestam o desejo de unificar o calendário escolar diferenciado para que todos tenham condições de serem atendidos com aprendizagens equitativas. Entre os anos de 1971 e 2023, o calendário escolar da várzea iniciava em agosto e encerrava em abril do ano subsequente, perfazendo um ano de letivo sem férias e com nove meses ininterruptos.

A partir de 2023, esse calendário sofreu alterações, com início das atividades escolares na segunda quinzena de julho, o que possibilitou aos alunos, professores e pessoal de apoio quinze dias de recesso, sendo uma semana no final do mês de

dezembro e uma semana, no início do mês de janeiro de 2024. O término do ano letivo continua no mês de abril devido à sazonalidade dos rios Amazonas e Tapajós, quando as comunidades de várzea são inundadas pelas águas.

Além disso, há outros elementos que sustentam a adoção do calendário escolar diferenciado de várzea, como o fenômeno da cheia dos rios, provocado pelo inverno Amazônico, um período em que as ilhas, os lagos, regiões de planícies ficam submersos por determinado período do ano.

Em se tratando das comunidades de várzea do Aritapera, salvo as irregularidades inesperadas, o período da cheia inicia no mês de abril e se prolonga até julho de cada ano. Os ajustes ou adaptações feitas no calendário regular da gestão educacional do município de Santarém-PA deram origem ao calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, a fim de adequar as atividades escolares frente aos problemas peculiares dessa região da Amazônia, com vistas a atender os estudantes no período do verão.

Como consequência dos fenômenos naturais, advêm outros desafios a serem superados. Esses estão relacionados à falta de transporte, à inundação das escolas, à falta de segurança dos estudantes em decorrência de seus percursos entre residência e escola pelos rios, embora em 2023 parte desses problemas já estejam superados. A partir de um olhar mais cuidadoso, identificam-se as consequências, as diferenças que refletirão diretamente nos resultados do ensino-aprendizagem dos alunos da várzea.

Essas diferenças são mais nítidas na vida dos estudantes, que têm direito a uma educação de qualidade, considerando que a escola que reúne melhores condições seja capaz de ofertar uma educação mais qualificada.

Para Marx, há uma inter-relação entre o conjunto do todo, mas cada espaço criado pelo sistema capitalista tem suas especificidades, que fazem com que a sociedade compreenda e aceite essas condições da forma que elas se apresentam e que as coisas são como são e nada pode ou deve mudar.

Ao se analisar as singularidades do ensino-aprendizagem dos estudantes da várzea em relação aos alunos da cidade, logo se perceberá a ausência de equipamentos essenciais para se promover uma educação de bom nível, por meio das comparações que se faz entre os equipamentos existentes na cidade e na várzea, a exemplo da quadra de esportes. Nesse aspecto, destaca-se a importância dos exercícios físicos, que até pode não ser determinantes ao aprendizado de qualidade,

pois, sabe-se que na cidade há escolas equipadas com quadras de esportes, mas não são utilizadas pelos alunos. Nesse caso, o problema não está na falta do equipamento, mas na gestão escolar. Haja vista, que as atividades físicas funciona como parte do processo educativo, pois remonta ao século XIX, quando Marx defendeu como uma das necessidades associadas ao processo educacional das crianças e dos jovens, por ocasião das discussões de uma educação de qualidade que deveria ser garantida pela legislação fabril.

No contexto da várzea, a escola não dispõe de quadra esportiva para as atividades físicas, espaço ideal para ministrar a disciplina de Educação Física, mesmo que os alunos sejam atendidos apenas com os fundamentos teóricos. Além do mais, a disciplina de Educação Física tem elevado grau de importância, de acordo com Silva (2011):

A Educação Física tem por finalidade promover o desenvolvimento psicomotor das crianças, ajudando-as a adquirirem uma consciência que as auxiliará em seu cotidiano e sua prática deve essencialmente fazer parte no âmbito escolar, uma vez que a escola é o meio educacional mais efetivo e eficiente para a realização desta prática (Silva *et al.*, 2011).

Trata-se de uma disciplina relacionada ao bom desempenho do ensino-aprendizagem, pois

A atividade física é essencial para a manutenção e melhoria da saúde e na prevenção de enfermidades, para todas as pessoas em qualquer idade. A atividade física contribui para a longevidade e melhora sua qualidade de vida, através dos benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais (Pizarro, 2011).

Nas escolas da região da várzea, em virtude da ausência de estrutura adequada para se ministrar esse componente curricular, os professores de Educação Física realizam suas atividades escolares de maneira improvisada em campo aberto, expostos ao tempo, em período reduzido durante o verão quando o terreno da várzea ainda está firme.

Além disso, é na escola que a grande maioria das crianças tem seu primeiro contato com atividades físicas planejadas, o que justifica a importância da disciplina para promover o desenvolvimento e o aprimoramento das esferas cognitivas, motoras

e auditivas, fazendo com que as crianças que são atendidas possam efetivar as suas habilidades além do ambiente escolar.

Com isso, conclui-se que a disciplina de Educação Física no ambiente escolar faz parte da formação dos estudantes, integra a matriz curricular devido a sua contribuição irrefutável no fortalecimento do organismo, melhora da saúde física e mental das crianças, propiciando o desenvolvimento das habilidades físicas, despertando-os aos hábitos culturais de higiene.

O calendário regular contempla as principais políticas públicas de formação continuada, currículo escolar, plano decenal adotados pelo sistema educacional nos centros mais desenvolvidos do país. Ao se analisar panoramicamente o município de Santarém, uma cidade de médio porte, identificam-se as limitações que impedem a efetivação em 100% das políticas educacionais que atendem às cidades mais desenvolvidas do Brasil.

Diante disso, jamais se poderia comparar, com o mesmo rigor, a realidade vivida pelas escolas de várzea, a exemplo da Escola Municipal Santíssima Trindade, na comunidade Centro do Aritapera, mesmo que se esteja analisando uma escola muito bem aparelhada para a realidade de uma comunidade de várzea, uma região que registra a existência de escolas bem menos equipadas. Mas, por quê não se pode comparar as escolas de várzea com aquelas que funcionam nos centros mais desenvolvidos? A final, os estudantes desse ambiente são também brasileiros quanto aqueles que vivem na cidade, onde as escolas são melhores equipadas e ofertam praticamente a totalidade das políticas pública educacionais.

Além das disparidades perceptíveis, há outros desafios identificados durante as investigações que representam as contradições que foram e continuam sendo sustentadas por uma necessidade de se difundir a educação nas várzeas da Amazônia brasileira. Exemplo dessas contradições são as justificativas do calendário mantidas desde a década de 1970 e que permanecem sem um estudo mais aprofundado sobre as mudanças no decorrer dos anos, de modo que continuam as mesmas, principalmente o fenômeno das cheias do rio Amazonas e do Tapajós.

O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em relação ao calendário escolar regular, praticado na cidade, regiões de rios e de planalto apresenta descompassos, o que provoca o distanciamento do aluno da rotina escolar durante três meses do ano. Esse distanciamento dificulta o acesso às políticas públicas educacionais ofertadas pela rede municipal de ensino, penalizando alunos e

professores porque deixam de participar, principalmente das atividades de capacitação e da formação continuada. Em vez desse calendário diferenciado, vislumbra-se pela sua unificação ou até a introdução de um ensino híbrido entre presencial e remoto, o que viria fortalecer e estimular o ensino nas comunidades de várzea no interior da Amazônia.

Entretanto, o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea tem amparo legal na legislação brasileira desde de 1971, por ocasião da mine-reforma da educação. Qual seria o amparo legal que normatiza o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea?

3.4 Amparo legal do calendário diferenciado para escolas de várzea

Sabe-se que o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea foi instituído pela Lei Federal, nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que amparava o funcionamento do Ensino de 1º e do 2º Graus, assim como o currículo:

Artigo 4º - os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos. (Brasil, 1971, p. 17).

A mesma lei também contempla as atividades próprias da localidade, considerando suas complexidades típicas, como ocorre na Amazônia com o fenômeno das cheias dos rios entre os meses de maio, junho e julho de cada ano, conforme o previsto no parágrafo 2º do Artigo 11, da 5.692 de 11 de agosto de 1971: “na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino”.

Verifica-se, assim, que no Artigo 11, a legislação ampara a instituição do calendário escolar diferenciado, que, no município de Santarém, em princípio, fora denominado, “calendário especial”, uma vez que divergia do calendário escolar regular.

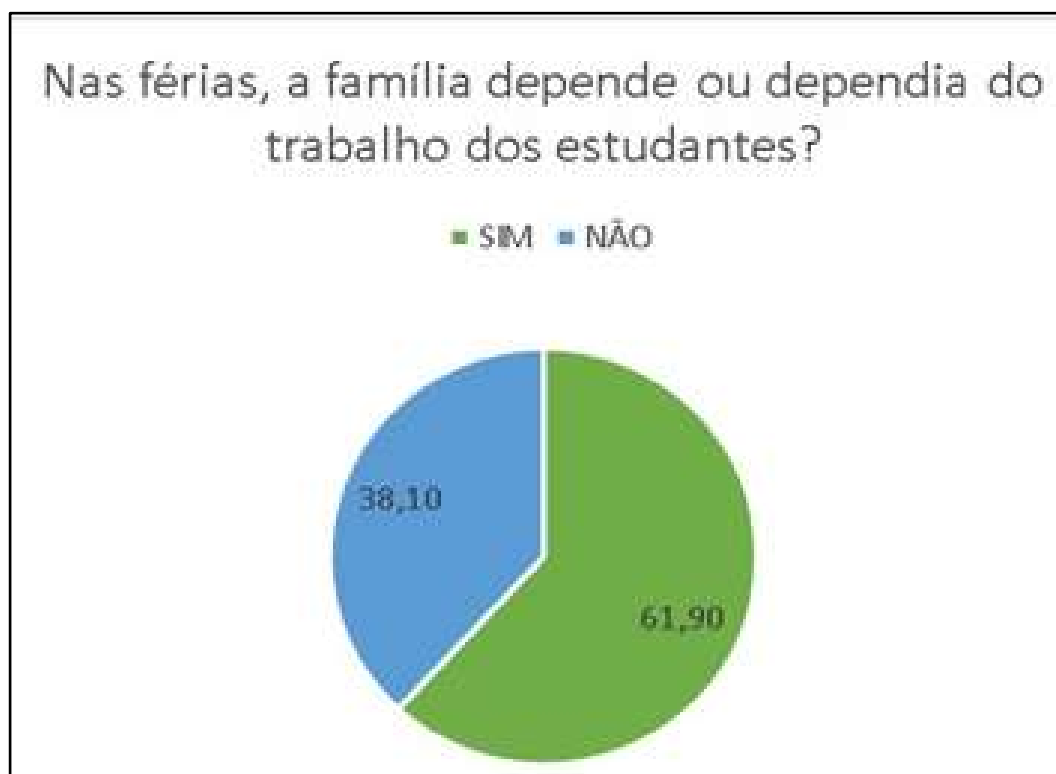
O Regimento unificado da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) também ampara a adaptação do calendário escolar para escolas de várzea em seu artigo 68:

Art.68 - O calendario escolar deverá ser adaptado conforme as necessidades da escola, sem, com isso, reduzir a carga horaria minima de 800 (oitocentas) horas anuais ou 200 (duzentos) dias letivos previstos na legislagão (Regimento escolar Rede Municipal de Ensino de Santarém-PA, 2010).

A legislação ampara a adaptação do funcionamento das escolas e considera as peculiaridades locais, relacionando-as também às questões culturais-econômicas, uma vez que as crianças acompanhavam os pais durante a colheita de determinadas culturas.

Na época em que o calendário foi instituído, ocorria a safra da pimenta-do-reino, quando os pais convertiam as crianças/estudantes em força de trabalho familiar para potencializar a renda das famílias da várzea. Ressalta-se que se trata de uma formulação marxista, pois a força de trabalho representa as capacidades físicas e outras competências a serem desenvolvidas pelos indivíduos nos diversos processos de trabalho. Estes indivíduos, agentes dos processos de trabalho, são dotados de capacidades técnicas e de métodos que lhes permitem operar as ferramentas e os equipamentos. A força de trabalho é essencial para a compreensão de qualquer formação social dotada de classes sociais.

Gráfico 1 – Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2023).

O gráfico 1 demonstra uma porcentagem que reflete o ano de 2023, um contexto histórico completamente diferente com relação a políticas sociais do país, praticadas na década de 1970. Mesmo assim, em 2023, 61,9% das famílias se vale do trabalho dos estudantes para fortalecer a economia familiar. Pressupõe-se que esse percentual seria bastante elevado na década de 1970 quando não havia programas sociais, que se dispõe em 2023.

Ressalta-se que a pimenta-do-reino não era uma cultura praticada em toda a Amazônia. Era cultivada em poucos municípios do Pará, em Tomé-Açu e Altamira. Tomé-Açu, no nordeste do estado e Altamira, na região da Transamazônica, no sudoeste do estado do Pará.

Quando o calendário diferenciado foi instituído, período que coincide com a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230), entre 1969 e 1974, em plena Ditadura Empresarial-Civil-Militar, liderada pelo General Emílio Garrastazu Médici. Com a abertura da rodovia, Altamira se tornou um centro econômico convergente, que na época era um dos maiores produtores de pimenta-do-reino. A cidade de Altamira, no entanto, no que se refere a sua fundação, diverge desse contexto, uma vez que a sua origem como cidade data de 1911.

Registra-se, ainda, que ao longo do processo de colonização, houve grande fase de crescimento da população total do município de Altamira, triplicando-se entre as décadas de 1970 e 1980, passando de 15.345 para 46.509. O crescimento da população urbana também teve o mesmo reflexo, passando de 5.374 em 1970 para 26.911 em 1980, registrando-se um aumento de cinco vezes em apenas uma década, de acordo com o IBGE (2022), devido à grande fronteira que se abriu com o início da construção da Rodovia Federal, a BR-230.

Sobre o município de Tomé-Açu, em 1970, o plantio da pimenta-do-reino entrava em decadência, em função da praga *Fusariose* (doença infecciosa provocada por fungos oportunistas do gênero *Fusarium*), que abateu o plantio de pimenta. Esse acontecimento fez com que os migrantes japoneses mudassem de atividade quando passaram investir na cultura do cacau, que ganhou destaque e elevou o patamar de Tomé-Açu ao sexto maior produtor de cacau do estado do Pará. Além disso, em 1970, praticamente 100% do cacau produzido em Tomé-Açu utilizava o Sistema Agroflorestal (SAF), o que conferiu ao município referência internacional em agricultura sustentável.

Para se ir adiante, precisa-se compreender a educação na concepção de Marx,

quando discute “a categoria Singular-Particular-Universal”. Por meio dessa aproximação, é possível se compreender a realidade dos fenômenos. A partir da proposição dessas categorias, pode-se decodificar a relação dialética, que configura o método deste estudo, o Materialismo Histórico-Dialético, tendo em vista a apreensão dos fenômenos para além de sua aparência imediata em direção à essencialidade concreta.

Além disso, a educação precisa ir além de uma simples proforma para justificar a prestação de contas do Estado. Percebe-se que desde a Revolução Burguesa a educação esteve e está a serviço do capital, como observa Marx, em outro contexto e em época diferente ao tratar das leis fabris:

O espírito da produção capitalista resplandece com toda claridade na desleixada redação das assim chamadas cláusulas educacionais das leis fabris, na falta de um aparato administrativo, sem o qual esse ensino compulsório se torna, em grande parte, ilusório, na oposição dos fabricantes até mesmo a essa lei do ensino e nos subterfúgios e trapaças práticas a que recorrem para burlá-la (Marx, 2017, p. 581).

Como se pode perceber que há certa similitude da forte presença do Capital naquele contexto histórico com a comunidade Centro do Aritapera. Corroborando a crítica de Marx, o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea desvenda muita bem essa realidade distante, em 2023, haja vista que o arranjo do calendário escolar diferenciado não se fez acompanhar de políticas públicas e de um currículo específico para atender às peculiaridades da comunidade escolar existente nesses rincões da Amazônia.

Essa constatação pode ser relacionada às dimensões sociais investigadas por Marx, quando analisa o Singular-Particular-Universal, para a partir das macroquestões entender de maneira detalhada as questões menores, porém não menos importantes, impactantes, como quando referidas à comunidade escolar do Centro do Aritapera. Saviani, por sua vez também compreende a educação como mediadora dessa dialética.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) organiza a educação Brasileira em dois níveis: “a Educação Básica e o Ensino Superior”. A Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A educação nacional remete para o grupo de órgãos que fazem a gestão do ensino público e fiscalização do ensino particular.

A gestão educacional brasileira obedece a uma organização de um país federado por meio da hierarquia união, estados, distrito federal e municípios. Em cada unidade federativa, a hierarquia é similar: capital, cidade e interior. Trata-se de uma hierarquia própria do Estado Moderno sustentado pelo sistema vigente.

No sistema capitalista, as lutas entre a burguesia e o proletariado se fundamentam nas próprias condições materiais de existência da sociedade burguesa e depois capitalista, mas é na burguesia que a educação escolar é consolidada e fortalecida, com a finalidade de potencializar o acúmulo de capitais. Marx, no entanto, assim como já fora lembrado, não elaborou uma concepção pedagógica, embora a sua filosofia tenha influenciado diversas correntes educacionais ao longo de todo o século XX, entre outras questões pelo fato de fazer duras críticas a instituições burguesas, à família e à própria escola. A educação estaria situada dentro do contexto das classes sociais. Para os trabalhadores (proletariado), a educação não poderia distinguir as atividades teóricas e práticas, a formação intelectual e a formação para o trabalho não deveriam se distanciar.

A educação nacional é efetivada por políticas públicas que garantem um calendário escolar regular, o currículo e os programas de formação continuada, visando à qualificação dos professores, técnicos e colaboradores. O processo de efetivação da educação brasileira ampara-se em normas que facilitam a gestão educacional a partir da união, estados, distrito federal e municípios. Em se tratando de Santarém, quais as normas que determinam o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea?

3.5 As normativas da educação brasileira às comunidades de várzea

A educação nas escolas das regiões de várzea, no planalto e nas áreas urbanas é regulamentada por legislações, de modo que a mais importante, sustentáculo das demais leis, é a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que se tornou conhecida como a Constituição Cidadã, embora seja um documento conservador, que não dialoga com o Materialismo Histórico-Dialético e nem com a Pedagogia Histórico-Crítica. A CF/88 elegeu diversas garantias para que a educação brasileira pudesse avançar, embora os avanços ainda sejam tímidos em relação às expectativas do país, em especial aos menos aquinhoados economicamente, que se encontram nas regiões Norte e Nordeste, e em especial, na Amazônia brasileira.

A CF/88 preconiza que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

.....
Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

.....
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

.....
Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação (BRASIL, CF/1988, p. 123-125).

Destaca-se o grande avanço da Constituição Federal de 1988, mas não se pode conceber nem de longe a garantia de uma educação universal na concepção de Marx, Singular-Particular-Universal, com a intenção de atender ao território brasileiro. As especificidades das demandas em suas particularidades, compreendendo a educação como mediadora dos processos, considerando as singularidades, garantida pela legislação, sendo que a mais importante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que regulamenta o sistema educacional brasileiro, tanto público quanto privado. Em 2023, a LDB em vigor é a Lei nº 9.394, sancionada em dezembro de 1996, sem esquecer de outras LDBs que normatizaram a educação no país no decorrer da história, mas todas elas, com a precípua finalidade de atender os interesses do Capital nacional ou internacional.

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90; a Lei nº 10.098/94, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; a Lei nº 10.436 de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; a Lei nº 7.853 de 1989, sobre apoio às pessoas portadoras de deficiência; a Lei nº 10.172 de 2001, conhecida como Plano Nacional de Educação, amparada pelo art. 9º inciso I da LDB e Lei nº 9.131 de 1995, que criou o Conselho Nacional de

Educação (CNE).

O CNE é o órgão responsável por auxiliar o Ministério da Educação na formulação e avaliação da política nacional de educação; entre outras que também ajudam na normatização da educação brasileira. Em se tratando das legislações educacionais, firmam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nacional de 1996 e na Lei Federal, nº 5.692/71.

Em 1971, o governo militar instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. Depois da tramitação no Congresso Nacional, a Lei nº 5.692 foi aprovada e, com isso, mudou a organização do ensino no Brasil. Em 1996, foi aprovada a nova LDB, com o seguinte princípio:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996, p. 1).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996 também reafirma o que já era previsto no Art. 8º. da legislação anterior: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”.

Lei Federal nº 5.692/71 – Em 1971, o Ministro da Educação da época, Jarbas Gonçalves Passarinho, anunciava uma mine-reforma na Educação, com a promessa de que marcaria profundamente a educação brasileira. A reforma na educação se apresentou anunciando profundidade e que deixaria marcas na história, mas o que resultou foi a marca de um verdadeiro fracasso.

A consolidação da mine-reforma da educação deu-se com a aprovação da Lei nº 5.692/71. Uma Lei problemática tanto ao 1º grau quanto ao 2º Grau, como a expansão do ensino obrigatório de quatro para oito anos e o fim do exame de admissão que o concluinte do primário precisava fazer para continuar os estudos, uma exigência que impedia o avanço escolar de muitos alunos. No entanto, não se pode deixar de registrar que essa mesma lei amparou o enxugamento de disciplinas importantes, a exemplo de história e de geografia, em nível do 1º Grau e ainda contemplou a introdução da disciplina Educação Moral e Cívica, criticada por especialistas, considerada um retrocesso, uma vez que essa disciplina foi instrumento

da Ditadura Empresarial-Civil-Militar e substituiu outras disciplinas reflexivas, a exemplo da Filosofia e da Sociologia.

No entanto, com relação ao 2º Grau, foi um fracasso, pois, de acordo com os especialistas, não trouxe grandes avanços, a não ser desorganização escolar no Ensino Médio, cujos resultados negativos permaneceram até que houvesse outra reforma. Nesse sentido, a professora Magda Soares, do grupo que elaborou a reforma, reconheceu que “os sistemas de ensino não tinham condições de colocar em prática o que determinava a lei”, haja vista que a profissionalização requeria das redes públicas e das escolas uma reformulação que exigia mudanças pedagógicas, de infraestrutura, de qualificação de professores, consideradas mudanças radicais, exigências impossíveis para aquele contexto histórico, uma vez que estavam relacionadas a financiamento, contratação de novos professores, construção de laboratórios e oficinas. Percebe-se que por essas e outras questões, a lei se tornou inviável, um verdadeiro fracasso.

A reforma educacional de 1971 também mexeu na organização das escolas. Até aquele momento, a educação básica era dividida em Primário, com quatro anos de duração, e Ensino Médio, organizado por Ginásio e Colegial, com oito ou nove anos. Com a reforma foram criados o 1º e o 2º Grau, sendo que o 1º Grau uniu o primário e o ginásio, que deveria ser concluído em um percurso escolar de oito anos e o 2º Grau seria concluído em três anos.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-1996) – Em 1996, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 9.394/96, reafirmando o direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988. A lei estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, assim como define as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União (Artigo 9º - LDB/96), os Estados (Artigo 10º - LDB/96), o Distrito Federal e os Municípios (Artigo 11º - LDB/96).

A Educação Básica é estruturada em três níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Com relação ao ensino público, a Educação Infantil é de competência dos municípios, responsáveis por creches, com público de 0 a 3 anos de idade; as pré-escolas atendem ao público de 4 e 5 anos de idade; o Ensino Fundamental atende ao público dos Anos Iniciais, do 1º ao 5º ano e Anos Finais, do 6º ao 9º ano, por meio de ensino obrigatório e gratuito; o Ensino Médio, que corresponde o antigo 2º Grau, atende ao público escolar do 1º ao 3º ano. Esse nível

de escolaridade é de responsabilidade dos estados, podendo ser, ainda, Ensino Técnico Profissionalizante ou não.

O Ensino Superior é de competência da União, embora possa ser oferecido por estados e municípios, desde que estes já tenham atendido aos níveis pelos quais é responsável em sua totalidade. A União também é responsável pelas autorizações e fiscalização das instituições privadas de Ensino Superior. Além desses níveis mencionados, a educação brasileira, de acordo com a LDB/96, ampara, ainda, modalidades de educação em todos os níveis de educação nacional: Educação Especial, Educação a Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena.

Quanto às modalidades de educação, a Educação Especial atende ao público escolar com necessidades especiais, prioritariamente os matriculados na rede regular de ensino; a Educação a Distância atende aos estudantes em tempos e espaços diversos, com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação; a Educação Profissional e Tecnológica prepara o público estudantil para exercer as consideradas atividades produtivas, com vistas a atualizar e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e científicos; a Educação de Jovens e Adultos visa ao público que não teve acesso aos sistemas de educação em idade adequada; e a Educação Indígena objetiva atender às comunidades indígenas, respeitando a cultura e a língua materna de cada sociedade.

A LDB em vigor também é responsável por temas relacionados aos recursos financeiros do país e pela formação dos profissionais da educação, como prevê o artigo 61:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (LDB, 9.394/96).

A legislação brasileira considera profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, como na instância de direção ou de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

3.6 As normativas da SEMED/Santarém que determinam o calendário escolar diferenciado

O levantamento de documentos oficiais junto à Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) de Santarém-PA mostra que as normativas que orientam a gestão educacional da Rede Municipal de Ensino são praticadas por meio de um regimento unificado, pareceres, portarias e a materialidade do calendário diferenciado que é desenvolvido nas escolas de várzea. Tudo isso está alinhado com as legislações federal, estadual e municipal.

A norma mais abrangente adotada pela SEMED é o Regimento da Rede Municipal de Ensino de Santarém-PA, instrumento pelo qual a secretaria faz a gestão das escolas, pois, de acordo com Art. 3º, a escola será regida:

- I – pela Legislação de ensino vigente;
- II – por este Regimento (**referindo-se ao Regimento da Rede Municipal de Ensino de Santarém-PA**);
- III – pelas Resoluções específicas do Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação e Conselho Municipal de Educação;
- IV – pelas normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação e Desportos e;
- V – pelas normas internas em consonância com as normas regimentais, (Regimento Unificado da SEMED, 2010, *grifo nosso*).

A SEMED, portanto, funciona de acordo com Art. 1º do regimento unificado, com 123 artigos, aprovado em 2010, por meio de resolução, deliberada pelo Conselho Municipal de Educação (CME):

Art.1º – Fica aprovado para vigorar a partir do ano letivo de 2010 o REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO para as Escolas que integram a Rede Pública Municipal de Ensino, mantida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO de Santarém-PA, que normatiza, através de seus 123 artigos, a Educação infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação indígena e Quilombola, conforme o que estabelece a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (RESOLUÇÃO/CME Nº 5, DE 30/03/2010).

Ressalta-se que a mantenedora da Rede Municipal de Ensino de Santarém, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, foi criada pela Lei Municipal nº 11.453 de 19 de novembro de 1985 e registrada no ministério da Fazenda sob o nº

05.182.233/0010-67 após a adaptação do calendário diferenciado para escolas de várzea, instituído pela Lei Federal, nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

De acordo com o regime de funcionamento da SEMED, título V, no capítulo I, que aborda o calendário escolar regular, artigos 67 a 73, há um breve destaque ao calendário da educação indígena e quilombola nos artigos 72 e 73, respectivamente. No entanto, não há quaisquer referências ao calendário escolar para escolas de várzea.

Com isso, constata-se que o calendário escolar de várzea, no período de 1971 a 2023 vem sendo regido por pareceres e portarias internas, o que significa afirmar que as mesmas políticas públicas encampadas pela SEMED, destinadas a atender a periodicidade em que é praticado o calendário escolar regular devem atender também, hipoteticamente, a comunidade escolar das escolas da várzea, embora o período do ano letivo previsto no calendário regular apresente disparidade em relação ao calendário de várzea.

O primeiro inicia em janeiro e encerra em dezembro de cada ano, com um mês férias aos professores e demais servidores, perfazendo um ano letivo de doze meses. O segundo, inicia efetivamente suas atividades escolares no mês de agosto e encerra no mês de abril do ano subsequente, sem o período das férias, perfazendo um calendário letivo de nove meses.

Os documentos oficiais que orientam o funcionamento da SEMED, relacionados ao calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, que se teve acesso são recentes. O Regimento Escolar Unificado data de 30 de março de 2010, e os demais datam a partir de 2017 e do período da Pandemia da Covid-19, principalmente. A exemplo do parecer número 20/2021, assinado dia 8 de setembro de 2021, pela Câmara de Educação Infantil (CEI), Câmara de Ensino Fundamental e Modalidades (CEFM), Comissão Permanente de Legislação, Normas e Planejamento – CPLNP, autorizando o retorno das atividades escolares presencial, como se pode constatar:

No que se refere ao calendário escolar de região de várzea da Rede Pública Municipal de Ensino, este colegiado delibera a seguir as orientações do Parecer Técnico, nº 004 de 21 de setembro de 2020 da CEO/CEFM/CPNLP mediante as atividades não presenciais no ano letivo de 2020, primeiro semestre de 2021, atendendo as especificidades e diversidades das escolas desta região tendo como base o Art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –

Lei Nº 9.394/1996, com a Lei nº 14.040/2020 e Resolução GNE/GP nº 2, de 5 de agosto de 2021 (PARECER, 20/2021).

No entanto, Câmara, Comissão e Conselho deliberaram mediante diversas recomendações que deveriam ser providenciadas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), de formas a garantir a segurança da comunidade escolar no retorno as atividades escolares no pós-pandemia da Covid-19. As principais recomendações estão elencadas na íntegra abaixo:

- I) Reorganizar o calendário escolar de acordo com a Lei Nº 14.040/2020, considerando a flexibilização curricular dos 200 dias letivos;
- II) Seguir as orientações dos pareceres dos Conselho de Controle Social, CAE, CACS/FUNDEB;
- III) Acompanhar o cumprimento das orientações pedagógicas e dos protocolos sanitários com a observância de relatórios das escolas, pois até o momento foram registrados 1.057 óbitos em Santarém-PA” (Dados da Divisa/SEMSA – Fonte: Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Trabalho Intersetorial em sete de junho de 2021);
- IV) Intercalar as atividades não presenciais e presenciais com o objetivo de garantir o direito a aprendizagem.
- V) Obedecer a todos os pareceres orientadores enviados ao Sistema Público Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação — SEMED, e ao Comitê Intersetorial aprovados pelo Conselho Municipal de Educação de Santarém no período pandêmico desde 2020 até a atualidade;
- VI) Realizar consultas às famílias (BRASIL, 2021) por meio das instituições de Educação infantil sobre a retomada gradativamente das crianças de 0 a 3 anos de idade as aulas presenciais, de acordo com o inciso II, do Art. 31 da Lei 9394/96 e inciso I do art. 4º da Resolução CNE/CP nº 02, de 05 de agosto de 2021, e encaminhar ao Comitê de Trabalho Intersetorial para que esse discuta e delibere, e envie ao CME/STM para tomar ciência;
- VII) Convocar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle CACS/FUNDEB para compor o Comitê de Trabalho Intersetorial em uma perspectiva integrada;
- VIII) Adequar o calendário escolar da várzea levando em consideração as especificidades dessa região, criando condições de atendimento pedagógico durante a pandemia da Covid-19;
- IX) Informar o cômputo da carga horaria presencial e não presencial a esse conselho, ' no reordenamento curricular e dos documentos escolares para o ano letivo de 2021, e, eventualmente para o ano de 2022' (Resolução do CNE/CP, Nº 02, de 05 de agosto de 2021-CNE/2021). (PARECER, 20/2021).

Após a análise, considerando os documentos encaminhados e as resoluções em níveis federal, estadual e municipal, Câmara de Educação Infantil (CEI), Câmara

de Ensino Fundamental e Modalidades (CEFM), e Comissão Permanente de Legislação, Normas e Planejamento (CPLNP), o Plano de retomada das aulas presenciais das escolas da Rede Municipal de Ensino de Santarém referente ao ano letivo de 2021 foi aprovado por unanimidade.

Recomenda-se, ainda, que a entidade mantenedora execute as adequações necessárias com base nas Legislações vigentes sobre os protocolos sanitários de prevenção a saúde, bem como a preparação das escolas para reabertura e retorno gradativo com atividades presenciais e não presenciais (Linhas 48 e 49 da Ata da 3ª reunião do Comitê) com assessoramento pedagógico nos documentos legais, portarias e decretos que orientam o funcionamento gradual de todas as unidades escolares da Região Urbana e da Região do Campo, (PARECER, 20/2021).

Os documentos que orientam a educação municipal em Santarém-PA, somados ao Regimento Escolar da Rede Municipal de Ensino, são os pareceres e as portarias. As portarias tratam da contratação de servidores, contratação dos prestadores de serviço, lotação de professores, chamada pública para matrícula, entre outros.

Após analisar cada um desses documentos, percebe-se que as escolas de várzea não recebem atenção diferenciada, mas estão incluídas entre as escolas que se localizam na região de rios. Ressalta-se que as escolas que se localizam na região de rios, utilizam o calendário escolar regular, a exemplo das escolas urbanas do município.

Os documentos mais abundantes são as portarias que orientam o processo de contratação e lotação de professores, matrícula, contratação de serviço terceirizado que envolve a logística de transporte, contratação de professores temporários que ainda é uma realidade das escolas de várzea de Santarém, como se pode constatar:

A portaria número 007/2022, de 11 de janeiro de 2022, assinada pela Secretária Municipal de Educação de Santarém. A portaria fixa os critérios para contratação de servidores temporários, quando não existirem mais inscritos nos processos seletivos simplificados 001/2021 e 002/2021.

O Art. 1º da portaria determina que todas as vagas existentes nas escolas e unidades de educação infantil sejam preenchidas através da seguinte ordem de preferência:

- I) Lotação dos servidores efetivos;
- II) Lotação dos servidores estáveis 83/88;
- III) Lotação dos servidores readaptados;
- IV) Lotação de servidores temporários oriundos dos PSS 001/2021 e 002/2021-SEMED;
- V) lotação de servidores temporários de contratação direta obedecido os critérios abaixo definidos (PORTAIRA Nº 007/2022, de 11 de janeiro de 2022).

Trata-se de procedimento recorrente praticado pela SEMED ao início do ano letivo para organizar o sistema municipal de ensino e atender às demandas da comunidade escolar. Com relação à contratação dos servidores temporários, tanto professores quanto o pessoal de apoio na comunidade onde foi realizada esta pesquisa, esse problema só foi superado em parte, uma vez que, de um universo de nove professores, quatro deixaram de ser alcançados pelo PSS, instrumento utilizado pela prefeitura para efetivar a contratação. Dessa forma, o poder político permanece nas mãos do grupo de plantão, de modo que esse procedimento contribui para que o concurso público seja adiado.

Percebe-se que a escola não consegue entregar 100% dos serviços à comunidade escolar sem o servidor temporário, embora ele seja o primeiro a ser desvinculado da Secretaria Municipal de Educação e Desporto no encerramento do ano letivo da várzea a cada ano. No entanto, o servidor temporário é importante para a gestão pública municipal, pois representa ao mesmo tempo poder político e econômico. Poder político porque, depois de todas as contratações, o contrato do temporário é efetivado diretamente por meio de indicações do prefeito e dos vereadores. Com isso, vincula-se ao grupo político do momento. Poder econômico porque, ao ser desvinculado da folha de pagamento, nos meses de maio, junho e julho, representa uma folga aos cofres da Prefeitura. Destaca-se, no entanto, que os recursos federais destinados à educação municipal é um montante orçado anualmente e repassado à unidade orçamentária educacional em 12 parcelas, já incluído o 13º Salário dos servidores da educação. Portanto, essa economia não representa otimização dos recursos públicos, uma vez que, independente da demissão do servidor temporário, o montante de recurso repassado pelo governo federal ao município sempre será o mesmo.

A portaria número 003/2022, SEMED-Santarém, de 03 de janeiro de 2021, que nomeia e constitui a comissão responsável pela lotação dos servidores efetivos, estáveis e temporários nas unidades escolares da rede municipal de ensino.

O Art. 1º da referida portaria cria e constitui a Comissão de Lotação, responsável pela aplicação da Portaria nº 002/2021 SEMED com atribuições de:

- I) Verificar a formação de turmas e turnos de funcionamento;
- II) Lotação dos servidores efetivos;
- III) Lotação dos servidores estáveis 83/88 e;
- IV) Lotação dos servidores temporários, (PORTARIA Nº 002/2021 - SEMED).

No art. 2º, a portaria divide as Unidades Escolares Municipais em cinco:

- I) Região de Rios;
- II) Região de Planalto;
- III) Zona Urbana;
- IV) Unidades de Educação Infantil e;
- V) Educação Especial, (PORTARIA Nº 002/2021 -SEMED).

Na sequência da portaria, a gestão municipal designa um servidor responsável, que passa a responder pelas ações e pelas regiões mencionadas no documento. Aqui se percebe que o documento não contempla as escolas da várzea, haja vista que fica subentendido que essas escolas integram a região de Rios e não da várzea, especificamente.

Ressalta-se, que a região de rios considera as comunidades interligadas pelos rios ou afluentes, mas não inundam no período das enchentes, jamais ficam submersas, diferentemente da várzea, que é inundada pelas enchentes dos rios e seus afluentes.

Para se concluir este estudo, que trata do calendário diferenciado para escolas de várzea, questiona-se: quais as categorias metodológicas que fundamentam este estudo? Quais as mudanças entre a década de 1970 e o ano de 2023, com relação a educação em escolas de várzea? Qual é a opinião das gestoras e dos gestores das escolas de várzea sobre o calendário escolar diferenciado? O que pensam as famílias que constituem as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba a respeito do calendário escolar diferenciado? Qual o principal achado científico identificado pelo objeto estudado?

4 A EXCLUSÃO ESCOLAR TARDIA OFICIALIZADA PELA ADOÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA DE SANTARÉM

Nesta seção, serão enfrentadas as principais categorias que fundamentam este estudo, a partir do Materialismo Histórico-Dialético e da Pedagogia Histórico-Crítica; a identificação e a análise do comparativo das mudanças na década de 1970 e no ano de 2023 demonstrado por meio de tabela; o posicionamento das gestoras e dos gestores das escolas da várzea sobre o calendário escolar diferenciado; a partir do questionário aplicado, as perspectivas das famílias que constituem as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, demonstradas por meio de gráficos; a constatação da tese, a partir da principal contradição identificada no objeto estudado.

4.1 Contribuição à crítica sobre o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea.

Retomando o que fora anunciado na introdução deste estudo, que se respalda na teoria consagrada de Marx, o Materialismo Histórico-Dialético, e na Pedagogia Histórico-Crítica, de Saviani, para se compreender o objeto central de análise, o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocesso. São utilizadas, entre outras, as categorias trabalho, práxis, totalidade, contradição, Singular-Particular-Universal, para analisar a sociedade em movimento, considerando sua adequação para entender a temática e se inferir, posteriormente, o contexto educacional na várzea do município de Santarém-PA.

A Pedagogia Histórico-Crítica alinha-se com o Materialismo Histórico-Dialético de Marx ao compreender a história como um processo marcado pelas relações materiais entre os homens, em que cada etapa histórica seria constituída por um modo de produção econômica que determinaria a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a ruptura entre as classes sociais. Para Saviani (2000), o método dialético também possibilita o aprofundamento na compreensão do objeto estudado, pois:

A visão dialética [...] nos arma de um instrumento, ou seja, de um método rigoroso (crítico) capaz de nos propiciar a compreensão adequada da radicalidade e da globalidade na unidade da reflexão filosófica (Saviani, 2019, p. 18).

Para Saviani (2019), a educação deve ocupar a função de mediadora das práxis sociais; entendida como um processo em que as atividades educativas se transformam em ponto de partida e ponto de chegada. Assim, Saviani (2019) apresenta uma metodologia estruturada pelos seguintes passos: a prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse, prática social final. Para tanto, afirma:

[...] o ensino seria uma atividade (1º passo) que, suscitando determinado problema (2º passo), provocaria o levantamento de dados (3º passo), a partir dos quais seriam formuladas as hipóteses (4º passo) explicativas do problema em questão, empreendendo alunos e professores, conjuntamente, a experimentação (5º passo), que permitiria confirmar ou rejeitar as hipóteses formuladas (Saviani, 1991, p. 57).

Nessa perspectiva, o ponto de partida e a linha de chegada acentuam o início da interação do conhecimento, tanto do professor quanto do aluno, uma vez que ambos se situam em posições diferentes com relação ao processo do ensino-aprendizagem.

A síncrese se apresenta com uma visão caótica, fragmentada em relação ao todo, ao contrário da síntese, que reflete o conhecimento elaborado, científico e seu completo processo mediado por teoria ou por teorias. O momento seguinte refere-se à problematização, isto é, ao momento em que professor e aluno levantam os problemas enfrentados na sociedade, para tratar de temas específicos, que norteiam os caminhos a serem percorridos pelo estudo planejado.

O passo seguinte trata da instrumentalização do conhecimento científico, que deve ser elaborado entre professor e aluno. Destaca-se, no entanto, que o aluno parte de uma visão sincrética, uma compreensão dispersa da realidade, diferente do professor, que, após a percepção dos aspectos heterogêneos da realidade social, possui capacidade de articular as ideias e elaborar uma síntese, o que facilita mediar o conhecimento.

A catarse, por sua vez, ocorre após um percurso pelas vias do conhecimento, quando ocorre a revelação de uma síntese final, elaborada, agora, pelo aluno. O

aluno, ao partir de sua realidade instrumentalizada pelo conhecimento sincrético, com a mediação do professor, projeta-se por meio de um salto qualitativo na aprendizagem.

Para Saviani (2019), o quarto passo (a catarse) é muito importante, pelo fato de que o aluno atinge uma visão mais sofisticada sobre a realidade, denominada de síntese. Na Pedagogia Histórico-Crítica, a catarse representa o ápice do conhecimento, a expressão sintética da síntese da aprendizagem que o aluno conseguiu alcançar em seu percurso educacional.

O quinto passo é a prática social final. Nessa fase, o aluno já conseguiu alterar, qualificar o aprendido, o conhecimento mediado pelo professor, por meio de uma dinâmica, um movimento histórico-dialético ininterrupto, como explica Saviani:

A pedagogia histórico-crítica entende a educação como uma atividade mediadora no interior da prática social global. Como tal, o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa é a prática social. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos(catarse) (Saviani, 2016, p. 21).

Assim, “[...] a prática social referida no ponto de partida (primeiro passo) e no ponto de chegada (quinto passo) é e não é a mesma” (Saviani, 2019, p. 65). O ponto de chegada volta a ser o ponto de partida, constantemente, em observância ao processo contínuo de ensino-aprendizagem, que obedece a uma dinâmica relacional social e dialética formativa, como afirma Saviani:

[...] a tarefa central dos educadores que se colocam no campo do marxismo implica em um duplo e concomitante movimento: trata-se de empreender a crítica à educação burguesa evidenciando seus mecanismos e desmistificando sua justificação ideológica; ao mesmo tempo, cabe realizar o segundo movimento que implica reorganizar a prática educativa de modo a viabilizar, por parte das camadas dominadas à frente o proletariado, o acesso ao saber elaborado. Esse acesso significa a apropriação dos conteúdos sistematizados dos quais os trabalhadores necessitam para potencializar sua luta em defesa de seus interesses contra a dominação burguesa. É por esse caminho que a ideologia proletária, isto é, a expressão elaborada dos

interesses dos trabalhadores poderá se configurar com um poder lógico e uma força política capaz de disputar com a ideologia burguesa a hegemonia da sociedade. Nesse processo a escola desempenha papel fundamental, pois é ela que abre, por meio da alfabetização, as portas da cultura letrada no âmbito da qual se dá a elaboração do saber e o desenvolvimento do conhecimento científico. Portanto, os educadores que se colocam no campo do marxismo deverão ter clareza de que, se a burguesia se serve do saber elaborado para reforçar sua dominação, isso se deve ao fato de que ela busca se apropriar com exclusividade dessa forma de saber, excluindo dela os trabalhadores. Segue-se, pois, que o saber elaborado é colocado a serviço da burguesia, o que lhe dá a aparência de que se trata do próprio saber burguês. Na medida, porém, em que, pela análise do desenvolvimento histórico propiciado pela teoria marxista, nos damos conta de que o saber elaborado não é inerentemente burguês, mas é produzido pelo conjunto dos homens ao longo da história, nos defrontamos com a seguinte tarefa: desarticular da ideologia burguesa o saber elaborado e rearticulá-lo em torno dos interesses dos trabalhadores. É esse o trabalho que nos cabe desenvolver como educadores, como o tem evidenciado os principais teóricos do marxismo (Saviani, 2009, p. 114-115).

Compreender, portanto, o pensamento de Marx em seu tempo e relacioná-lo às reflexões a respeito da sociedade moderna diante da realidade educacional praticada no chão da escola no atual contexto (2023) exige os dois movimentos recomendados por Saviani. A partir dessa compreensão, as análises sobre a educação tradicional apropriada e imposta pela burguesia poderão ser confrontadas com a realidade que a educação nacional enfrenta historicamente desde a invasão dos europeus às terras brasileiras. Por isso, torna-se urgente a necessidade de se introduzir nos sistemas educacionais um método, na mesma perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, contra-hegemônico, como observa Colares (2021):

As categorias analíticas utilizadas por Marx foram sendo desenvolvidas ao longo de seus estudos sobre a realidade material, concreta, e se encontram no conjunto de sua obra, a qual, juntamente com as contribuições de Engels, constituem o Materialismo Histórico-Dialético e constituem os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica. Conhecer e compreender o teor dos textos desses autores, assim como a obra do professor Dermeval Saviani, é essencial para o entendimento da proposta contra hegemônica da Pedagogia Histórico-Crítica. E para que ela não seja vista como receita para dar aulas, ou como um manual contendo as respostas para as nossas angústias (Colares, 2021, p.197).

Os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, advindos do Materialismo Histórico-Dialético concebido por Marx e Engels e somados às contribuições de tantos

pesquisadores que acreditam nesse método, são capazes de apontar caminhos para emancipação humana e constituir balizas indicadoras da práxis.

A educação, portanto, em vez de ser compreendida apenas como um mecanismo reprodutor das desigualdades e legitimador da naturalização dos problemas sociais, passa a se constituir em prática social revolucionária. Ela “[...] é fundamental [para] que o proletariado se organize enquanto classe para si, isto é, como classe autônoma, capaz de apresentar uma alternativa estrutural à lógica destrutiva do capital – com a formação de um bloco histórico contra hegemônico” (Mandelli, 2017, p. 66).

Para a construção desse bloco histórico capaz de fazer frente à lógica destrutiva do capital, é necessária a formação massiva de novos homens e novas mulheres com uma nova consciência, que dediquem as suas vidas a transformação da realidade vigente; transformação esta que só pode acontecer por um movimento prático que aponte o horizonte de uma transformação radical no domínio do capital (Mandelli, 2017, p. 66).

Nessa perspectiva, os movimentos recomendados por Saviani vêm sendo praticados no decurso da história da educação brasileira, materializados pelas concepções pedagógicas progressistas. Dessas concepções, a que se alinha com os fundamentos marxistas é a Pedagogia Histórico-Crítica. Por meio de uma síntese, traz-se, com brevidade, os principais movimentos identificados pelas pedagogias progressistas, que iniciam com a Pedagogia Libertadora.

A primeira concepção, a pedagogia libertadora, conhecida como a pedagogia de Paulo Freire, consiste em uma educação vinculada à luta e à organização da classe do oprimido, em defesa da autogestão pedagógica e do antiautoritarismo; objetiva também elaborar uma nova teoria do conhecimento para libertar o oprimido.

Dessa forma, esta concepção é seguida pela Libertária, que coloca o professor na condição de um conselheiro à disposição do aluno. Segundo ela, somente o vivido pode ser incorporado e utilizado pelo educando, e o conhecimento só tem relevância se for aplicado em uso prático. Essa concepção também defende a livre expressão e o contexto cultural e, por fim, defende os conteúdos e a educação estética.

A terceira concepção é a pedagogia Crítico-social dos Conteúdos. Para ela, os conteúdos escolares são confrontados com a realidade social, e a escola prepara o aluno para o mundo adulto e suas contradições. Preza pela participação organizada

e ativa na democratização da sociedade e pela aprendizagem significativa a partir do saber que o aluno domina. Além disso, propõe a superação de uma visão confusa por uma visão clara e unificadora da aprendizagem.

A Pedagogia Histórico-Crítica efetiva-se em seis etapas, que envolvem: escola, professor, aluno, conhecimento, método de ensino e consequências esperadas. Assim sendo, a PHC vê a escola como local para a transmissão do conhecimento de professores para alunos, visando à atuação na prática social. Nesse aspecto, o professor deve possuir um entendimento sintético da prática social, ainda que precário, e o aluno, por sua vez, possuir um entendimento sincrético da mesma prática social. Para essa pedagogia, o conhecimento é compreendido como patrimônio da humanidade, um instrumento para a apreensão da prática social como síntese de múltiplas determinações e se orienta de e para essa prática. Nessa concepção pedagógica, as etapas do método de ensino visam à prática social, enfatizam a problematização, a instrumentalização, a catarse e a prática social. O ensino, segundo a PHC, tem como finalidade levar da síncrese à síntese, pela mediação da análise.

Para dialogar com a pesquisa que discute “O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocessos”, a educação no campo por meio de um conceito que abarca a várzea. Neste sentido, Saviani (2016) considera as singularidades desse espaço tendo em vista as especificidades da Pedagogia Histórico-Crítica, uma teoria contra-hegemônica de educação.

É claro que as condições em que os homens do campo vivem hoje são determinadas pelo estágio atingido pela humanidade na época atual. É nesse contexto que se dá a prática social global dos homens do campo. Falo em prática social global porque estou subsumindo neste conceito as práticas econômico-produtivas, assim como as práticas culturais envolvendo as ações de diferentes tipos que compõem a vida no campo (Saviani, 2016, p. 24).

A citação acima alinha-se ao contexto do Centro do Aritapera, uma comunidade rural com suas singularidades, mas conectada ao capitalismo. Nesse aspecto, a educação ofertada pela Escola Santíssima Trindade tem relação direta com a dinâmica social e a realidade vivida por professores e alunos.

A dinâmica social se materializa nos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, dialogando com o modo de viver de professores e estudantes, orientados por um calendário escolar diferenciado. Esse calendário foi concebido para atender a

realidade local, as singularidades das comunidades de várzea, cujo período diverge do calendário regular justificado e aceito devido ao fenômeno natural, que se manifesta anualmente, com a enchente canalizadas pelos rios Amazonas e Tapajós.

Nesse sentido, compreende-se que a História da Educação na Amazônia, na região de várzea, é um processo educativo, isto é, um trabalho que resulta de ações planejadas, pensadas no decorrer da história. O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, mesmo que não seja uma política pública de estado, teve sua adaptação planejada. A cada ano que passa, continua sendo planejado.

Por isso, a investigação sobre este objeto de estudo se materializa em uma sociedade em movimento, devido ao dinâmico processo das comunidades rurais. Ela se deve à percepção de que a educação no interior da Amazônia passou por mudanças significativas no decorrer dos anos. Entre outros exemplos, a melhoria na construção dos prédios escolares; a mudança na arquitetura das escolas de várzea em decorrência das grandes enchentes, que redirecionaram a construção dos prédios com pisos/assoalhos elevados, acima do nível das águas no período da enchente.

A tabela abaixo mostra dados de maneira didática, por meio de um comparativo apresentado sobre as atividades escolares nas escolas de várzea, pontualmente entre os anos 1971 e 2023. Esse recorte se justifica pela instituição da Lei Federal, nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, apesar da LDB de 1996, o calendário de várzea foi mantido com as mesmas justificativas empíricas que o sustentaram desde a sua origem até o período de realização deste estudo, finalizado em 2023.

Tabela 4: Comparativo da realidade das escolas de várzea: 1971-2023.

COMPARATIVO - CALENDÁRIO ESCOLAR DE VÁRZEA A PARTIR DE 1971	
Realidade educacional - Várzea/1971	Realidade educacional - Várzea/2023
1. Prédios precários, improvisados;	1. Prédios construídos no padrão mínimo de qualidade;
2. Salas de aula improvisadas em igrejas e clubes de futebol;	2. Salas próprias, específicas, construídas para fins educacionais;
3. Escolas com piso no chão batido, rústico;	3. Escolas construídas, orientadas pela engenharia moderna;
4. Escolas inundadas, submersas;	4. Escolas com assoalhos elevados, acima do nível do rio, na enchente;
5. Participação de estudantes na economia familiar (colheita da pimenta-do-reino; criação de gado);	5. Participação reduzida na criação de gado; extinção da cultura da pimenta-do-reino no oeste do Pará;
6. Programas sociais inexistente;	6. Programas sociais diversos;

7. Professores contratados em regime temporário;	7. Professores contratados em regime efetivo, concursados e temporário;
8. Professores leigos;	8. Professores qualificados;
9. Carga horária mínima: 320h/a	9. Carga horária mínima: 800h/a
10. Dias letivos: em média 80 dias;	10. Dias letivos: 200 dias.
11. Transporte escolar: canoas a remo;	11. Transporte escolar: lanchas e barcos modernos/motorizados terceirizados;
12. Currículo escolar regular;	12. Currículo escolar adaptado à várzea;
13. Capacitação de professores inexistente;	13. Capacitação, formação continuada aos gestores, professores e técnicos;
14. Falta de biblioteca nas escolas da várzea.	14. Biblioteca em local improvisado nas escolas de várzea.

Fonte: Elaborada pelo pesquisador (2023).

Considerando as condições sociais e estruturais em 1971 em relação a 2023, nessa parte da pesquisa foram identificados quatorze itens utilizados como comparativos, que marcam o período de instituição do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea na escola Municipal Santíssima Trindade, que se localiza no Centro do Aritapera, mas também atende os estudantes das comunidades Enseada do Aritapera e Carapanatuba até o período em que o estudo foi realizado, em 2023, como segue:

Prédios precários, improvisados x Prédios próprios, específicos, construídos para fins educacionais - A educação nas escolas de várzea do município de Santarém-PA entre as décadas de 1971 e 1990 era praticada em locais precários, improvisados, embora nesse período a Igreja Católica e os clubes de futebol, instituições presentes em todas as comunidades rurais, tenham “substituído” a ausência proposital do Estado em níveis federal, estadual e municipal, como se pode confirmar nas declarações de uma das assessoras educacionais para região de rios da época:

Nesse período, praticamente todas as escolas eram inundadas, porque na sua totalidade eram muito precárias em termos de estrutura. Em muitas comunidades, as escolas funcionavam em locais improvisados, como em barracões, sedes de clubes e nas dependências das igrejas. Eram muitas comunidades, pois na época não havia os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos. A Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) era responsável por uma região muito extensa, além disso, muitas comunidades de várzea, a exemplo do Despachado, na região do Ituqui, ia ao fundo muito cedo e sempre surpreendia a comunidade e a equipe responsável pela gestão educacional da região de rios. (E6)

A partir de 1998, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, em setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado nacionalmente em 1º de janeiro de 1998 quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental.

Sendo assim, foi a partir de 1998, por meio de um novo ordenamento jurídico demandado pelas lutas sociais, principalmente a liderada pela classe trabalhadora, que a legislação brasileira previu recursos destinados à construção de prédios escolares. Esse foi o período em que as escolas da várzea foram contempladas com prédios com a denominação “padrão mínimo de qualidade”¹⁶.

Salas de aula improvisadas nos prédios de igrejas e clubes x Salas próprias, específicas, construídas para fins educacionais - Na Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba as aulas funcionaram de maneira improvisada em algum momento, inclusive nas casas das famílias, como os moradores recordaram ao falar sobre o percurso histórico da Escola Santíssima Trindade.

Infelizmente, essa prática foi comum em grande maioria das comunidades rurais no interior da Amazônia, especialmente na várzea. Por um longo período, o Estado suprimiu dos cidadãos um direito garantido, advindo do recolhimento de impostos na fonte.

Naquele tempo, em conformidade com seus interesses, a Igreja substituiu o Estado, oferecendo alternativa às comunidades, pois a presença da Igreja na região Amazônica, inclusive no interior, nas comunidades de várzea, a partir da chegada do invasor, tornou-se muito forte, porque essa instituição, como já se abordou no decorrer desta pesquisa, foi um dos instrumentos utilizados pelos colonizadores para “catequisar”/conquistar o nativo por meio da ideologia religiosa, alinhada com o Estado e, conseqüentemente, explorar as riquezas naturais e o trabalho dos povos tradicionais.

A partir de 1998/99, as escolas passaram a ser construídas obedecendo a um padrão orientado pelo Ministério da Educação, fixadas sobre imóveis adquiridos pelas

¹⁶ Art.211, § 1º A união organizará o sistema federal de ensino e dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (Emenda Constitucional Nº 14/96).

prefeituras para esse fim. Ou seja, fim específico para se praticar a educação. Isso não quer dizer que todas as comunidades rurais possuam prédios escolares de qualidade.

Entre as comunidades espalhadas distribuídas pela várzea ainda há escolas em condições estruturais precárias. Isso ocorre com mais regularidade nas comunidades onde funcionam as escolas anexas, que são apenas salas de aula, decorrentes também da política adotada pelo Ministério da Educação, a qual entrou em vigor em 2023. Com ela, fica estabelecida a construção de prédios escolares para atender demandas a partir de 22 alunos.

Por isso, nas comunidades de várzea, onde há menor concentração de famílias, a gestão municipal enfrenta dificuldades para instalar escolas no “padrão mínimo de qualidade”. Com a pandemia da Covid-19, escolas na várzea fecharam as portas. É o caso do Aritapera, que manteve o funcionamento somente da escola polo. Mesmo após receber os alunos das duas escolas anexas, registrou a matrícula com pouco mais de 80 alunos. Entretanto, a capacidade da escola Santíssima Trindade é de 160 discentes.

Nesse aspecto, cai por terra o discurso sobre a universalização da educação, pelo menos de forma equitativa nas comunidades de várzea da Amazônia paraense. Recorda-se que em 1990 realizou-se a Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia, financiada por organismos representantes do capital internacional, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco) e o Banco Mundial.

Nesta conferência, estabeleceram-se as metas para a universalização da educação com o objetivo de superar as “mazelas” da humanidade. A universalização da educação é anunciada como a solução para as mazelas provocadas pelo capital, tais como: pobreza extrema, guerras, desigualdades sociais e injustiças. O que se percebe, passadas mais de três décadas, é a manutenção de todas as mazelas apontadas em 1990. Com isso, constata-se que a universalização da educação ficou apenas na intenção.

Escolas com piso no chão batido, rústico x Escolas construídas, orientadas pela engenharia moderna - A comparação do item 5.1.3 demonstra uma realidade recente e tem relação mais uma vez com a presença do Estado e seus interesses políticos e econômicos nas comunidades de várzea. Por volta de 1971 grande maioria das

escolas de várzea eram alocadas em espaços completamente inadequados à prática do ensino.

Por ocasião da realização da Gincana Cultura-Educacional na Escola Municipal Santíssima Trindade, no Centro do Aritapera, o E7, representante da equipe “Filhos da Terra”, disse que as casas da década de 1960 eram construídas com “Taipa”¹⁷ ou “Pau a pique”¹⁸, expressões que os comunitários utilizavam e ainda os utilizam.

O modelo das casas da minha época de criança e juventude era completamente diferente do modelo atual. As casas da década de 1960/1970 não tinham assoalhos de madeira. Eram construídas com piso de barro batido, com aproximadamente 50 centímetros de altura. As casas também não utilizavam madeira de lei e a cobertura era com palha nativa extraída na comunidade. (E1)

As declarações ajudam a compreender que as demais construções obedeciam ao mesmo padrão, com pisos rústicos de barro batido. Atualmente, no entanto, o Ministério da Educação recomenda aos serviços de engenharia das secretarias municipais de educação que os prédios sejam construídos obedecendo a modelos que facilitem a ventilação, acessibilidade e outros componentes que tornem as escolas ambientes favoráveis ao processo educativo, que contribuam com o bem-estar dos alunos em todos os espaços escolares, visando ao melhor aproveitamento do ensino-aprendizagem.

Escolas inundadas, submersas x Escolas com assoalhos elevados - Muitas escolas, em 1971, funcionavam em locais improvisados. Lembrando que se trata de um período da Ditadura Empresarial-Civil-Militar e que a Constituição de 1967 não previa um percentual da União para investimento na educação. Por isso, o modelo das escolas era rústico, qualquer enchente atingia com grande impacto esses ambientes. Na região do Aritapera, os moradores mais antigos relataram que as casas eram construídas sobre chão batido, praticamente no mesmo nível da linha imaginária do rio no período do verão, sem qualquer obstáculo que impedisse o avanço das águas por ocasião da cheia dos rios.

¹⁷ A taipa é uma antiga técnica construtiva consistindo em paredes erguidas a partir de terra úmida socada em moldes (a taipa de pilão) ou de tapamento. Constitui-se de finos e longos galhos que serve de estrutura da parede vedada com barro (<http://portal.iphan.gov.br>).

¹⁸ Pau a pique é uma técnica construtiva antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um painel perfurado que, após preenchido com barro, transforma-se em uma parede, (Zorowich, 2023, p. 1).

Não obstante, a escola era construída com a mesma arquitetura das residências e nos primeiros dias de inverno ia ao fundo com facilidade. A partir de 1971, a comunidade foi contemplada com um projeto de assentamento executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que previa a construção de casas em comunidades de várzea. As casas passaram a ser construídas com assoalhos mais elevados, com o nível acima da linha imaginária do rio em época das enchentes.

O mesmo aconteceu com o prédio da escola, construído em modelo palafita como se mantém em 2023. Destaca-se que a mudança na arquitetura dos prédios escolares contribuiu com a durabilidade das construções, uma vez que, no período anterior, as escolas precisavam passar por reformas contínuas logo após a vazante dos rios, devido à base da construção ficar imersa na água por vários meses, danificando a estrutura das escolas.

Participação de estudantes na economia familiar (pimenta-do-reino) x Criação de gado. Extinção da pimenta-do-reino no oeste do Pará - No nascedouro do sistema capitalista na Inglaterra, os donos das fábricas, que detém os meios de produção, se apropriavam da força de trabalho das crianças e dos adolescentes por meio de longas jornadas de atividade nas fábricas. No interior da Amazônia, na década de 1970, a presença do capitalismo também era uma realidade impactante e até bem recente, embora não se compare com o que houve na Inglaterra, uma vez que os varzeiros utilizam a mão-de-obra familiar para ajudar na sobrevivência da família, por meio do trabalho dos filhos em idade escolar.

Assim sendo, a categoria mais cara aos estudos de Marx e Engels é o *trabalho*. O trabalho é “apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana”, como define Marx (2017):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio, (Marx, 2017, p. 326-327).

Por isso, a categoria trabalho, mesmo que Marx não tenha produzido uma obra específica sobre o seu método de pesquisa, mas elabora essa definição em Teoria do Valor e explica a sua formulação, por meio da distinção entre os animais e o ser humano. Homens e animais, de uma forma ou de outra, precisam trabalhar para garantir a sua existência, considerando que as ações implementadas por este e por aqueles têm como finalidade a sobrevivência.

A diferença entre um e outro é que o homem planeja com antecedência suas ações e os animais as fazem por instinto. A manutenção da vida de ambos depende inevitavelmente do *trabalho*, pois:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de **trabalho**, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (Marx, 2017, p. 327, grifo nosso).

Percebe-se a diferença do trabalho realizado pelo ser humano em relação aos animais, nem tanto pela perfeição, mas sobretudo pela intencionalidade, projetada pelo arquiteto, uma vez que antes de executar determinadas atividades há um planejamento prévio subordinando as ideias por meio de um processo que determina início, meio e fim, ou seja, por meio da “essência teleológica, que é a capacidade, por parte do ser humano, de estabelecer a anteposição ideal de um fim à sua efetiva realização”. Diferentemente dos animais, cuja atividade é um trabalho realizado por atos instintivos.

Nessa mesma direção, Saviani, por sua vez, procura superar o caráter reprodutivista presente nas teorias da educação, propondo uma teoria que compreenda a educação como componente ideal de transformação da sociedade e da realidade social onde cada indivíduo está inserido, alinhado com a categoria Trabalho de Marx: “Trabalho Educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (Saviani, 2003, p.13).

Embora, em 1970, o sentido de mão-de-obra infantil e dos adolescentes não fosse utilizado com o mesmo rigor, em relação a 2023, havia alguma similaridade, uma vez que as crianças e os adolescentes da várzea eram “arrancados” da rotina escolar para somar ao trabalho na terra firme e contribuir com a economia familiar.

Gráfico 2 – Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023.



Fonte: Elaborado por este pesquisador (2023).

O gráfico 2 revela que 61,90% das famílias consultadas ainda depende atualmente da ajuda dos estudantes no período das férias. Esse dado é importante porque a partir de 1971, período em que o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea foi instituído, as famílias se mudavam para as comunidades de terra firme para trabalhar na lavoura com os pais e os filhos em idade escolar ficavam à disposição das famílias para ajudarem no trabalho em casa ou no campo.

Em 2023, as crianças e os jovens continuam sendo integrados à rotina de atividades das famílias, mesmo com as mudanças sobre as práticas de cultivo dos produtos agrícolas nas comunidades do Aritapera, que praticamente abdicou do plantio de determinadas culturas.

Um dos exemplos é a cultura da juta, que foi extinta. Era a cultura da várzea que exigia a participação da família inteira, uma cultura temporária, realizada em grande parte do ciclo pela mão-de-obra familiar. Hoje, percebe-se que as atividades

giram em torno do plantio das culturas temporárias de várzea, cujo ciclo se dá em torno de seis meses entre plantio e colheita.

Além disso, as famílias da várzea são contempladas com diversos programas sociais, consolidados na gestão do Partido dos Trabalhadores, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Programas sociais inexistente x Programas sociais diversos - Em 1971, não havia programas sociais para atender as pessoas que viviam nas comunidades de várzea, o que significa dizer que não recebiam “ajuda” governamental, a não ser no período da enchente. Dependendo da intensidade das águas, o governo enviava tábuas e barrotes para fazer as marombas¹⁹ das casas.

Em 2004, a Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes e Comissão de Assuntos Sociais da Câmara dos Deputados realizou estudo referente aos programas sociais governamentais, fazendo uma retrospectiva histórica e constatou que foi no final do governo de Getúlio Vargas (1945) que, pela primeira vez, discutiu-se políticas sociais no Brasil, com a consolidação da seguridade aos trabalhadores.

A Previdência Rural, benefício que atenderia aos trabalhadores das áreas rurais, incluindo a várzea, começou a ser discutida na década de 1960. No dia 2 de março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural regulamentou os sindicatos rurais, com o pagamento do salário-mínimo aos trabalhadores rurais.

Em 1969, passou a ser denominado Funrural e foi consolidado somente com a publicação da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, como se constata: “Art. 1º É instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), nos termos da presente Lei Complementar”.

A abrangência dos benefícios é prevista no Art. 2º:

O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:

- I) aposentadoria por velhice;
- II) aposentadoria por invalidez;
- III) pensão;
- IV) auxílio-funeral;
- V) serviço de saúde;
- VI) serviço social. (Lei Complementar, Nº 11).

¹⁹ Quando as águas do rio sobem e a cheia se concretiza, o assoalho principal da moradia tende a ficar alagado. Para os moradores que insistem em ficar em suas casas, são construídos um segundo assoalho improvisado – as marombas – em um nível mais alto, para o movimento de deslocamento de um cômodo ao outro (<https://www.redalyc.org/journal/5522/552264344006/html/>).

Em 2023, entre outros programas sociais, as comunidades de várzea, dependendo da vocação econômica e situação social, são atendidas com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Cartão Alimentação (Programa de transferência de renda a famílias carentes em situação de insegurança alimentar) e as bolsas: Bolsa Renda; Bolsa-Família; Bolsa-Escola (Programa de transferência de renda a famílias carentes para combater a evasão escolar e o trabalho infantil); Bolsa-Alimentação (Programa de transferência de renda a famílias carentes para combater a mortalidade infantil e a desnutrição).

Esse é um diferencial em 2023, ao contrário da década de 1970, período de referência da implantação do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, quando não havia seguridade para garantir acesso e permanência das crianças na escola.

Professores contratados em regime temporário x Professores concursados e contratados em regime temporário - Em 1971, praticamente 100% dos professores contratados pelo município de Santarém eram temporários. Além disso, não havia regularidade com relação ao pagamento pelos serviços prestados. Nesse período, o país ainda era desprovido de uma legislação segura acerca da aplicação dos recursos públicos, o que aconteceu somente com a aprovação da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio do ano de 2000.

Essa nova lei veio principalmente para atender às demandas empresariais, devido aos calotes que os fornecedores recebiam do poder público em níveis federal, estadual e municipal. Em parte, a lei também beneficiou os servidores públicos temporários.

Verifica-se, no entanto, que o objetivo primeiro da Lei de Responsabilidade Fiscal não era atender aos trabalhadores, e sim aos empresários que forneciam produtos e serviços para União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em 2023, percebe-se um número expressivo de professores concursados, tendo como referência a Escola Municipal Santíssima Trindade. No entanto, destaca-se também que não se trata de uma regra geral. Ao contrário, há professores atuantes nas escolas de várzea que ainda são contratados em regime temporários ou no máximo por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS). Os contratados têm duração de um ano, podendo ser prorrogados por igual período. Trata-se de um tipo de serviço temporário, porém com uma expressão diferente.

Mesmo assim, os professores, em 2023 contam com alguma seguridade, se comparados aos professores que eram contratados em 1971. A principal delas é a regularidade de pagamento, de remuneração uma vez que agora os recursos são garantidos pelo governo federal, administrado pelo município, subordinado às penalidades da Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio de sanções fiscais e penais.

As sanções fiscais correspondem ao impedimento do gestor público receber transferências voluntárias, promover a contratação de operações de crédito e obter garantias para a sua contratação. As sanções penais envolvem o pagamento de multa com recursos próprios, podendo chegar a 30% dos vencimentos anuais, a inabilitação para o exercício da função pública por um período de até cinco anos, a perda do cargo público, a cassação de mandato e até prisão.

Professores leigos x Professores qualificados - Em 1971, grande parte dos professores da rede municipal de ensino era leiga²⁰. Esse gargalo representava um dos maiores desafios ao sistema municipal de educação, uma vez que refletia a fragilidade do serviço educacional ofertado aos alunos, principalmente das comunidades rurais do interior da Amazônia, como se constata em Menezes (2002, p. 1):

No Brasil, a existência de professores leigos é mais comum nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde muitos deles estudaram apenas até a 4ª série e a maior parte não terminou o ensino fundamental (antigo 1º Grau). Em 1999, cerca de 30%, dos 456 mil professores de ensino fundamental no Norte, Nordeste e Centro-Oeste não tinham habilitação para lecionar. Ainda, de acordo com dados do MEC, do universo de professores leigos existentes no País, na mesma

²⁰ Termo que se refere aos professores sem qualificação pedagógica. A existência de professores leigos é comum em países do terceiro mundo, nas áreas mais pobres e, principalmente, na zona rural.

Para acabar com a figura do professor leigo, o Ministério da Educação (MEC) criou, em 1999, o Proformação (Programa de Formação de Professores em Exercício), que se institui num curso de Nível Médio, com habilitação em magistério, na modalidade de educação à distância. Seu objetivo é oferecer um curso para professores sem habilitação que atuam nas quatro séries iniciais e classes de alfabetização das escolas da rede pública das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o domínio dos conteúdos do ensino médio e a formação pedagógica necessários para a melhoria da qualidade de sua prática na sala de aula.

O Proformação foi criado para atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, segundo a qual para todas as etapas do ensino básico “só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. A LDB, apesar de exigir nível superior a partir de 2007 na contratação de professores, admite que os professores que estão na rede tenham formação em nível médio para dar aula na educação infantil e nos primeiros quatro anos do ensino fundamental. O Proformação cumpre também as exigências da Lei do Fundef pela qual “aos professores leigos é assegurado prazo de cinco anos para a obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes – ensino médio e magistério”.

Segundo dados do MEC, o Proformação conseguiu diminuir o número de professores leigos no Brasil para 45 mil, em 2001 (Menezes, 2002, p. 1).

época, cerca de 113 mil não havia concluído sequer o ensino fundamental.

Em 2023, nota-se que não é comum se encontrar professores leigos em sala de aula, o que representa avanço, embora ainda haja comunidades menos desenvolvidas em relação ao Centro do Aritapera, que ainda não conseguiu superar esse problema.

Horas-aula: 320h/a x Horas-aula: 800h/a - Nesse item, o que chama atenção sobre a ofertada da educação pública nas comunidades de várzea, em 1971, de acordo com relato de pessoas que no passado fizeram a gestão educacional nessa região, é que antes da instituição do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, o ano letivo era desenvolvido em 320 horas/aula.

Em 2023, os estudantes da várzea, recebem a mesma quantidade de horas/aula que os estudantes da cidade e do planalto, com o ano letivo de no mínimo 800 horas/aula.

Os gestores argumentam que essa mudança se deu com a instituição do calendário diferenciado para escolas de várzea, que contribuiu para adaptar as atividades escolares durante o período do verão, que se dá entre os meses de agosto a abril do ano subsequente, totalizando nove meses de aula, de maneira ininterrupta.

Ressalta-se que, a partir de 2023, as atividades escolares em sala de aula iniciaram na segunda quinzena de julho, concedendo recesso de 15 dias na última semana de dezembro e primeira semana de janeiro de 2024 à comunidade escolar da várzea.

Dias letivos: 80 dias x Dias letivos: 200 dias - O comparativo desse item tem a ver com o que ocorreu com o item anterior, quando os alunos das escolas de várzea estudavam em função da cheia, sem adaptação do calendário, o ano letivo era desenvolvido em 80 dias de aula, como se pode constatar no depoimento:

Com a orientação de uma nova lei e como o Movimento de Educação de Base (MEB) já ofertava 200 dias letivos, passou-se a adotar esse novo calendário, principalmente, na várzea superando o tempo de aula praticada pelo calendário anterior que era de apenas 80 dias letivos.
(E6)

Após a instituição do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, mesmo que o ano letivo seja concluído em nove meses, as atividades escolares são

realizadas com 200 dias de aula, incluindo alguns dias de sábado, denominado pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) de “sábado letivo”. No entanto, essa mesma estratégia é utilizada na zona urbana e no planalto para completar a quantidade de dias letivos previstos na legislação.

Transporte escolar: canoas movidas a remo x Transporte escolar: lanchas e barcos modernos/motorizados terceirizados - Em 1971, o desafio de pais e responsáveis pelos alunos era o deslocamento entre suas residências e a escola no período da cheia dos rios. Um dos transportes mais comuns nas comunidades de várzea era a canoa movida a remo. Esse meio de transporte precisava de braços fortes de adultos para levar e buscar principalmente as crianças, uma vez que os adolescentes já reuniam força suficiente e habilidade no manejo do remo e na condução das canoas.

Em 2023, os varzeiros praticamente já “aposentaram” o remo, que se tornou um simples auxiliar da rabeta, adaptada à canoa, meio de transporte que foi introduzido na várzea da Amazônia a partir da década de 1990. Trata-se de um pequeno motor que faz girar uma hélice. Esta, por sua vez, impulsiona as pequenas canoas, conhecidas também como Ubajara ou simplesmente “Bajara”. Esse meio de transporte adaptado atende com agilidade às necessidades de locomoção dos moradores, principalmente no inverno, período em que os rios se tornam as ruas das comunidades de várzea.

Além da Bajara, os alunos dispõem do transporte escolar, com recursos garantidos pelo Programa do Governo Federal denominado “Caminho da Escola”, lanchas motorizadas que vão apanhar os estudantes na porta de casa e conduzi-los com segurança à porta da sala de aula, por meio de uma política de Estado com recursos do Governo Federal e administrada pelos municípios. Trata-se de um programa voltado aos estudantes residentes em áreas ribeirinha e rurais, atendendo com o serviço de transporte de ônibus, lanchas e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nestas regiões, visando à segurança dos alunos, com meio de transporte de qualidade.

Destaca-se, no entanto, que o modelo das lanchas que atendem os alunos da Escola Santíssima Trindade e de outras escolas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) tem o desenho de um ônibus, praticamente toda fechada, deixando o ambiente abafado, o que o torna impróprio relacionado aos modelos de embarcações que trafegam pelos rios da Amazônia.

Currículo escolar regular x Currículo escolar adaptado - A adaptação do currículo regular não ocorre imediatamente a 1971, ano de aprovação da Lei Federal que o flexibilizou, que prometia uma reforma exitosa na educação brasileira. Por um longo período, as escolas da várzea tentaram utilizar as mesmas orientações, os mesmos conteúdos e procedimentos que eram praticados na cidade e no planalto, locais que utilizavam o currículo regular. Foram tentativas malsucedidas, a começar pelas disparidades dos dias letivos que nas escolas de várzea eram bem menores do que na cidade. No entanto, só em 2010 houve amparo legal, orientando a flexibilização do currículo escolar nas escolas de várzea.

Para Gonzales Arroyo (2007), “vêm crescendo as sensibilidades para com o currículo das escolas, porque percebemos que a organização curricular afeta a organização de nosso trabalho e do trabalho dos educandos”. Ainda se referindo ao currículo, acrescenta:

Este é um ponto central para o debate sobre os currículos: como condicionam nosso trabalho. Vejamos. O currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequenciação, suas hierarquias e cargas horárias são o núcleo fundante e estruturante do cotidiano das escolas, dos tempos e espaços, das relações entre educadores e educandos, da diversificação que se estabelece entre os professores (Gonzales Arroyo, 2007, p. 18).

Como se percebe, o currículo é o cerne estruturante que vai demandar o ensino-aprendizagem dos educandos em seus percursos das séries iniciais às finais. No entanto, nas comunidades de várzea, são feitos ajustes com a justificativa de atender às singularidades locais.

Precisa-se esclarecer, no entanto, que o currículo em questão foi discutido, pensado, a fim de atender à realidade do professor e do aluno urbano. Isso quer dizer muito à comunidade escolar das escolas de várzea, pois esse currículo, a exemplo do calendário, também foi adaptado, trazendo, no seu cerne, realidades que não dialogam com a cultura, costumes e saberes da várzea.

Capacitação de professores inexistente x Capacitação, formação continuada aos gestores, professores e técnicos - Quando o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea foi instituído, não havia políticas de Estado comprometidas com a capacitação dos professores. Havia algumas iniciativas isoladas sem continuidade. Políticas de Estado com a finalidade de oferecer condições de capacitação, formação continuada do corpo docente das escolas passaram a ser efetivadas com a reforma

educacional de 1996. A lei previa que os professores deveriam continuar em permanente formação, atualização e capacitação.

Mesmo que haja políticas de Estado visando à capacitação em 2023, o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea deixa os professores durante três meses sem vínculo com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED). Mesmo que a capacitação seja ofertada, esses profissionais da educação da várzea só conseguem participar de forma voluntária. Isso se torna um impeditivo, pois, uma vez desempregados, sem remuneração, perdem automaticamente garantias de deslocamento e manutenção na cidade, onde geralmente as atividades de capacitação são realizadas.

Falta de biblioteca nas escolas da várzea x Presença de livros em locais improvisados nas escolas da várzea - Esse comparativo entre 1971 e 2023 demonstra o mínimo de melhoria na estrutura das escolas de várzea, mesmo que não seja comum. Esse item se refere diretamente à Escola Santíssima Trindade, que, apesar de bem estruturada, construída no modelo “padrão mínimo de qualidade” e portadora de livros para consulta, não dispõe de espaço para atender os requisitos de uma biblioteca.

Ao se comparar com as comunidades de várzea menos estruturadas, cujas escolas ainda estão funcionando de maneira precária, como é caso das escolas anexas, que não dispõem nem de livros para consulta, pois as escolas anexas funcionam comumente em uma sala de aula e algum espaço destinado às atividades administrativas.

No entanto, quando a reflexão parte do ano de 1971, pode-se afirmar que houve avanços nesse sentido pelo fato de que as escolas polo dispõem dos livros para consulta, mesmo que ainda careçam de um espaço físico digno para instalar biblioteca, como é o caso da Escola Municipal Santíssima Trindade, no Centro do Aritapera.

Além das comparações que apontam disparidades entre o período inicial do calendário diferenciado, há outras inconsistências, a exemplo do encerramento do ano letivo no mês de abril, enquanto as matrículas na rede estadual são realizadas em janeiro de cada ano.

Essa inconsistência conflita com o calendário regular praticado pelo Sistema Estadual de Ensino e mais uma vez quem perde é a comunidade escolar, centrada no aluno. Quando o estudante conclui o Ensino Fundamental II, como os sistemas

educacionais são complementares, tendo como referência as redes a municipal e a estadual, para dar continuidade em seus estudos no Ensino Médio, o educando deve se matricular em escola da rede estadual na cidade.

Entretanto, como há divergência entre o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea e o calendário regular, ocorrem duas situações: ou a escola da várzea adianta o conteúdo para que o aluno conclua o ano letivo no mês de dezembro ou o aluno conclui o ano letivo no mês de abril, de acordo com o calendário adaptado para as escolas de várzea. Sendo assim, o estudante concluinte submete-se à espera de nove meses para se matricular no ano seguinte e só após esse longo período de espera pode continuar seus estudos.

Percebe-se que tanto no arranjo de adiantamento do conteúdo, que geralmente é feito na comunidade de origem do estudante, quanto na decisão de esperar as turmas do ano seguinte para dar sequência aos estudos, quem perde é o aluno. Na primeira situação, pressupõe-se que o estudante não consiga alcançar um bom aprendizado. Se isso fosse a solução, isto é, o procedimento de adiantar conteúdo, as aulas da várzea seriam programadas para um semestre, de agosto a dezembro, mas se constata que isso não ocorre. Não haveria a necessidade de programar o calendário escolar com 200 dias letivos. A segunda situação pode ser até mais danosa, pois esperar praticamente nove meses desconectado da escola é o mesmo que ser reprovado, o que significa perder dois anos letivos. Soma-se a essa perda a possibilidade de o aluno não continuar seus estudos como geralmente ocorre na passagem do Ensino Fundamental II para o Ensino Médio, quando são registrados o abandono do aluno aos estudos em definitivo.

O marco do abandono precoce à escola se dá aos 15 anos: nessa idade, quando em geral se entra no Ensino Médio, o percentual de jovens quase dobra em relação à faixa etária anterior, passando de 8,1%, aos 14 anos, para 14,1%, aos 15 anos. Os maiores percentuais, porém, se deram a partir dos 16 anos, chegando a 18,0% para pessoas com 19 anos ou mais. (IBGE/2023)

Com relação às comunidades do Aritapera, essa constatação corresponde ao resultado apontado pelo questionário aplicado de casa em casa, quando se trata da pergunta se a família tem algum filho formado na universidade, que veremos mais adiante.

Outra inconsistência se identifica sobre o início das atividades escolares no mês de agosto de cada ano em relação aos exames da Prova Brasil, Enem e Enade, que geralmente ocorrem nos meses de outubro e novembro.

Nesse caso, o currículo regular não considera as peculiaridades das escolas da várzea, o que se torna um complicador, por se tratar de um currículo para atender todas as escolas, em todas as situações, como se o ambiente de várzea e urbano fossem homogêneos, como se não houvesse diferença até mesmo entre as comunidades rurais, relativamente ao período de inundações.

Diante dessa inconsistência, um dos entraves do currículo escolar provocados pelo calendário escolar diferenciado para escolas de várzea é a realização dos exames nacionais, como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)²¹, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)²², Prova Brasil e outras. Esses exames são realizados no segundo semestre, e os alunos não têm tempo para se preparar, porque o ano letivo da várzea inicia em agosto, mês de realização da OBMEP, enquanto o exame do SAEB geralmente é realizado em outubro. Com isso, os alunos da várzea ficam de fora ou o fazem sem dispor de tempo suficiente para se preparar.

Diante dessa situação, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) passou a preparar alunos/turmas de determinada escola, geralmente escolas que trabalham com calendário escolar regular. Com isso, em nome daquela

²¹ A OBMEP é um projeto nacional dirigido às escolas públicas e privadas brasileiras, realizado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática – SBM, e promovida com recursos do Ministério da Educação – MEC e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. (IMPA, 2022, p. 1)

²² O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.

O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências.

As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Realizado desde 1990, o Saeb passou por várias estruturações até chegar ao formato atual. A partir de 2019, a avaliação contempla também a educação infantil, ao lado do ensino fundamental e do ensino médio. (INEP, 2022, p. 1)

escola, os alunos se tornam aptos a fazer as provas, com possibilidades de alcançar bons resultados, elevando os índices das escolas de várzea.

No entanto, o resultado alcançado não representa a realidade dos estudantes das escolas da várzea com relação ao nível de conhecimento, de acordo com os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O ano letivo no Município de Santarém, praticado pelo calendário escolar regular, realizado em doze meses na cidade e planalto em relação aos nove meses do calendário escolar diferenciado para escolas da várzea, ambos constituem 200 dias letivos ou 800 horas/aulas, o que poderia ser considerado normal. Trata-se, no entanto de mais uma inconsistência identificada no percurso da pesquisa, considerando que a comunidade escolar perde o contato com a escola durante 90 dias. Em 2023, o ano letivo dessas escolas teve início em agosto, logo após a descida das águas, e as atividades escolares se estenderam até o mês de abril do ano subsequente.

Percebe-se que o intervalo entre o mês de abril, quando encerra e o mês de agosto quando inicia o ano letivo da várzea, são três meses sem atividades escolares. Com isso, os professores ficam completamente apartados das atividades educacionais, o que provoca uma das maiores reclamações advindas dos servidores contratados em regime temporário, uma vez desvinculados do quadro de servidores da SEMED, sem remuneração ficam impossibilitados de participar da capacitação, da formação continuada. Além disso, nessa inconsistência a pesquisa mostra o trabalho precário de maneira nítida, expondo a vulnerabilidade do trabalhador da educação. De acordo com estudos realizados pelo IPEA (2021, p.7).

O entendimento da condição dos trabalhadores como precária pode ser encontrada em *O Capital*, de Marx, segundo o qual o aumento da produtividade do trabalho e a crescente aplicação da ciência ao processo produtivo sempre recriam um excesso relativo de trabalhadores (aumento do exército industrial de reserva, em seus termos), que eleva a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, aumentando simultaneamente a precariedade de sua existência²³.

²³ Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade capitalista, onde o instrumental de trabalho emprega o trabalhador, e não este o instrumental. Esta lei se transmuta na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital, (Marx, 2001, p. 748).

Nesta inconsistência, percebe-se a presença mais nítida do capitalismo, do poder do Estado agindo, interferindo nas singularidades do Centro do Aritapera e revelando o lado perverso do sistema. Nesse aspecto, o ajuste do calendário de várzea se tornou grande aliado da gestão pública municipal, pois os três meses representam grande economia, que é a natureza nociva do neoliberalismo²⁴, atuando em benefício do capital representado pelo governo municipal, em detrimento dos trabalhadores da educação.

Por isso, nenhum dos entrevistados que atuaram como gestores da região de rios, aqueles vinculados diretamente a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), é favorável à unificação do calendário, pois as suas falas representam a Prefeitura de Santarém, os anseios do gestor municipal, neste ou naquele momento da história educacional das comunidades do Aritapera, reproduzindo-se o pensamento neoliberal, pois esses três meses representam grande volume de recursos que deixam de ser investidos nas escolas de várzea, na educação dos estudantes dessa região.

A existência do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea revela, por meio das comparações entre o período em que a mine-reforma educacional foi instituída em 1971 são enormes em relação ao ano de 2023, quando se percebem avanços que já conseguiram superar as principais precariedades que havia no século passado.

Além disso, o que está em questão nesta pesquisa são os direitos sobre a educação dos brasileiros de todas as regiões do país, mas sobretudo dos brasileiros do interior da Amazônia, especialmente, do Município de Santarém, no interior da Amazônia paraense, direitos estes garantidos na Constituição Federal/88, resultado das conquistas sociais, de lutas por cidadania, conforme afirma Gobato (2009, p. 16):

Entre os direitos encontram-se no centro das lutas pela cidadania, o direito a uma educação que seja pública, gratuita e de qualidade. O caráter público e gratuito refere-se ao financiamento que deve ser provido pelo poder público, uma vez que é a arrecadação dos impostos dos trabalhadores que abastece os cofres públicos. Já o caráter

²⁴ O termo neoliberalismo sugere um sistema de princípios que, ao mesmo tempo em que é novo, baseia-se em ideias liberais clássicas: Adam Smith é o seu reverenciado santo padroeiro. Esse sistema doutrinário é também conhecido como Consenso de Washington, expressão que sugere algo a respeito da ordem global. Essas doutrinas não são novas, e seus pressupostos básicos estão muito distantes daqueles que animaram a tradição liberal desde o Iluminismo. (Chomsky, 2002. p. 7)

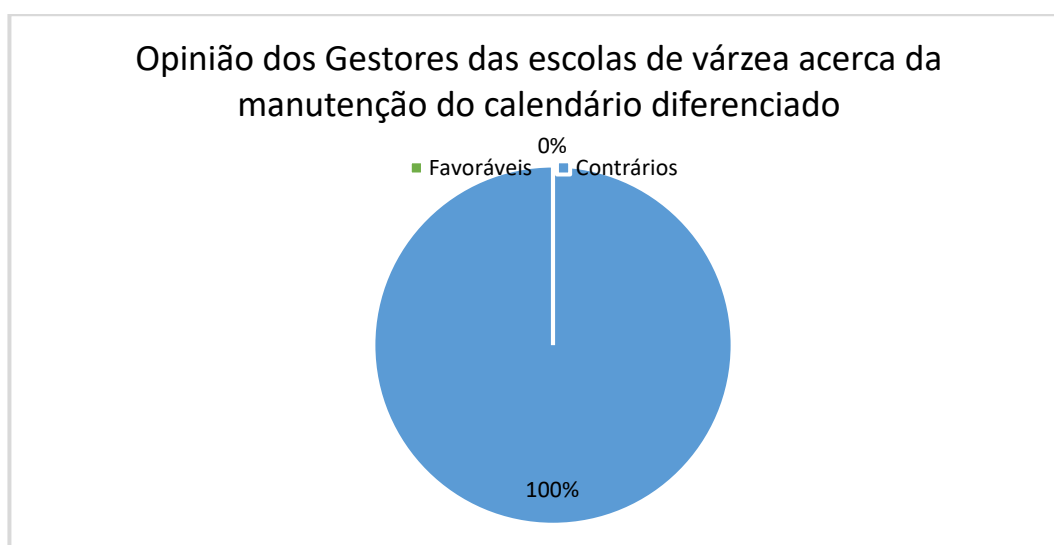
qualitativo, refere-se a uma educação que seja voltada para o homem e a mulher do campo, específica para eles e para a realidade e dificuldades que enfrentam, não mais uma educação que seja pensada para a população urbana e imposta aos trabalhadores do campo.

Essa parcela importante da população brasileira do campo, das várzeas continua relegada ao abandono ou atendida minimamente com arranjos para justificar a presença do Estado do jeito que lhe convém. Comprova-se essa realidade do faz de conta quando o estudo revela que o calendário escolar regular estendido às escolas da várzea era cumprido em apenas 80 dias de aula. No município de Santarém, esse quadro só foi modificado com a orientação de uma nova lei, uma década depois, quando os estudantes passaram a ser atendidos com 200 dias letivos a partir da década de 1980.

4.2 Exclusão velada da educação nas escolas da várzea

As gestoras e os gestores de várzea são os responsáveis pelo dia a dia desses espaços educacionais, por isso, no período de 13 a 20 de fevereiro de 2023, fez-se um levantamento, uma espécie de enquete com 100% de abrangência, considerando somente as escolas polo, uma vez que são os mesmo dirigentes dos estabelecimentos anexos, com o seguinte questionamento: você é favorável à manutenção do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea ou à unificação deste ao calendário escolar regular?

Gráfico 3 – Escolas de várzea do município de Santarém-PA, de 13 a 20/02/2023.



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2023).

Percebe-se que as gestoras e os gestores dessas escolas foram unânimes pela unificação do calendário escolar diferenciado da várzea ao calendário escolar regular adotado pela SEMED na cidade e no planalto, ressaltando que na década de 1970 essa medida adotada foi necessária. Em 2023, porém, mais atrapalha do que ajuda o processo educacional dos estudantes das escolas situadas nas comunidades rurais de várzea. O posicionamento de gestores e gestoras das escolas de várzea é fortalecido por Pinheiro (2023, p. 183), que corrobora a mesma perspectiva ao afirmar que:

[...] A adoção de novas propostas de escola para a várzea, com nova arquitetura, com energia sustentável, acesso às novas tecnologias, saneamento básico, adaptáveis às oscilações sazonais e livres dos impactos das terras crescidas e terras caídas é um caminho para evitar prejuízos financeiros ao município e prejuízo pedagógico para as crianças e adolescentes, além de alinhar o calendário letivo de várzea ao calendário municipal, estadual e nacional, fortalecendo a justiça educacional com espaços e currículo que respeite as especificidades da várzea amazônica.

Com isso, mesmo que se reconheça que não se trata de uma medida simples, os gestores das escolas de várzea defendem, ressalvadas as singularidades da várzea, a unificação dos dois calendários: diferenciado do regular praticado pelas escolas da cidade e do planalto, principalmente devido ao ano letivo da várzea que atualmente é realizado em nove meses, sem recesso aos alunos, aos professores, ao pessoal de apoio das escolas; no período da enchente, entre os meses de maio a julho, ocorre o desligamento total dos alunos da escola e os professores temporários também são desvinculados da SEMED.

Dessa forma, tanto estudantes quanto professores, durante 90 dias, distanciam-se completamente da escola, o que na opinião dos gestores escolares provoca perda incalculável ao processo do ensino-aprendizagem; a impossibilidade econômica dos professores de participarem da formação continuada que ocorre na cidade, em decorrência de não reunirem condições financeiras para pagar o deslocamento de ida e volta à comunidade e de se manterem na cidade para acompanharem a formação continuada ofertada pelas políticas educacionais do Ministério da Educação e gerenciada, em Santarém, pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED); somando-se a isso, a disparidade do período entre o

calendário diferenciado de várzea, que encerra no mês de abril do ano em curso, em relação ao calendário regular que inicia no mês de fevereiro, do ano subsequente.

Ainda com relação à disparidade do período entre os dois calendários, quem perde é o aluno nas duas situações. Para “ajudá-lo”, a direção e os professores da escola da várzea, no ano final ou nono ano resolve adiantar o conteúdo para que o estudante consiga se matricular no início do ano subsequente nas escolas da cidade, que trabalham com o calendário regular.

Nesse caso, o aluno perde em termos de aprendizado, uma vez que passa a frequentar a escola em dois períodos, sem tempo para aprofundar o conteúdo recebido; em outra situação, perde também quando o aluno resolve concluir o ano final ou nono ano de acordo com o calendário da várzea, que encerra o ano letivo no mês de abril. Nesse caso, será obrigado a esperar alguns meses para se matricular no primeiro ano do ensino médio, na cidade, de acordo com o calendário regular.

Além disso, há outra situação que pode ser considerada até mais grave, quando ocorre o movimento inverso de deslocamento das famílias, da cidade para se instalar na várzea. Nessa situação, o impacto do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea atinge em cheio as crianças em idade escolar, porque chegam para estudar nas escolas de várzea bem no meio do período letivo e não conseguem se matricular para frequentar a escola imediatamente. Nesse caso, pais e alunos vão esperar pelo menos sete meses para retomar os estudos, porque as atividades escolares na várzea iniciam no mês de agosto.

Por tudo isso, os gestores das escolas da várzea, unanimemente, manifestaram-se favoráveis à unificação do calendário escolar de várzea ao calendário regular, com o sentimento de que essa mudança vai atender à principal finalidade educacional, que é o aluno.

Percebe-se que em mais de cinco décadas os estudantes das escolas da várzea são penalizados em decorrência da adaptação de um calendário que teve a intenção de incluir uma população ameaçada pelo inverno Amazônico, mas com o tempo, ao serem superados os maiores problemas, esse calendário, contraditoriamente, tornou-se excludente ao desestimular os estudantes a continuar seus estudos a partir do nono ano, devido à disparidade de tempo em relação ao calendário regular. Esse evento desastroso vai impactar esses estudantes no próximo item deste estudo, quando se abordará a continuidade da formação em direção ao Ensino Superior.

Além disso, a exclusão ocorre também ao desconectar estudantes e professores do convívio escolar durante três meses. Somando-se a isso, ocorre também a exclusão social, haja vista que os professores temporários, que é a grande maioria que atua nas escolas da várzea ao serem desvinculados da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), deixam de receber seus vencimentos durante quatro meses. O calendário também é excludente pelo menos três meses do ano, uma vez que o ano letivo praticado pela dinâmica do calendário escolar regular é desenvolvido em doze meses, enquanto nas escolas de várzea, o calendário letivo se reduz a nove meses.

No entanto, há outros elementos que podem revelar com maior clareza os desafios dos estudantes das escolas de várzea, considerando que o processo educacional é uma continuidade, realizado a partir de responsabilidades que envolvem a União, Estados, Distrito Federal e os municípios brasileiros, com a finalidade precípua de incluir a todos. Contraditoriamente, o que seria a exclusão tardia dos estudantes das escolas da várzea?

4.3 Exclusão tardia dos estudantes das escolas da várzea de Santarém

Exclusão é um conceito que vem sendo discutido sobre a sua empregabilidade em pesquisas científicas e técnicas. As reflexões a partir desse debate têm proporcionado a elaboração de quadros bastante valiosos de realidades de correntes opostas, uma vez que permite verificar as diferenças entre o que está ou não incluído socialmente. Em se tratando do nosso objeto de estudo, o alvo são os excluídos do processo educacional mediante condições e percursos históricos.

A respeito da exclusão, a partir das discussões epistemológica, este conceito tornou-se uma importante ferramenta, com a possibilidades para novas reflexões e apontamentos que podem contribuir com a reestruturação de uma sociedade mais equitativa e justa.

A exclusão não é a marginalização, ainda que possa a ela conduzir. Para conferir um mínimo de rigor a este termo, é necessário levar em conta os procedimentos ritualizados que sancionam a exclusão. Eles são muito diversificados, mas remetem a um julgamento pronunciado por uma instância oficial, apoiando-se em regulamentações e mobilizando os corpos constituídos. (Castel, 1996, p. 35)

O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea surge sustentado por uma lei federal robusta. Além disso, dentre as operações teórico-práticas do processo humano de conhecimento, o nível da descrição das formas de aparecimento imediato da lógica interna do sistema do capital, é onde o conceito de exclusão encontra seu emprego mais adequado.

A exclusão tardia dos estudantes das escolas de várzea do município de Santarém-PA materializa-se na seguinte circunstância: os alunos que deveriam naturalmente continuar o ensino médio são impedidos devido à disparidade do período entre os calendários escolares da várzea e o regular.

Torna-se ainda mais impactante quando o estudante é submetido a esperar dez meses para reiniciar seus estudos na cidade ou resolve abandonar definitivamente a escola.

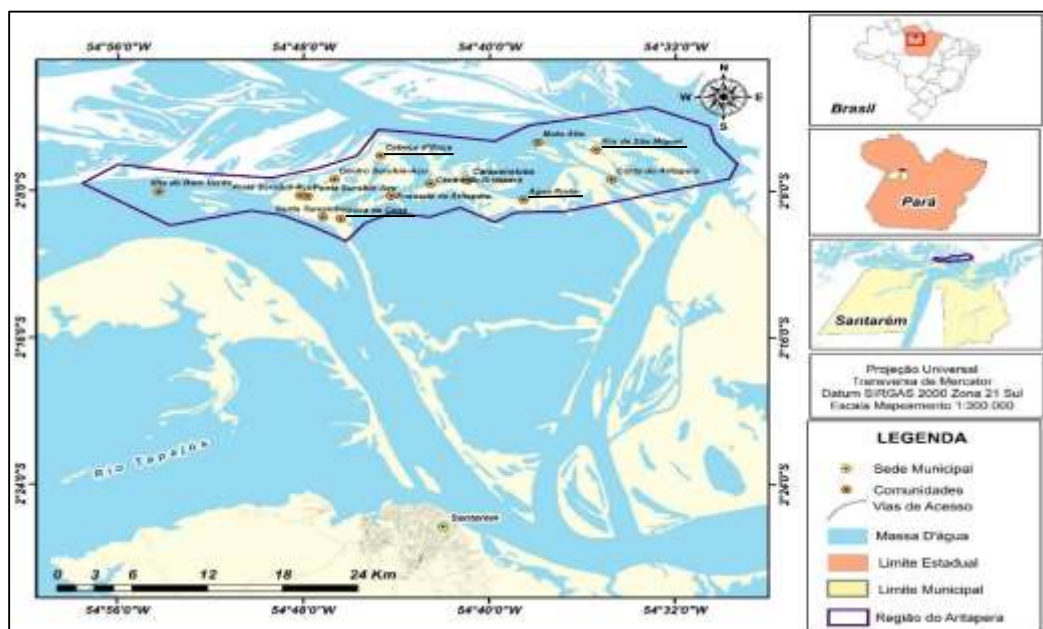
Nesse caso, o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, contraditoriamente, provoca exclusão tardia, porque o impacto desastroso será percebido quando um elevadíssimo percentual de estudantes da várzea não consegue cursar o Ensino Médio nem alcançar o Ensino Superior. Isso fecharia o ciclo de uma formação razoável ao cumprir um percurso que inicia com o Ensino Infantil, Fundamental I e II, Ensino Médio e Ensino Superior.

Há também um segundo caso, que configura exclusão imediata. O impacto é maior porque atinge frontalmente as crianças em idade escolar, quando as famílias precisam instalar moradia nas comunidades de várzea, provenientes das áreas urbana da cidade ou até das regiões de rios e do planalto do município de Santarém. Ao chegarem às comunidades de várzea para se matricular nas escolas que adotam o calendário diferenciado, são obrigados a esperar até sete meses, uma vez que as aulas na várzea só iniciam no mês de agosto de cada ano.

Nas duas constatações se encontra a principal contradição da medida oficial que se materializou a partir de 1971 com a flexibilização, consolidando-se com a instituição do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, criado como um instrumento oficial de inclusão escolar no município de Santarém. Com o tempo, ele se transformou em um instrumento oficial de exclusão tardia ou imediata, dependendo do movimento que o estudante faça, seja na busca pela continuidade dos estudos na cidade seja no movimento inverso das famílias ao se deslocarem da cidade para se instalar na várzea, principalmente nos primeiros anos do processo escolar.

Os gestores também se ressentem da desigualdade que há entre os alunos da várzea e dos alunos regidos pelo calendário regular com relação aos exames nacionais e as provas como da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), Prova Brasil, entre outros exames realizados em nível nacional. Ocorre que os alunos dos espaços urbanos dispõem de mais tempo para se preparar, uma vez que suas atividades iniciam em fevereiro, enquanto os alunos da várzea iniciam suas atividades no mês de agosto. Já o exame da OBMEP é realizado geralmente no mês de setembro.

Imagem 13: Mapa das comunidades da região do Aritapera, Santarém-PA, 2022



Fonte: IPAM e INCRA, 2010.

Ressalta-se que a região do Aritapera, formada por 14 comunidades, é considerada mais desenvolvida. Isso a difere daquelas que ainda não conseguiram alcançar o mesmo nível de desenvolvimento econômico, político e social. Economicamente, o Aritapera se destaca com a criação de gado, uma vez que a maioria dos moradores do lugar é proprietária de gado bovino, mesmo que seja algumas reses. Como dispõem de melhor poder econômico, conseguem patrocinar os estudos dos filhos e das filhas nas escolas da cidade ou até em centros mais desenvolvidos.

Politicamente, Aritapera também se diferencia bastante de outras regiões, pois, de acordo com Fonseca (2007), já conseguiu eleger dois prefeitos da cidade de

Santarém: Paulo Imbiriba Lisboa (1975-1978) e Ronan Manuel Liberal Lira, como dois mandatos (1981-1985; 1989-1992). Em 2023, a região conta com um vereador, filho da comunidade de Carapanatuba, que representa os moradores da região junto aos poderes executivo e legislativo.

Para entender as singularidades da Escola Santíssima Trindade, no período de 22 a 27 de fevereiro de 2023 foi aplicado questionário de casa em casa nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, totalizando nas três comunidades 178 famílias. O questionário foi aplicado a 126 famílias com filhos em idade escolar e excluídas da pesquisa 52 famílias cujos filhos jamais estudaram na Escola Municipal Santíssima Trindade. O questionário foi feito aos moradores, que responderam espontaneamente as perguntas: 1) Têm filhos estudando na comunidade? 2) Alguém abandonou a escola? 3) A família se ausenta/va da comunidade na cheia (enchente)? 4) Nas férias, a família depende/dia do trabalho dos estudantes? 5) Os 90 dias sem aula, a causa principal é a cheia (enchente)? 6) Tem filhos formados na universidade? As respostas do questionário são demonstradas por meio de gráficos com os percentuais abaixo:

Gráfico 4 – Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2023).

O resultado alcançado pela pesquisa de campo, a partir das perguntas fechadas, de acordo com o gráfico 4, mostra que 60,32% dos moradores das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba mantêm os

filhos estudando na Escola Municipal Santíssima Trindade ou nos anexos. As escolas anexas, a Escola Municipal Raimunda Maia atende os estudantes da Enseada do Aritapera e a Escola Municipal São Sebastião atende os estudantes de Carapanatuba, com o Ensino Fundamental I.

A pesquisa nos mostra que 39,68% das famílias prefere que seus filhos estudem fora da comunidade. Provavelmente em Santarém ou em outro estado. O percentual de pessoas que estudam fora corrobora com a afirmativa de que se trata de uma comunidade cujos moradores detêm melhor poder econômico que aqueles que vivem nas comunidades de várzea menos desenvolvidas economicamente. Nesse caso, em vez de os filhos saírem para estudar fora, a grande maioria estuda na escola da comunidade.

As escolas Municipal Raimunda Maia e Escola Municipal São Sebastião, no período de realização desta pesquisa (2020-2023), estavam sem atividade escolar. As duas escolas deixaram de funcionar durante a pandemia da Covid-19 devido ao número reduzido de alunos, que foram absorvidos pela escola polo Santíssima Trindade.

Gráfico 5 – Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023



Fonte: Elaborado por este pesquisador (2023).

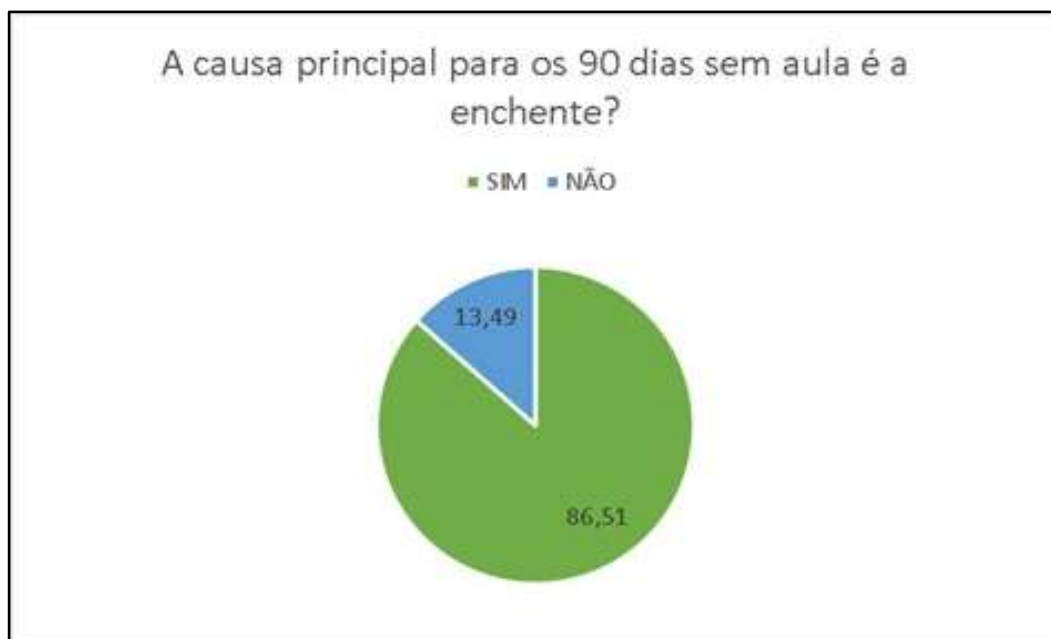
O gráfico 5 mostra-nos que o esforço empreendido pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) e da gestão da escola na comunidade é positivo,

pois o percentual de alunos que inicia e consegue concluir o percurso escolar pode ser considerado bom. Considerando os 100% de estudantes que iniciam os estudos nas séries iniciais nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, 74,60% consegue concluir o Ensino Básico e 25,40% fica por concluir os estudos ofertados pela escola da comunidade.

Em um levantamento realizado em 2019 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mais da metade da população brasileira acima dos 25 anos não concluiu o Ensino Básico, chegando a marca de 51,2% (ou 69,5 milhões de pessoas). Em 2019, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) realizou estudo semelhante e constatou que 51,2% da população brasileira com menos de 25 anos não conseguiu concluir o Ensino Básico. Desse modo, os 74,60% de alunos das comunidades da região do Aritapera está bem acima da média nacional.

Considerando o que a pesquisa vai mostrar mais adiante com relação à passagem do Ensino Fundamental II para o Ensino Médio, percebe-se que grande maioria dos estudantes das comunidades do Aritapera se mantém na escola até concluir o Ensino Básico.

Gráfico 6 – Comunidades: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023



Fonte: Elaborado por este pesquisador (2023).

O gráfico 6 mostra que as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba após a consulta aos moradores: 86,51% respondeu que a

justificativa principal para manutenção do calendário diferenciado para escola de várzea é o fenômeno natural da cheia dos rios; 13,49% discorda, uma vez que houve melhorias principalmente com relação ao prédio escolar e à logística, em função do transporte escolar. A lancha do programa “Caminho da Escola”, do Governo Federal, e o barco contratado pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) vão buscar os estudantes na “porta de casa” e os deixam na “porta da escola”. No final das aulas, fazem o caminho inverso.

Percebe-se que foi por meio de uma política pública de estado que o problema da logística do transporte escolar dos estudantes da várzea foi superado. Há, no entanto, outro fenômeno que preocupa a comunidade escolar, considerado até mais grave do que a enchente dos rios.

Trata-se de um problema que preocupa não apenas os moradores do Aritapera, mas os moradores ribeirinhos de toda a Amazônia, que é o fenômeno das terras crescidas. As terras crescidas provocam o soterramento das casas, dos prédios escolares e assoreamento dos rios e dos igarapés. Em recente estudo realizado por Pinheiro (2022), mostra-se que a cada ano esse fenômeno é mais recorrente, o que desafia e provoca grandes prejuízos às comunidades ribeirinhas da Amazônia:

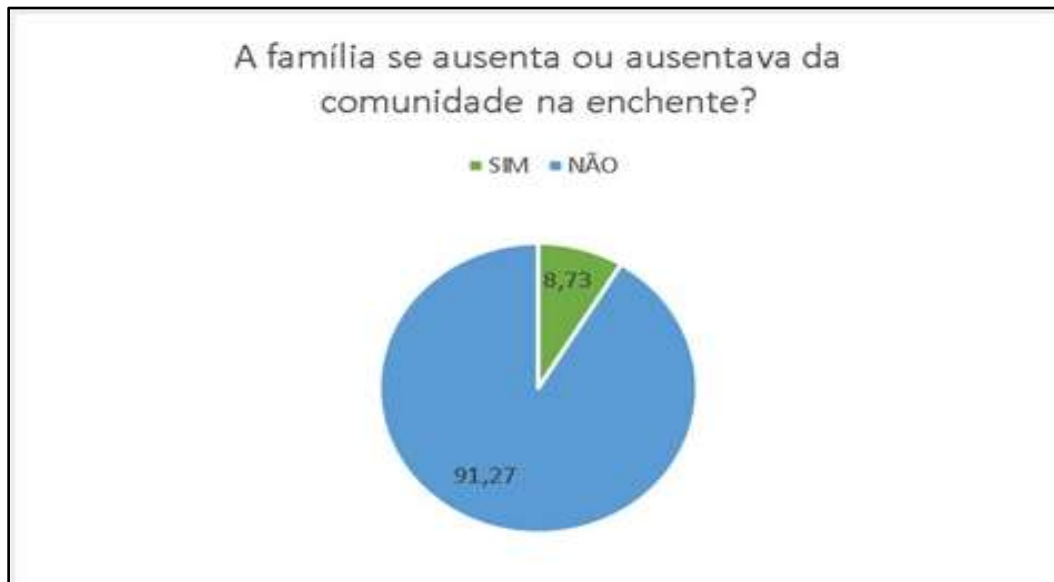
Ilhas são formadas enquanto outras são destruídas pela erosão, numa dinâmica de construção e reconstrução permanente, dando, a cada cheia, enchente, vazante e seca um novo aspecto à geografia da várzea e à vida cotidiana das pessoas. Tais eventos, dadas as vulnerabilidades a que estão expostas as populações da várzea, causam impactos que podem afetar a qualidade de vida, a saúde, a segurança alimentar, prejuízos financeiros como a de perdas de animais, plantações e avarias ou perda de casas, igrejas, barracões comunitários e escolas. (Pinheiro, 2022, p. 29)

O fenômeno das terras crescidas não é recente, embora o mais conhecido seja o fenômeno das terras caídas, por ser mais comentado pelos moradores da várzea. Nos últimos anos, as terras crescidas têm se intensificado. No período da seca, transforma as regiões de várzea em desertos, com o assoreamento dos rios, igarapés, córregos, entre outros.

São eventos hidrológicos extremos que potencializam o processo erosivo conhecido pela população local como “terras caídas”, associado às “terras crescidas” (McGrath; Castro, 2011; Irion *et al.*, 1997; Chibnik, 1994; Junk, 1984; Sternberg, 1975)

e, a cada ano, remodelam a paisagem, como ocorreu em 2023, quando diversos estados da Amazônia sofreram muito com a estiagem.

Gráfico 7 – Comunidades: Enseada e Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023



Fonte: Elaborado por este pesquisador (2023).

O gráfico 7, constata que uma das justificativas para manter o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea seria a ausência das famílias das comunidades do Aritapera, no período da enchente, mas como se percebe não tem sustentação, uma vez que 91,27% dos moradores das comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba permanece na comunidade no período da cheia dos rios.

Como já fora discutido anteriormente, o movimento da sazonalidade, a saída dos ribeirinhos das várzeas para a terra firme, era mais comum na década de 1970. Naquele contexto histórico, as casas eram construídas de pau-a-pique, no chão batido, com o piso na mesma direção da linha imaginária do rio no período do verão. No entanto, depois que essas moradias passaram a ser construídas em modelo de palafita, deixaram de ficar submersas. Com isso, os moradores ribeirinhos preferiram e preferem continuar morando na comunidade em vez de se evadir para outros lugares.

Em 2023 ainda há famílias que saem da comunidade durante o período do inverno, mas esse percentual é de 8,73%. Ao comparar os dois momentos das realidades sociais das residências das comunidades em questão, percebe-se que houve um avanço significativo.

Gráfico 8 – Comunidades: Enseada e Centro do Aritapera e Carapanatuba, Santarém-PA, 2023



Fonte: Elaborado por este pesquisador (2023).

O gráfico 8 apresenta a contradição central do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, compreendendo a educação como totalidade. Aqui se percebe como ocorre a exclusão tardia, considerando que apenas 14,29% dos estudantes que acessam a Educação Básica nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba consegue alcançar o Ensino Superior, que seria uma formação razoável tanto aos pais quanto à preparação das gerações para o mundo do trabalho. Contraditoriamente, 85,71% dos estudantes dessas três comunidades não consegue acesso ao Ensino Superior.

A exclusão tardia se materializa quando o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea não oferece condições reais à verticalização do conhecimento em decorrência da diferença do ano letivo relacionado ao calendário escolar regular, quando o estudante não consegue dar continuidade aos estudos, devido à impossibilidade de se matricular imediatamente em decorrência da disparidade do período letivo entre um calendário escolar e outro.

Além disso, quando a comunidade escolar tenta fugir desse modelo de exclusão, força o estudante a condensar ou adiantar conteúdo nos anos finais, impactando negativamente no rendimento do ensino-aprendizagem no decorrer dos estudos. Por isso, trata-se de um calendário escolar que não oferece condições lógicas à continuidade dos estudos do seu público-alvo, haja vista que, dos 100% dos

estudantes que ingressam nas séries iniciais das escolas da várzea, 75,05% conseguir concluir o Ensino Fundamental II e apenas 14,29% consegue acessar a universidade.

Ressalta-se que, de acordo com o Censo da Educação Superior/2022, promovido pela Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 24,2% dos jovens de 18 a 24 anos no Brasil acessam o Ensino Superior.

Percebe-se, dessa forma, que o calendário diferenciado para escolas de várzea na prática não se materializa, considerando que se trata de uma adaptação a partir do calendário escolar regular; considerando que se trata de um instrumento que normatiza as atividades educacionais dessas escolas, com duzentos (200) dias letivos anuais; considerando que a adaptação desse calendário busca nivelar o ensino-aprendizagem, a permanência dos jovens em suas comunidades e, que surge como um instrumento de inclusão e de oportunidade aos alunos ribeirinhos, com a promessa de garantir a mesma qualidade do ensino, equiparando-se a cidade e ao planalto do município de Santarém.

A contradição é um recurso elementar para Marx, haja vista que “o movimento da sociedade capitalista, repleto de contradições, revela-se ao burguês prático, de modo mais contundente, nas vicissitudes do ciclo periódico que a indústria moderna perfaz e em seu ponto culminante: a crise geral (Marx, 1996a, p. 130)”, constatando-se que:

Na tradição marxista, as *contradições dialéticas* se têm caracterizado em contraste com (i) as oposições ou conflitos exclusivos ou “reais” (a *Realrepugnantz* kantiana), pois seus termos ou polos pressupõem-se mutuamente, de modo a constituir uma *oposição inclusiva*; e com (ii) as oposições lógicas formais, pois as relações envolvidas são dependentes de *significado* (ou conteúdo), e não puramente formais, de modo que a negação de A não leve ao seu cancelamento abstrato, mas à criação de um conteúdo mais abrangente, novo e superior. Associado ao primeiro contraste está o tema da “unidade dos contrários”, a marca registrada de toda a *dialética ontológica* marxista, de Engels a Mao Tsetung. Associados ao segundo contraste, estão os temas da negação determinada”, da crítica imanente e da totalização, que são a marca registrada da dialética *relacional*, de Lukács a Sartre. Em ambos os aspectos, as contradições dialéticas são tidas como caracteristicamente concretas. (Petrovic, 2001, p. 304-305)

Percebe-se que a contradição em Marx é uma categoria de análise necessária para se produzirem novas compreensões a respeito dos embates no interior de uma sociedade em movimento, dividida em classes antagônicas. Mostra também que a luta entre A e B pode resultar na eliminação de um ou de outro, como se constata:

Assim, por causa dessa contradição entre a tendência do capitalismo a proletarizar e eliminar o campesinato e a tendência compensadora de, em certos momentos históricos, aproveitar e reforçar as relações de produção não capitalistas existentes, e também devido ao vigor da luta de classe do campesinato, não há uma tendência linear para o desaparecimento do campesinato. (Petrovic, 2001, p. 85)

Nesse aspecto, essas relações são analisadas por outra categoria relevante nos estudos de Marx, que é a mediação. Diferentemente da contradição, que se materializa por meio de embates opostos, a mediação estabelece relações intersociais, fazendo as ligações, as conexões do objeto, recursos pelo qual se alcança a totalidade.

A perspectiva teórica das mediações implica incluir como propriedades do objeto, as conexões que o determinam em situações de tempo e espaço, única forma de encontrar a explicação de um objeto sem cair no esquema abstrato de uma relação mecânica e, simultaneamente, não perder de vista o significado do objeto não apenas em sua particularidade, mas também como totalidade de um processo histórico. (Amorim; Ferraz, 2007, p. 54)

O processo histórico se realiza por meio da *práxis*, categoria fundamental para a construção tanto de uma Teoria do Conhecimento quanto para a compreensão do processo educativo, como mediador da sociedade em movimento.

A expressão *práxis*, segundo Lobkowitz (1967, p. 9), é uma palavra de origem grega e “refere-se a quase todos os tipos de atividade que o homem livre tem possibilidade de realizar; em particular, a todos os tipos de empreendimentos e de atividades políticas”, assim como as atividades educacionais desenvolvidas na Escola Municipal Saníssima Trindade. Neste sentido,

À comunidade é atribuído um novo e considerável papel no processo educacional, que transforma as relações entre os grupos dentro da escola (que evolui da competição para a cooperação e o apoio mútuo) e implica uma relação mais aberta entre a escola e a sociedade, pressupondo uma relação biunívoca e mutuamente enriquecedora entre professor e aluno. (Petrovic, 2001, p. 200)

Em *O Capital*, práxis é formulada como estruturas, relações, contradições e tendências do modo capitalista de produção, isto é, “os indivíduos só são tratados aqui na medida em que são personificações de categorias humanas, os portadores (*Träger*) de determinadas relações e interesses de classe”, Petrovic, 2001, 587.

Pra Petrovic (2001), na formulação elaborada por Marx, a expressão

[...] práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. (Petrovic, 2001, p. 460)

Nessa perspectiva, vislumbram-se os meios necessários de emancipação por meio do homem *omnilateral*²⁵, de fundamental importância para se refletir a respeito da educação, sobretudo, da Educação do e no Campo, uma vez que se trata de um estudo com a finalidade de uma formação humana que visa provocar uma ruptura com radicalidade sobre a sociedade capitalista, tendo em vista que só é possível a emancipação humana a partir de uma perspectiva do homem *omnilateral*.

A formação do homem *omnilateral* em Marx considera a centralidade do trabalho como princípio educativo, sem desconsiderar a contradição do trabalho em sua dimensão histórica apresentada no percurso da sociedade capitalista. A formação do homem *omnilateral* refere-se à formação do trabalhador no processo de instrução, uma vez que nesta categoria busca-se analisar a ontologia do trabalho do ser humano, do homem enquanto ser social, inserindo-se, de acordo com Marx, o caráter político em seu sentido histórico.

[...] O homem apropria-se do seu ser *omnilateral* de uma maneira onicompreensiva, portanto como homem total. Todas as relações humanas com o mundo – visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor – em

²⁵ A omnilateralidade proclamada por Marx não encontra par na sociedade burguesa, nem muito menos num estágio inferior a esta, digamos, num estágio embrionário de sociedade burguesa como é o caso do contexto histórico estudado por Marx. O homem *omnilateral* é construção da sociabilidade nova, emancipada, portanto, é impossível a existência desse homem *omnilateral* no seio de um intercâmbio social estranhado. O homem *omnilateral* é expressão de uma totalidade de determinações não estranhadas, construídas no cotidiano da nova vida social, cujo fundamento é o trabalho social livre, o planejamento e a execução coletiva do trabalho, bem como a repartição justa dos produtos do trabalho. (Souza Junior, 2010, p. 90 e 91)

suma, todos os órgãos de sua individualidade, como também os órgãos que são diretamente comunais na forma, são a apropriação da realidade humana, (Marx, 1989b, p. 197).

Assim sendo, percebe-se que a formação do homem *omnilateral* traz em seu bojo elementos de articulação entre o trabalho e a formação humana como processo de luta a fim de superar a divisão de classes. Tal é referendado pelo princípio educativo do trabalho. É com essa perspectiva que se materializa o homem *omnilateral*²⁶, apresentado por Manacorda (2010).

Sendo assim, a fim de melhor identificar o pensamento marxista e o método de Marx no contexto social, político, cultural e educacional nas comunidades do Aritapera, na Amazônia Paraense, este estudo, sustenta-se no Materialismo Histórico-Dialético, formulado assim por Marx:

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (Marx, 1873, p. 29).

Ao abstrair o invólucro místico, encontram-se as categorias que são caras a Marx (1996a, p. 303), a exemplo do trabalho, formulado como “apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e Natureza, condição natural eterna da vida humana”. Na mesma direção, a partir de Marx, Lukács (2012, p. 285), entende que “o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam, e, por isso, “o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (Lukács, 2013, p. 44).

Além disso, a formação do homem *omnilateral* possibilita elementos epistemológicos para se elaborar uma leitura crítica acerca da sociedade atual, em especial, do nosso objeto de estudo, que necessita de políticas públicas que contribuam definitivamente com a formação do homem *omnilateral* dos estudantes da várzea do município de Santarém-PA.

²⁶ É, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (Manacorda, 2010, p. 81).

No contexto histórico, a atividade educativa se configura como um processo de mediação, de emancipação do indivíduo em relação à sociedade desta ou daquela época. A emancipação, de acordo com Marx, tem que ser dos trabalhadores e trabalhadoras, consolidada pela totalidade. Percebe-se que:

A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as “totalidades parciais” estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade. Isso, por sua vez, implica necessariamente a compreensão dialética das mediações concretas múltiplas que constituem a estrutura de determinada totalidade social. (Petrovic, 2001, p. 596-97)

Para Marx (1873, p. 140-141), trata-se de um “movimento, pleno de contradições, da sociedade capitalista que se faz sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivéns do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante”, uma reflexão que remete às fábricas do século XIX, mas, como se nota, faz-se presente na realidade educacional das várzeas da Amazônia, no ano de 2023.

As comunidades do Aritapera representam muito bem as contradições da vida em sociedade, do ser ontológico, o que se constata com as cisões que levaram à divisão interna de uma mesma localidade, que se materializou com a origem de duas novas comunidades: Enseada do Aritapera e Carapanatuba, dialogando com a compreensão filosófica de Marx, que considerava o homem como ser natural, social, como um ser histórico, tanto como partícipe quanto impulsionador do desenvolvimento de processos por meio da luta de classes, numa concepção dialética. Com essa compreensão metodológica, foram analisadas as contradições lógicas (internas) da sociedade capitalista.

A sociedade, de modo geral, ao se estabelecer como realidade material, contém em si contradições internas, que se manifestam no modo diferente de evolução da base e da superestrutura da sociedade, considerando as transformações no sentido de se adequar ao nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Marx compreende a organização da sociedade na metáfora da infraestrutura e da superestrutura, que se refere à “metáfora do edifício usada para apresentar a ideia

de que a estrutura econômica da sociedade condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social”, Petrovic (2001):

Uma das primeiras formulações dessa ideia (**a metáfora da infraestrutura-superestrutura**) surge na primeira parte de *A ideologia alemã*, onde há referência à “organização social que nasce diretamente da produção e do comércio, a qual, em todas as épocas, constitui a base do Estado, e do resto da superestrutura das ideias”. Mas a noção da superestrutura não é usada apenas para indicar dois níveis da sociedade que são dependentes, ou seja, o Estado e a consciência social. Pelo menos uma vez, na terceira parte de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, a expressão “superestrutura” parece referir-se à consciência ou visão do mundo de uma classe: “sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e formados peculiarmente. (Petrovic, 2001, p. 52, grifo nosso)

A infraestrutura é onde ocorrem as relações materiais de modo geral do Modo de Produção, a relação dialética entre as pessoas e a natureza, por meio do trabalho, assim como as relações de produção que são estabelecidas pelo ser social, que faz parte da base material da sociedade, a principal engrenagem que determina o funcionamento de um todo.

Em resumo, é a infraestrutura que cria as condições do modo de vida das pessoas. Na superestrutura se encontram as instâncias jurídicas (o Direito e o Estado) e as ideologias veiculadas pela cultura, religião, educação, política, entre outros. Esses elementos de alguma forma são subordinados à base econômica e aos interesses da classe dominante que submete a sociedade como um todo.

A partir desses pressupostos, de acordo com a concepção materialista da história, o movimento das pessoas em sociedade, além dos produtos materiais, geram ainda produtos desprovidos de materialidade que são: ideologias políticas, concepções morais, ressignificação da cultura, modelos estéticos, sistemas de ensino e de comunicação, representações coletivas, entre outros.

A superestrutura tensiona as relações e dialeticamente essa inter-relação representa a base ideológica de um sistema de produção, a exemplo do sistema capitalista de produção, que interfere de maneira direta ou indiretamente na vida das pessoas, como se percebe nas comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, materializando-se no chão da Escola Municipal Santíssima Trindade.

Assim, diante de um contexto desfavorável, as comunidades de várzea, como propõe a dialética de Marx e a Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani, na fricção das relações sociais, exigem propostas que sejam capazes de superar o aparente, o que se apresenta na superfície da sociedade, o sistema vigente que se mantém e se justifica como permanente, imutável. A manutenção desse sistema impede uma educação completa, capaz de alcançar a *totalidade* e contribuir com a formação ideal do homem *omnilateral*.

Fundamentado em Marx, Manacorda (2010, p. 94) ajuda a refletir a categoria *omnilateral* como o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”. Com isso, percebe-se que as comunidades de várzea carecem de políticas públicas²⁷ educacionais específicas, políticas de Estado pensadas a partir da realidade social, política, econômica e cultural desse ambiente, a fim de superar os arranjos, as adaptações, a exemplo da concepção do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, que na realidade se trata do calendário escolar regular concebido para atender à realidade dos estudantes da cidade, das áreas urbanas, que, por meio de arranjos e remendos, foi estendido para atender às escolas da várzea de Santarém-PA. Faltou, portanto, um estudo mais aprofundado, e o que era para ser temporário se tornou permanente.

Percebe-se que essas comunidades carecem de políticas públicas educacionais específicas, alinhadas às singularidades das comunidades de várzea, cujo modo de ser e de viver, cultura e saberes são completamente diferentes do modo de vida dos estudantes urbanos com referência as singularidades do ambiente de várzea.

Desse modo, os alunos das escolas da várzea estarão aptos a lutar, a conquistar novos patamares do conhecimento de maneira crescente, equitativamente aos estudantes que se encontram em condições mais favoráveis, nas cidades e nos grandes centros do país. Esse avanço será materializado por meio de políticas públicas, de acordo com os estudos de Coch (2017), mostrando-nos que os conceitos

²⁷ Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que ou como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2003, p. 13).

de políticas públicas sofrem interferência a partir da concepção de diversos autores entre os anos de 1958 e 1986:

Percebe-se inferências sobre os conceitos de políticas públicas desenvolvidos por Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984) e Laswell (1958) no século XX, dentre os quais a maioria se refere às ações e atividades que o governo desenvolve perante determinada sociedade. Porém, fica clara a não evidência da participação da sociedade nestas decisões que o governo faz ou deixa de fazer (Coch, 2017, p. 42).

A definição de políticas públicas, a partir da compreensão dos autores, apesar das concepções inovadoras, a efetividade é marcada pelos humores da descontinuidade motivadas pelas políticas ideológicas que contaminam as relações e até chegam a comprometer a efetivação das ações em diversas áreas sociais, inclusive no campo educacional que se contrapõe às definições de Políticas Públicas de acordo com seus autores:

1) Para Mead (1995) é o: “Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. 2) Lynn (1980) define como um: “Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”; 3) Peters (1986) é a: “Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”; 4) Para Dye (1984): “O que o governo escolhe fazer ou não fazer”; 5) Laswell (1958) visa: “Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. (Oliveira, 2010, p. 94)

Como se percebe, entre as definições a que mais se aproxima das singularidades da várzea é: “Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” (Lynn, 1980, p. 1).

Entende-se que as políticas públicas educacionais devem ser orientadas por um modelo pedagógico capaz de corroborar com a juventude a fim de superar suas crises existenciais causadas pelos imperativos de um sistema injusto e opressor, que sufoca as expectativas, a esperança e os sonhos das gerações do presente e do futuro.

Dessa forma, as escolas da várzea precisam intransigentemente provocar uma ruptura com as pedagogias conservadoras, que funcionam como estratégia do neoliberalismo presente no dia a dia das instituições educacionais. Com esse movimento, há que se fazer um contraponto, por meio de uma pedagogia capaz de

orientar professores e alunos a avançar em direção à superação do contexto atual, propondo um novo tempo à educação da várzea, utilizando como instrumento a Pedagogia Histórico-Crítica, cujos fundamentos são definidos assim por Saviani:

Penso que a tarefa da construção de uma pedagogia inspirada no marxismo implica a apreensão da concepção de fundo (de ordem ontológica, epistemológica e metodológica) que caracteriza o materialismo histórico. Imbuído dessa concepção, trata-se de penetrar no interior dos processos pedagógicos, reconstruindo suas características objetivas e formulando as diretrizes pedagógicas que possibilitarão a reorganização do trabalho educativo sob os aspectos das finalidades e objetivos da educação, das instituições formadoras, dos agentes educativos, dos conteúdos curriculares e dos procedimentos pedagógico-didáticos que movimentarão um novo éthos educativo voltado à construção de uma nova sociedade e de uma nova cultura; de um novo homem, enfim (Saviani, 2012, p. 7).

Com esses pressupostos, a PHC direciona para se implementar novos procedimentos em sala de aula em direção à práxis de uma pedagogia contra-hegemônica para se opor às pedagogias conservadoras, que se instalaram nos sistemas educacionais do país. Para avançar e superar o aparente, faz-se necessário provocar rupturas e destruir o anacrônico sistema imperativo, opressor que se mantém de maneira disfarçada.

Para que essa ruptura se concretize no interior da sociedade, no seio da escola pública, precisa ser provocado pela base da sociedade, ancorado no Materialismo Histórico-Dialético, como ensina Saviani:

A fundamentação teórica da Pedagogia Histórico-Crítica nos aspectos filosóficos, históricos, econômicos, político e sociais propõe-se explicitamente a seguir as trilhas abertas pelas agudas investigações desenvolvidas por Marx sobre as condições históricas de produção da existência humana que resultaram na forma da sociedade atual dominada pelo capital. É, pois, no espírito de suas investigações que essa proposta pedagógica se inspira. Frise-se: é de inspiração que se trata e não de extrair dos clássicos do marxismo uma teoria pedagógica. Pois como se sabe, nem Marx, nem Engels, Lênin ou Gramsci desenvolveram teoria pedagógica em sentido próprio. Assim, quando esses autores são citados, o que está em causa não é a transposição de seus textos para pedagogia e nem mesmo, a aplicação de suas análises ao contexto pedagógico. Aquilo que está em causa é a elaboração de uma concepção pedagógica em consonância com a concepção de mundo e de homem, própria do materialismo histórico. (Saviani, 2010, p. 422)

Saviani, portanto, ao explicar que Marx não elaborou teoria pedagógica, reforça que os estudos realizados por ele deixaram bases metodológicas inspiradoras e maduras, para se avançar na compreensão de que o capitalismo interfere direta e indiretamente nos instrumentos criados para lhes dar sustentação. Percebe-se, dessa forma, que a educação faz parte da metáfora que Marx denominou de superestrutura da sociedade capitalista, concebida para contribuir com a manutenção da ordem vigente.

Nesse contexto, mostra-se a importância de uma pedagogia contra-hegemônica, que se oponha à raiz do modo de produção capitalista, haja vista que a inexistência dos processos democráticos de implementação das políticas educacionais reflete os interesses dos dominadores. Mascarados, propõe-se sempre com boas intenções, como se apresenta o neoliberalismo, que anuncia o progresso, uma promessa que mais oprime do que liberta as populações desprovidas dos meios de produção.

Dessa forma, uma pedagogia contra-hegemônica, ancorada na Pedagogia Histórico-Crítica, propõe a apropriação dos conteúdos necessários para compreender a realidade, conteúdos com base em saberes sistematizados, na passagem do conhecimento espontâneo ao conhecimento científico e cultural, na articulação de interesses em torno da concepção histórico-proletária de cultura, na escolarização que possibilite a compreensão da constituição histórica da organização social e, por fim, na educação ocupando o papel dirigente na sociedade.

Esse aparato teórico contra-hegemônico vai contribuir com as abstrações das singularidades das escolas da várzea, mediadas pelas particularidades, para se alcançar a universalidade, de acordo com a concepção de Marx. Desse modo, a pesquisa nos mostrou um perceptível distanciamento da educação praticada na Escola Municipal Santíssima Trindade, na comunidade Centro do Aritapera, desenvolvida por meio do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em relação ao calendário regular. Pois, constatou-se que o município de Santarém, a partir do seu órgão gestor de educação, continua mantendo o calendário adaptado praticamente com as mesmas justificativas desde de 1971, amparado por uma Lei Federal, que não teve efetividade com relação ao avanço da educação no país. A partir dessa Lei Federal, estados foram autorizados a adaptar o calendário regular de acordo com as peculiaridades regionais. Ocorre que calendário adaptado, em parte, desconsiderou políticas públicas educacionais, a exemplo da formação

continuada de professores, capacitação dos técnicos e o currículo escolar, sendo que os tempos mudaram, assim como evoluiu também a compreensão sobre o processo educacional das escolas de várzea.

Compreender a educação na várzea não seria possível sem uma análise mais detalhada das peculiaridades que compõem o contexto geral das comunidades do Aritapera, ambiente deste estudo, na perspectiva de Marx sobre a compreensão de sociedade²⁸ no sentido macro, que se movimenta pela força de uma engrenagem que envolve todas as questões relacionadas à sobrevivência e ao modo de viver das pessoas. Nesse aspecto, encontram-se as questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

Por meio desse entendimento, os desdobramentos responsáveis pelas dinâmicas sociais da comunidade escolar da Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba foram discutidos a partir de suas peculiaridades, que se materializam pelas singularidades do dia a dia necessárias para se efetivar o processo educativo.

Percebeu-se que, para isso, precisa-se de uma escola equipada, com recursos materiais e humanos, os quais, entre outros, demandam espaço de qualidade, equipado com materiais didáticos atualizados. Quanto aos recursos humanos, requer uma equipe de gestão, professores e técnicos qualificados e capacitados para contribuir com a formação. Eles devem ser capazes de se conectarem com os estudantes do Aritapera, a fim de prepará-los não apenas ao mundo do trabalho, mas, sobretudo, torná-los emancipados social e culturalmente.

No entanto, a pesquisa revelou, a partir do período em que o calendário para escolas de várzea foi instituído, na década de 1970 até os dias atuais, que jamais houve um estudo específico para investigar os resultados do processo educativo, considerando a educação como uma totalidade, a emancipação educacional e cultural dos estudantes das comunidades da várzea.

²⁸ Marx usou a palavra “sociedade” (como a maior parte dos sociólogos) em três sentidos, que se distinguem contextualmente, para referir-se a fenômenos distintos, mas correlatos: (1) a sociedade humana, ou “humanidade socializada” enquanto tal; (2) tipos historicamente existentes de sociedade (por exemplo, a sociedade feudal ou a sociedade capitalista), e (3) qualquer sociedade particular (por exemplo, a Roma antiga ou a França moderna) (Guimarães, 2021, p. 537).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que viabilizou a materialidade desta tese tem sua originalidade ao tratar do calendário escolar diferenciado que há algumas décadas tem sido usado pelas escolas de várzea no município de Santarém/PA. Entretanto, como se percebeu no transcorrer do estudo, esse modelo de calendário não foi submetido a uma avaliação formal para subsidiar a política educacional relativa àquelas escolas.

O recorte temporal deste estudo foram os anos de 1971 (quando da implantação do calendário diferenciado) e 2023, período no qual se constatou falta de estudos e avaliações sobre o seu desempenho, deixando de contemplar as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais desse ambiente no interior da Amazônia, para compreender as alterações na realidade das escolas e a necessidade de continuidade do calendário diferenciado.

Constata-se a ausência de estudos científicos sobre esse calendário a partir do levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação e Desporto (Semed), por meio de uma lista de documentos solicitados oficialmente, dentre os quais: 1) relatórios de estudos sobre o calendário de várzea realizado pela Semed nos anos ou no período de 1971 a 2022; 2) Projetos Político-Pedagógicos (PPP) da Semed nos anos ou no período de 1971 a 2022 (ou documento equivalente), para escolas de várzea; 3) informações atualizadas sobre o calendário de várzea em Santarém/PA; 4) relação atualizada das escolas de várzea e o contato das gestoras e dos gestores dessas escolas; 5) quaisquer documentos referentes à normatização do calendário de várzea em Santarém/PA, a exemplo de leis, portarias e decretos nos anos ou no período de 1971 a 2022; 6) calendário escolar específico para as escolas de várzea. A solicitação foi atendida, com exceção do item referente a estudos sobre o calendário de várzea realizado pela Semed de Santarém/PA nos anos ou no período de 1971 a 2022.

A princípio, o problema de pesquisa se voltava para a compreensão das especificidades das escolas de várzea, tomando como referência a escola polo na comunidade Centro do Aritapera, por ser a que apresenta características de maior avanço em termos de quantidade de residências e outros sinais de "desenvolvimento" no comparativo com as outras localidades.

No transcorrer da pesquisa de campo, no entanto, verificou-se que o calendário escolar diferenciado merecia melhor atenção, uma vez que ele emergiu como o

problema central, sobre o qual se estabeleceu o objetivo geral da pesquisa. Ao longo do texto há elementos caracterizadores da várzea em geral e, de forma específica, das comunidades do entorno da Escola Municipal Santíssima Trindade. Mantiveram-se algumas das questões norteadoras iniciais e seus respectivos objetivos, voltados para se compreender as justificativas da diferenciação, suas pertinências e implicações no desenvolvimento das atividades educacionais, tendo em vista o desencontro com o calendário regular, para atender estudantes que almejam verticalizar o conhecimento, considerando o processo de inclusão da educação como totalidade, no interior da Amazônia, frente às disputas de hegemonia quanto aos projetos societários, tempos, espaços e sua influência nos processos educacionais.

Como um dos procedimentos metodológicos, foi realizada uma gincana educacional com a finalidade de levantar os dados exigidos pelo estudo. Um procedimento considerado inovador, uma vez que ainda não se conhece estudos científicos que tenham utilizado esse recurso e, ainda, por se apresentar bastante relevante na busca das informações com fidedignidade à efetivação do estudo, partindo da prática social, considerando o contexto político, social e econômico em uma perspectiva de organicidade do ambiente estudado, formado por três comunidades, cujos componentes caracterizadores são: a igreja, a escola, o clube de futebol e os laços de parentesco. A gincana mobilizou as três comunidades onde a pesquisa foi realizada, com tarefas cumpridas por três equipes, por eles denominadas Filhos da Terra, Viajando no Tempo e Resgate Cultural.

Constatou-se que as casas das comunidades do Aritapera, na década de 1970, eram construídas com “Tacaniça” (madeira que nos telhados liga a cumeeira a cada um dos quatro cantos formados pelas paredes principais, nas casas de quatro águas), como é conhecido esse modelo de construção no interior da Amazônia. As casas naquela época se apresentavam completamente diferentes em relação a 2023, modelo palafita, com assoalhos elevados, com mais de dois metros de altura, construídos em madeira. Ao contrário desse modelo, em décadas anteriores, as casas eram construídas com piso de barro-batido, com aproximadamente 50 centímetros de altura, porque as enchentes eram pequenas, com exceção das registradas pelos moradores mais antigos, nos anos de 1953, 2009 e 2021, como as maiores entre 1950 e 2023. Além disso, não se utilizava madeira de lei e as casas, praticamente cem por cento delas, eram cobertas com palha e “madeira branca” extraída na própria comunidade.

A mudança no modelo de construção das casas iniciou-se a partir de 1970, devido às sucessivas enchentes, cada ano uma maior que a outra e cada vez mais os rios se apresentavam volumosos. Por isso, as residências passaram a ser construídas com assoalho de madeira acima da linha imaginária do rio, tendo como referência a enchente do ano anterior, como meio de os moradores se precaverem e se autoprotegerem do flagelo provocado pelas grandes enchentes.

O estudo revelou que no Aritapera, entre 1965 e 1970, as festas familiares, o entretenimento de rotina dos comunitários, passaram a ser realizados nas casas construídas com assoalhos mais elevados. Tratava-se de pequenas comemorações, de preferência realizadas nas residências em que as pessoas se sentiam mais seguras com relação ao volume de água. Para materializar esse tipo de entretenimento, os varzeiros formavam pequenos grupos musicais improvisados, com instrumentos caseiros, e, ainda, violão, violino, entre outros. Até as músicas eram criadas de improviso no momento das apresentações e outras em forma de paródias, o que demonstra a criatividade dos moradores do lugar, a versatilidade do homem e da mulher da várzea, mesmo diante de um contexto extremamente adverso.

Constatou-se, ainda, que uma das principais preocupações dos varzeiros são as grandes enchentes, que dependendo da intensidade, pode até expulsar as famílias para lugares de terra firme ou obrigá-las a se refugiar na cidade em casas de parentes ou conhecidos. A maior enchente registrada pelos moradores do Aritapera se deu no ano de 1953, quando praticamente todas as casas da comunidade, mesmo aquelas construídas com assoalhos elevados, tiveram que fazer marombas para se proteger das águas. Muitas marombas chegaram próximo da cumeeira das casas e as pessoas não conseguiam andar em pé. Só conseguiam se movimentar dentro de casa engatinhando.

Quanto às atividades econômicas no Aritapera, são um misto do plantio de culturas temporárias com um período de seis meses entre o plantio, colheita e comercialização, coexistindo com pequenas criações de gado. As comunidades que formam a região do Aritapera vivenciaram um dos ciclos econômicos, atingindo o seu auge nos anos de 1965 a 1973, conhecido como o ciclo da Juta²⁹, cultivada em larga

²⁹ A juta é uma fibra vegetal natural, obtida a partir do caule da planta *Corchorus capsularis* e *Corchorus olitorius*, pertencentes à família das Malvaceae. É uma planta herbácea que cresce em regiões tropicais e subtropicais, como Índia, Bangladesh, China e Brasil. A juta é amplamente utilizada na indústria têxtil devido às suas propriedades versáteis e sustentáveis. (<https://resumos.soescola.com/glossario/juta-o-que-e-significado/>)

escala, que constituiu um dos ciclos econômicos do estado do Pará e da Amazônia. Com relação à criação de gado bovino, até a década de 1970, no período da enchente, as pequenas criações eram confinadas em currais-maromba, até que não houvesse mais condições de manter o gado na várzea durante a cheia dos rios. Registra-se, ainda nesse contexto, a atividade do cortador de capim, o trabalhador boia-fria, pois nesse período, para manter o gado alimentado diariamente nas primeiras horas do dia, entre 3h e 3h30 da madrugada, esse trabalhador saía para cortar e colher o vegetal em lugares distantes do núcleo da comunidade. A partir da década de 1970, iniciou um novo modelo adotado para a criação do gado bovino, denominado “transumância” (passação), que é o ato de levar o gado da várzea para a terra firme, fazendo com que a mesma criação utilize os dois ambientes.

Dessa forma, em 1970, os criadores de gado do Aritapera passaram a alugar áreas na terra firme para alocar sua criação no período da enchente. Para concluir o assunto sobre o gado bovino nas comunidades de Aritapera, exige-se destacar as “Ferras”, um costume que atravessou gerações e ainda se mantém como cultura dos criadores para marcar e identificar o seu rebanho, com as letras iniciais dos nomes de seus proprietários, tanto os pequenos quanto os grandes criadores, a exemplo de Paulo Lisboa, Isaac Lisboa, Arnaldo Lisboa, Rodrigo Maia e tantos outros que promoviam e patrocinavam as Ferras mais importantes registradas nas comunidades do Aritapera. No dia da Ferra, os criadores que patrocinavam o evento abatiam um animal para alimentar gratuitamente os comunitários, uma celebração que é relatada por eles como sem rivalidade, revanchismo, em ambiente de paz e fraternidade.

A região do Aritapera registra outras formas econômicas, além da agricultura de subsistência, aquela que se pratica para a manutenção das famílias, sem a intenção de comercializar. As mulheres mantêm a tradição da cultura da Cuia Riscada, produto artesanal, ressignificado a partir do fruto maduro da cuieira, vegetal peculiar das regiões de várzea. Soma-se a essas atividades econômicas uma das culturas mais antigas dos povos amazônicos que é a pesca artesanal. Ressalta-se que no Aritapera essa atividade, a cada ano que se passa, vem reduzindo-se cada vez mais, devido à pesca predatória, que se impõe por meio da invasão das denominadas geleiras, provenientes de outros estados. Com isso, as espécies de pescado se tornaram mais raras e escassas para se capturar.

A redução do pescado em Aritapera reflete um desdobramento que fortifica ainda mais o velho sistema de colonização, realçando a dependência dos varzeiros à

cidade com relação à aquisição dos produtos secos e molhados, aumentando consideravelmente a compra de carne bovina, frango, gelo, farinha, açúcar, café, arroz e outros produtos alimentícios adquiridos no mercado de Santarém, como se constatou em todas as viagens às comunidades, no período em que o estudo foi realizado, com a parada do barco de porto em porto para entregar as compras encomendadas ao comandante da embarcação. No período da pandemia de Covid-19, por exemplo, no ano de 2021, quando o gás de uso doméstico custava em Santarém em média R\$ 85 a botija de 13 kg, os varzeiros do Aritapera chegaram a pagar até R\$ 120.

No aspecto educacional, o estudo também revelou o modelo antigo de educação praticada no Aritapera na década de 1970. Nesse período, nas comunidades do entorno, não havia o caderno tradicional como se conhece em 2023. Para as crianças estudarem, os pais faziam caderno de blocos de papel almaço ou até mesmo de papel de embrulho (tipo de papel utilizado para embalar pequenas mercadorias nas tabernas, na época). As aulas eram ministradas na casa das pessoas com maior referência e saber na comunidade, a exemplo da “Tia Branca” e do “Tio José Maia”, tendo como ambiente à sombra das árvores, uma vez que naquela época não havia prédio específico destinado ao funcionamento de escolas, como se tem em 2023.

Quanto ao acesso à escola na década de 1970, a pesquisa revelou que este era bem difícil. Os moradores de Carapanatuba passaram muitos anos sem uma escola com o mínimo de qualidade para atender a demanda da comunidade, até que conseguiram construir um ambiente escolar para alfabetizar as crianças. Antes dessa conquista, os alunos das casas mais distantes deslocavam-se a pé até a Escola Santíssima Trindade, no Centro do Aritapera. Em 2023, nesse aspecto, houve significativa melhora, haja vista que as crianças contam com uma política pública que ampara o direito de ir e vir à escola todos os dias em um barco contratado pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Santarém, por meio do Programa do Governo Federal “Caminho da Escola”, um direito negligenciado aos estudantes das gerações passadas.

Constatou-se, ainda, que em 53 anos de calendário diferenciado houve significativos avanços na estrutura dos prédios escolares, na qualificação docente, na qualidade do material didático, na gestão escolar, no pessoal de apoio, a exemplo da superação dos “professores leigos” do quadro. No decorrer desses anos, tais foram

substituídos por professores qualificados, tendo a grande maioria, atualmente, formação em licenciatura plena. Por outro lado, ainda se percebem dificuldades que impactam na continuidade, nos estudos dos alunos a partir das séries finais, na passagem do Ensino Fundamental II para o Ensino Médio. O último apenas é ofertado pelas escolas da rede estadual de ensino que se localizam na cidade, as quais adotam o calendário escolar regular.

As comunidades Centro do Aritapera, Enseada do Aritapera e Carapanatuba experienciaram e ainda vivem os desafios impostos pelo sistema vigente, reveladas pelas condições inadequadas com relação à educação escolar, a que a região amazônica foi submetida historicamente. Essas condições adversas se manifestam pela proposital ausência do estado, mas também encontram ressonância na conveniência das elites locais políticas, econômicas e empresariais, que vivem nas cidades, colonizando as comunidades de várzea e outros ambientes da Amazônia. Apesar dos avanços identificados, esses apontamentos desfavoráveis refletem-se, na falta de prédios escolares adequados e de qualidade à prática de uma boa educação, professores qualificados e concursados. Com relação aos docentes, esses profissionais ainda convivem com o regime de trabalho temporário, relação direta com o trabalho precário, inseguro, instável, informal, consequências que vão repercutir no chão da escola por meio de uma educação que negligencia claramente a formação do homem *omnilateral*, que seria a formação ideal, emancipadora, tendo como finalidade as bases para a criação de novos homens e de uma nova sociedade.

No aspecto cultural, além do futebol e da religiosidade, materializada pelas festas dos padroeiros Santíssima Trindade e São Sebastião, ainda se percebem os costumes das primeiras gerações dos aritaperenses, que é o respeito pelas tradições e pelas pessoas mais velhas. Os antigos priorizavam muito o respeito pelos valores e os bons costumes das relações sociais entre pais e filhos e para com as pessoas da comunidade. Constatou-se, em 2023, que até os dez anos de idade as crianças são orientadas a pedir a bênção dos mais velhos, não importando quantas pessoas de maior idade estejam presentes, elas são orientadas a pedir a bênção de todos.

A várzea, no entanto, é um ambiente de grandes desafios. Documentos e relatos dão conta de que os adolescentes, a juventude de outrora, enfrentaram muitas dificuldades, inerentes à vida em comunidade, mas também viveram as coisas boas de seu tempo. Diversos relatos demonstraram o orgulho de moradores que habitaram em casas de pais, avós, parentes, com chão batido, o que representava sofrimento.

Não havia os programas sociais existentes em 2023, como o Bolsa-Família, o Seguro Defeso, entre outras políticas sociais. Na década de 1970, a união dos comunitários em torno da comunidade era bem maior, materializada na realização dos puxiruns comunitários, a exemplo da lavagem da juta, quando as pessoas se reuniam para ajudar uns aos outros; na limpeza do cemitério comunitário e nas festividades promovidas pela igreja. Naquela época, o dia a dia dos comunitários do Aritapera era desafiador, mesmo assim, os moradores antigos lembram daquele tempo com saudade por considerar que tinham uma vida melhor, com relação à união e harmonia.

Ressalta-se que os programas sociais, principalmente a partir do primeiro governo Lula, contribuíram com o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas da várzea, sendo que um dos mais importantes foi a instituição do programa Bolsa Família, que contribuiu significativamente com os índices de aprovação e de permanência dos alunos na escola.

Na área do esporte, constatou-se que houve diversos clubes de futebol na região do Aritapera. Foram registrados pelos relatos os clubes “Dois de Junho”, “15 de Novembro”, “Sete de Setembro”, “Bangu”, “União do Aritapera” e “São Francisco Futebol Clube” este ainda em atividade em 2023. Trata-se do clube mais organizado do Aritapera, com diretoria ativa e sede própria com capacidade para cinco mil pessoas por ocasião das festas realizadas na comunidade. O São Francisco é uma das agremiações esportivas mais duradouras do Aritapera, com participação relevante em competições em Santarém, a exemplo do “Torneio Rural”, promovido pelo Movimento de Educação de Base (MEB) coordenado pela Liga Esportiva de Santarém, como parte da programação esportiva da Feira da Cultura Popular, realizada entre os anos de 1969 e 1985, com a participação de até 165 clubes de futebol, provenientes das comunidades rurais. Além disso, ex-atletas do Aritapera recordaram que a comunidade se tornou conhecida pela promoção e organização de um dos melhores campeonatos da várzea, atraindo clubes de outras regiões ribeirinhas e de Santarém.

O esporte, mais notadamente o futebol de campo, sempre foi um dos principais entretenimentos dos moradores das comunidades de várzea nos meses que compreendem o período da seca. Essa afirmação se constata neste estudo pela identificação dos componentes que constituem uma comunidade de várzea, formada pelas instalações de igreja, escola, clube de futebol e laços de parentesco.

Todas as características apontadas sinteticamente nestas conclusões constituem as singularidades do ambiente pesquisado. E para culminar, voltemos ao tema central, que é o calendário escolar diferenciado, simbolizando um aspecto articulador das questões singulares com a universalidade do processo educacional das escolas de várzea. Constatou-se que o calendário escolar diferenciado surgiu com o propósito de inclusão. Porém, contraditoriamente, foi se tornando instrumento de *exclusão tardia*, devido à incompatibilidade com o calendário escolar regular, adotado pela rede estadual de ensino. Constatou-se, ainda, que as justificativas de outrora não se sustentam mais. Essas comprovações estão elencadas didática e pedagogicamente, desvelando contradições e outros achados científicos importantes que impedem o desenvolvimento de uma educação de qualidade nas comunidades de várzea, mesmo considerando o comprometimento da Secretaria Municipal de Educação de Santarém, da comunidade escolar, dos gestores escolares, professores e alunos.

Quanto ao currículo escolar utilizado por professores e alunos da várzea, ressalvadas as adaptações, é o mesmo currículo praticado pelas escolas da cidade e do planalto. Ainda assim os professores constroem o seu planejamento considerando a sua realidade, tentando se adaptar parcialmente a situações que surgem a cada ano.

A investigação sobre o problema central do estudo revelou que as principais justificativas elaboradas no século passado para instituir o calendário diferenciado ainda se mantêm, mas percebe-se que se apresentam cada vez mais fragilizadas pela principal contradição identificada no decorrer desta pesquisa, ou seja: inclui, em um primeiro momento, porém, amplia a exclusão mais adiante, ao que se denominou exclusão tardia. As informações obtidas com a pesquisa revelaram que de forma unânime gestores de escolas de várzea do município de Santarém discordam com relação ao calendário escolar diferenciado.

Os resultados alcançados poderão servir de fonte para outros pesquisadores interessados na compreensão educacional da várzea amazônica, além de trazer contribuições para ampliar e fazer emergir novas discussões sobre o modelo de educação escolar específica e diferenciada nas comunidades no interior da Amazônia. Ele possui relevância social e contempla a possibilidade de dar visibilidade aos modos de ser e de viver dos moradores e dos estudantes das comunidades de várzea, contribuindo com as lutas e políticas públicas que se destinam a equacionar os graves

problemas que enfrentam principalmente nas fases mais intensas das enchentes e das vazantes.

Entre as contradições identificadas no decorrer deste estudo, constatou-se que o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea, implantado no contexto social da década de 1970, apesar da sua importância para os estudantes das comunidades rurais da época, agora, após transcorrido meio século, em 2023, causa mais embaraço do que ajuda no processo educativo das escolas ribeirinhas. Este estudo sugere apontamentos para a efetivação de uma educação de qualidade, pública, laica e inclusiva, materializada pela instituição de políticas públicas para atender às singularidades das escolas das várzeas, mantendo os conteúdos universalizados, as estruturas necessárias às práticas educativas, sem desconsiderar suas singularidades.

Fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético e na Pedagogia Histórico-Crítica, constatou-se, portanto, que o calendário diferenciado para escolas de várzea ao longo da sua implementação surge como elemento de reconhecimento da diversidade escolar. Com o tempo, contraditoriamente, tornou-se instrumento de exclusão escolar tardia dos que vivem nas várzeas de Santarém/PA.

Referências

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 43. ed. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados: São Paulo, 2019.

ALENCAR, Alexandra Elisa Vieira. **Re-existências: notas de uma antropóloga negra em meio a concursos públicos para o cargo de magistério superior**. *Revista de Antropologia*, 64 (3), 2021, e189647; p. 1-22.

AMORIM, Henrique; FERRAZ, Cristiano. **Dialética e luta de classes: contradição e mediação no método de Karl Marx**. *Temáticas*, Campinas, 15 (29), p. 47-63, jan./jun. 2007.

ANTUNES, Ricardo. (1995) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, Ed. Cortez/Ed. Unicamp, São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. (1999) *Os Sentidos do Trabalho*, Boitempo, São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. (2005) *O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho*, Ed. Boitempo, São Paulo.

BASSO, Jaqueline Daniel; NETO, José Leite dos Santos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Orgs). **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais**. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Códigos e suas Tecnologias. Língua Estrangeira Moderna**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7 352, de 04 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília, DF: Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/11/2010, Página 1. Brasília, 2010b.

BRASIL. Ensino de 1º e 2º Graus. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE/CEB Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE/CEB Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010**. Brasília, 2010a.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 1996**. Diário Oficial da União, DF, Ano CXXXIV, nº 248. Brasília, 1996.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Daniel Bezerra de. **Histórias de vida e saberes docentes das educadoras da zona urbana e rural**. Educação e realidade, Porto Alegre, v, 40, n. 3, p. 923-945, jul./set. 2015.

CARNEIRO, Robert Leonard. **A base ecológica dos cacicados amazônicos**. 1960. Tradução para o português de Denise: Revista de Arqueologia, UFPA, 20, p. 117-154, 2007.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Org.: **O artesanato de cuias em perspectiva – Santarém**. Textos de Luciana Gonçalves de Carvalho, Luciana Alem Gennari, Elizabeth Ferreira da Silva e Patrícia Pereira Peralta. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2011.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1996.

CASTELLS, Manuel. Redes sociais e transformação da sociedade. In: **Cadernos Ruth Cardoso**, São Paulo; Paz e Terra; p. 89-96, 2010.

CHADDAD, Flávio Roberto. Análise crítica da elaboração, da pedagogia e da orientação dos PCNs. **Mimesis**, Bauru, v. 36, n. 1, p. 5-24, 2015.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e a Ordem Global. Bertrand Brasil. 2002.

COLARES, Anselmo Alencar. **Aspectos historiográficos da educação brasileira no período colonial**. UFPA, 2012.

COLARES, Anselmo Alencar. **Colonização, catequese e educação no Grão-Pará**. 2003, Fls. 202. Tese de Doutorado. Campinas: São Paulo, 2003.

COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. A escola transformando vidas de mulheres negras, ribeirinhas, na região fronteira Brasil-Bolívia em meados do século XX. **Educação Unisinos**, v.23, n.1, janeiro-março 2019.

COPPE, Marta Regina; DALAROSA, Adair Ângelo. A perspectiva curricular a luz da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-15, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660386. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660386>. Acesso em: 24 março 2022.

CRUZ, Valter do Carmo. **O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia**. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

CUNHA, Ambelino Minael Andrade; RODRIGUES, Manoel Ednaldo; SANTOS, Oti Silva. **Os sessenta anos de rádio em Santarém**: a sua trajetória e seus personagens. 2009, 159f. (Trabalho Acadêmico Orientado - Comunicação Social): IESPES, Santarém-PA.

DAMASCENO, Raimundo Alberto de Figueiredo; SANTOS, Emina Márcia Nery dos. **Esperança tardia**: trajetórias das políticas educacionais e planejamento da educação no Brasil. Belém: Estudos Amazônicos, 2017.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI GUARANI. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/tapera/>. Acesso em: 17 Set. 2021.

DONGO-MONTOYA, Adrian Oscar. **Marx e Piaget**: aproximações teóricas e epistemológicas. Educação e Realidade; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília/SP – Brasil, 2018.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana — 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: **Revista Cultura e Vozes**, n.1, ano 93. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. New York: Herder & Herder, 1970. Publicado com Prefácio de Ernani Maria Fiori. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

GOBATO, Ana Tatiana Staine Cardoso. **As propostas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra – MST - para a educação do campo: Há a necessidade de uma formação específica?** Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Universidade Federal de São Carlos; São Carlos: 2009.

GOCH, Greice Jurema de Freitas. **Políticas educacionais da Secretaria Educacional de Educação de Santarém no período de 2003 a 2016**. Dissertação de mestrado. UFOPA. Santarém-PA, 2017. 159fls.

GONTIJO, Fabiano de Souza. As experiências da diversidade sexual e de Gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. **Cienc. Cult.** vol. 69 n.1 São Paulo Jan./Mar. 2017.

GONZALES ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GONZÁLES ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

Guia Definitivo das Redes Sociais. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/rd-marketing-objects/ebook_pagina-epica-redes-sociais/guia-definitivo-redes-sociais.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

GUIMARÃES, Antônio Monteiro (Org). **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Zahar. 2021.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Classes multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica**. In: HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). Revista Espeço do Currículo. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005b.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150680&search=para|santarém>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP. Disponível: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exameseducacionais/saeb#:~:text=O%20Sistema%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da,interferir%20no%20desempenho%20do%20estudante.>>Acesso em: 26 Mar 2022.

IORIS, Edviges Marta. **Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia**. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2005.

JÚNIOR, Peregrino. **Três Ensaio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1969.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANDAU, Elena Charlotte; MOURA, Larissa. Índices de Adequação do Saneamento Básico no Brasil em 2010. In: **Variação Geográfica do Saneamento Básico no Brasil em 2010**: domicílios urbanos e rurais, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Samuel Pantoja . **Saracura e o realismo mágico de Gabo**. Manuel Dutra – Jornalismo, Ciência, Ambiente. Belém-Pará. 21 de Abril, 2014. Disponível em: LINK: <https://blogmanueldutra.blogspot.com/2014/04/saracura-e-o-realismo-magico-de-gabo.html>: Acesso em: 19 Abr. 2024.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas/SP: Alínea, 2010.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo: mediação por grupos disciplinares de ensino de ciências e matemática. In: LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Currículo de ciências em debate**. Campinas: Papirus, 2004, p. 45-75.

LORENZO, Eder Maia. **A utilização das redes sociais na educação: a importância das redes sociais na educação**. 3 ed. São Paulo: Clube de Autores, 2013

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Amazônia: uma liturgia da beleza. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento** - Belém - v.12, nº1, p. 9-20 - jan-jun, 2018.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém. Cejup, 1995.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg. (1978). **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013.

LUKÁCS, Georg. O trabalho. In: **Para uma ontologia do ser social**. Vol. II. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 41-159.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010.

MANDELLI, Bruno. Contribuições marxistas para teoria da história: a relação entre estrutura e história. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 61-67, ago. 2017.

MARENGO José Antônio. **Relatório 1 - Caracterização do clima no século XX e cenários no Brasil e na América do Sul para o século XXI derivados dos modelos de clima do IPCC. 2010.** Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/> Acesso em: 10 Ago 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã. Teses de Feuerbach.* Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política:** O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório.** As Diferentes Questões. Lisboa/Moscú, Editorial Avante!/Edições Progresso (traduzido do inglês pelo Prof. José Barata-Moura), 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844.** Lisboa: edições 70, 1989b.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996a. Volume I, livro primeiro, Tomo 1 (capítulos I a XII).

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl; **O capital: crítica da economia política.** Livro 1. v. 1. 30ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referenciais para formação de professores indígenas.** Brasília: MEC/SEF, 1996.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete professores leigos. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/professores-leigos/>>. Acesso em 03 mai 2022.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo, de onde, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. 154 p.

MORAN, Jose Manuel. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.174p.

MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. **Relevo.** In: **Geografia do Brasil: Região Norte.** Rio de Janeiro: IBGE, v.1, p. 1-38, 1977.

NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa; TAVARES, Francinei Bentes; CORDEIRO, Yvens Ely Martins; Souza, Alexandre Augusto Cals e. **Educação e**

sociedade: o papel das políticas de ensino médio na formação de educandos no município da Amazônia paraense. In: MACHADO, Danielle H. A; CAZINI, Janaína (Orgs.). **O fortalecimento da escola inclusiva, diversa e com qualidade no ensino [recurso eletrônico]**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método da Teoria Social**. Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais. UNB: Editora: CFESS e ABEPSS, 2009. P. 667700.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. A cultura amazônica em práticas pedagógicas de educadores populares. In: **30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**, Caxambu, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT06-3039--Int.pdf>. Acesso em: 28 Ago. 2021.

OLIVEIRA, Maria Rafaela de; OLIVEIRA, Maria Elyara Lima de; ARAUJO, Adéle Cristina Braga. **Vigotski e os fundamentos de uma psicologia de base marxista: apontamentos iniciais**. JOIN. Encontro Internacional de Jovens Investigadores; Edição Brasil, 2010.

ORSO, Paulino José. **Pedagogia Histórico-Crítica: uma introdução**. Revista GESTO-DEBATE, Campo Grande - MS, vol.23, n. 17, p. 353-371, jan/dez 2023.

PEREIRA, Terezinha do Socorro Lira; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. Políticas públicas educacionais e escolarização indígena. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 3. ed. especial, jul./dez. 2016.

PETROVIC, Gajo. 2001. Práxis. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

PINHEIRO, Raimunda Lucineide Gonçalves. **Impactos socioambientais de cheias e secas nas comunidades escolas de várzea de Santarém**. Tese. – Santarém-PA, 2022.

PIZARRO, Miryan Santos. **Las Ventajas De La Educación Física En Educación Primaria**. Badajos, España: Paiderex: Revista Extremeña sobre Formación y Educación. 2011. Disponível em: <http://revista.academiamaestre.es/2011/03/lasventajas-de-la-educacion-fisica-en-educacion-primaria/> > Acesso em 29 de abril de 2022.

PREFEITURA DE SANTARÉM. **Aspectos históricos e geográficos**. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br>. Acesso em: 28 Ago. 2021.

PREFEITURA DE SANTARÉM. SEMED. **Regimento escolar rede municipal de ensino de Santarém-PA**. Mar. 2010.

PROVÁRZEA. **Descrição da várzea**. Disponível em: >https://www.pick-upau.org.br/mundo/2009_provarzea/Prov%E1rzea.pdf<. Acesso em: 23 mar. 2022.

ROBLYER, M. D. *et al.* Findings on Facebook in higher education: A comparison of college faculty and student uses and perceptions of social networking sites. **Internet and Higher Education**, n. 13, p.134–140, 16 mar. 2010.

RODRIGUES, Manoel Ednaldo. **Recepção radiofônica**: a etnocenodramaturgia noticiosa no rádio, na comunidade rural de São Benedito de Ituqui, em Santarém – Pará. 2013, 120f, (Monografia-especialização em Jornalismo Científico) – UFOPA, Santarém-PA.

RODRIGUES, Manoel Ednaldo. **Recepção radiofônica**: o rádio no cotidiano de uma comunidade rural na Amazônia paraense; Belém, 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Universidade Federal do Pará (UFPA), 2014.

RODRIGUES, Manoel Ednaldo. **Várzea em verso**, p. 47-53. Ed. 3ª. In: Terceiro Encontro: poesia santarena 2022. Neucivaldo Moreira (Org.). Gráfica Global. Santarém-PA, 2022.

ROSENDHAL, Zeny. **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro. Ed. UERJ. 2001.

SANTOS, Aline da Paixão Prezotto. **Corpo-natureza-cultura numa várzea amazônica**: um estudo das experiências vividas por ribeirinhos com o fenômeno das terras caídas em São Ciríaco do Urucurituba/Santarém-PA. Tese de doutorado. 239p. Universidade Federal do Oeste do Pará, 2020.

SANTOS, Cássio Rogério Graças dos; SALGADO, Mayany Soares; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. **Ribeirinhos da Amazônia**: modo de vida e relação com a natureza, 2010.

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas públicas educacionais no Brasil**: tecendo fios. Anais... UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0271.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da vara". In: **Revista Ande**, n° 3. São Paulo, 1982.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **Movimento**. 3(4), p. 54-84, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 25. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 41. ed. Campinas SP: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: autores associados, 2010. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. 474 p.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. Ana Carolina Galvão Marsiglia (Org). Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. revista e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM. **Regimento Escolar Unificado**. Santarém-PA: mar., 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM. **Relatório comunitário de saúde do município de Santarém**. Santarém, Pará: jun., 2021.

SILVA, Viviane Sabido; GARCIA, Flávia Mendonça; COICEIRO, Geovana Alves; CASTRO; Rosana Vieira da Rocha de; CANDÊA, Luciano Gonçalves. A importância da Educação Física Escolar no desenvolvimento motor de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. Visão dos responsáveis. **EFDeportes**: Buenos Aires, (16) 156, 2011. Disponível em < <http://www.efdeportes.com/efd156/a-educacao-fisica-escolar-do-ensino-fundamental.htm> > Acesso em 29 de abril de 2022.

SILVA, Zilmar Lima da. **"Verão e inverno amazônico": perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores do município de Manaus/AM**. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação Escolar e Democratização: o direito de errar. In: AQUINO, Júlio Groppa. (Org.). **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p. 125-138.

SOUZA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia**. 2010, 478f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador: UFBA.

VELANGA, Carmen Tereza; PEREIRA, Lidiana da Cruz; MOREIRA, Melissa Velanga. **Pandemia e os Desafios da Educação: Primeiras Aproximações**. Disponível em:
<https://www.periodicos.unir.br/index.php/culturaefronteiras/article/view/5506>.
Acessado em 05/12/2020.

APÊNDICES

Apêndice 1: Síntese histórica da comunidade Centro do Aritapera

Segundo a história, a palavra Aritapera na língua indígena significa “lugar desabitado”, porém os índios habitaram por muito tempo essa terra. Ouve-se dizer que o chefe dos índios se chamava Ari e morava em uma pequena tapera. Após muitos anos, o chefe morreu e então o seu povo achou melhor homenagear o índio dando-lhe o nome à comunidade, juntando o seu nome com o de sua morada, formaram então Aritapera, substituindo o antigo nome de “Ilha da Trindade” dada por influência dos portugueses que aqui se instalaram, sendo os primeiros habitantes brancos. Com o passar dos anos chegaram para aqui habitar fazendeiros e muitas famílias sendo as mais tradicionais, as famílias Reça e Pombal.

A fundação da comunidade deu-se com o lançamento da construção da primeira capela no dia 18 de agosto de 1886, com a solenidade do Padre Tobias. No dia 12 de janeiro de 1887 o povo em geral assistiu à primeira missa, no templo inacabado, sendo este ato presidido pelo bispo de Santarém Dom Amando Bahlmann. Seus fundadores chamavam-se Adrelino Carlos Pereira e sua esposa Teresa Ribeiro Pereira. Eles que deixaram esta capela juntamente com seus padroeiros Santíssima Trindade e São Sebastião para todos os fiéis aritaperenses cuidarem e demonstrarem sua fé, vivendo no amor e na igualdade na Santíssima Trindade, que é o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

As atividades econômicas existentes na época em que a comunidade passou a desenvolver foi o cacau, a cana-de-açúcar, seringa, cuia e a juta, que por volta de 1930 passou a ser cultivada. Mesmo sendo pouco valorizada a pecuária também fazia parte da economia, além de outros gêneros da agricultura, como feijão, milho, mandioca.

As festas eram realizadas em casas de famílias, pois não havia sedes. As pessoas que programavam saíam nas casas fazendo o convite a cada morador. As luzes eram lamparinas, farol, candeeiro, candeia (funcionava através de banha extraída do peixe), os instrumentos eram bumbo, violão, cavaquinho, clarinete, além de tambores confeccionados com couro de camaleão. As danças preferidas eram lundum, xote, samba, bolero, maracatu, valsa, puladinho, frevo, bailado, boi-bumbá.

No artesanato, as louças de barro eram o que mais predominavam como panelas, frigideiras, pratos, tigelas, alguidar, potes, vasos, bacias, torradores, fornos.

As cuias, em diferentes tamanhos e formas atrativas, até nos dias de hoje tem um grande destaque e comercialização como fonte de renda familiar. O mesmo com as colheres de pau, que eram confeccionadas do jenipapo, árvore típica da região.

A pesca era realizada somente para a subsistência das famílias, pois não existia comercialização desse produto. A fartura existente em todas as espécies de peixes crescia ainda mais com a reprodução. Já na caça, a capivara era a mais cobiçada por todos, sendo estas capturadas com uso de espingarda, arma que poucos a possuíam.

As lendas mais faladas:

Cobra-grande, esta que usava duas tochas acesas nos olhos e de longe eram avistados;

Matintaperera, que andava assombrando as pessoas pelos caminhos;

Boto que encantava as mulheres e se transformava em homem nas festas.

Com isso, tentamos mostrar a origem de nossa comunidade aos nossos filhos e descendentes que ainda virão e demais pessoas interessadas em conhecer nossas raízes e algo que seguirão dos dias atuais. Portanto, foi uma forma viável para enriquecer nossos conhecimentos.

Apêndice 2: Síntese histórica da comunidade de Carapanatuba – Aritapera

Desde a formação e criação das comunidades, o povo tinha como único e exclusivo local de concentração em relação a trabalhos, eventos religiosos e culturais, o que hoje é chamado de Centro do Aritapera. As comunidades vizinhas reuniam-se nesse único lugar para promover celebrações principalmente. Porém, vale aqui ressaltar e informar que na comunidade de Carapanatuba sempre existiram moradores, escola, time de futebol, mas as famílias participavam das celebrações litúrgicas e sacramentos na igreja da Santíssima Trindade. O nome Carapanatuba se deu em homenagem um canal que existia na comunidade. A partir de 1968, em uma visita à comunidade de Aritapera, Dom Thiago Ryan achou que a comunidade era extensa demais, com bastante moradores e ordenou que deveria se formar um subnúcleo, para que assim as pessoas idosas tivessem oportunidade de participarem das celebrações religiosas. Em 1969, uma equipe formada por Frei Luís, Irmã Josefa, Calandrinho e mais uma secretária passaram três dias visitando o local com o intuito de a partir daquele momento todos passarem a viver em comunidade, objetivo este que foi alcançado, porém, as celebrações ainda continuavam sendo realizadas na casa das famílias.

Por volta de 1964 a 1976 a então comunidade conseguiu um terreno para que pudesse construir um barracão e assim passar a funcionar a escola, pois ela funcionava em uma sede esportiva. Em 1984 o prefeito da época mandou construir um novo espaço para o funcionamento da escola. No ano de 1988 este barracão foi demolido pela comunidade para construção da atual igreja, que foi concluída em 1990. No dia 13 de novembro do mesmo ano celebrou-se o Sacramento da Crisma com diversos jovens da comunidade e comunidades vizinhas. Esta celebração foi realizada por Dom Lino Vombommel.

Em 5 de dezembro do mesmo ano a imagem de Santa Luzia foi recebida por uma procissão luminosa, esta foi doada por uma senhora de nome Joana Bentes tendo a presença do vigário Padre Gonzaga. E todos os anos, a partir de então, passou-se a celebrar as festividades de Santa Luzia no dia 13 de dezembro.

Por volta de 1935 a 1959 deu-se início ao processo de ensino-aprendizagem por Maria Lemos, professora do Estado, a qual lecionava em casa. Em 1970, a senhora e professora Leonor começou a dar aulas na comunidade Carapanatuba, e em 1971 as aulas foram suspensas. Em 1972, a professora Lélia Almeida Maduro passou a

lecionar, devido à ausência e necessidade das aulas. Nesse intervalo de tempo, alguns nomes foram dados à escola, como: Getúlio Vargas, Sagrado Coração de Jesus, que algumas vezes funcionava em casa, sendo paga a professora pelos próprios pais. Em 1972, a escola ainda funcionava em um barracão, agora registrada como Escola São Sebastião. Em 1982, a senhora Leonor volta a lecionar deixando o cargo somente em 1990, substituída pela senhora Natalina Arlete Sousa da Silva. Dona Lélia Almeida Maduro se aposentou em 1999. Em janeiro do mesmo ano assume a professora Silvielane Castro da Silva, a qual trabalhou até a desativação da escola em abril de 2018, passando a funcionar na Escola Polo Santíssima Trindade. Na escola São Sebastião as séries sempre funcionaram com classes multisseriadas com apenas um professor para fazer o atendimento.

Hoje, nossos alunos e professores estudam e chegam até a escola Santíssima Trindade de lancha. Muitos movimentos foram formados dentro da comunidade, como por exemplo o clube de mães que reunia muitas mulheres para promover eventos e brincadeiras de amigo secreto em datas comemorativas.

Entre a década de 1980 e 1990 também se formaram alguns grupos de jovens, como o Movimento Jovem de Santa Luzia (MOJOSLUZ). Este grupo reunia uma grande quantidade de jovens, mas, com o passar dos tempos, foi se enfraquecendo, devido a muito jovens ausentarem-se da comunidade em busca de estudo e trabalho.

Antigamente, em Carapanatuba se cultivava laranja, cana-de-açúcar e Cacau. Por volta de 1940 a juta era a principal fonte de renda dos moradores.

Dentre alguns aspectos voltados para a parte social, podemos citar o primeiro clube de futebol de nome 15 de Novembro, fundado pela família Martins. Os atletas mais novos decidiram fundar outro clube para participar e praticar o futebol, mas a comunidade, bastante populosa, acabava dificultando o treino da juventude por causa do treino dos atletas mais velhos. Mas, ocorreu a origem do Bonsucesso, novo time que foi fundado em 1968. Anos depois foi construído o campo e a sede própria do Sport Club Internacional, na década de 1980. Por volta de 1985, houve a criação do Esporte Clube Botafogo, com um grande número de sócios, o qual ainda existe na comunidade e promove seus eventos, para assim abrilhantar seu nome e fazer sucesso junto aos moradores.

Atualmente, a comunidade é composta por 45 famílias, em sua maioria adultos e idosos. A fonte de renda é a pesca artesanal, aposentadoria e serviço público. Alguns

têm renda familiar baseada no cultivo de plantações de ciclos curtos, pequenas criações e o artesanato de cuias (ASARISAN).

O fenômeno das terras caídas nos últimos três anos tem se destacado, prejudicando de certa forma as rendas e moradia, dando assim um novo olhar para a comunidade local. Também as grandes enchentes. Sobre a energia elétrica, a utilizada pela grande maioria é própria, com uso de placas solares. Já a comunicação, é bastante avançada e evoluída, sendo que grande parte dos moradores tem acesso ao uso do telefone móvel com uso de internet e TV com sinal digital.

Antigamente, os moradores andavam a pé, hoje 90% da população faz uso de motores rabetas para se deslocarem até outras comunidades. Para chegar até a cidade, viajam em barcos bastante confortáveis.

Em relação à saúde, temos em nossa comunidade o acompanhamento do Agente Comunitário de Saúde (ACS), de maneira que os casos mais avançados de doença são atendidos na Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada no Centro de Aritapera, na Santíssima Trindade, a qual possui técnicos, agentes, enfermeira e outros funcionários que ajudam para que todos tenham atendimento de qualidade.

Apêndice 3: Síntese histórica da comunidade Enseada do Aritapera

Segundo a moradora Lenil Silva, a comunidade de Enseada do Tapera já existia muitos anos, mas não era reconhecida historicamente, pois os comunitários do lugar participavam das manifestações religiosas e culturais na comunidade Centro do Aritapera. Com passar dos anos e o aumento da população da Enseada do Aritapera e a distância geográfica entre as duas comunidades, houve a necessidade de desmembramento.

A partir da emancipação, a comunidade passou a se organizar para realizar as primeiras celebrações religiosas da Igreja Católica na casa do senhor conhecido como Miltinho Correia. Esses cultos e missas aconteciam à noite. Após alguns anos, foi construído um barracão comunitário, que era utilizado para as atividades religiosas e escolares.

No período da gestão do prefeito Ronan Liberal, a comunidade foi contemplada com um prédio escolar, e o barracão, que funcionava como igreja e sala de aula, foi transferido para outro espaço.

A escola da comunidade recebeu o nome de professora Raimunda Maia em homenagem a uma docente, que era membro da família Maia, influente no lugar. A escola foi fundada em meados dos anos de 1985 e atende alunos das séries iniciais do ensino fundamental.

A Enseada do Aritapera, na maioria das vezes, denominada pelos moradores apenas de Enseada, fica à margem esquerda do rio Amazonas. Durante o curso de viagem, é a segunda comunidade a ser avistada. A comunidade teve seu nome reconhecido em 1984.

O padroeiro desse local é Santo Antônio, cuja imagem foi doada em 12 de janeiro 1984 pela senhora Zélia Maia, devota do santo e esposa do senhor Rodrigo Maia, um dos filhos do proprietário das terras do local, que eram conhecidas como Santo Antônio.

Nesse período, a comunidade já estava mais consolidada, e, com esforços dos comunitários, construiu sua primeira igreja, que foi inaugurada em 20 de setembro de 1985. Os celebrantes desse marco histórico foram os padres Francisco e João, que nesse ato de fé realizaram uma benção da igreja.

Atualmente a comunidade dispõe de três igrejas, sendo a católica, que é a igreja de Santo Antônio, a mais antiga a ser fundada. Além dela há duas igrejas

evangélicas, uma denominada Igreja da Paz e a outra Assembleia de Deus, Congregar Porta de Ovelhas. A diversidade religiosa ocorreu por divergências de opiniões e pensamentos religiosos, quando antigos membros da Igreja Católica passaram a integrar as duas novas organizações religiosas.

A comunidade católica de Enseada festeja seu padroeiro no mês de setembro, devido ao fenômeno das enchentes. Para a realização das festividades, tanto homens quanto mulheres dedicam o trabalho voluntário ao padroeiro, que se intensifica na época das festividades, embora seja exercido durante todo o ano. Os homens e as mulheres possuem tarefas específicas na realização do evento. As mulheres geralmente preparam os alimentos, como doces, salgados e refeições. Elas também ornamentam o espaço de recepção dos comunitários e visitantes. Os homens, por sua vez, trabalham no serviço de bar e na organização de barracas. Na realização das missas, durante a semana da festa do Santo, há a participação dos comunitários na realização das tarefas da celebração. Cada noite de festa tem uma equipe responsável pela parte religiosa. Há, ainda, um dia em que a missa é celebrada por um padre, vigário da área do Aritapera.

A festa religiosa é conjugada com a festa dançante, denominada de arraial, com objetivo de arrecadar fundos para custear as despesas da festa e manutenção das atividades da igreja.

No contexto das manifestações culturais também há um time de futebol denominado de São Raimundo Sport Clube, que realiza torneio e festa dançante normalmente em setembro, fortalecendo as relações de sociabilidade para os moradores do lugar, bem como para os visitantes. No início da organização do clube, ele era denominado Bangu.

Os meios de subsistência dos comunitários são a pesca, a pecuária, o artesanato de cuias e a agricultura. As mulheres da comunidade de Enseada integram a Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém, que produzem as cuias bordadas de Aritapera.

Os moradores da comunidade de Enseada são pessoas trabalhadoras, que lutam na construção e desenvolvimento do bem-estar social de todos. Além disso, se adaptam às circunstâncias vivenciadas pela realidade de uma comunidade ribeirinha, principalmente no que se refere aos fenômenos naturais de grandes enchentes e fortes secas.

Apêndice 4: Regulamento da Gincana Cultural-educacional

PROJETO VÁRZEA
UFOPA/ESCOLA MUNICIPAL SANTÍSSIMA TRINDADE E ARITAPERA:
COMUNIDADES ENSEADA, CENTRO E CARAPANATUBA
GINCANA EDUCACIONAL/CULTURAL

TEMA: “ARITAPERA: MINHA TERRA, MINHA HISTÓRIA”

A Gincana Educacional/Cultural é uma atividade que acontecerá no dia 05/02/2022 realizada pelo Projeto Várzea-PPGE-PGDA/UFOPA, em parceria com a Escola Municipal Santíssima Trindade e comunidades do Aritapera, na região de várzea do município de Santarém, estado do Pará.

OBS: O acervo levantado pela gincana servirá à Escola Municipal Santíssima Trindade e comunidade do Aritapera para fins de estudo e compartilhado com o Projeto Várzea para fins de pesquisa científica.

REGULAMENTO

Objetivos

- Proporcionar a integração da comunidade escolar no evento permitindo-lhe uma dimensão formativa, cultural e cidadã.
- Potencializar a história educacional e cultural da comunidade;
- Oferecer espaço de socialização, solidariedade e respeito à comunidade em geral.
- Socializar o conhecimento, a história e a cultura da comunidade de maneira lúdica.

Inscrição

1. Participam da Gincana todos os integrantes da comunidade escolar.
 - a) de formas direta, na formação de equipes para execução das tarefas;
 - b) de forma indireta, integrando as tarefas e em apresentações de danças e outras formas de participação.
2. Cada aluno só poderá participar de uma equipe.
3. Na confirmação da inscrição, a equipe deverá entregar o formulário totalmente preenchido em duas vias: uma via da escola e a outra do Projeto Várzea.

4. No ato da inscrição, professores e alunos responsáveis pelas equipes receberão o roteiro com as tarefas a serem cumpridas.

No formulário de inscrição deverá conter:

- a) nome provisório da equipe
- b) das tarefas que pretende executar
- c) coordenador, vice coordenador (professor responsável)
- d) identificação da equipe por cor (bracelete)
- e) nomes dos participantes.

6. Cada equipe deverá indicar no formulário de inscrição os nomes de 2 alunos para coordenador e vice-coordenador da equipe.

7. Durante a gincana, haverá fiscais de prova, que estarão colaborando para que se cumpra o regulamento geral.

8. Serão formadas três equipes e após sorteio cada uma fica na incumbência de representar uma das comunidades:

- a) Centro do Aritapera;
- b) Enseada do Aritapera;
- c) Carapanatuba.

10. Cada equipe deverá contar com pelo menos três integrantes de cada uma das comunidades envolvidas (Enseada, Centro e Carapanatuba).

11. As tarefas serão distribuídas em quatro vertentes: cultural, econômica, social e política.

9. Regras gerais

1. As tarefas serão distribuídas no ato da inscrição da Gincana.

2. Será invalidada pela Comissão Organizadora a tarefa não cumprida no tempo determinado.

4. Será penalizada a equipe, cujos integrantes diretos ou indiretos provocarem desordem. Não será aceito qualquer ato de indisciplina durante a Gincana que venha desvirtuar os objetivos do evento.

5. Não será aceito qualquer ato de desacato, críticas caluniosas ou difamatória à Organização, Comissão Julgadora e aos participantes.

6. Toda a equipe deverá começar e terminar a prova que estará realizando seguindo as regras predeterminadas.

10. Pontuação

1. Para conquistar 100% da pontuação basta a equipe cumprir a tarefa, sendo que:

a) A tarefa incompleta não marcará ponto;

b) Será considerada vencedora a equipe que obtiver, ao final da competição, a maior somatória de pontos obtidos em toda a disputa.

Obs.: Em caso de empate, o desempate será com uma tarefa-relâmpago apresentada pela coordenação geral (Projeto Várzea). Será considerada vencedora a equipe que a cumprir no menor tempo.

11. Júri

11.1. O júri que avaliará a disputa dessa gincana será composto de 3 (três) membros, pessoas convidadas pela comissão organizadora, a quem caberá:

a) informar o cumprimento das tarefas e decidir sobre recursos apresentados;

b) emitir parecer aos recursos;

c) julgar os casos disciplinares.

12. Premiação

12.1. A competição envolverá a comunidade escolar do Aritapera: Enseada, Centro e Carapanatuba, sendo que cada aluno/professor poderá se inscrever somente em uma equipe como participante.

12. 2. As três equipes serão premiadas da seguinte forma:

1º Equipe: Filhos da terra;

2º Equipe: Viajando no tempo;

3ª Equipe: Resgate cultural;

OBS.: Os integrantes das equipes, coordenação e o júri da gincana receberão certificado de participação emitido pelo grupo de estudo e pesquisa HISTEDBR da UFOPA e certificação de Honra ao Mérito aos moradores participantes.

12.3. A premiação das equipes vencedoras será no mesmo dia da Gincana.

13. Comissão Organizadora

13.1. A Comissão Organizadora é soberana em suas decisões, as quais deverão ser tomadas em prol da preparação, desenvolvimento e organização geral da gincana;

13.2. É de competência da Comissão Organizadora organizar, estabelecendo todas e quaisquer normas referentes à gincana e suas tarefas;

13.3 - Zelar pelo clima de amizade, cooperação e integração entre todos os participantes da gincana e suas tarefas;

13.4 – Constitui a comissão organizadora:

- O gestor da escola;
- Professores da escola (Coordenação do Projeto);
- Ednaldo Rodrigues (Pesquisador).

14. Deveres das Equipes Participantes

14.1. Apresentar-se para as tarefas nos horários determinados e executá-las no tempo previsto;

14.2. Tratar com respeito professores, colegas, funcionários da escola e todos que estiverem participando da gincana;

14.3. Respeitar as normas e regras desse regulamento.

15. Torcida

15.1 - As torcidas serão avaliadas em todo o decorrer da gincana nos quesitos participação e animação:

a) Todos os componentes deverão estar presentes durante a realização da gincana;

b) Será observado visualmente se houve a permanência de todos os componentes da equipe durante o desenvolvimento da gincana.

c) Grito de guerra.

d) Criatividade (confecção de adereços, pinturas, faixas, evolução, etc...)

e) Respeito: a equipe não poderá faltar com respeito (vaiar, xingar, etc...) para com as equipes adversárias, com o júri e com os fiscais de prova, pois isso implicará a perda de pontos, dependendo da gravidade da infração.

Apêndice 5: Formulário de inscrição (preencher duas vias)

Período de inscrição: de 13 a 20/01/2022

a) Nome da equipe:

b) Características de identificação da equipe (cor, etc...)

.....

c) Coordenador (professor responsável)

d) Nomes dos participantes:

Professores:

1)

2)

Alunos:

1 Coordenador:

2 Vice-Coordenador:

3.....

4.....

5.....

6.....

7.....

8.....

9.....

10.....

Confirmação: ____ / ____ / 2022

Assinatura do professor/responsável

Apêndice 6: Tarefas comuns a todas as equipes

1. Identificar na comunidade pessoas que sejam conhecedoras da história, com o mínimo de detalhes, para que compareça no dia 05/02/2022 e participe de uma roda de conversa.
2. Das conversas preliminares, a equipe deverá escrever uma síntese histórica, em três páginas, e entregar à comissão organizadora, até às 18 h do dia 02 de fevereiro de 2022.
3. Localizar e levar no dia 05/02/2022 fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de eventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade.

TAREFAS ESPECÍFICAS

EQUIPES		
Enseada	Centro	Carapanatuba
4. Produzir e apresentar uma poesia sobre a Gincana Cultural (5 min.);	5. Trazer uma artesã para falar a respeito do artesanato da cuia riscada do Aritapera;	6. Convidar um morador para fazer um relato sobre a cultura da pesca nas comunidades do Aritapera;
4a. Convidar um criador antigo para contar histórias sobre a ferra do gado no Centro do Aritapera;	5a. Convidar um ex-atleta para contar a história dos clubes de futebol do Aritapera;	6a. Trazer um morador para contar a história das grandes enchentes no Aritapera.

Apêndice 7: Programação – Gincana educacional/cultural

DATA: 05 de fevereiro de 2022.

LOCAL: Igreja ou clube da comunidade do Centro do Aritapera.

HORÁRIO: 8 h às 11h30

INTRODUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO

Gestores, professores, alunos e comunidade de modo geral, bom dia.

A Gincana Educacional/Cultural desenvolve o tema: “Aritapera: Minha terra, minha história”, realizada pelo “Projeto Várzea”-UFOPA, em parceria com a Escola Municipal Santíssima Trindade e comunidades do Aritapera: Enseada, Centro e Carapanatuba.

Trata-se de uma atividade prevista no Projeto Várzea que objetiva recuperar e fortalecer a memória dos povos que moram em áreas de várzea.

Objetiva, ainda, proporcionar a integração da comunidade escolar em um evento de caráter formativo, cultural e destinado ao fortalecimento da cidadania; visa também oportunizar espaço de socialização, solidariedade e respeito à comunidade em geral, por meio do fortalecimento da compreensão da história da cultura local.

REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES REALIZADORAS DA GINCANA

1. Coordenador do Projeto Várzea-UFOPA, Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares;
2. Diretor da Escola Municipal Santíssima Trindade, Prof. Lázaro Reis;
3. Coordenadores da Gincana, professores:,.....,.....,

COMPOSIÇÃO DO CORPO DE JURADOS

1. Prof.^a Dr.^a Maria Lília Imbiriba Colares;
2. Prof. Me. Raimundo Nonato Aguiar Oliveira
3. Prof.^a Me. Márcia Lima.

Solicitamos que a presidência do corpo de jurados proceda à leitura da parte do regulamento que trata das regras gerais desta gincana.

DETALHES DAS TAREFAS

As tarefas estão organizadas em comuns a todas as equipes e as específicas.

TAREFAS COMUNS A TODAS AS EQUIPES

1. Identificar na comunidade pessoas que sejam bastante conhecedoras da história local, para comparecer hoje e participarem de uma roda de conversa.
2. Dos contatos preliminares com as pessoas da comunidade, a equipe deveria escrever uma síntese histórica, em três páginas, e entregar à comissão organizadora, até às 18 h do dia 02 de fevereiro de 2022.
3. Produzir e apresentar uma poesia (preferencialmente sobre Aritapera, a vida na várzea; questões relacionadas a esta gincana).
4. Localizar e trazer no dia de hoje fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de eventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade.

Lembrando que a equipe poderia também fazer uma foto da foto antiga, e entregar de forma digital; assim como poderia fazer pequenos vídeos entrevistando pessoas que tenham conhecimento relevante e já estejam com dificuldade para o deslocamento a este local da gincana. Desta forma, a tarefa também será considerada cumprida.

TAREFAS ESPECÍFICAS

Equipe Enseada

Levar um ex-aluno ou ex-aluna da escola Santíssima Trindade que hoje tem formação superior, para falar sobre a importância da escola na sua vida.

Convidar um criador antigo para contar histórias sobre a ferra do gado no Aritapera;

Equipe Centro

Trazer uma artesã para falar a respeito do artesanato da cuia riscada do Aritapera;

Convidar um ex-atleta para contar a história dos clubes de futebol do Aritapera;

Equipe Carapanatuba

Convidar um morador para fazer um relato sobre a cultura da pesca nas comunidades do Aritapera;

Trazer um morador para contar a história das grandes enchentes no Aritapera.

APRESENTAÇÃO DAS TAREFAS**PRIMEIRA TAREFA**

Para a realização desta tarefa, as equipes deverão apresentar pessoas da comunidade bastante conhecedoras da história local, para comparecerem hoje e participarem de uma roda de conversa.

Convidado da equipe: Enseada.

Convidado da equipe: Centro.

Convidado da equipe: Carapanatuba.

Atenção Júri, receberá a pontuação total a equipe que apresentar o seu convidado.

Roda de conversa, com a mediação do prof. Dr. Anselmo Colares. (Tempo: 15 minutos).

SEGUNDA TAREFA

Para a realização desta tarefa, a partir dos contatos preliminares com as pessoas da comunidade, a equipe deveria escrever uma síntese histórica, em

três páginas, e entregar à comissão organizadora, até às 18 h do dia 02 de fevereiro de 2022.

Atenção Júri, receberá a pontuação total a equipe que entregou a síntese histórica.

Equipe: Carapanatuba.

Equipe: Enseada.

Equipe: Centro.

TERCEIRA TAREFA

Para a realização desta tarefa, a equipe deveria produzir e apresentar uma poesia (preferencialmente sobre Aritapera, a vida na várzea; questões relacionadas a esta gincana).

Atenção Júri, receberá a pontuação total a equipe que cumprir a tarefa, com o tempo de 5 minutos.

Poesia da equipe: Centro.

Poesia da equipe: Enseada.

Poesia da equipe Carapanatuba.

QUARTA TAREFA

Para a realização desta tarefa, as equipes deveriam localizar e trazer hoje fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de ventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade.

Atenção Júri, receberá a pontuação total a equipe que entregar as fotografias previstas na tarefa.

Equipe: Enseada.

Equipe: Carapanatuba.

Equipe: Centro.

TAREFAS ESPECÍFICAS

EQUIPE ENSEADA

1. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deve apresentar um ex-aluno ou ex-aluna da escola Santíssima Trindade que hoje tem formação superior, para falar sobre a importância da escola na sua vida.

Equipe Enseada, apresente o convidado ou a convidada. (Tempo até 5 minutos).

2. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deveria convidar um criador antigo para contar histórias sobre a ferra do gado no Aritapera;

Equipe Enseada, apresente o seu convidado. (Tempo até 5 minutos).

EQUIPE CENTRO

1. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria trazer uma artesã para falar a respeito do artesanato da cuia riscada do Aritapera;

Equipe Centro, favor apresentar a sua convidada. (Tempo até 5 minutos).

2. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria convidar um ex-atleta para contar a história dos clubes de futebol do Aritapera;

Equipe Centro, favor apresentar o seu convidado. (Tempo até 5 minutos).

EQUIPE CARAPANATUBA

1. Para realizar essa tarefa, equipe Carapanatuba deveria convidar um morador para fazer um relato sobre a cultura da pesca nas comunidades do Aritapera;

Equipe Carapanatuba, favor apresentar o seu convidado ou a sua convidada. (Tempo até 5 minutos).

2. Para realizar essa tarefa, a equipe Carapanatuba deveria trazer um morador para contar a história das grandes enchentes no Aritapera.

Equipe Carapanatuba, apresente o seu convidado ou a sua convidada. (Tempo até 5 minutos).

PROGRAMAÇÃO MUSICAL

Convidamos o professor mestre Nato Aguiar para interpretar algumas músicas, até que o júri libere o resultado final da gincana cultural do Aritapera.

Em seguida haverá a premiação das equipes vencedoras. Trata-se de uma premiação simbólica, em dinheiro, patrocinada pelo professor Anselmo Colares.

Agora, vamos receber com a mesma alegria o professor Nato Aguiar que também integra o Projeto Várzea e está contribuindo também conosco como um dos jurados da gincana.

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

ENCERRAMENTO

Convido o prof. Drº Anselmo Colares para fazer o encerramento da nossa gincana.

Em nome da nossa equipe, agradecemos o empenho e a participação do gestor, dos professores e alunos da Escola Municipal Santíssima Trindade. Agradecemos ainda aos moradores e todos que contribuíram para a realização da Gincana Cultural que muito contribuiu para socialização de informação e integração das comunidades: Enseada, Centro e Carapanatuba.

Bom dia.

Apêndice 8: Formulário de votação final do júri – Santarém-PA – 05-02-2022

TAREFAS COMUNS A TODAS AS EQUIPES (100 pontos cada tarefa cumprida)				
1. Identificar na comunidade pessoas que sejam bastante conhecedoras da história local, para comparecer hoje e participarem de uma roda de conversa.				
2. Dos contatos preliminares com as pessoas da comunidade, a equipe deverá escrever uma síntese histórica, em três páginas, e entregar à comissão organizadora, até às 18 h do dia 02 de fevereiro de 2022.				
3. Produzir e apresentar uma poesia (preferencialmente sobre Aritapera, a vida na várzea; questões relacionadas a essa gincana).				
4. Localizar e trazer hoje fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de eventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade.				
EQUIPES	PONTUAÇÃO			
	JÚRI 1	JÚRI 2	JÚRI 3	TOTAL
Enseada				
Centro				
Carapanatuba				
TAREFAS ESPECÍFICAS				
EQUIPE ENSEADA	JÚRI 1	JÚRI 2	JÚRI 3	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deve apresentar um ex-aluno ou ex-aluna da escola Santíssima Trindade que hoje tem formação superior, para falar sobre a importância da escola na sua vida.				
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deveria convidar um criador antigo para contar histórias sobre a ferra do gado no Aritapera.				
EQUIPE CENTRO	JÚRI 1	JÚRI 2	JÚRI 3	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria trazer uma artesã para falar a respeito do artesanato da cuia riscada do Aritapera.				
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria convidar um ex-atleta para contar a história dos clubes de futebol do Aritapera.				
EQUIPE CARAPANATUBA	JÚRI 1	JÚRI 2	JÚRI 3	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, equipe Carapanatuba deveria convidar um morador para fazer um relato sobre a cultura da pesca nas comunidades do Aritapera.				
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Carapanatuba deveria trazer um morador para contar a história das grandes enchentes no Aritapera.				

RESULTADO FINAL DA GINCANA CULTURAL DO ARITAPERAS-2022

EQUIPES	TAREFAS COMUNS	ESPECÍFICAS	TOTAL
1ª			
2ª			
3ª			

ASSINATURA DOS JURADOS - SANTARÉM-PA – 05-02-2022

1.	2.	3.
-----------	-----------	-----------

Apêndice 9: Formulário de votação do júri – Santarém-PA – 05-02-2022

TAREFAS COMUNS A TODAS AS EQUIPES

1. Identificar na comunidade pessoas que sejam bastante conhecedoras da história local, para comparecer hoje e participarem de uma roda de conversa.
2. Dos contatos preliminares com as pessoas da comunidade, a equipe deverá escrever uma síntese histórica, em três páginas, e entregar à comissão organizadora, até as 18 h do dia 02 de fevereiro de 2022.
3. Produzir e apresentar uma poesia (preferencialmente sobre Aritapera, a vida na várzea; questões relacionadas a essa gincana).
4. Localizar e trazer hoje fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de eventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade.

EQUIPES	PONTUAÇÃO – JÚRI 1				
	TAREFAS				TOTAL
	T - 1	T - 2	T - 3	T - 4	
Enseada					
Centro					
Carapanatuba					

TAREFAS ESPECÍFICAS

EQUIPE ENSEADA	JÚRI 1	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deve apresentar um ex-aluno ou ex-aluna da escola Santíssima Trindade que hoje tem formação superior, para falar sobre a importância da escola na sua vida.		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deveria convidar um criador antigo para contar histórias sobre a ferra do gado no Aritapera.		
EQUIPE CENTRO	JÚRI 1	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria trazer uma artesã para falar a respeito do artesanato da cuja riscada do Aritapera.		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria convidar um ex-atleta para contar a história dos clubes de futebol do Aritapera.		
EQUIPE CARAPANATUBA	JÚRI 1	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, equipe Carapanatuba deveria convidar um morador para fazer um relato sobre a cultura da pesca nas comunidades do Aritapera.		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Carapanatuba deveria trazer um morador para contar a história das grandes enchentes no Aritapera.		

SANTARÉM-PA, 05 DE FEVEREIRO DE 2022.

ASSINATURA DO JURADO 1. _____

Apêndice 10: Formulário de votação do júri – Santarém-PA – 05-02-2022

TAREFAS COMUNS A TODAS AS EQUIPES

1. Identificar na comunidade pessoas que sejam bastante conhecedoras da história local, para comparecer hoje e participarem de uma roda de conversa.
2. Dos contatos preliminares com as pessoas da comunidade, a equipe deverá escrever uma síntese histórica, em três páginas, e entregar à comissão organizadora, até às 18 h do dia 02 de fevereiro de 2022.
3. Produzir e apresentar uma poesia (preferencialmente sobre Aritapera, a vida na várzea; questões relacionadas a essa gincana).
4. Localizar e trazer hoje fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de eventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade.

EQUIPES	PONTUAÇÃO – JÚRI 2				
	TAREFAS				TOTAL
	T - 1	T - 2	T - 3	T - 4	
Enseada					
Centro					

Carapanatuba

TAREFAS ESPECÍFICAS

EQUIPE ENSEADA	JÚRI 2	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deve apresentar um ex-aluno ou ex-aluna da escola Santíssima Trindade que hoje tem formação superior, para falar sobre a importância da escola na sua vida.		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deveria convidar um criador antigo para contar histórias sobre a ferra do gado no Aritapera.		
EQUIPE CENTRO	JÚRI 2	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria trazer uma artesã para falar a respeito do artesanato da cuja riscada do Aritapera.		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria convidar um ex-atleta para contar a história dos clubes de futebol do Aritapera.		
EQUIPE CARAPANATUBA	JÚRI 2	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, equipe Carapanatuba deveria convidar um morador para fazer um relato sobre a cultura da pesca nas comunidades do Aritapera;		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Carapanatuba deveria trazer um morador para contar a história das grandes enchentes no Aritapera.		

SANTARÉM-PA, 05 DE FEVEREIRO DE 2022.

ASSINATURA DO JURADO 2. _____

Apêndice 11: Formulário de votação do júri – Santarém-PA – 05-02-2022

TAREFAS COMUNS A TODAS AS EQUIPES

1. Identificar na comunidade pessoas que sejam bastante conhecedoras da história local, para comparecer hoje e participarem de uma roda de conversa.
2. Dos contatos preliminares com as pessoas da comunidade, a equipe deverá escrever uma síntese histórica, em três páginas, e entregar à comissão organizadora, até às 18 h do dia 02 de fevereiro de 2022.
3. Produzir e apresentar uma poesia (preferencialmente sobre Aritapera, a vida na várzea; questões relacionadas a essa gincana).
4. Localizar e trazer hoje fotografias antigas da escola, da igreja, das atividades esportivas e culturais ou de eventos em geral que tenham sido significativos na história da comunidade.

EQUIPES	PONTUAÇÃO – JÚRI 3				
	TAREFAS				TOTAL
	T - 1	T - 2	T - 3	T - 4	
Enseada					
Centro					
Carapanatuba					

TAREFAS ESPECÍFICAS

EQUIPE ENSEADA	JÚRI 3	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deve apresentar um ex-aluno ou ex-aluna da escola Santíssima Trindade que hoje tem formação superior, para falar sobre a importância da escola na sua vida.		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Enseada deveria convidar um criador antigo para contar histórias sobre a ferra do gado no Aritapera.		
EQUIPE CENTRO	JÚRI 3	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria trazer uma artesã para falar a respeito do artesanato da cuia riscada do Aritapera.		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Centro deveria convidar um ex-atleta para contar a história dos clubes de futebol do Aritapera.		
EQUIPE CARAPANATUBA	JÚRI 3	TOTAL
1. Para realizar essa tarefa, equipe Carapanatuba deveria convidar um morador para fazer um relato sobre a cultura da pesca nas comunidades do Aritapera.		
2. Para realizar essa tarefa, a equipe Carapanatuba deveria trazer um morador para contar a história das grandes enchentes no Aritapera.		

SANTARÉM-PA, 05 DE FEVEREIRO DE 2022.

ASSINATURA DO JURADO 3. _____

Apêndice 12: Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE

Eu, _____, portador do Registro de Identidade Nº _____, declaro que desejo participar da pesquisa: **“O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA: avanços e retrocessos”**, desenvolvida por Manoel Ednaldo Rodrigues, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), polo Santarém, da associação em Rede Educanorte, sob orientação do Professor, Doutor Anselmo Alencar Colares.

A referida pesquisa consiste na aplicação de questionários, entrevistas, realização de gincana educacional, rodas de conversa, observação participante, realização de grupos focais com professores e alunos da Escola Municipal Santíssima Trindade, pertencente à rede Pública Municipal de Santarém, e junto a moradores da comunidade Centro do Aritapera, Enseada do Aritapera e Carapanatuba, fontes correlatas, de interesse da pesquisa, cujos registros serão gravados em áudio e vídeo. O material obtido, proveniente dos questionários, entrevistas, grupos focais será utilizado na produção da tese e de suas decorrências por tempo indeterminado.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Para finalizar, tendo sido orientado quanto ao teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto o meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou pagar, por minha participação.

Santarém – Pará, _____ de _____ 2021.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Apêndice 13: Questionário da pesquisa de campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA E SOCIEDADE E EDUCAÇÃO
NO BRASIL”

PESQUISA DE CAMPO – CASA EM CASA

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História e Sociedade e Educação No Brasil - HISTEBR, da Universidade Federal do Oeste do Pará, desenvolve investigações que tenham por objetivo o estudo de problemas e temas relacionados à história da política educacional brasileira, e seus desdobramentos na formação de professores, de pesquisadores, a respeito das instituições escolares. Entre os estudos atuais, destaca-se a pesquisa de doutorado sobre **“O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocessos”**, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Polo UFOPA, realizado pelo **doutorando Manoel Ednaldo Rodrigues**, sob a orientação do **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** - Líder do Grupo Histedbr/Ufopa.

DATA:

FAMÍLIA: COMUNIDADE:

1. Têm filhos estudando na comunidade? ()	4. Nas férias, a família depende/dia do trabalho dos estudantes? ()
2. Alguém abandonou a escola? ()	5. Os 90 dias sem aula, a causa principal é a enchente? ()
3. Tem filhos formados na universidade? ()	6. A família se ausenta/va da comunidade na enchente? ()

Legenda: S=Sim / N=Não

DATA:

FAMÍLIA: COMUNIDADE:

1. Têm filhos estudando na comunidade? ()	4. Nas férias, a família depende/dia do trabalho dos estudantes? ()
2. Alguém abandonou a escola? ()	5. Os 90 dias sem aula, a causa principal é a enchente? ()
3. Tem filhos formados na universidade? ()	6. A família se ausenta/va da comunidade na enchente? ()

Legenda: S=Sim / N=Não

DATA:

FAMÍLIA: COMUNIDADE:


1. Têm filhos estudando na comunidade? ()	4. Nas férias, a família depende/dia do trabalho dos estudantes? ()
2. Alguém abandonou a escola? ()	5. Os 90 dias sem aula, a causa principal é a enchente? ()
3. Tem filhos formados na universidade? ()	6. A família se ausenta/va da comunidade na enchente? ()

Legenda: S=Sim / N=Não

DATA:

FAMÍLIA: COMUNIDADE:

1. Têm filhos estudando na comunidade? ()	4. Nas férias, a família depende/dia do trabalho dos estudantes? ()
2. Alguém abandonou a escola? ()	5. Os 90 dias sem aula, a causa principal é a enchente? ()
3. Tem filhos formados na universidade? ()	6. A família se ausenta/va da comunidade na enchente? ()

Documento assinado digitalmente:
 **MANOEL EDNALDO RODRIGUES**
 Data: 06/03/2024 10:11:13-0300
 Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

DATA:

FAMÍLIA: COMUNIDADE:

1. Têm filhos estudando na comunidade? ()	4. Nas férias, a família depende/dia do trabalho dos estudantes? ()
2. Alguém abandonou a escola? ()	5. Os 90 dias sem aula, a causa principal é a enchente? ()
3. Tem filhos formados na universidade? ()	6. A família se ausenta/va da comunidade na enchente? ()

Legenda: S=Sim / N=Não

DATA:

FAMÍLIA: COMUNIDADE:

1. Têm filhos estudando na comunidade? ()	4. Nas férias, a família depende/dia do trabalho dos estudantes? ()
2. Alguém abandonou a escola? ()	5. Os 90 dias sem aula, a causa principal é a enchente? ()
3. Tem filhos formados na universidade? ()	6. A família se ausenta/va da comunidade na enchente? ()

Legenda: S=Sim / N=Não



E. M. E. I. F. SANTÍSSIMA TRINDADE
 Silviolane Castro da Silva
 Licenciada em Pedagogia - Reg. nº 746
 Diretora - Falt. nº 488/2022 - GAB/SEMED

Apêndice 14: Declaração de compromisso de divulgação dos resultados

Eu, **MANOEL EDNALDO RODRIGUES**, responsável pelo projeto: **O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTAÉM-PARÁ: AVANÇOS E RETROCESSOS**, declaro meu compromisso de divulgar e publicar quaisquer que sejam os resultados encontrados na pesquisa acima citada em veículos de divulgação científica, resguardando, no entanto, os interesses dos sujeitos envolvidos, que terão suas individualidades preservadas e mantidas em sigilo.

Declaro ainda que cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/2012 e suas complementares, e comprometo-me a anexar os relatórios parciais e/ou finais contendo os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil para apreciação ética.


Santarém – Pará, 25 de julho de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **MANOEL EDNALDO RODRIGUES**
Data: 05/03/2024 10:11:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>
MANOEL EDNALDO RODRIGUES
Responsável pela pesquisa

Apêndice 15: Declaração de compromisso do pesquisador responsável

Eu, **MANOEL EDNALDO RODRIGUES**, pesquisador responsável pelo projeto intitulado “**O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA: AVANÇOS E RETROCESSOS**”, comprometo-me em anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo a identidade dos participantes, bem como o retorno dos benefícios resultantes do projeto, seja direto ou indireto, aos participantes da pesquisa, por meio da materialização de um estudo científico, sejam eles favoráveis ou não, com possíveis apontamentos a fim de melhorar a qualidade da educação nas escolas das comunidades de várzea.

Santarém – Pará, 25 de julho de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **MANOEL EDNALDO RODRIGUES**
Data: 05/03/2024 10:11:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
MANOEL EDNALDO RODRIGUES
Pesquisador Responsável

Apêndice 16: Termo de assentimento livre e esclarecido (TALE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UFOPA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Eu, **MANOEL EDNALDO RODRIGUES** convido você a participar do estudo “**O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA: AVANÇOS E RETROCESSOS**”. Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação. Pretendemos saber, por meio de uma gincana cultural-educacional, sobre a história da educação e a história da sua comunidade. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado/a a participar e não tem problema se desistir. A Gincana Educacional-Cultural será realizada nas dependências da Escola Municipal Santíssima Trindade, na Comunidade Centro do Aritapera, onde os participantes (crianças/adolescente) vão cumprir tarefas possíveis de serem efetivadas, com a mobilização dos principais representantes das diversas áreas da comunidade, que vão participar de rodas de conversa, sobre educação, cultura, economia e os saberes da comunidade. Para isso, serão utilizados o histórico das comunidades, fotografias antigas e relatos dos mais antigos que podem ser feitos presencial, escrito ou gravado em áudio, trata-se de uma dinâmica segura, mas é possível ocorrer riscos no momento da mobilização da comunidade. Caso aconteça algo errado, você, seus pais ou responsáveis poderão nos procurar pelos contatos que estão no final do texto. A sua participação é importante, pois o acervo levantado pela Gincana Educacional-Cultural servirá, como contribuição, a pesquisa permitirá a reflexão dos modos de promover a educação nas escolas de várzea do município de Santarém; permitirá a sistematização de ideias para a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas da Várzea (PPPI); a produção de uma estudo que pode contribuir com a criação e efetivação de políticas públicas específicas para as escolas da várzea, bem como dará visibilidade à cultura e à identidade das populações da região da várzea, no município de Santarém. Além disso, vai atender as demandas da Escola Municipal Santíssima Trindade, as comunidades do Aritapera para fins de estudo e compartilhado para fins de pesquisa científica.

As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos conceder. Os resultados da pesquisa serão publicados após a defesa da tese em andamento, como parte integrante do texto final, mas sem identificar dados pessoais, vídeos, imagens e áudios de gravações dos participantes crianças/adolescentes.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa “**O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA: AVANÇOS E RETROCESSOS**”. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. O pesquisador esclareceu minhas dúvidas e conversou com os meus pais/responsável legal. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa/estudo.

Santarém – Pará, _____, _____, de 2023.

Assinatura do menor

Assinatura do pesquisador responsável

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
--

Pesquisador Responsável: MANOEL EDNALDO RODRIGUES
--

Endereço: Avenida Álvaro Adolfo, 463, Prainha.
--

CEP. 68005-150 – Santaerém - Pará

<i>E-mail:</i> ednaldorodrigues@hotmail.com

OBS: O participante da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TALE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

Apêndice 17: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA													
Título do Projeto: O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA: AVANÇOS E RETROCESSOS.													
Área do Conhecimento: Ciências Humanas						Número de participantes: 130							
Curso: Doutorado em Educação						Unidade: não se aplica							
Projeto Multicêntrico		Sim	x	Não	x	Nacional		Internacional	Cooperação Estrangeira		Sim	x	Não
Patrocinador da pesquisa: FAPESPA													
Instituição onde será realizado: Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA- Polo Santarém.													
Nome dos pesquisadores e colaboradores: Manoel Ednaldo Rodrigues													

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA: avanços e retrocessos. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável MANOEL EDNALDO RODRIGUES através do telefone: (93) 99146-1294 ou através do e-mail ednaldorodrigues@hotmail.com.

Justificativa, os objetivos e procedimentos

1. Justificativa

A presente pesquisa se justifica pelo caráter inédito em registrar os processos de educação escolar, considerando que ainda não se realizou quaisquer estudos científicos sobre o Calendário Diferenciado, implementado para atender as escolas situadas na região de Várzea do município de Santarém-PA. Outra justificativa é que os resultados dessa pesquisa poderão servir de fonte para outros pesquisadores interessados pela temática: compreensão educacional sobre a várzea amazônica, além de trazer contribuições para ampliar e fazer emergir novas discussões sobre o modelo de educação escolar específica e diferenciada que tanto se almeja nas comunidades de várzea de todo o país, especialmente, na Amazônia. Tem como relevância social a possibilidade de dar visibilidade para os modos de ser e viver dos moradores das comunidades de várzea, contribuindo com isso para as lutas, projetos e políticas públicas que podem ser efetivados para atender as várzeas do Brasil.

2. Objetivos:

Geral

Compreender a natureza do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em relação ao calendário regular, para atender estudantes que almejam verticalizar o conhecimento, considerando o processo de inclusão da educação como totalidade, no interior da Amazônia, frente às disputas de hegemonia e contra hegemonia dos projetos societários, tempos, espaços e sua influência nos processos educacionais.

Específicos:

- Caracterizar o ambiente da várzea, a comunidade Centro do Aritapera e a escola municipal Santíssima Trindade, no município de Santarém-PA;
- Compreender como se efetiva a educação na várzea, as contradições do calendário diferenciado praticado pela escola Municipal Santíssima Trindade e a relação da gestão escolar com a Semed.
- Investigar as determinações normativas de Santarém com relação ao calendário escolar diferenciado de várzea.
- Identificar os desdobramentos do ensino a partir da adoção do calendário escolar diferenciado pelas escolas de várzea de Santarém-PA.

3. Procedimento para coleta de dados.

Os participantes desta pesquisa irão colaborar com a coleta de dados respondendo a questionamentos relacionados ao Calendário Escolar Diferenciado nas comunidades de várzea da Enseada do Aritapera, Enseada do Aritapera e Carapanatuba (enquanto professor, pedagogo, gestor escolar, lideranças comunitárias, moradores das comunidades), e relacionados também ao modo de ser e viver das populações de várzea do município de Santarém, principalmente, no período da enchente em relação as atividades escolares. Para a maior autenticidade das respostas, e de modo a favorecer uma atmosfera descontraída, o diálogo do pesquisador com o participante deverá ser individual, ou seja, um participante de cada vez, de acordo com a disponibilidade de tempo e local indicados pelo participante. As conversas individuais com os participantes serão registradas por meio de gravação de voz (ou seja, com uso de gravador, porém, sem registros de imagens na ocasião da entrevista), exceto os moradores das três comunidades por ocasião da visita de casa em casa, quando será preenchido um questionário fechado com seis perguntas. E as transcrições das conversas serão feitas posteriormente pelo pesquisador.

A pesquisa será realizada apenas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Seres Humanos e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, quando terão início os diálogos com lideranças, moradores e profissionais da educação que atuam diretamente na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, que se localiza na comunidade Centro do Aritapera para o alcance dos propósitos da investigação. Em nosso planejamento, esse momento está previsto para o segundo semestre do ano de 2023. Evidentemente que a entrevista será realizada somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE pelas pessoas que aceitarem colaborar voluntariamente com o

estudo, em cumprimento ao estabelecido na Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Para a coleta de dados será realizada a pesquisa de campo, por meio de diversas visitas *in loco*, a fim de se fazer o reconhecimento das comunidades envolvidas na pesquisa: Enseada do Aritapra, Centro do Aritapera e Carapanatuba, bem com a realidade educacional vivida; realização de gincana educacional-cultural, entrevistas com perguntas abertas e fechadas e outras observações. Os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo, identificados no estudo pela letra “E”, seguido por uma numeração: Exemplo – E1; E2; E3 e assim por diante.

De posse dos dados registrados e após a transcrição das entrevistas, as informações fornecidas pelos participantes da pesquisa serão analisadas sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, para a construção da tese que será submetida ao julgamento da banca examinadora, com previsão para o mês de fevereiro do ano de 2024.

4. Desconfortos e dos riscos.

Como possibilidade de desconforto, eventualmente, o participante poderá não saber ou não querer responder a alguma pergunta da entrevista. Ressalta-se que o mesmo é livre para responder ou não a qualquer pergunta apresentada na entrevista.

5. Benefícios.

Como contribuição, a pesquisa permitirá a reflexão dos modos de promover a educação nas escolas de várzea do município de Santarém; permitirá a sistematização de ideias para a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas da Várzea (PPPI); Produção de um estudo que pode contribuir com a criação e efetivação de políticas públicas específicas para escolas da várzea, bem como dará visibilidade à cultura e à identidade das populações da região da várzea, no município de Santarém.

6. Isenção e ressarcimento de despesas.

Qualquer despesa que porventura o participante venha a ter, decorrente da pesquisa, será ressarcido pelo pesquisador.

7. Autorização de uso de imagem e/ou voz

() sim, autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz

() Não autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz”

8. Liberdade de recusar, desistir ou retirar meu consentimento.

O colaborador, participante da pesquisa, tem a liberdade de recusar, desistir ou de interromper a colaboração nesta pesquisa no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A sua desistência não causará nenhum prejuízo à sua saúde ou bem-estar físico e nenhum tipo de prejuízo a quem quer que seja.

9. Garantia de sigilo e de privacidade.

Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas o colaborador, participante da pesquisa, concorda que sejam divulgados em publicações científicas, na condição de que seus dados pessoais não sejam mencionados.

10. Garantia de esclarecimento e informações a qualquer tempo.

É garantido ao participante tomar conhecimento e obter informações, a qualquer tempo, dos procedimentos e métodos utilizados neste estudo, bem como dos resultados finais desta pesquisa. Para tanto, o mesmo poderá consultar o pesquisador responsável acima identificado. Em caso de dúvidas não esclarecidas de forma adequada pelo pesquisador, de discordância com os procedimentos, ou de irregularidades de natureza ética, o participante poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste do Pará, situado à Rua Vera Paz, s/nº, Unidade Tapajós, sala 05, CEP 68040-255, Santarém, Pará pelo telefone: (93) 2101-4926 ou pelo email: cep@ufopa.edu.br.

Poderá consultar ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília/DF. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A composição multi e transdisciplinar reúne representantes de diferentes áreas do conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil.

OBS: Este Termo será rubricado pelo pesquisador responsável e pelo participante da pesquisa ou seu responsável em todas as páginas, devendo ambos assinar a última página do documento.

Declaro que estou ciente dos termos acima e que obtive todas as informações necessárias e esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas e, por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual conteúdo e forma, ficando uma em minha posse.



_____, ____ 2023.

Pesquisador Responsável pelo Projeto

Participante da Pesquisa e/ou Responsável

Apêndice 18: Termo de compromisso de utilização de dados (TCUD)

1. Identificação dos membros do grupo de pesquisa que utilizarão os dados

Nome completo	RG	Assinatura
Manoel Ednaldo Rodrigues	1345798-SSP-PA	 Documento assinado digitalmente MANOEL EDNALDO RODRIGUES Data: 03/03/2024 10:11:13-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Anselmo Alencar Colares	3285703 - SSP-PA	 Documento assinado digitalmente ANSELMO ALENCAR COLARES Data: 03/03/2024 12:32:08-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

2. Identificação da pesquisa

a) Título: **O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA: AVANÇOS E RETROCESSOS.**

b) Universidade/Departamento/Curso que está vinculada: Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA- Polo Santarém.

c) Pesquisador Responsável: Manoel Ednaldo Rodrigues

d) Local que disponibilizará o acesso às informações: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, na comunidade de várzea Centro do Aritapera.

3. Descrição dos Dados

Os dados serão coletados somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Oeste do Pará (CEP-UFOPA).

4. Objetivos:

Geral

Compreender a natureza do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em relação ao calendário regular, para atender estudantes que almejam verticalizar o conhecimento, considerando o processo de inclusão da educação como totalidade, no interior da Amazônia, frente às disputas de hegemonia e contra hegemonia dos projetos societários, tempos, espaços e sua influência nos processos educacionais.

Específicos:

- Caracterizar o ambiente da várzea, as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba e a escola municipal Santíssima Trindade, no município de Santarém-PA;

- Investigar as determinações normativas da SEMED/Santarém com relação ao calendário escolar diferenciado de várzea.
- Compreender as contradições, avanços e retrocessos do calendário escolar diferenciado praticado pela escola Municipal Santíssima Trindade e a relação da gestão escolar com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED).

5. Procedimentos para coleta de dados e período

Os participantes desta pesquisa irão colaborar com a coleta de dados respondendo a questionamentos relacionados ao Calendário Escolar Diferenciado nas comunidades de várzea da Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba (enquanto professor, pedagogo, gestor escolar, lideranças comunitárias, moradores das comunidades), e relacionados também ao modo de ser e viver das populações de várzea do município de Santarém, principalmente, no período da enchente em relação as atividades escolares. Para a maior autenticidade das respostas, e de modo a favorecer uma atmosfera descontraída, o diálogo do pesquisador com o participante deverá ser individual, ou seja, um participante de cada vez, de acordo com a disponibilidade de tempo e local indicados pelo participante. As conversas individuais com os participantes serão registradas por meio de gravação de voz (ou seja, com uso de gravador, porém, sem registros de imagens na ocasião da entrevista), exceto os moradores das três comunidades por ocasião da visita de casa em casa, quando será preenchido um questionário fechado (Roteiro de Entrevista em anexo) com seis perguntas. E as transcrições das conversas serão feitas posteriormente pelo pesquisador.

A pesquisa será realizada apenas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Seres Humanos e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, quando terão início os diálogos com lideranças, moradores e profissionais da educação que atuam diretamente na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, que se localiza na comunidade Centro do Aritapera para o alcance dos propósitos da investigação. Em nosso planejamento, esse momento está previsto para o segundo semestre do ano de 2023. Evidentemente que a entrevista será realizada somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE pelas pessoas que aceitarem colaborar voluntariamente com o estudo, em cumprimento ao estabelecido na Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Para a coleta de dados será realizada a pesquisa de campo, por meio de diversas visitas *in loco*, a fim de se fazer o reconhecimento das comunidades envolvidas na pesquisa: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, bem com a realidade educacional vivida; realização de gincana educacional-cultural, entrevistas com perguntas abertas e fechadas e outras observações. Os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo, identificados no estudo pela letra “E”, seguido por uma numeração: Exemplo – E1; E2; E3 e assim por diante.

De posse dos dados registrados e após a transcrição das entrevistas, as informações fornecidas pelos participantes da pesquisa serão analisadas sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, para a construção da tese que será submetida ao julgamento da banca examinadora, com previsão para o mês de fevereiro do ano de 2024.



Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado. Para dúvidas de aspecto ético, pode ser contactado o Comitê de Ética em

Pesquisa da UFOPA (CEP-UFOPA) por meio do e-mail institucional: cep@ufopa.edu.br.

6. Declaração dos pesquisadores

Os pesquisadores envolvidos no projeto se comprometem a manter toda a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA-UFOPA), bem como a privacidade e sigilo de seus conteúdos, como preconizam a Resolução n. 466/12, e suas complementares, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Declaramos entender que a integridade das informações e a garantia da confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas nos prontuários estão sob nossa total responsabilidade. Declaramos que os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, não serão repassados a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa. Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Devido à impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os sujeitos, assinaremos esse Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados, para a salvaguarda dos direitos dos participantes.

Santarém – Pará, 27 de julho de 2023.

Nome completo	RG	Assinatura
Manoel Ednaldo Rodrigues	1345798-SSP-PA	 Documento assinado digitalmente MANOEL EDNALDO RODRIGUES Data: 03/03/2024 10:11:13-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br
Anselmo Alencar Colares	3285703 - SSP-PA	 Documento assinado digitalmente ANSELMO ALENCAR COLARES Data: 03/03/2024 12:32:09-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br



7. Autorização da Instituição

Declaramos para os devidos fins, que cederemos aos pesquisadores apresentados neste termo, o acesso aos dados solicitados para serem utilizados nesta pesquisa. Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos da Resolução n. 466/12 e suas complementares, comprometendo-se o mesmo a utilizar os dados dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o pesquisador deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP-CONEP.

Santarém – Pará, 27 de julho de 2023.

Apêndice 19: Termo de compromisso de utilização de dados (TCUD)

1. Identificação dos membros do grupo de pesquisa que utilizarão os dados

Nome completo	RG	Assinatura
Manoel Ednaldo Rodrigues	1345798-SSP-PA	 Documento assinado digitalmente MANOEL EDNALDO RODRIGUES Data: 05/03/2024 10:11:13-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Anselmo Alencar Colares	3285703 - SSP-PA	 Documento assinado digitalmente ANSELMO ALENCAR COLARES Data: 03/03/2024 12:32:09-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

2. Identificação da pesquisa

a) Título: **O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA AVANÇOS E RETROCESSOS.**

b) Universidade/Departamento/Curso que está vinculada: Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA- Polo Santarém.

c) Pesquisador Responsável: Manoel Ednaldo Rodrigues

d) Local que disponibilizará o acesso às informações: Secretaria Municipal de Educação – SEMED - Santarém – Pará – (Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, na comunidade de várzea Centro do Aritapera).

3. Descrição dos Dados

Os dados serão coletados somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Oeste do Pará (CEP-UFOPA).

4. Objetivos:**Geral**

Compreender a natureza do calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em relação ao calendário regular, para atender estudantes que almejam verticalizar o conhecimento, considerando o processo de inclusão da educação como totalidade, no interior da Amazônia, frente às disputas de hegemonia e contra hegemônica dos projetos societários, tempos, espaços e sua influência nos processos educacionais.

Específicos:

- Caracterizar o ambiente da várzea, as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba e a escola municipal Santíssima Trindade, no município de Santarém-PA;

- Investigar as determinações normativas da SEMED/Santarém com relação ao calendário escolar diferenciado de várzea.
- Compreender as contradições, avanços e retrocessos do calendário escolar diferenciado praticado pela escola Municipal Santíssima Trindade e a relação da gestão escolar com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED).

5. Procedimentos para coleta de dados e período

Os participantes desta pesquisa irão colaborar com a coleta de dados respondendo a questionamentos relacionados ao Calendário Escolar Diferenciado nas comunidades de várzea da Enseada do Aritapera, Enseada do Aritapera e Carapanatuba (enquanto professor, pedagogo, gestor escolar, lideranças comunitárias, moradores das comunidades), e relacionados também ao modo de ser e viver das populações de várzea do município de Santarém, principalmente, no período da enchente em relação as atividades escolares. Para a maior autenticidade das respostas, e de modo a favorecer uma atmosfera descontraída, o diálogo do pesquisador com o participante deverá ser individual, ou seja, um participante de cada vez, de acordo com a disponibilidade de tempo e local indicados pelo participante. As conversas individuais com os participantes serão registradas por meio de gravação de voz (ou seja, com uso de gravador, porém, sem registros de imagens na ocasião da entrevista), exceto os moradores das três comunidades por ocasião da visita de casa em casa, quando será preenchido um questionário fechado (Roteiro de Entrevista em anexo) com seis perguntas. E as transcrições das conversas serão feitas posteriormente pelo pesquisador.

A pesquisa será realizada apenas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Seres Humanos e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, quando terão início os diálogos com lideranças, moradores e profissionais da educação que atuam diretamente na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade, que se localiza na comunidade Centro do Aritapera para o alcance dos propósitos da investigação. Em nosso planejamento, esse momento está previsto para o segundo semestre do ano de 2023. Evidentemente que a entrevista será realizada somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE pelas pessoas que aceitarem colaborar voluntariamente com o estudo, em cumprimento ao estabelecido na Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Para a coleta de dados será realizada a pesquisa de campo, por meio de diversas visitas *in loco*, a fim de se fazer o reconhecimento das comunidades envolvidas na pesquisa: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba, bem com a realidade educacional vivida; realização de gincana educacional-cultural, entrevistas com perguntas abertas e fechadas e outras observações. Os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo, identificados no estudo pela letra “E”, seguido por uma numeração: Exemplo – E1; E2; E3 e assim por diante.

De posse dos dados registrados e após a transcrição das entrevistas, as informações fornecidas pelos participantes da pesquisa serão analisadas sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, para a construção da tese que será submetida ao julgamento da banca examinadora, com previsão para o mês de fevereiro do ano de 2024.



Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado. Para dúvidas de aspecto ético, pode ser contactado o Comitê de Ética em

Pesquisa da UFOPA (CEP-UFOPA) por meio do e-mail institucional: cep@ufopa.edu.br.

6. Declaração dos pesquisadores

Os pesquisadores envolvidos no projeto se comprometem a manter toda a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA-UFOPA), bem como a privacidade e sigilo de seus conteúdos, como preconizam a Resolução n. 466/12, e suas complementares, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Declaramos entender que a integridade das informações e a garantia da confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas nos prontuários estão sob nossa total responsabilidade. Declaramos que os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, não serão repassados a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa. Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Devido à impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os sujeitos, assinaremos esse Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados, para a salvaguarda dos direitos dos participantes.

Santarém – Pará, 25 de julho de 2023.

Nome completo	RG	Assinatura
Manoel Ednaldo Rodrigues	1345798-SSP-PA	 Documento assinado digitalmente MANOEL EDNALDO RODRIGUES Data: 03/03/2024 10:11:13-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br
Anselmo Alencar Colares	3285703 - SSP-PA	 Documento assinado digitalmente ANSELMO ALENCAR COLARES Data: 03/03/2024 12:32:08-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br

7. Autorização da Instituição

Declaramos para os devidos fins, que cederemos aos pesquisadores apresentados neste termo, o acesso aos dados solicitados para serem utilizados nesta pesquisa. Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos da Resolução n. 466/12 e suas complementares, comprometendo-se o mesmo a utilizar os dados dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o pesquisador deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP-CONEP.

Santarém – Pará, 25 de julho de 2023.

MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA
 Secretária Municipal de Educação

Apendice 20 – Síntese da Roda de Conversa da Gincana

GINCANA EDUCACIONAL/CULTURAL

DATA: 05 de fevereiro de 2022.

LOCAL: Escola Municipal Santíssima Trindade.

Comunidade: Centro do Aritapera.

HORÁRIO: 8h às 12h30.

SÍNTESE DA RODA DE CONVERSA

O professor Anselmo Colares atuou como mediador da Roda de Conversa e começou dialogando com os convidados das equipes, que detêm grande conhecimento sobre os temas que envolvem as comunidades Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera e Carapanatuba.

Os participantes da Roda de Conversa serão identificados neste estudo, como Entrevistado (E), número de 1 em diante. O mediador perguntou o que viram ou ouviram falar sobre as casas da comunidade e o modelo que eram construídas, fazendo uma relação com o que se conhece em 2023.

E1, representante da equipe “Filhos da Terra” – “As casas eram construídas com ‘Tacanice’ (tacaça), ‘Taipa’ ou ‘Pau-a-pique’”. O modelo das casas de sua época de criança e juventude eram completamente diferentes do modelo atual. As casas da década de 1960/1970 não tinham assoalhos de madeira. Eram construídas com piso de barro-batido, com aproximadamente 50 centímetros de altura. As casas também não utilizavam madeira de lei e a cobertura era de palha, extraída na comunidade.

E1 - a mudança sobre a construção do modelo das casas iniciou por volta de 1960/1970 devido as sucessivas grandes enchentes, quando as casas passaram a ser construídas com assoalho de madeira acima da linha imaginária rio, com referência da enchente do inverno anterior.

E2 - equipe “Viajando no Tempo” - Destacou que a mudança na construção das casas no Aritapera ocorreu a partir de 1965 a 1970. Foi nesse período que as casas passaram a ser construídas com os assoalhos elevados em decorrência das grandes enchentes. A partir desse período as festas familiares passaram a ser realizadas nas casas construídas com assoalhos mais altos. As festas se tratava de pequenas comemorações feitas de preferência nessas casas com assoalho mais elevado onde as pessoas se sentiam mais seguras com relação ao elevado volume da água.

E2, destacou que as festas não eram realizadas com música eletrônica ou conjunto musical profissional. Os comunitários formavam pequenos grupo musicais improvisados, com instrumentos caseiros, além de violão, violino e até as músicas eram criadas, improvisadas na ora e outras em forma de paródias.

E2 - disse que a maior enchente registrada pelos moradores do Aritapera se deu em 1953, quando praticamente todas as casas da comunidade, mesmo aquelas construídas com assoalhos elevados tiveram que fazer marombas. Muitas marombas chegaram muito próximo da cumeeira das casas e as pessoas não conseguiam andar em pé. Só conseguiam se movimentar dentro de casa engatinhando.

Outra lembrança importante de E2, dá conta de que as atividades econômicas do Centro do Aritapera era um misto do plantio de culturas temporárias com o ciclo de seis meses entre o plantio, colheita e comercialização, coexistindo com pequenas criações de gado, que eram mantidos em marombas durante a cheia.

E2, “recordo que nesse período, para manter o gado na maromba, todos os dias muito cedo, por volta das três e meia da madrugada os moradores saiam de suas casas para colher capim para alimentar os animais”.

E2, recorda ainda que a partir de 1970 os criadores de gado do Aritapera passaram a alugar áreas da terra-firme para alocar o gado no período do inverno, devido as sucessivas enchentes grandes, com isso, não tiveram condições de manter

o gado na maromba. Lembrou que até nessa época ainda havia o plantio de Juta³⁰, fibra vegetal que durante muitos anos constituiu um dos ciclos econômicos da Amazônia.

O mediador da Roda de Conversa, professor Anselmo Colares destacou que essas informações precisam ser aprofundadas pelas novas gerações, em especial, pelos estudantes da comunidade. Destacou que sem esses depoimentos dos comunitários se teria a impressão de que as casas sempre tiveram esse modelo.

E1, falou sobre a escola do seu tempo. Trouxe uma revelação que poucos têm conhecimento. Segundo ele, quando iniciou seus estudos no Aritapera, com cerca de 10 anos de idade, não havia o caderno tradicional que se conhece nos dias de hoje. Para as crianças estudarem, os pais faziam caderno de papel almaço ou até mesmo de papel de embrulho (tipo de papel utilizado para embalar pequenas mercadorias).

E1, recordou que as aulas eram ministradas na casa das pessoas de maior referência na comunidade. “Na casa da Tia Branca; na casa do Tio José Maia e também a sombra das árvores serviam como local para se estudar, porque naquela época não havia prédio específico para o funcionamento de escola, como hoje se tem”.

E1, destacou que é importante todos saberem dessa história, pois os antigos priorizavam muito pelo respeito, pelos valores e os bons costumes das relações sociais entre pais e filhos com as pessoas da comunidade. Até 10 anos de idade todas as crianças eram obrigadas a tomar a bênção dos mais velhos e não importa quantos velhos tinham, as crianças tinham que pedir a bênção de todos.

E1, destacou que em sua época de adolescência e juventude havia muitas dificuldades, mas também recorda das coisas boas que faziam parte da vida da comunidade. “Eu me orgulho em dizer que ainda morei em casa de chão com meus pais e avós. A gente sofreu muito, mas com coragem de lutar, mesmo sem os

³⁰ A juta é uma fibra vegetal natural, obtida a partir do caule da planta *Corchorus capsularis* e *Corchorus olitorius*, pertencentes à família das Malvaceae. É uma planta herbácea que cresce em regiões tropicais e subtropicais, como Índia, Bangladesh, China e Brasil. A juta é amplamente utilizada na indústria têxtil devido às suas propriedades versáteis e sustentáveis. (<https://resumos.soescola.com/glossario/juta-o-que-e-significado/>)

programas sociais de hoje, como o Bolsa-Família, o Seguro Defeso, entre outras ajudas. No entanto, uma das coisas boas que se tinha naquele tempo e que ajuda a todos a viver muito bem era o respeito pelos mais velhos e a união em torno da comunidade, que se manifestava na bênção e de outros episódios como a lavagem da juta e o trabalho duro com a criação de gado que ainda era criado em cima da maromba, expondo os criadores a acidentes provocados pelo gado. Eram coisas ruins, mas hoje temos saudade daquele tempo”.

E2, eu fiquei surpreso, pois pensava que o C3 tinha estudado naquela escola coberta de Zinco. Dizer a vocês que passamos anos e anos, pelas circunstâncias das distâncias se conseguiu uma escolinha para atender as crianças de Carapanatuba. Antes dessa conquista, os alunos das casas mais distantes da comunidade chegavam à escola caminhando, andando a pé. Hoje, no entanto, podem falar o que quiserem deste ou daquele governo, mas as crianças de hoje têm o privilégio de vir à escola e retornar todos os dias em um barco mantido pelo governo, o que jamais aconteceu com os estudantes das gerações do passado.

E1, disse que a escolinha do Carapanatuba sempre existiu, mesmo que outras atividades religiosas e sociais se realizassem no Centro do Aritapera, mas a educação básica das crianças sempre se deu em Carapanatuba. Em 1971, a secretária de Educação de Santarém era a professora Terezinha Sussuarana e foi quem orientou para que a comunidade denominasse a escola com o nome de São Sebastião.

Síntese Histórica na Roda de Conversa

A respeito da formação e criação das comunidades, o povo tinha como única e exclusiva dedicação em relação a trabalhos, eventos religiosos e culturais ao que hoje é chamado de Centro do Aritapera. As comunidades vizinhas, reuniam-se em um único lugar para promover celebrações, principalmente. Porém, vale aqui ressaltar e informar que na comunidade de Carapanatuba sempre existiu moradores, escola e clube de futebol, mas as famílias participavam das celebrações litúrgicas e dos sacramentos na igreja Santíssima Trindade.

O nome Carapanatuba, deu-se em homenagem a um canal que existia na comunidade. A partir de 1968, em uma visita a comunidade de Aritapera, o Bispo de

Santarém, Dom Thiago Rayan entendeu que a comunidade era extensa demais, com bastante moradores e ordenou que deveria se formar um subnúcleo, para que assim as pessoas idosas tivessem oportunidade de participar das atividades religiosas.

Em 1969, uma equipe formada por Frei Luís, Irmã Josefa, Calandrinho e mais uma secretária, os quais passaram três dias visitando o local com o intuito de a partir daquele momento formar uma nova comunidade, objetivo que foi alcançado, porém, as celebrações ainda continuavam sendo realizadas na casa das famílias.

Entre 1964 e 1976, a então comunidade (Carapanatuba) conseguiu um terreno para construir um barracão, onde a escola passou funcionar, uma vez que ela, a escola, funcionava na sede do clube. Em 1984 o prefeito da época mandou construir um novo espaço para o funcionamento da escola. No ano de 1988 o prédio da escola antiga, um barracão, foi demolido para construir a igreja, concluída em 1990. No dia 13 de novembro do mesmo ano celebrou-se o Sacramento do Crisma com diversos jovens do lugar e das comunidades vizinhas. Esta celebração foi presidida pelo Bispo de Santarém, Dom Lino Vombommel.

Em 5 de dezembro do mesmo ano, a imagem de Santa Luzia foi recebida por uma procissão luminosa. A imagem foi doada por uma senhora de nome Joana Bentes, na presença do Padre Gonzaga. E todos os anos a partir daquela data, passou-se a Celebrar as festividades de Santa Luzia no dia 13 de dezembro.

No período entre 1935 e 1959, deu-se início ao processo de ensino-aprendizagem por Maria Lemos, professora contratada pelo governo do estado, para lecionar na casa dela e atender as crianças da comunidade. Em 1970, a professora Leonor começou a dar aulas na comunidade Carapanatuba, mas em 1971 as aulas foram suspensas. Em 1972, a professora Lélia Almeida Maduro passou a lecionar, devido à ausência de professores na comunidade, visando atender as crianças em idade escolar.

Nesse intervalo de tempo, alguns nomes foram dados a escola, tais como: Getúlio Vargas e Sagrado Coração de Jesus; Vez e outra as aulas eram ministradas em casa de quem detinha maior conhecimento e as professoras recebiam o pagamento dos pais dos alunos. Em 1972, a escola ainda funcionava em um barracão, porém ficou registrada como Escola São Sebastião; em 1982, a professora Leonor voltou a lecionar permanecendo na função até 1990, quando foi substituída por Natalina Arlete Sousa da Silva, que em 2023, ocupava a função de secretária da Escola Santíssima Trindade.

Em janeiro de 1990, com a aposentadoria da professora Lélia Maduro foi substituída pela professora Silviaelane Castro da Silva, filha da comunidade e que trabalhou na escola até a suspensão das atividades escolares, em abril de 2018, mas os alunos foram absorvidos pela Escola Polo Santíssima Trindade. Na escola São Sebastião as séries sempre funcionaram com classes multisseriadas com apenas um professor para fazer o atendimento dos alunos.

Em 2023, alunos e professores estudam e chegam até a escola Santíssima Trindade de lancha ou por meio de uma embarcação contratada pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), para conduzir os alunos. Além desse registro sobre a escola de Carapanatuba, houve diversos movimentos na comunidade, a exemplo da organização do clube de mães, uma associação que reunia muitas mulheres para promover eventos e brincadeiras em datas comemorativas.

Entre a década de 1980 e 1990 também se formou alguns grupos de jovens, bem como o movimento jovem de Santa Luzia (MOJOSLUZ), que reunia grande quantidade de jovens, mas com o tempo, enfraqueceu devido os jovens participantes se ausentarem da comunidade em busca de estudo e trabalho. Outro registro importante, relatado por comunitários é que antigamente em Carapanatuba se cultivava laranja, cana-de-açúcar e Cacau. Assim como a juta, vegetal que na década de 1940, tornou-se a principal fonte de renda dos moradores.

Dentre alguns aspectos voltados para a parte social, pode-se afirmar que o primeiro clube de futebol do Aritapera foi o “15 de novembro”, fundado pela família Martins. Os atletas mais novos decidiram fundar outro clube para praticar o futebol, pois a comunidade era bastante populosa e acabava dificultando o treino da Juventude em detrimento aos mais velhos, dando origem ao Bonsucesso, novo time fundado em 1968. Na década de 1980, surgiu o Sport Club Internacional; em 1985, o Esporte Clube Botafogo, que possuía um grande número de sócios. O clube ainda se encontra em atividade

Em 2023, a comunidade é constituída por 42 famílias, em sua maioria adultos e idosos. A fonte renda da comunidade se sustenta na pesca artesanal, aposentadoria e serviço público. A renda familiar das pessoas ainda tem base no cultivo de plantações de ciclos curtos, pequenas criações e o artesanato de cuias (ASARISAN), devido ao grande fenômeno das terras caídas que nos últimos três anos (2020 a 2023) tem se destacado negativamente impactando a renda e a moradia das famílias de Carapanatuba.

A energia elétrica utilizada pelos moradores da comunidade, grande maioria é própria, por meio de placas solares. O principal meio de comunicação dos carapanatubenses é via aparelho celular, além do razoável uso de internet e TV com sinal digital. Registraram ainda que antigamente os moradores andavam a pé, hoje 90% da população faz uso de rabetas para se deslocarem até outras comunidades. Para chegar até a cidade viajam nos barcos linha, considerados seguros e confortáveis.

Em relação à saúde, a comunidade conta com um Agente Comunitário de Saúde (ACS), mas os casos mais avançados de doença são atendidos na Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada na comunidade Centro de Aritapera, que possui técnicos, agentes, enfermeira e outros funcionários que ajudam para que todos tenham atendimento de qualidade.

Apêndice 21 – Ata; resolução e letra do hino da Escola Santíssima Trindade

HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE

(Comunidade: Centro do Aritapera)

Canto e Piano



Letra: ***Ednaldo Rodrigues***
(Santarém-PA, 18 de fevereiro de 2023)
Música: ***Vicente José Malheiros da Fonseca***
(Belém-PA, 20 de fevereiro de 2023)

Ata da assembleia Geral do Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino fundamental Santíssima Trindade referente aos hinos da referida escola, situada na comunidade Centro do Aritapera, Região de Várzea, em Santarém-Pará.

Aos dez dias do mês de março, do ano de dois e mil e vinte e três, reuniu-se a comunidade escolar, formada por professores, funcionários, alunos maiores e pais de alunos residentes na comunidade a que pertencem a Escola Municipal de educação Infantil e Ensino fundamental Santíssima Trindade, para deliberar sobre a oficialização dos hinos da referida escola. A gestora da escola, professora Silvielane Castro da Silva apresentou dois hinos: o primeiro com letra e música do senhor Raimundo Andrade, conhecido da comunidade, inspirado em poesias feitas por alunos como atividades em sala de aula e no histórico da Escola. O hino foi doado pelo autor, que também concedeu autonomia à direção da Escola Santíssima Trindade para fazer possíveis adaptações que julgasse necessário; o segundo hino, letra do pesquisador Manoel Ednaldo Rodrigues e música do renomado maestro Vicente José Malheiros da Fonseca. A letra do segundo hino foi elaborada a partir das observações e constatações durante a pesquisa de campo, na comunidade Centro do Aritapera, no período de 2021-2023, no mesmo percurso dos estudos de doutoramento do autor, pelo programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, vinculado ao Projeto Várzea-HISTED-BR-UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), sob a liderança e orientação do Professor, doutor, Anselmo Alencar Colares. Momento seguinte, os dois hinos foram aprovados pela comunidade escolar, sendo que o primeiro será o HINO FESTIVO da escola e o segundo, o HINO OFICIAL da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade. Uma vez a pauta esgotada, nada mais havendo a tratar, a presidente do Conselho Escolar, professora Silvielane Castro da Silva encerrou a reunião e, para constar nos anais da Escola Municipal Santíssima Trindade, eu, **Natalina Arlete Sousa da Silva** lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e por quem de direito.

Natalina Arlete Sousa da Silva

LISTA DA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SANTÍSSIMA TRINDADE REFERENTE AOS HINOS DA REFERIDA ESCOLA, SITUADA NA COMUNIDADE CENTRO DO ARITAPERÁ, REGIÃO DE VÁRZEA, EM SANTARÉM PARÁ.

- 1- Sauciano Francisco Pereira
- 2- Valcileide caldeira costa
- 3- Jaime Aguiar Almeida
- 4- Odete Rigo Corica
- 5- Maria Elizandra Patrícia Fritosa
- 6- Cristiane Campos Rigo
- 7- Maria Paímunda Silva (Rosário)
- 8- Andressa Pereira Pinto
- 9- Eliziana Rigo Almeida
- 10- Simara Pereira Rigo
- 11- Ana Maria Rigo Oliveira
- 12- Ednelson Bentes Pereira
- 13- Ana Lucia Pereira Vinhal
- 14- Helena Carvalho dos Santos
- 15- Paulo Adriano Sousa
- 16- Eliziana Silva Santos
- 17- Socorro Lamasina de Sousa
- 18- Geisica Maria da Silva Lourenço
- 19- Elivon Sousa de Almeida
- 20- Adelane Ferreira Aguiar
- 21- Miriam Patrícia de Sousa Pereira
- 22- Daniel Sousa Rigo
- 23- Maria de Nazarene Rocha Carneiro



RESOLUÇÃO Nº 001/2023.

Oficializa o "**HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE - COMUNIDADE: CENTRO DO ARITAPERA**", Município de Santarém (PA), com letra do Professor, Poeta e Jornalista Manoel Ednaldo Rodrigues, e música de autoria do Desembargador do Trabalho, aposentado, e Compositor Vicente José Malheiros da Fonseca.

A Diretoria e a Presidência do Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santíssima Trindade - Vila do Aritapera - Centro; a Presidência da Associação de Moradores da Comunidade Centro do Aritapera, Município de Santarém (PA); e o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), representado pelo Líder, no uso de suas atribuições normativas;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica oficializado o "**HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE - COMUNIDADE: CENTRO DO ARITAPERA**", Município de Santarém (PA), com letra do Professor, Poeta e Jornalista Manoel Ednaldo Rodrigues, e música de autoria do Desembargador do Trabalho, aposentado, e Compositor Vicente José Malheiros da Fonseca, Membros Vitalícios da Academia de Letras e Artes de Santarém (ALAS).

Art. 2º O "**HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE - COMUNIDADE: CENTRO DO ARITAPERA**", Município de Santarém (PA), será executado, sempre que possível, nas sessões solenes e cerimônias oficiais da entidade.

Art. 3º. A letra e as partituras musicais do "**HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE - COMUNIDADE: CENTRO DO ARITAPERA**", Município de Santarém (PA), constam dos anexos desta Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Vila do Aritapera, Município de Santarém (PA), 15 de abril de 2023.

SILVIELANE CASTRO DA SILVA. 
Diretora da Escola Santíssima Trindade e Presidente do Conselho Escolar


EDEVALDO CORRÊA MORAIS
Associação de Moradores da Comunidade Centro do Aritapera


ANSELMO ALENCAR COLARES
Doutor em Educação e Professor Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE*

(Comunidade: Centro do Aritapera)**

Letra: Prof. Ednaldo Rodrigues

(Santarém-PA, 18 de fevereiro de 2023)

Música: Vicente José Malheiros da Fonseca

(Belém-PA, 20 de fevereiro de 2023)

I

Escola Santíssima Trindade
Herança dos nossos ancestrais
No Centro do Aritapera
Com amor, educação aqui se faz.

Refrão

Em nome do Pai e do Filho,
Do Espírito Santo, amém.
Escola Santíssima Trindade
Nossa vida, o saber e o bem.

II

Aprendemos a ler e a escrever
Somar, dividir e multiplicar saber
Espalhar a paz, o amor e o bem
Aqui aprendermos a aprender.

III

A nossa educação é exemplar
O respeito sempre vem à frente
Esse é nosso lugar, nosso lar
A comunidade e o meio ambiente.

IV

Aqui e agora, estudar é o lema
Sobre o rio e sob o firmamento
Todo dia, com amor e alegria
Aqui se busca o conhecimento.

V

Escola Santíssima Trindade
Frutos inteligentes e fecundos
Aprendemos a lição da vida
Para ensinar a todo mundo.

* Escola Municipal de Ensino Fundamental Santíssima Trindade - Vila do Aritapera - Centro - Várzea (Santarém, Estado do Pará). Pequenos ajustes foram feitos no texto poético pelo compositor da música, a fim de melhor adaptar ao fraseado e à prosódia musical.

** Os autores do Hino são Membros Vitalícios da Academia de Letras e Artes de Santarém: Manoel Ednaldo Rodrigues (Cadeira nº 30 - Patrono: Paulo Rodrigues dos Santos); e Vicente José Malheiros da Fonseca (Cadeira nº 39 - Patrono: Wilmar Dias da Fonseca).

Canto e Piano.

Cantores: Júlio César Antunes e Jéssica Santos.

Piano digital (execução simulada por computador, a partir do arranjo para acompanhamento pianístico elaborado pelo compositor Vicente José Malheiros da Fonseca, a cargo do técnico de estúdio de gravação Wallace Bentes).

Ouçá a música:

https://soundcloud.com/vicente-malheiros-da-fonseca/hino-da-escola-santissima-trindade-vicente-fonseca-ednaldo-rodrigues_canto-e-piano-gravacao

Apêndice 22 – Roteiro das entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA E SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

PESQUISA DE CAMPO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História e Sociedade e Educação No Brasil - HISTEBR, da Universidade Federal do Oeste do Pará, desenvolve investigações que tenham por objetivo o estudo de problemas e temas relacionados à história da política educacional brasileira, e seus desdobramentos na formação de professores, de pesquisadores, a respeito das instituições escolares. Entre os estudos atuais, destaca-se a pesquisa de doutorado sobre o **Calendário Diferenciado de Várzea** no município de Santarém, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Polo UFOPA, realizado pelo **doutorando Manoel Ednaldo Rodrigues**, sob a orientação do **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** - Líder do Grupo Histedbr/Ufopa.

ASSUNTO: CALENDÁRIO DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA.
ENTREVISTADO 1

Ex-assessor educacional da região de Várzea.

QUESTIONÁRIO

1. Explique o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea?
2. Qual a legislação que normatiza o calendário diferenciado de várzea?
3. Quais os eventos pontuais que determinam o calendário diferenciado?
4. Em relação aos professores temporários, como poderiam participar da capacitação e formação continuada depois que a Semed encerrava seus contratos?
5. Havia reclamações sobre o calendário diferenciado de várzea na sua época como o gestor da Semed para região de rios?
6. Passados 17 anos, se fosse convidado pela Semed para gerir a educação nas comunidades de várzea, manteria o calendário diferenciado ou discutir uma nova proposta?
7. Fazendo um paralelo com a educação praticada na cidade e na várzea, há diferença?
8. Professor, como a senhor define o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea?

MANOEL EDNALDO RODRIGUES



Documento assinado digitalmente

MANOEL EDNALDO RODRIGUES

Data: 06/03/2024 10:11:13-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA E SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

PESQUISA DE CAMPO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História e Sociedade e Educação No Brasil - HISTEBR, da Universidade Federal do Oeste do Pará, desenvolve investigações que tenham por objetivo o estudo de problemas e temas relacionados à história da política educacional brasileira, e seus desdobramentos na formação de professores, de pesquisadores, a respeito das instituições escolares. Entre os estudos atuais, destaca-se a pesquisa de doutorado sobre **“O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocessos”**, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Polo UFOPA, realizado pelo **doutorando Manoel Ednaldo Rodrigues**, sob a orientação do **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** - Líder do Grupo Histedbr/Ufopa.

ASSUNTO: CALENDÁRIO DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA.
ENTREVISTADA 2

QUESTIONÁRIO

1. Como se estabelece a relação da SEMED com a gestão das escolas de várzea durante o ano letivo?
2. Além da Assessoria de Rios, há outros setores da SEMED que se relacionam com as escolas de várzea? Quais?
3. Quais as orientações da SEMED com relação a participação das escolas de várzea nos exames de avaliação nacional?
4. Há alguma política pública específica destinadas às escolas da várzea?
5. Qual a sua avaliação (avaliação da SEMED) sobre o calendário diferenciado para escolas de várzea?
6. A SEMED dispõe de algum estudo sobre o calendário diferenciado de várzea?
7. As escolas da várzea contam com o pleno funcionamento do kit internet?
8. Como funciona o kit internet nas escolas de várzea?
9. Quais os desafios para o funcionamento do kit internet, considerando que a maioria das comunidades de várzea não dispõe de energia firme?
10. Quais os desafios e os limites do ensino remoto nas escolas de várzea, considerando, inclusive, o período da pandemia da Covid-19?
11. Com base na sua experiência educacional, quais os avanços mais significativos nos últimos anos em se tratando da educação da várzea?

MANOEL EDNALDO RODRIGUES



Documento assinado digitalmente
MANOEL EDNALDO RODRIGUES
Data: 05/03/2024 10:11:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA E SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

PESQUISA DE CAMPO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História e Sociedade e Educação No Brasil - HISTEBR, da Universidade Federal do Oeste do Pará, desenvolve investigações que tenham por objetivo o estudo de problemas e temas relacionados à história da política educacional brasileira, e seus desdobramentos na formação de professores, de pesquisadores, a respeito das instituições escolares. Entre os estudos atuais, destaca-se a pesquisa de doutorado sobre o **Calendário Diferenciado de Várzea** no município de Santarém, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Polo UFOPA, realizado pelo **doutorando Manoel Ednaldo Rodrigues**, sob a orientação do **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** - Líder do Grupo Histedbr/Ufopa.

ASSUNTO: CALENDÁRIO DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA.

ENTREVISTADA 3

Assessora educacional para região de Várzea (2023).

QUESTIONÁRIO

I - Educação

1. Como define o calendário escolar diferenciado para escolas de Várzea?
2. A Semed dispõe de alguma legislação municipal que orienta calendário de várzea?
3. Quais as justificativas que determinam o calendário diferenciado e o torna diferente da cidade e do planalto?
4. Por quê o ano letivo da cidade e do planalto é realizado em doze meses e da várzea são apenas nove meses?
5. Durante três meses a Semed encerra o contrato dos professores da várzea e como podem participar da formação continuada?
6. Quais as reclamações mais frequentes sobre o calendário diferenciado de várzea?
7. Ao comparar a educação praticada na cidade com a várzea, há diferença? Se há, quais são essas diferenças?
8. Para os dias hoje, o calendário diferenciado de várzea se justifica?
9. Você tem alguma proposta diferente para o funcionamento das escolas da várzea?

II - Logística

1. Quantas lanchas do programa “Caminho da Escola” constituem a frota da Semed?
2. Quantas lanchas estão em atividade para atender as escolas de várzea?
3. O serviço de condução dos alunos à escola iniciou em que ano, em Santarém?
4. A Semed teririza o serviço de condução dos alunos?
5. Para atender os alunos de rios e da várzea são necessárias quantas rotas?
6. Quantas lanchas e embarcações atendem aos alunos da várzea?
7. Quantas lanchas e embarcações atendem aos alunos de rios?
8. Qual o período de circulação das embarcações nas áreas de várzea?
9. Qual o período de circulação das embarcações nas áreas de rios?

MANOEL EDNALDO RODRIGUES



Documento assinado digitalmente

MANOEL EDNALDO RODRIGUES

Data: 05/03/2024 10:11:13-0310

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA E SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

PESQUISA DE CAMPO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História e Sociedade e Educação No Brasil - HISTEBR, da Universidade Federal do Oeste do Pará, desenvolve investigações que tenham por objetivo o estudo de problemas e temas relacionados à história da política educacional brasileira, e seus desdobramentos na formação de professores, de pesquisadores, a respeito das instituições escolares. Entre os estudos atuais, destaca-se a pesquisa de doutorado sobre **“O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocessos”**, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Polo UFOPA, realizado pelo **doutorando Manoel Ednaldo Rodrigues**, sob a orientação do **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** - Líder do Grupo Histedbr/Ufopa.

ASSUNTO: CALENDÁRIO DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PARÁ.

ENTREVISTADA 4

Gestor educacional de escola de Várzea - (2022).

QUESTIONÁRIO

1. Como define o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea?
2. Qual é a legislação que normatiza o calendário diferenciado da várzea?
3. Quais os eventos pontuais que determinam o calendário diferenciado?
4. Quando a Semed encerra o contrato dos professores temporários eles ficam descapitalizados, como participar da capacitação, da formação continuada?
5. Na condição gestor escolar é favorável ao Calendário Diferenciado da várzea?
6. Na condição de gestor, quais os currículos escolares da literatura educacional o senhor tem conhecimento?
7. Qual o currículo escolar o corpo docente da Escola Santíssima Trindade adotou entre 2020 e 2023?
8. Quais os desafios para implementar o currículo escolar na várzea tendo em vista divergir do calendário regular?
9. Quais os principais desafios para implementar o calendário escolar nas escolas de várzea?

MANOEL EDNALDO RODRIGUES



Documento assinado digitalmente

MANOEL EDNALDO RODRIGUES

Data: 05/03/2024 10:11:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA E SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

PESQUISA DE CAMPO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História e Sociedade e Educação No Brasil - HISTEBR, da Universidade Federal do Oeste do Pará, desenvolve investigações que tenham por objetivo o estudo de problemas e temas relacionados à história da política educacional brasileira, e seus desdobramentos na formação de professores, de pesquisadores, a respeito das instituições escolares. Entre os estudos atuais, destaca-se a pesquisa de doutorado sobre **“O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocessos”**, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Polo UFOPA, realizado pelo **doutorando Manoel Ednaldo Rodrigues**, sob a orientação do **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** - Líder do Grupo Histedbr/Ufopa.

ASSUNTO: CALENDÁRIO DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA.

ENTREVISTADA 5

Ex-assessora educacional da região de Várzea.

QUESTIONÁRIO

PS2: Nome completo, formação, cargos que ocupou na educação municipal, em que período?

1. Mencione os nomes do prefeito e do secretário (a) de educação municipal, no período que trabalhou na Semed, em Santarém?
2. O que se discutia sobre o calendário diferenciado de várzea?
3. O que a senhora recorda sobre a educação na várzea, quando atuou na SEMED, em Santarém, na década de 1980?
4. Como surgiu a proposta de implementação do calendário diferenciado de várzea?
5. Como funcionavam as aulas na várzea antes da implantação do calendário diferenciado?
6. Com a implantação do calendário de várzea o currículo escolar modificou ou era o mesmo da cidade?
7. Na época, quais as principais justificativas para a implantação do calendário diferenciado para escolas de várzea?
8. A senhora lembra de quantos dias letivos constituía o ano escolar da várzea?
9. A senhora poderia descrever em detalhes como eram os prédios escolares da várzea, na década de 1980?
10. Antes do calendário diferenciado de várzea em que mês iniciavam e concluíam as aulas na várzea?

11. A senhora recorda o nome da primeira comunidade onde o calendário diferenciado de várzea foi implantado?

12. A proposta do calendário diferenciado de várzea foi uma reivindicação das comunidades de várzea, da Semed ou da classe política?

13. A senhora tem conhecimento sobre alguma região do Brasil de escolas que adotam o calendário escolar diferenciado?

14. Para os dias hoje, o calendário diferenciado de várzea ainda se justifica? Se sim ou se não, o que a senhora pensa sobre esse assunto?

15. A senhora tem alguma proposta diferente do calendário diferenciado para o funcionamento das escolas da várzea?

MANOEL EDNALDO RODRIGUES



Documento assinado digitalmente

MANOEL EDNALDO RODRIGUES

Data: 05/03/2024 10:11:13-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA E SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

PESQUISA DE CAMPO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História e Sociedade e Educação No Brasil - HISTEBR, da Universidade Federal do Oeste do Pará, desenvolve investigações que tenham por objetivo o estudo de problemas e temas relacionados à história da política educacional brasileira, e seus desdobramentos na formação de professores, de pesquisadores, a respeito das instituições escolares. Entre os estudos atuais, destaca-se a pesquisa de doutorado sobre **“O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocessos”**, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Polo UFOPA, realizado pelo **doutorando Manoel Ednaldo Rodrigues**, sob a orientação do **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** - Líder do Grupo Histedbr/Ufopa.

ASSUNTO: CALENDÁRIO DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA.

ENTREVISTADA 6

Ex-assessora educacional da região de Várzea.

QUESTIONÁRIO

PS2: Nome completo, formação, cargos que ocupou na educação municipal, em que período?

1. Como a senhora define o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea?
2. Qual a legislação que normatiza o Calendário Diferenciado da Várzea? Além da Semed há outro órgão que recomenda esse calendário?
3. Quais os eventos ou fenômenos que determinam o calendário diferenciado e que o torna diferente da cidade e do planalto?
4. O ano letivo do calendário diferenciado são nove meses. Durante três meses a Semed encerra o contrato dos professores, como eles podem participar da formação continuada?
5. Na sua época, como assessora da região de rios havia reclamações sobre o calendário diferenciado de várzea?
6. Quais as reclamações mais frequentes?
7. Passados 20 anos, se fosse convidada a assessorar a educação na várzea, manteria calendário diferenciado ou aceitaria discutir alguma mudança?
8. Ao comparar a educação praticada na cidade com a várzea, há diferença? Quais?

MANOEL EDNALDO RODRIGUES



Documento assinado digitalmente

MANOEL EDNALDO RODRIGUES

Data: 05/05/2024 10:11:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA E SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

PESQUISA DE CAMPO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História e Sociedade e Educação No Brasil - HISTEBR, da Universidade Federal do Oeste do Pará, desenvolve investigações que tenham por objetivo o estudo de problemas e temas relacionados à história da política educacional brasileira, e seus desdobramentos na formação de professores, de pesquisadores, a respeito das instituições escolares. Entre os estudos atuais, destaca-se a pesquisa de doutorado sobre **“O calendário escolar diferenciado para escolas de várzea em Santarém-PA: avanços e retrocessos”**, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia, Polo UFOPA, realizado pelo **doutorando Manoel Ednaldo Rodrigues**, sob a orientação do **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** - Líder do Grupo Histedbr/Ufopa.

ASSUNTO: CALENDÁRIO DIFERENCIADO PARA ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA.

ENTREVISTADA 7

Gestora escolar – Escola de Várzea.

QUESTIONÁRIO

PS2: Nome completo, formação, cargos que ocupa na educação municipal, em que período?

1. Como a senhora define o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea?
2. A respeito da gestão do calendário diferenciado de várzea, como é praticado na escola Santíssima Trindade?
3. Como o calendário diferenciado dialoga com os novos fenômenos que estão ocorrendo nas várzeas da Amazônia?
4. O ano letivo da várzea são nove meses. Durante três a Semed encerra o contrato dos professores, como eles podem participar da formação continuada?
5. Qual a maior preocupação da gestão escolar, volta-se a enchente ou a estiagem?
6. É possível fazer comparação sobre a educação praticada na cidade com a várzea? Há diferença? Quais?
7. Quais eventos ou fenômenos determinam o calendário diferenciado de várzea e que o torna diferente da cidade e do planalto?
8. Na condição gestora escolar é favorável a manutenção do calendário diferenciado de várzea?
9. Quais os currículos escolares da literatura educacional a senhora tem conhecimento e quais são adotados pela Escola Santíssima Trindade?

MANOEL EDNALDO RODRIGUES



Documento assinado digitalmente

MANOEL EDNALDO RODRIGUES

Data: 05/03/2024 16:11:13 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Apêndice 23 – Poema VÁRZEA EM VERSOS (Ednaldo Rodrigues)

Poemas em redes, em anzóis pescados, capturados, forjados em métricas, em rimas ou arbitrários em versos livres.

Embebido de palavras, poemas em cardumes, piracema de inspiração, paisagens sem igual, onde rio e céu são ruas, miragem singular, fenomenal.

O sopro do vento, momento único, o calor do sol, o luar, o frio da madrugada, lugar antagônico, as várzeas de um Brasil paradoxo, não hegemônico.

Um ambiente cheio de gente, homens, mulheres, velhos, jovens e crianças. Gente boa e acolhedora, gentil, de esperança, de fé e trabalhadora. Resiliente ao vai e vem das águas, diante as perdas consideradas normais, eterno recomeço inverno e verão, fenômenos naturais.

Em segundos, cardumes de palavras, de ideias fluindo como água, rio abaixo, rio acima e mais a frente céu e rio, ambos se confundem, transformando-se num caudaloso rio de poemas, de contemplação, convertendo-se em um estado elevado de espírito.

Poemas, em redes, em anzóis pescados das profundezas dos rios, da imensidão dos céus, dos verdes das matas, do canto dos pássaros, da sinfonia dos grilos e das sapos seresteiros em noite de luar, entrelaçados, soprados pela brisa, ou arrebatados pelo vento forte, despertando inspiração e sonhos, refletidos do Leste e Oeste, do Sul e Norte.

Poemas vêm de todo lugar por atacado, a varejo, embalados e avulsos. Piracema de poemas de todos os tamanhos, espécies, peso e categoria.

Uma pescaria permitida, não agride, nem afeta, não mata, nem desmata. Pescaria sem arrastão, sem transgressão as leis de proteção das espécies em extinção.

Uma pescaria inocente, simplesmente literária, poética, cuja pretensão é a captura do poema, da inspiração, da poesia. Pescaria que acalenta os corações tribulados, aflitos, maltratados pelos predadores da natureza, do pescado e do homem de tantos lugares.

Pescaria da pavulagem, da prosa, do verso, do enredo, do segredo revelado das entranhas das águas, das matas, das ilhas, do Igapó, dos mitos, das lendas e dos medos.

Expostos ao tempo, o tempo todo, em campo aberto, infinitos rios, livres a disposição de quaisquer pescador de poemas. Basta com sabedoria, interpretar a polifonia, a complexidade das vozes veladas desse mundo imerso, submerso pelas estações.

Os segredos e os mistérios das várzeas de cada ser, da Amazônia e do mundo, as belezas sem igual, lindas, diversas, admiradas, cobiçadas, exploradas, violadas e maltratadas por um pseudo progresso anunciado e jamais materializado aos homens e as mulheres da várzea.

Anexo 1: Parecer aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa - CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA: avanços e retrocessos.

Pesquisador: Manoel Ednaldo Rodrigues

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70480823.3.0000.0171

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO AMAZONIA PARAENSE DE AMPARO A PESQUISA - FAPESPA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.260.843

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa está vinculado ao doutorado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), polo da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), sendo financiado pela agência de fomento, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Este projeto de tese resulta da problematização sobre a educação no campo, na Amazônia, mas particularmente sobre escolas de várzea com o objetivo geral de analisar o calendário escolar diferenciado frente às disputas de hegemonia e contra hegemonia. Este calendário resulta de medidas legais, amparadas pela legislação brasileira, com base na Lei Federal no 5.692, de 11 de agosto de 1971, quando o Ministério da Educação do Brasil flexibilizou a legislação, para possíveis adaptações nos estados e municípios brasileiros. Passado meio século da instituição do calendário, no município de Santarém-Pará, percebe-se que as justificativas de outrora já não se sustentam completamente, pois os precários prédios escolares da época, desde 1998, cederam espaço para construções de escolas no modelo "padrão mínimo de qualidade", com assoalhos elevados, superando as enchentes durante o inverno. Neste sentido, este estudo pode sugerir apontamentos visando à efetivação de uma política pública de Estado, específica para atender as singularidades das escolas das várzeas do Brasil, a ser implementada pelo governo federal, em consonância com Estados e Municípios. Palavras-chave: Educação. Amazônia. Várzea. Calendário escolar. Nesse, sentido, trata-se de pesquisa na grande área das Ciências Humanas e Sociais. A coleta de dados ainda não foi iniciada conforme atesta a declaração de não iniciação da

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Retona, Sala nº 53

Bairro: Salé **CEP:** 68.040-255

UF: PA **Município:** SANTAREM

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 8.260.843

pesquisa em anexo.

TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo, com o inciso XXXVII, da Resolução nº 674, de 06 de maio de 2022, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o termo "Tipificação da pesquisa" compreende o processo pelo qual se define o tipo da pesquisa, baseando-se no delineamento do estudo e nos procedimentos da pesquisa.

Quanto ao delineamento do estudo o protocolo de pesquisa submetido a este Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFopa), trata-se de estudo que visa descrever ou compreender fenômenos que aconteceram ou acontecem no cotidiano do participante de pesquisa. O Procedimento da pesquisa não implica em intervenção no corpo humano, portanto, classifica-se em Pesquisa Tipo A3 (Entrevistas, aplicação de questionários, grupo focal ou outras formas de coleta dirigida de dados). Quanto aos fatores de modulação serão avaliados nos tópicos: Comentários e considerações sobre a pesquisa e Conclusões.

Objetivo da Pesquisa:

No plano dos objetivos (p. 4-5), como objetivo geral a pesquisa pretende: Analisar o calendário escolar diferenciado para escolas de várzea frente às disputas de hegemonia e contra hegemonia em relação aos projetos societários e educacionais no município de Santarém, no interior da Amazônia paraense. Quanto aos objetivos específicos propõe-se: 1) Caracterizar o ambiente da várzea, a comunidade Centro do Aritapera e a escola municipal Santíssima Trindade, no município de Santarém-Pará; 2) Compreender como se efetiva a educação na várzea, as contradições do calendário diferenciado praticado pela escola Municipal Santíssima Trindade e a relação da gestão escolar com a Semed; 3) Investigar as determinações normativas de Santarém com relação ao calendário escolar diferenciado de várzea; 4) Identificar os desdobramentos do ensino a partir da adoção do calendário escolar diferenciado pelas escolas de várzea de Santarém-Pará.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O protocolo de pesquisa revisado atende aos requisitos apresentados na Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS, bem como na Resolução nº 466/12/CNS/MS.

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Retona, Sala nº 53
Bairro: Salé **CEP:** 68.040-255
UF: PA **Município:** SANTAREM
Telefone: (93)2101-4966 **E-mail:** cep@ufopa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 8.260.843

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O projeto de pesquisa revisado atende à alínea h da seção 3.3 e ao subitem 5, do item 3.4.1, da Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS.

POPULAÇÃO A SER ESTUDADA

O projeto de pesquisa revisado atende ao subitem 6, do item 3.4.1, da Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS.

GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O projeto de pesquisa revisado atende ao subitem 7, do item 3.4.1, da Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto de pesquisa revisado atende ao subitem 8, do item 3.4.1, da Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma apresentado no protocolo de pesquisa revisado atende aos requisitos apresentados nas seções 3.3 e 3.4 da Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS.

ORÇAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O orçamento apresentado no protocolo de pesquisa revisado atende aos requisitos apresentados nas seções 3.3 e 3.4 da Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS, bem como a Resolução nº 466/12/CNS/MS.

PROCESSO DE RECRUTAMENTO, INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Retona, Sala nº 53
Bairro: Salé **Município:** SANTAREM **CEP:** 68.040-255
UF: PA **E-mail:** cep@ufopa.edu.br
Telefone: (93)2101-4966

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 8.260.843

O projeto de pesquisa revisado apresenta o processo de recrutamento, inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa, bem como a forma de seleção da amostragem conforme determina item 3.4.1, subitens 5, 6, 8 e 11 da Norma Operacional nº 001/2013 do CNS/Ministério da Saúde (MS).

PROCESSO DE OBTENÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O TCLE e o TALE apresentados em anexo ao projeto de pesquisa revisado atende ao item 3.3(g) da Norma Operacional nº 001/2013 do CNS/Ministério da Saúde (MS).

PROCEDIMENTOS APTOS À EFETIVAÇÃO DA GARANTIA DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O projeto de pesquisa revisado apresenta detalhadamente os procedimentos aptos à efetivação da garantia do sigilo e confidencialidade conforme determina o inciso III.2, alínea "r" da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do CNS/MS.

PROTEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O protocolo de pesquisa revisado atende às exigências do inciso IV.6, alínea "a", da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do CNS/MS, bem como do artigo 12, da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do CNS/MS.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O projeto de pesquisa revisado atende (no que diz respeito à divulgação dos resultados da pesquisa) aos requisitos apresentados nas seções 3.3 e 3.4 da Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com o subitem 3.3 da Norma Operacional 001/2013 – CNS/MS o presente protocolo de pesquisa atende integralmente aos requisitos estabelecidos nas alíneas: a, b, c, d, e, f, g, h, i, j.

Nesse sentido, o projeto de pesquisa revisado atende aos referenciais da ética em pesquisa com

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Retona, Sala nº 53
Bairro: Salé **Município:** SANTAREM **CEP:** 68.040-255
UF: PA **E-mail:** cep@ufopa.edu.br
Telefone: (93)2101-4966

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 8.260.843

seres humanos.

Recomendações:

Ante o exposto, diante da análise ética do presente projeto de pesquisa em comparação com os requisitos presentes na Norma Operacional nº 001/2013 – CNS/MS no que diz respeito ao protocolo de pesquisa (subitem 3.3) e ao projeto de pesquisa (subitem 3.4), bem como às normas presentes na Resolução nº 466/2012 do CNS/MS recomenda-se:

- 1) Anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais;
- 2) Que ao final da pesquisa os resultados do estudo sejam divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos;
- 3) Que os resultados da pesquisa sejam encaminhados para publicação, tornando público os resultados alcançados, com os devidos créditos aos autores;
- 4) Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Isto posto, considerando que todas as pendências listada no parecer consubstanciado anterior foram sanadas, decido pela seguinte deliberação ética: APROVADO.

Este é o PARECER.

Este Parecer foi elaborado baseado nas normas abaixo relacionadas:

- Norma Operacional nº 001, 30 de setembro de 2013 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CNS/MS);
- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do CNS/MS;
- Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do CNS/MS;
- Resolução nº 674, de 06 de maio de 2022 do CNS/MS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Retona, Sala nº 53
Bairro: Salé **Município:** SANTAREM **CEP:** 68.040-255
UF: PA **E-mail:** cep@ufopa.edu.br
Telefone: (93)2101-4966

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA**



Continuação do Parecer: 6.260.843

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2130059.pdf	31/07/2023 11:40:14		Aceito
Outros	termodeanuenciasemed.pdf	31/07/2023 11:36:06	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Outros	termodeanuenciaescola.pdf	31/07/2023 11:35:42	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Outros	todusemed.pdf	31/07/2023 11:35:05	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Outros	toduescola.pdf	31/07/2023 11:34:44	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Outros	toducomunidade.pdf	31/07/2023 11:34:08	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Outros	tale.pdf	31/07/2023 11:33:43	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Outros	roteirodeentrevistasemed.pdf	31/07/2023 11:32:54	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaodedivulgacao.pdf	31/07/2023 11:14:38	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaodopesquisador.pdf	31/07/2023 11:14:21	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	31/07/2023 11:13:56	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6166098.pdf	31/07/2023 11:07:40	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	31/07/2023 10:50:56	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	31/07/2023 10:25:11	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisa.pdf	31/07/2023 00:13:10	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	30/07/2023 23:56:20	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	30/07/2023 23:43:02	Manoel Ednaldo Rodrigues	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Retona, Sala nº 53
Bairro: Salé **Município:** SANTAREM **CEP:** 68.040-255
UF: PA **E-mail:** cep@ufopa.edu.br
Telefone: (93)2101-4966

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ - CEP -
UFOPA



Continuação do Parecer: 8.260.843

SANTAREM, 25 de Agosto de 2023

Assinado por:
Flavia Garcez da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Vera Paz s/n - Prédio da Retona, Sala nº 53

Bairro: Salé **Município:** SANTAREM **CEP:** 68.040-255

UF: PA

Telefone: (93)2101-4966

E-mail: cep@ufopa.edu.br

Anexo 2: Fotos antigas – Gincana educacional-cultural – 05-02-2022.

1. Equipe: Resgate Histórico



2. Equipe: Viajando no tempo



Fonte: Acervo da comunidade Centro do Aritapera.

Anexo 3: Calendário escolar diferenciado para escola de várzea.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
 Av. Angéla Clávia, 711 - Aeroporto Velho - Santarém/PA - CEP: 68.080-200 - Fone: (91) 5188-8887 - CNPJ nº 06.183.200/01-67

CALENDÁRIO ESCOLAR 2017 e 2018 / REGIÃO DE VÁRZEA

Meses	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	Total	
FÉRIAS																														
MARÇO																														
ABRIL																														
MAYO																														
JUNHO																														
JULHO																														
AGOSTO																														
SETEMBRO																														
OUTUBRO																														
NOVEMBRO																														
DEZEMBRO																														
JANEIRO																														
FEBREIRO																														
MARÇO																														
ABRIL																														

Total Dias Letivos = 200

- Recuperação Paralela (27/11 a 14/12/2017)
 - Recuperação Final (09 a 27/04/2018)

FERIADOS

13/04 - Carnaval	12/10 - N. Sra. Aparecida
30/03 - Sexta-Feira da Paixão	15/10 - Dia do Professor
01/04 - Tiradentes	16/10 - Dia do Funcionário Público
01/01 - Dia do Trabalho	02/11 - Finados
15/11 - Proclamação da República	
09/02 - Corpus Christi	08/12 - N. Sra. da Conceição
07/08 - Aniversário Santarém	25/12 - Espera de Natal
07/09 - Independência do Brasil	25/12 - Natal

LEGENDA:

- ☀ Início e Término das aulas
- Feriados trabalhados ou não
- ◻ Recuperação Paralela e Final
- △ 14 sábados letivos
- Recurso dos professores
- ☆ Jornada Pedagógica
- ⊛ Planejamento
- Ambientação das salas de aula

- 1º Período: Setembro e Outubro
- 2º Período: Novembro e Dezembro
- 3º Período: Janeiro e Fevereiro
- 4º Período: Março e Abril

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
 Av. Angéla Clávia, 711 - Aeroporto Velho - Santarém/PA - CEP: 68.080-200 - Fone: (91) 5188-8887 - CNPJ nº 06.183.200/01-67

CALENDÁRIO ESCOLAR 2018 e 2019 / REGIÃO DE VÁRZEA

Meses	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	Total	
FÉRIAS																														
MARÇO																														
ABRIL																														
MAYO																														
JUNHO																														
JULHO																														
AGOSTO																														
SETEMBRO																														
OUTUBRO																														
NOVEMBRO																														
DEZEMBRO																														
JANEIRO																														
FEBREIRO																														
MARÇO																														
ABRIL																														

Total Dias Letivos = 200

- Recuperação Paralela (26/11 a 13/12/2018)
 - Recuperação Final (08 a 26/04/2019)

FERIADOS

02/03 - Confraternização Universal	12/10 - N. Sra. Aparecida
02/04 - Carnaval	
30/03 - Sexta-Feira da Paixão	15/10 - Dia do Professor
01/04 - Tiradentes	16/10 - Dia do Funcionário Público
01/01 - Dia do Trabalho	02/11 - Finados
	15/11 - Proclamação da República
09/02 - Corpus Christi	08/12 - N. Sra. da Conceição
07/08 - Aniversário Santarém	25/12 - Natal
07/09 - Independência do Brasil	

LEGENDA:

- ☀ Início e Término das aulas
- Feriados trabalhados ou não
- ◻ Recuperação Paralela e Final
- △ 14 sábados letivos
- Recurso dos professores
- ☆ Jornada Pedagógica
- ⊛ Planejamento
- Ambientação das salas de aula

- 1º Período: Setembro e Outubro
- 2º Período: Novembro e Dezembro
- 3º Período: Janeiro e Fevereiro
- 4º Período: Março e Abril

CALENDÁRIO ESCOLAR 2019 e 2020 / REGIÃO DE VÁRZEA

Semana	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	Out Letras
FÉRIAS																													
AGOSTO																													
SETEMBRO																													
OCTUBRO																													
NOVEMBRO																													
DEZEMBRO																													
JANUÁRIO																													
FEBREIRO																													
MARÇO																													
ABRIL																													200

- Recuperação Paralela (25/11 a 12/12/2019)
 - Recuperação Final (08 a 29/04/2020)
- FERIADOS**
- | | |
|----------------------------------|---------------------------------|
| 25/02 - Carnaval | 12/10 - N.Sra. Aparecida |
| 10/04 - Sexta-feira da Paixão | 15/10 - Dia do Professor |
| 21/04 - Tiradentes | 28/10 - Dia do Fundador Público |
| 01/05 - Dia do Trabalho | 02/11 - Finados |
| 15/11 - Proclamação da República | 06/12 - N. Sra. da Conceição |
| 11/06 - Corpus Christi | 07/09 - Independência do Brasil |
| 22/06 - Aniversário Santarém | |
| 25/12 - Natal | |

- LEGENDA:**
- ☀ Início e Término das aulas
 - ☀ Atividades não presenciais
 - Feriados trabalhados ou não
 - △ Recuperação Paralela e Final
 - 12 sábados letivos
 - Recesso dos professores
 - ⊕ Jornada Pedagógica e Planejamento
 - ⊕ Organização da Escola (Limpeza)
 - Ambientação das salas de aula
- ➡ 1º Período: Agosto, Setembro e Outubro
➡ 2º Período: Novembro e Dezembro
➡ 3º Período: Janeiro e Fevereiro
➡ 4º Período: Março e Abril

CALENDÁRIO ESCOLAR 2020 e 2021 / REGIÃO DE VÁRZEA

Semana	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	Out Letras
AGOSTO																													
SETEMBRO																													
OCTUBRO																													
NOVEMBRO																													
DEZEMBRO																													
JANUÁRIO																													
FEBREIRO																													
MARÇO																													
ABRIL																													183

- FERIADOS**
- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| 01/01 - Condição Universal | 17/10 - N. Sra. Aparecida |
| 15/01 - Dia da Criança | 15/10 - Dia do Professor |
| 05/04 - Paixão de Cristo | 28/10 - Dia do Servidor Público |
| 21/04 - Tiradentes | 02/11 - Finados |
| 15/05 - Adesão da Pará | 06/12 - N. Sra. da Conceição |
| 07/09 - Independência do Brasil | 25/12 - Natal |
- Observações**
- Flexibilização Curricular - Atividades Não Presenciais e Presenciais.
14/08 - Contratação dos Servidores.
17 e 31/08 - Procedimentos de Lotação.
01 e 11/09 - Planejamento Pedagógico.
14/09 - Início das Aulas Não Presenciais.

- LEGENDA:**
- ☀ Início das Aulas/Término
 - ☀ Atividades não presenciais
 - Feriados Trabalhados ou não
 - △ Recuperação Paralela e Final
 - Sábados Letivos
 - Planejamento Pedagógico
 - ⊕ Avaliações Semestrais
- AValiação SEMESTRAL:**
- ➡ 1º Período: Set/Out/Nov/Dez
 - ➡ 2º Período: Jan/Fev/Mar/Abril
- RECUPERAÇÃO**
- ➡ Paralela no Processo: Dezembro/2020
 - ➡ Final no Processo: Abril/2021

CALENDRÁRIO ESCOLAR DE VÁRZEA 2021 / 2022

SEMANA	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	Outubro	
FÉRIAS DOS PROFESSORES																														
MAC	01 a 16 Receso dos Professores Efetivos															a partir do dia 16 retorno dos Efetivos para Organização da Escola														
JUNHO	Organização da Escola para receber os alunos																													
JULHO																														24
AGOSTO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20										23
SETEMBRO																														20
OUTUBRO																														22
NOVEMBRO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19											23
DEZEMBRO																														22
JAN / 2022	03	04	05	06	07																									23
FEV / 2022																														22
MAR / 2022	01	02	03	04																										23
ABR / 2022																														19
JUN / 2022																														

Total Dias Letivos = 209

LEGENDA:

- Início e Término das aulas
- Férias
- 16 sábados letivos
- Período Diagnóstico

- ➔ 1º Bimestre: Agosto/ Setembro/ Outubro
- ➔ 2º Bimestre: Novembro / Dezembro
- ➔ 3º Bimestre: Janeiro/ Fevereiro
- ➔ 4º Bimestre: Março e Abril

Sábados Letivos

- 14 e 28 - agosto
- 11 e 25 - setembro
- 16 e 30 - outubro
- 06 e 20 - novembro
- 13 e 27 - dezembro
- 08 e 29 - janeiro
- 12 e 26 - fevereiro

- recuperação Paralela (02/12 e 23/12/2021)
 - recuperação Real (11 e 29/04/2022)

FÉRIAS

15/08/2021 - Aldeia do Pará	21/01/2022 - Confraternização Universal
07/09/2021 - Independência Brasil	02/03/2022 - Carnaval
12/10/2021 - N. S. Aparecida	15/04/2022 - Páscoa de Cristo
15/10/2021 - Dia Professor	21/04/2022 - Início das Férias
28/10/2021 - Dia do Servidor Público	
02/11/2021 - Finados	
15/11/2021 - Proclamação República	
04/12/2021 - N. S. da Conceição	
25/12/2021 - Natal	

Anexo 4: Escolas e gestores da região da várzea



REGIÃO DE VÁRZEA

Nº	ESCOLA	COMUNIDADE	REGIÃO	GESTOR(A)	CONTATO
01	Duque de Caxias	Ilha de São Miguel	Várzea	Selma Filha de Sousa Ferreira	99114-0553
02	Divino Espírito Santo	Água Preta	Várzea	Selma Filha de Sousa Ferreira	99114-0553
03	Castro Alvea	Costa do Aritapera	Várzea	Selma Filha de Sousa Ferreira	99114-0553
04	Santa Cruz	Piracóera De Cima	Várzea	Sandra Josabel Ferreira Pereira dos Santos	99184-6958
05	Nossa Senhora Do Desterro	Cabeça D'onça	Várzea	Gisele Azevedo Almeida	99151-1118
06	Dom Tiago	Praia do Sarubú-açu	Várzea	Gisele Azevedo Almeida	99151-1118
07	São Jorge	Tapará Grande	Várzea	Sávio Henrique Maciel	99399-8070
08	Francisco Chaves (sala externa)	Samana do Tapará	Várzea	Sávio Henrique Maciel	99399-8070
09	São Ciriaco	Urucurituba	Várzea	Rita de Cássia Sarmento	99171-0126
10	Nossa Senhora de Nazaré	Pinduri	Várzea	Rita de Cássia Sarmento	99171-0126
11	Felipe Corrêa Picauço	Campos do Aramanã	Várzea	Rita de Cássia Sarmento	99171-0126
12	São José	Piracóera de Baixo	Várzea	Lázaro Santos dos Reis	99158-4930
13	Odorico Liberal	Boca de Cima do Aritapera	Várzea	Maria Delma Corrêa Lisboa	99163-8872
14	Santa Terezinha	Boca de Cima do Aritapera	Várzea	Maria Delma Corrêa Lisboa	99163-8872
15	Santíssima Trindade	Vila de Aritapera - Centro	Várzea	Silviane Castro da Silva	99131-8544
16	São Benedito	Costa do Tapará	Várzea	Ediene Ferreira de Sousa	99194-0241
17	São Sebastião	Igarapé do Costa	Várzea	Ediene Ferreira de Sousa	99194-0241

18	N. Sra. Das Graças	Boa Vista do Tapará	Várzea	Izabel Helena Ramos	98121-2945
19	Vinte de Julho	Correio do Tapará	Várzea	Izabel Helena Ramos	98121-2945
20	Almerindo Ferreira Sá	Barreira do Tapará	Várzea	Izabel Helena Ramos	98121-2945
21	Coração De Maria	Santa Maria do Tapará	Várzea	Raimunda Norata Ferreira	99106-1873
22	Dom Pedro I	Tapará Miri	Várzea	Raimunda Norata Ferreira	99106-1873
23	Nossa Senhora de Aparecida	Pixuna do Tapará	Várzea	Raimunda Norata Ferreira	99106-1873
24	Nossa Senhora da Saúde	Igarapé da Praia	Várzea	Maria Shirlei Sousa da Silva	99230-7703
25	Nossa Senhora do Livramento	Quilombo Saracura	Várzea	Josivam de Jesus Laurindo	99139-5938
26	Nossa Senhora Santa Ana	Quilombo Arapemã	Várzea	Oden Ides Pereira Martins	99128-4137
27	São José	São José do Ituaqui	Várzea	Irinelsson Jander	99131-6809
28	Nossa Senhora das Graças	Nova Vista Ituaqui	Várzea	Irinelsson Jander	99131-6809
29	São Raimundo	São Raimundo - Ituaqui	Várzea	Irinelsson Jander	99131-6809
30	São Sebastião	Ancampina	Várzea	Irinelsson Jander	99131-6809
31	São Benedito	São Benedito - Ituaqui	Várzea	Irinelsson Jander	99131-6809
32	Manoel Acelino Bastos	Fé em Deus II Ituaqui	Várzea	Irinelsson Jander	99131-6809
33	São José I	São José I	Várzea	Irinelsson Jander	99131-6809
34	São Jorge (Paralísada)	Torção do Papá Terra	Lago Grande	Evellyn Karla Figueira	99129-7599
35	N. Senhora do Perpetuo Socorro (Paralísada)	Boa Vista	Lago Grande	Evellyn Karla Figueira	99129-7599
36	Rato de Luz	Ilha do Bom Vento	Arapixuna	Ednara Mororo	99243-4356
37	São Luiz de Gonzaga	Alto Jari	Arapixuna	Aicléas Gamboa	99164-9186
38	Nossa Senhora da Piedade	Piedade	Lago Grande	Manoel Junipero Pontes	99211-4718

Ediene Ferreira de Sousa
 Inaury Pereira Ribeiro de Oliveira
 Núcleo de Reg. SEMED
 Coordenador Escolar - Várzea

Anexo 5: Tarefa – poesias elaboradas pela comunidade – Gincana Cultural

Equipe: Filhos da Terra
(Aritapera – Pará: 02-02-2022)
Aluna: Amanda

Olá amigos importantes
Das nossas comunidades
Saudar vocês com um bom dia
Com muita ansiedade
A todos aqui presentes
E aos nossos professores
Que vieram da cidade.

Hoje estamos reunidos
Em busca de mais conhecimento
Nesta vida linda e sossegada
Falar um pouca da Vila
Com notícias do Carapanatuba
E também da Enseada.

São pequenas comunidades
De pessoas trabalhadoras
Não se esqueça de me dizer
Que o cheiro da terra molhada
O gosto da comida caseira
Quem prova não vai esquecer.

Nós somos “Filhos da Terra”
Das mais belas que eu já vi
Tem a beleza natural
Onde canta o bem-te-vi
A desova dos Tracajás
E a piracema do acari.

As comunidades têm suas lendas
Cultura e tradição
Do infantil ao ensino médio
Uma boa formação
Com professores qualificados
No ensino da educação.

É gostosa a vida na várzea
Isso se faz por merecer
O preparo da cuia preta
O peixe fresquinho para comer
O leite e o queijo do gado
No nosso lindo amanhecer.

Tem as festas religiosas
Que o povo faz caminhada
Em uma linda procissão
Santo Antônio, da Enseada
Carapanatuba Santa Luzia
No Centro São Sebastião
As festas dos clubes esportivos
Com as comunidades vizinhas
Todas sempre no verão.

O sonho do ribeirinho
É buscar sempre melhorias
Agradecemos a todos pelo empenho
E esforço realizado
Um grande abraço a todos
E o nosso muito obrigado.

Equipe: Resgate Cultural
Passado e presente cultural
(Aritapera – Pará: 02-02-2022)

A história do Aritapera
É uma história genial
Enседа, Centro e Carapanatuba
É a divisão especial.

Ari era um indígena
Que morava numa tapera
Assim originou-se
Nosso querido Aritapera.

Da cultura e da história
Aqui vamos falar
Aritapera é uma várzea
Lugar bom para morar.

Em um passado distante
Até lenha se vendia
Cultivava cana de açúcar
E a laranja todo dia
Tinha cacau e tangerina
E o peixe não se vendia.

Agora em toda casa
Tem o fogão a gás
A enchente é mais intensa
Até “plantar” não pode mais
O peixe é muito vendido
É a cultura que se faz.

Açúcar, aguardente e vinagre
Tinha fábrica local
Movidos a vapor
Ou por tração animal
Tinha a juta como fonte
De economia principal.

Agora é tanta rabeta
Motor-bomba, placa solar
A internet, WhatsApp
Que vem nos conectar
A energia elétrica
Pra muito facilitar.

Uma coisa curiosa
Que o passado nos revela
Da viagem pra Santarém
Que era no remo ou à vela.

Hoje nossa viagem
É em barco confortável
Até para escola
Tem transporte confiável.

Quando ao nosso gado
Fica sempre aqui
Na enchente na maromba
Seu dono cortava capim.

Agora a enchente é grande
O rebanho é transportando
Levado pra terra firme
Comendo pasto arrendado.

Existia por aqui
O curandeiro, a parteira
O boto que assombrava
E adormecia a lavadeira.

Hoje tá diferente
Até a COVID surgiu
O parto é na cidade
E o Boto? Só no rio.

No passado Aritapera
Era só uma comunidade
Com São Sebastião
E Santíssima Trindade.

Hoje Aritapera
É uma região
É várzea de Santarém
Com muita atração
Temos nossa cultura
E buscamos educação.

Temos os times de futebol
Aos padroeiros a devoção
A nossa natureza
Engrandecendo nossa nação
Somos a várzea da enchente
E da seca o verão
Somos polivalentes
Deus é a nossa inspiração.

Equipe: Viajando no Tempo

“Centro do Aritapera”

(Aritapera – Pará: 02-02-2022)

Tânia Maria Ferreira Maduro

É com grande alegria
Que a equipe “Viajando no tempo” aqui esta
Para relatar e história
Que a fundo fomos buscar
Do Centro do Aritapera
E agora apresentar.

Segundo a história
Eram os índios que aqui moravam
Que aos poucos foram sumindo
Mas nos deixaram um legado
O nome da nossa comunidade
Que de um índio foi derivado.

Em outro momento histórico
Os padroeiros foram doados
Por um casal português
Que por aqui passaram
A eles só gratidão
Pois São Sebastião nos deixaram.

Na base da economia
É muita coisa para contar
Como a juta, cuia, cana-de-açúcar
Produtos bons de trabalhar
Junto com o cacau e seringa
Para a vida melhorar.

No final do século XVII
Os Europeus aqui chegaram
Eram habitantes brancos
Que logo se instalaram.

Por conta do índio Ari
Que morava em uma Tapera
O tempo foi passando
A comunidade desenvolvendo
E para homenagear os nativos
Seu nome foi cedendo
Saindo Ilha da Trindade
E Aritapera aparecendo.

E para ficar perfeito
Não poderia faltar
A maior da divindade
Pois junto com São Sebastião
Também veio a Santíssima Trindade
Bênção maior e divina
Desta querida comunidade.

E para diversão do povo
O futebol é o preferido
Com vários clubes representados
Em todas as comunidades
Mas aqui no Centro do Aritapera
O São Francisco é o preferido.

Influentes portugueses
Que da terra se apossaram
Marcando seu território
E o nome denominaram
A este espaço importante

Que “Ilha da Trindade” chamaram.

A primeira capela foi construída
Em agosto de 1886
Foi uma grande solenidade
De devoção, fé e alegria
Que teve a presença
Do grande Padre Tobias.

E quanto a educação
Funcionava na casa de moradores
Pois já havia demanda
Que precisava ser instruída
Somente em 1954
Uma escola foi construída.

E com muita amor e carinho
Que viemos compartilhar
Um pouco de nossa história
E da comunidade falar
Esperamos contribuir
Para o conhecimento avançar
Que a equipe “Viajando no Tempo”
Veio aqui apresentar.

Anexo 6: Termo de anuência da escola



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, **SILVIELANE CASTRO DA SILVA**, na qualidade de diretora responsável pela **ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SANTÍSSIMA TRINDADE**, na Comunidade de várzea Centro do Aritapera, município de Santarém-PA, autorizo a realização da pesquisa intitulada: **O CALENDÁRIO ESCOLAR DIFERENCIADO EM ESCOLAS DE VÁRZEA EM SANTARÉM-PA: AVANÇOS E RETROCESSOS** a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador **MANOEL EDNALDO RODRIGUES**; e declaro que esta instituição apresenta as condições necessárias à realização da referida pesquisa. Este termo é válido apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética avaliador do estudo.

Santarém – Pará, 25 de julho de 2023.

Anexo 7: Portaria - Procedimento de matrícula



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Aaysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
 E-mail: semed@santarém.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

PORTARIA Nº 001/2021 - SEMED

Santarém, 11 de janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE MATRÍCULA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTARÉM PARA O ANO LETIVO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Educação, **MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA**, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito **FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA**, através do Decreto Nº 005/2021- GAP/PMS, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais delegadas e;

CONSIDERANDO as competências do município, no que tange a gestão da oferta educacional, integrando políticas e planos da União e dos Estados, assim como, estabelecendo normas complementares às Instituições de Ensino que se encontram sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santarém, Estado do Pará, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme legislação vigente.

CONSIDERANDO que as atividades escolares permanecem sob as orientações normativas que visam o controle do contágio da COVID-19;

CONSIDERANDO que em 2021 a oferta educacional será efetivada em continuum curricular;

RESOLVE:

Art. 1º Realizar **CHAMADA PÚBLICA** para matrícula de alunos na Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Estabelecer diretrizes para as **Matrículas e Formação de Turmas nas Unidades de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental** da Rede Pública Municipal de Santarém.

MATRÍCULA NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS

EDUCAÇÃO INFANTIL – CEMEI, UMEI E ESCOLAS

Art. 3º As Coordenações das CEMEI's e UMEIs deverão priorizar a oferta de vagas às crianças com idade de 04 e 05 anos, em atendimento às legislações vigentes e as metas do Plano Nacional e Municipal de Educação.

Art. 4º Nas CEMEIs e UMEIs as coordenações deverão analisar a base de dados da matrícula do ano anterior para posterior oferta de vagas e formação de turmas, observando o seu quantitativo de servidores efetivos com jornada de trabalho de 150h.

§ 1º CEMEIS e UMEIs deverão, em estreita relação com as escolas do seu entorno, encaminhar sua necessidade de vagas para esse público, quando extrapolar sua capacidade de atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
 E-mail: scmed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

§ 2º A formação de turmas com alunos de 01 ano a 03 anos, serão **preferencialmente em regime integral** nos Centros Municipais de Educação Infantil. As turmas de 4 e 5 anos (Pré Escolar I e II) deverão funcionar **exclusivamente em regime parcial**.

Art. 5º A Educação Infantil será ofertada considerando os seguintes critérios:

- I Centros Municipais de Educação Infantil-CEMEI:** Ofertar turmas para as crianças de 01 a 05 anos, de acordo com as necessidades da comunidade, os números de dependências físicas existentes, e em observância à disponibilidade orçamentária;
- II Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEI:** ofertar turmas para crianças de 02 a 05 anos, de acordo com as necessidades da comunidade, os números de dependências físicas existentes, e em observância à disponibilidade orçamentária;
- III Escolas:** ofertar turmas para crianças de 4 e 5 anos, de acordo com as necessidades da comunidade, os números de dependências físicas existentes, e em observância à disponibilidade orçamentária.

§ 1º A oferta de vagas e o número de alunos para formação de turmas será definida de acordo com esta Portaria.

§ 2º As turmas de Berçário I e II somente serão ofertadas nas CEMEIS, por possuírem a estrutura física apropriada para o atendimento desta faixa etária.

Art. 6º No ato da inscrição para fins de cadastro às vagas disponibilizadas nas CEMEIs e UMEIs o pai/responsável deverá apresentar os documentos abaixo:

- I** Cópia da certidão de nascimento e original;
- II** Cópia do documento com o Número de Identificação Social – NIS da criança;
- III** Cópia do cartão de vacinação atualizado e original;
- IV** Cópia e original do extrato do Bolsa Família, atualizado;
- V** Cópia e original do comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis;
- VI** Cópia do comprovante de residência atualizado.

Art.7º Para fins de efetivação da matrícula nas CEMEIs e UMEIs será considerado:

- I** Crianças já matriculadas nas CEMEIs e UMEIs que necessitam de transferência na própria rede;
- II** Crianças em situação de extrema vulnerabilidade social;
- III** Crianças em situação de risco social ou pessoal (previsto no artigo 98 do Estatuto da Criança e do adolescente –Lei 8069/90).
- IV** Crianças que residem próximo à unidade e são beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou comprovem baixa renda familiar em até três salários mínimos mensal;

ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 8º A oferta de vagas e formação de turmas para o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e para Educação de Jovens e Adultos obedecerá aos seguintes critérios:

- I ENSINO FUNDAMENTAL**
 - a)** Idade mínima para ingresso: na Educação Infantil – Pré-escolar I será de 04(quatro) anos de idade; Pré-escolar II será de 05(cinco) anos de idade; e para o 1º ano do Ensino



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
 E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

Fundamental será de 06(seis) anos de idade, completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em curso.

b) As escolas que ofertam até o 5º ano deverão, em estreita relação com as escolas do seu entorno, encaminhar sua necessidade de vagas para esse público, de maneira a assegurar a continuidade dos estudos no 6º ano.

c) Excepcionalmente em 2021, os alunos com perfil de distorção idade/ano deverão ser incluídos nas turmas regulares e não em turmas de Se Liga e Acelera, em virtude do Continuum Curricular que será adotado para este ano letivo.

II EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (1ª A 4ª ETAPA - RES. Nº 06/09 DO CME)

a) Atenderá alunos que tenham 15 anos completos ou a completar até 31 de março do ano em curso.

b) A escola poderá ofertar turmas de EJA no horário diurno, desde que tenha salas de aula disponíveis.

Parágrafo Único - Os alunos que, por meio de avaliação pedagógica interdisciplinar for comprovado o domínio das habilidades e competências necessárias para ingresso na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, será assegurada sua progressão.

Art. 9º Constituem-se documentos necessários para a matrícula:

- I** Cópia do documento com o Número de Identificação Social - NIS;
- II** Cópia da certidão de nascimento e original;
- III** Cópia do cartão de vacinação atualizado e original;
- IV** Cópia e original do extrato do Bolsa Família, atualizado;
- V** Cópia do comprovante de residência atualizado;
- VI** Documento de escolaridade (histórico escolar);
- VII** 02 fotos 3x4.

QUANTITATIVO PARA FORMAÇÃO DE TURMAS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS

Art. 10 O quantitativo mínimo e máximo para formação de turmas obedecerá ao estabelecido abaixo conforme faixa etária:

I EDUCAÇÃO INFANTIL – CEMEIs, UMEIs e ESCOLAS (Pré Escolar I e II):

- a)** Berçário I: 01 ano – mínimo de 10 e máximo 15;
- b)** Berçário II: 01 ano e 2 meses a 1 ano 11 meses – mínimo de 10 e máximo 15;
- c)** Maternal I: 02 anos – mínimo de 15 e máximo 20;
- d)** Maternal II: 03 anos - mínimo de 15 e máximo 20;
- e)** Pré Escolar I: 04 anos –mínimo de 20 e máximo de 25;
- f)** Pré Escolar II: 05 anos – mínimo de 20 e máximo de 25;

II ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS)

- a)** 1º e 2º ano – mínimo de 25 e máximo de 30 alunos;
- c)** 3º ao 5º ano – mínimo de 30 e máximo de 35 alunos;
- e)** 6º ao 9º ano – mínimo de 35 e máximo de 40 alunos;
- f)** Fórmula da Vitória - mínimo de 25 e máximo de 35 alunos;
- g)** Classes Mistas Educação Infantil (Pré Escolar I e II) nas Regiões de Rios e Planalto – mínimo de 15 e máximo de 25 alunos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
 E-mail: semec@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

h) Classes Mistas dos Anos Iniciais nas Regiões de Rios e Planalto– mínimo de 15 e máximo de 25 alunos;

i) Salas de Recursos Multifuncionais – Atendimento Educacional Especializado (AEE) – mínimo de 12 e máximo de 15 alunos.

III Ensino Fundamental na Modalidade Educação de Jovens e Adultos:

a) 1ª Etapa: mínimo de 30 e máximo de 35 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto);

b) 2ª Etapa: mínimo de 35 e máximo de 40 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto);

c) 3ª e 4ª Etapas: mínimo de 35 e máximo de 40 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto).

§ 1º As turmas do programa *Fórmula da Vitória*, deverão ser formadas por alunos de 6º ao 8º ano, que apresentem dificuldades em habilidade leitora, escritora e conhecimentos matemáticos, além dos alunos com defasagem idade/ano, obedecidos o quantitativo anteriormente descrito.

§ 2º Nas unidades escolares localizadas na região urbana, a oferta da EJA, no período noturno, será definida através de análise técnica da SEMED, com definição de núcleos.

§ 3º Para a oferta do ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano) na região de Rios e Planalto deverá ser observado a autorização para funcionamento deste nível de ensino, bem como o quantitativo de 15 alunos e a progressiva continuidade respeitando o quantitativo inicial nos anos posteriores.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 11 As escolas e unidades de educação infantil deverão receber com prioridade alunos declarados com necessidades educacionais especiais e providenciar, juntamente com a SEMED, os atendimentos e apoios para suporte ao seu processo educacional.

Art. 12 Os alunos com necessidades educacionais especiais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE deverão ter dupla matrícula, sendo a primeira na turma regular e segunda no AEE da própria escola e/ou escolas da rede, ou ainda, em outras instituições que ofertam este atendimento.

Parágrafo Único: os alunos com necessidades educacionais especiais com segunda matrícula no AEE do Centro Educacional Especializado Humberto Frazão (APAE) não receberão esse atendimento na rede municipal, sendo garantido na turma regular (1ª matrícula) o apoio escolar específico (mediador e/ou cuidador) considerando a sua necessidade prevista na legislação vigente.

Art. 13 As turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental com alunos inclusos (transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, Transtorno do Espectro Autista, deficiências: auditiva, surdez, cegueira, baixa visão, surdo-cego, múltipla física/motora, intelectual) deverão ser formadas respeitando 10% a menos do quantitativo para formação de turmas regulamentado por esta Portaria, e em conformidade com as regulamentações da Educação Especial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
 E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

h) Classes Mistas dos Anos Iniciais nas Regiões de Rios e Planalto- mínimo de 15 e máximo de 25 alunos;

i) Salas de Recursos Multifuncionais – Atendimento Educacional Especializado (AEE) – mínimo de 12 e máximo de 15 alunos.

III Ensino Fundamental na Modalidade Educação de Jovens e Adultos:

a) 1ª Etapa: mínimo de 30 e máximo de 35 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto);

b) 2ª Etapa: mínimo de 35 e máximo de 40 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto);

c) 3ª e 4ª Etapas: mínimo de 35 e máximo de 40 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto).

§ 1º As turmas do programa *Fórmula da Vitória*, deverão ser formadas por alunos de 6º ao 8º ano, que apresentem dificuldades em habilidade leitora, escritora e conhecimentos matemáticos, além dos alunos com defasagem idade/ano, obedecidos o quantitativo anteriormente descrito.

§ 2º Nas unidades escolares localizadas na região urbana, a oferta da EJA, no período noturno, será definida através de análise técnica da SEMED, com definição de núcleos.

§ 3º Para a oferta do ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano) na região de Rios e Planalto deverá ser observado a autorização para funcionamento deste nível de ensino, bem como o quantitativo de 15 alunos e a progressiva continuidade respeitando o quantitativo inicial nos anos posteriores.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 11 As escolas e unidades de educação infantil deverão receber com prioridade alunos declarados com necessidades educacionais especiais e providenciar, juntamente com a SEMED, os atendimentos e apoios para suporte ao seu processo educacional.

Art. 12 Os alunos com necessidades educacionais especiais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE deverão ter dupla matrícula, sendo a primeira na turma regular e segunda no AEE da própria escola e/ou escolas da rede, ou ainda, em outras instituições que ofertam este atendimento.

Parágrafo Único: os alunos com necessidades educacionais especiais com segunda matrícula no AEE do Centro Educacional Especializado Humberto Frazão (APAE) não receberão esse atendimento na rede municipal, sendo garantido na turma regular (1ª matrícula) o apoio escolar específico (mediador e/ou cuidador) considerando a sua necessidade prevista na legislação vigente.

Art. 13 As turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental com alunos inclusos (transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, Transtorno do Espectro Autista, deficiências: auditiva, surdez, cegueira, baixa visão, surdo-cego, múltipla física/motora, intelectual) deverão ser formadas respeitando 10% a menos do quantitativo para formação de turmas regulamentado por esta Portaria, e em conformidade com as regulamentações da Educação Especial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
 E-mail: semegi@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

Art. 14 A avaliação do aluno com necessidades especiais, será de responsabilidade da equipe multiprofissional da SEMED, formada por profissionais das seguintes áreas: psicologia, pedagogia e serviço social, que tenham formação específica na área da Educação Especial.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Designar os períodos a seguir para matrícula nas Escolas e unidades de Educação Infantil:

- a) 04 a 15 de janeiro – Rematrícula dos alunos vinculados a Rede Municipal de Ensino;
- b) 11 a 29 de janeiro – Matrícula de alunos novos, nas Escolas e Unidades de Educação Infantil;

Art. 16 Os Diretores das Escolas, os Coordenadores de Educação Infantil e os Secretários Escolares são responsáveis pelas informações de quantitativo de alunos matriculados, devendo formar as turmas em consonância com os critérios estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo Único – Qualquer erro ou inconsistência no quantitativo de alunos ou formação de turmas ensejará a responsabilização Civil, Criminal e Administrativa do Diretor, Coordenador e Secretário escolar responsável pela informação.

Art. 17 O Gestor de cada unidade educacional deverá, **MENSALMENTE**, informar a assessoria que esteja vinculado as alterações no quantitativo de alunos matriculados, buscando a manutenção dos critérios de formação de turmas estabelecidos por esta SEMED.

Parágrafo Único - Os cancelamentos de matrícula, o abandono/evasão escolar e as transferências deverão ser registrados em livro próprio e serem informados, mensalmente, aos setores de estatística, Divisão de atendimento ao educando-DAE, Divisão de Transporte escolar e assessorias/coordenadorias para atualização das ações técnicas de responsabilidade de cada setor.

Art. 18 As Unidades Educacionais deverão **GARANTIR** a matrícula dos alunos em situação de risco e vulnerabilidade sempre que forem encaminhados pelos órgãos de controle social, tais como Ministério Público Estadual, Conselho Tutelar entre outros.

Art. 19 Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e pela Assessoria para Assuntos Educacionais para decisão final.

Art. 20 Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação, onze de janeiro de dois mil e vinte e um.


MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA
 Secretária Municipal de Educação
 Decreto nº 005/2021 – GAP/PMS

Anexo 8: Portaria – Contratação direta



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
 E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

PORTARIA N.º 007/2022

Santarém, 11 de Janeiro de 2022.

FIXA OS CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS, QUANDO NÃO EXISTIREM MAIS INSCRITOS NOS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS N.º 001/2021 E 002/2021

A Secretária Municipal de Educação, **MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA**, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito **FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA**, através do Decreto Municipal 005/2021-GAB/PMS, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais delegadas e:

CONSIDERANDO a realização dos Processos Seletivos Simplificados N.º 001 e 002/2021-SEMED para contratação temporária de servidores necessários para oferta do ensino nas escolas e unidades de educação infantil vinculadas a Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

CONSIDERANDO que foram ofertadas vagas para todos os cargos de apoio e do grupo magistério, bem como para todas as regiões e sub-regiões localizadas no âmbito Municipal;

CONSIDERANDO que não foram estabelecidos limites para formulação da listagem e cadastro de reservas, oportunizado a todos os inscritos/classificados estarem relacionados e portanto terem chance de formalizarem o contrato com este Ente Municipal;

CONSIDERANDO que mesmo com tais ações administrativas, algumas vagas localizadas em regiões mais afastadas da sede municipal não tiveram inscritos ou o número de classificados contempla um número bastante reduzido de candidatos;

CONSIDERANDO que em algumas regiões/subdivisões foram chamados todos os candidatos constantes no número de vagas ofertadas, além daqueles classificados no cadastro de reserva, bem como os demais inscritos que apresentaram suas documentações e constavam na listagem geral;

CONSIDERANDO que mesmo com esses chamamentos restaram vagas a serem preenchidas acarretando a ausência de servidores nessas funções ocasionando grandes prejuízos para os alunos da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO que a inexistência de inscritos a serem chamados nas vagas remanescentes, impossibilitando a utilização de candidatos inscritos no PSS n.º 001 e 002/2021-SEMED.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que todas as vagas existentes nas escolas e unidades de educação infantil sejam preenchidas através da seguinte ordem de preferência:

- I** Lotação dos servidores efetivos;
- II** Lotação dos servidores estáveis 83/88;
- III** Lotação dos servidores readaptados;
- IV** Lotação de servidores temporários oriundos dos PSS 001/2021 e 002/2021-SEMED;
- V** lotação de servidores temporários de contratação direta obedecido os critérios abaixo definidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

Art. 2º - Definir que após a lotação dos servidores efetivos, estáveis, readaptados e temporários oriundos dos PSS 001/2021 e 002/2021-SEMED, ao existirem vagas remanescentes, o Núcleo responsável pela lotação deverá preencher a vaga em aberto, obedecendo os seguintes procedimentos/critérios:

- I** Divulgar na unidade educacional onde existir a vaga remanescente comunicado informando a existência da vaga e solicitando currículos;
- II** Definir prazo para que os currículos sejam protocolados no núcleo responsável pela lotação;
- III** Selecionar prioritariamente os candidatos que:
 - a)** Residam na comunidade/bairro onde a unidade educacional esteja localizada, ou nas proximidades da mesma;
 - b)** Que tenham experiência na vaga remanescente, em instituições de ensino.

Art. 3º - Definir que os critérios acima descritos somente serão utilizados quando não existirem mais candidatos constantes no número de vagas ofertadas e cadastro de reserva.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência, cumpra-se e registre-se.


Gabinete da Secretária Municipal de Educação, onze de janeiro de dois mil e vinte e dois.

MARIA JOSE MAIA
DA
SILVA:12059030200

Assinado de forma digital
por MARIA JOSE MAIA DA
SILVA:12059030200
Dados: 2022.01.25
08:50:01 -03'00'

MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 005/2021-GAB/PMS

Anexo 9: Portaria de lotação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
 E-mail: semec@santarém.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

PORTARIA Nº 002/2021- SEMED

Santarém (PA), 11 de janeiro de 2021.

**DISPÕE SOBRE AS NORMAS E PROCEDIMENTOS
 PARA LOTAÇÃO DOS SERVIDORES DA REDE
 PÚBLICA MUNICIPAL, NO EXERCÍCIO DE 2021.**

A Secretária Municipal de Educação, **MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA**, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito **FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA**, através do Decreto Nº 005/2021-GAP/PMS, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais delegadas e:

CONSIDERANDO as competências do município, no que tange a oferta educacional, integrando políticas e planos da União e dos Estados, assim como, estabelecendo normas complementares às Instituições de Ensino que se encontram sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santarém, Estado do Pará, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO que as atividades escolares permanecem sob as orientações normativas que visam o controle do contágio da COVID-19.

RESOLVE:

Art.1º Instituir no âmbito da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, normas e procedimentos para lotação dos Servidores da Rede Municipal de Ensino, no exercício de 2021.

Art. 2º A lotação de servidores será efetivada mediante oferta gerada pelas matrículas de alunos nas Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental com **formação de turmas, turnos de funcionamento e número de dependências físicas** de cada unidade, sob a orientação desta Portaria.

Art. 3º Obedecendo as diretrizes da SEMED, e a necessidade de funcionamento das Unidades de Ensino, a lotação dos servidores da Educação procederá na seguinte ordem:

- I** Lotação dos servidores efetivos;
- II** Lotação dos servidores estáveis 83/88;
- III** Lotação dos servidores readaptados;
- IV** Lotação de servidores temporários.

§ 1º A lotação dos servidores acima descritos, será realizada nas Unidades Públicas de Ensino que atendam a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e outras modalidades e programas;

§ 2º **Independente do número de vínculos e resguardado os interesses da Administração, a lotação dos professores será, prioritariamente, em sala de aula, e preferencialmente em uma única Unidade de Ensino, obedecendo rigorosamente a carga horária mínima de 100h, conforme pré-estabelecidos nos editais dos concursos e PSS.**

§ 3º Os servidores readaptados serão lotados em conformidade com as atividades descritas na Portaria de Readaptação, **para exercer com eficiência as atividades previstas** e caberá ao Diretor/Coordenador anexar a Portaria de Readaptação na folha de Lotação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360- Santarém/Pará
 E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

Art. 4º A lotação dos servidores do ano anterior deve ser prioritariamente mantida, alterações de qualquer natureza devem ser precedidas de justificativa devidamente comprovada para análise e deferimento da Secretária de Educação.

Art. 5º A lotação de professores nas Unidades de Educação Infantil seguirá a presente ordem:

- I Professores efetivos na Educação Infantil;
- II Professores temporários oriundos do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 6º A lotação de professores nas Escolas com o Pré-escolar, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 1ª e 2ª Etapas da EJA seguirá a presente ordem:

- I Professores efetivos para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- II Professores temporários oriundo do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 7º A lotação de professores dos Anos Finais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª Etapas da EJA, seguirá a presente ordem:

- I Professores efetivos Licenciados na disciplina objeto da docência;
- II Professores temporários oriundos do Processo Seletivo Simplificado-PSS na disciplina objeto da docência.

Art. 8º Somente serão convocados novos professores e pedagogos, oriundos do PSS, após a renovação dos contratos firmados no ano de 2020, e havendo necessidade administrativa para tal contratação.

Art.9º No que diz respeito aos servidores contratados através do PSS, somente terão seus contratos renovados em caso de permanência da vaga preenchida. Caso haja redução do número de turmas/carga horária, e após esgotado todas as possibilidades de lotação em nova unidade o referido servidor não terá seu contrato renovado.

ART.10º Fica assegurada a contratação do mesmo quantitativo de servidores enquadrados no grupo de apoio do ano anterior.

Parágrafo Único - As contratações dos servidores de que trata o Art.10, ocorrerá de forma progressiva, de acordo com a necessidade administrativa e retorno presencial das atividades escolares.

Art. 11 Os Diretores, Vice-Diretores e Secretários de Unidades Escolares, bem como os Coordenadores de Educação Infantil deverão exercer suas atividades em todos os turnos de funcionamento da Unidade

§ 1º Em toda Unidade Escolar, a direção deverá elaborar escala de trabalho.

§ 2º Será obrigatória a *fixação*, em local visível, do horário de trabalho a ser cumprido por todos os funcionários da escola para conhecimento da comunidade escolar.

PROGRAMA INFORMÁTICA EDUCATIVA

Art. 12 Nos laboratórios de Informática Educativa, existindo necessidade de contratação, somente será lotado servidor temporário de nível médio acrescido de curso técnico de informática, além da formação pedagógica ofertada pelo E-Proinfo, Núcleo Tecnológico



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
 E-mail: semed@santarém.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

Municipal-NTM e Núcleo Tecnológico Estadual-NTE, com somatório de carga horária de no mínimo 100 horas.

Art. 13 A Informática Educativa será disponibilizada nas unidades educacionais que tenham laboratórios de informática, através de um servidor por laboratório, com carga horária de 8 horas diárias, devendo atender as turmas existentes, através de cronograma estabelecido em conjunto com a Coordenação do NTM e a direção da Unidade.

Art. 14 Nas escolas das Regiões de Rios e Planalto, que tenham laboratório de informática, será lotado um servidor por Escola Polo, que deverá atender as escolas anexas pertencentes ao Polo, de acordo com cronograma elaborado em conjunto com a Coordenação do NTM e a direção da Unidade.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 15 O professor lotado em Sala de Recurso Multifuncional atenderá todos os alunos que são público alvo da Educação Especial da mesma escola e de outra escola em que não houver Sala de Recurso Multifuncional.

Art. 16 De acordo com o que estabelece a Resolução CEE/PA nº 001/2010, para atendimento do disposto no inciso III do artigo 59 da LDBEN, consideram-se:

I Professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentem necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre Educação Especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores e/ou formação em curso específico de aperfeiçoamento na área de Atendimento Educacional Especializado com carga horária mínima de 180 horas;

II Professores especializados em Educação Especial aqueles que comprovem:

a) formação em cursos de Licenciatura em Educação Especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à Licenciatura para a Educação Infantil ou para os anos iniciais do Ensino Fundamental;

b) complementação de estudos com mínimo de 180 horas ou pós-graduação em áreas específicas da Educação Especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental.

Art. 17 Será lotado um estagiário cursando pedagogia ou enfermagem, para o atendimento a alunos com deficiência física motora e transtornos globais do desenvolvimento com as seguintes atribuições: promoção da acessibilidade e para o atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção de acordo com o estabelecido em Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 da Secretaria de Educação Especial/MEC.

Parágrafo Único – A lotação do estagiário de que trata o caput deste artigo ocorrerá após avaliação do nível de comprometimento em que o educando se encontra, observando-se parecer técnico da equipe de avaliação multiprofissional da SEMED, laudo médico e identificação no censo escolar.

Art. 18 A avaliação do aluno com necessidades especiais, será de responsabilidade da equipe multiprofissional da SEMED.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anyisio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 Para efeito da lotação, cada unidade escolar será composta pelos seguintes cargos:

- I Diretor/Coordenador;
- II Vice Diretor;
- III Pedagogo;
- IV Secretário Escolar;
- V Agente Administrativo;
- VI Auxiliar Operacional de Conservação (serventes);
- VII Auxiliar de Serviços Gerais;
- VIII Auxiliar de Segurança Patrimonial (Vigia);
- IX Piloto e auxiliar de Lancha;
- X Motorista e Monitor de Ônibus escolar.

Parágrafo Único – os cargos descritos nos incisos IV, V, VI e VII, quando exercido por servidores em contratação temporária, terá carga horária de 08 horas diárias, obedecendo a escala de trabalho feita pela direção da Unidade.

Art. 20 A lotação dos ocupantes dos cargos de Direção e Vice Direção das Escolas Públicas Municipais obedecerá aos seguintes critérios:

I Diretor/Coordenador de Unidade de Ensino:

a) 01 (um) Diretor para cada Unidade Polo de Ensino Fundamental a partir de 101 (cento e um) alunos.

b) 01 (um) Coordenador para cada Unidade de Educação Infantil a partir de 80 (oitenta) alunos.

II Vice-Diretor(a) de Unidade de Ensino:

a) 01 (um) para cada Unidade Polo de Ensino Fundamental a partir de 601 (seiscentos e um) alunos;

§ 1º Será designado pela SEMED um 01 (um) Servidor Responsável para cada Unidade Infantil com até 80 (oitenta) alunos ou Unidade de Ensino Fundamental com até 100 (cem) alunos que funciona o ensino de 6º ao 9º ano, autorizado pelo CME.

§ 2º Direção e Vice-Direção das Unidades de Ensino e os coordenadores de Educação Infantil, deverão, a cada bimestre do ano letivo de 2021, encaminhar às assessorias e coordenação de ensino relatório com os indicadores de gestão.

Art. 21 A lotação do **Pedagogo** nas Unidades de Ensino Fundamental e Infantil obedecerá aos seguintes critérios:

I 01 (um) para cada Unidade de Ensino Fundamental enquadrada no Módulo I (101 (cento e um) a 300 (trezentos) alunos);

II 01 (um) para cada Unidade de Ensino Fundamental enquadrada no Módulo II (301 (cento e um) a 600 (seiscentos) alunos);

III 02 (dois) para cada Unidade de Ensino Fundamental enquadrada no Módulo III, IV e V (a partir de 601 (seiscentos e um) alunos).

IV 01 (um) para cada Unidade de Educação Infantil enquadrada no Módulo II e III (a partir de 121 (cento e vinte e um) alunos).

Parágrafo Único – Para as Unidades de Educação Infantil que tenham entre 80 (oitenta) e 120 (cento e vinte) alunos, será lotado um pedagogo itinerante, que fará o acompanhamento pedagógico para cada 02 (duas) unidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 - Aeroporto Velho - CEP: 68030-360- Santarém/Pará
 E-mail: semed@santarém.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

Art. 22 Em cada Unidade de Ensino, será lotado 01 (um) **Secretário (a) Escolar**, exceto nas escolas anexas.

§ 1º Será exigida a formação de nível médio com curso técnico em Secretariado Escolar, acrescido de conhecimento em informática e/ou cursando Secretariado Escolar já autorizado por meio de portaria da SEMED;

§ 2º O servidor designado para a função a que se refere o caput deverá, obrigatoriamente, cumprir a carga horária de 08 (oito) horas diárias de forma alternada, em todos os turnos de funcionamento da Escola, visando o atendimento da comunidade escolar.

Art. 23 A lotação de **Auxiliar Administrativo** obedecerá aos seguintes critérios:

I Nas Unidades de Educação Infantil:

a) 01 (um) para cada Centro de Educação Infantil (CEMEI), Tipo B.

II Nas unidades de Ensino Fundamental:

a) 01 (um) para cada unidade Polo com número de 301 (trezentos e um) a 600 (seiscentos) alunos;

b) 02 (dois) para cada unidade Polo a partir de 601 (seiscentos e um) alunos;

Parágrafo Único - Nas unidades educacionais localizadas na Região do Campo que possuem um baixo número de alunos somente receberá a lotação de um Auxiliar Administrativo com a prévia autorização do Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, que levará em consideração um estudo técnico e de viabilidade financeira e estrutural das necessidades existente na Unidade Educacional.

Art. 24 A lotação de **Auxiliar Operacional de Conservação (servente)** obedecerá aos seguintes critérios:

I Nas Unidades de Educação Infantil:

a) 02 (dois) para cada unidade enquadrada no Módulo I (com número de 80 (oitenta) a 120 (cento e vinte) alunos);

b) 03 (três) para cada unidade enquadrada no Módulo II (com número de 121 (cento e vinte e um) a 240 (duzentos e quarenta) alunos);

c) 04 (quatro) para cada unidade enquadrada no Módulo III (com número acima de 241 (duzentos e quarenta e um) alunos);

II Nas unidades de Ensino Fundamental:

a) 02 (dois) para cada unidade enquadrada no Módulo I (com número de 101 (cento e um) a 300 (trezentos) alunos);

b) 03 (três) para cada unidade enquadrada no Módulo II (com número de 301 (trezentos e um) a 600 (seiscentos) alunos);

c) 04 (quatro) para cada unidade enquadrada no Módulo III, IV e V (a partir de 601 (seiscentos e um) alunos);

Parágrafo Único - nas unidades que tenham servidores efetivos lotados com carga horária de 06 (seis) horas diárias e/ou alguma limitação funcional comprovada, ficará a critério da assessoria responsável, e de acordo com a disponibilidade orçamentária, a complementação na lotação da Unidade para garantir a execução dos serviços.

Art. 25 A lotação de **Auxiliar de Serviços Gerais**, será apenas nas unidades situadas em local de risco, e após análise da SEMED, sempre de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Art. 26 A lotação de **Auxiliar de Segurança Patrimonial (Vigia)**, será no quantitativo de 02 (dois) para cada Unidade de Ensino, exceto Escolas Anexas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP. 68030-360 – Santarém/Pará
 E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

§ 1º Os auxiliares de segurança patrimonial, somente serão contratados para o serviço noturno.

§ 2º Naquelas unidades não contempladas com os servidores descritos no *caput*, mas que por questões de segurança patrimonial necessite deste servidor, após análise da SEMED, poderá ser lotado servidor para unidade.

Art. 27 A lotação de **Piloto e Auxiliar de Lancha**, será apenas nas unidades situadas na Região de Rios, que possuam rota de Transporte Escolar executadas por embarcações pertencentes a esta SEMED.

Art. 28 **Motorista e Monitor de ônibus escolar serão lotados** pela Divisão de Transporte Escolar para atendimento das rotas executadas por veículos pertencentes a esta SEMED.

Art. 29 As Unidades Infantis e Escolas somente poderão aceitar pessoas ou servidores para desempenho de funções/atividades, quando apresentarem designação formal (memorando) emitido pelo setor de lotação da SEMED.

Art. 30 Quando ocorrer a redução do número de alunos, fica o Diretor da Unidade de Ensino com a obrigação de comunicar a SEMED, que adotará as providências necessárias para reestruturação da unidade.


Art. 31 O não cumprimento das determinações elencadas nos artigos 29 e 30 implicará à chefia da unidade, responsabilidade administrativa, civil e penal, na forma da lei.

Art. 32 Os casos omissos serão resolvidos pela SEMED, por suas coordenadorias legalmente constituídas e/ou Assessoria Jurídica.

Art. 34 Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação, dois de janeiro de dois mil e vinte.


MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA
 Secretária Municipal de Educação
 Decreto nº 005/2021 – GAP/PMS

Anexo 10: Regimento unificado da SEMED.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEMED

Av. Rui Barbosa, nº1491 – Aldeia – CEP 68.040-030 – Santarém-PA – Fone: (93) 3523-6830 / Fax: (93) 3522-5890

—
Maria do Carmo Martins Lima
Prefeita de Santarém

José Antonio Alves da Rocha
Vice-Prefeito de Santarém

Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
Secretária Municipal de Educação e Desporto

Greice Jurema Goch de Sousa
Diretora de Ensino

Orlando Gamboa
Assessor da Região do Planalto

Fernanda Pimentel
Assessora da Região de Rios

Rita Peloso
Assessora de Esporte e Lazer

Edney Pimentel
Núcleo Setorial de Administração e Finanças

Luís Alípio Gomes
Presidente do Conselho Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEMED

Av. Rui Barbosa, nº1491 – Aldeia – CEP 68.005-030 – Santarém-PA – Fone: (93) 3523-6830 / Fax: (93) 3522-5890

ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

- Direção de Ensino;
- Assessoria de Planejamento;
- Assessoria de Rios;
- Assessoria de Comunicação;
- Assessoria de Esporte e Lazer;
- Divisão de Educação Especial;
- Divisão de Educação Infantil;
- Divisão de Estatística;
- Divisão de Inspeção e Documentação Escolar;
- Divisão de Planejamento;
- Coordenação da Educação de Jovens e Adultos e Programa Brasil Alfabetizado;
- Coordenação de Educação Ambiental (Escola da Floresta);
- Coordenação de Educação Escolar Indígena;
- Coordenação do Programa Escola Ativa;
- Coordenação Etnicorracial;
- Coordenação Mais Educação;
- Coordenação do Programa Pró-Letramento;
- Coordenação da Informática Educativa;
- Coordenação do Projovem Urbano;
- Rede Vencer (Correção de Fluxo, Circuito Campeão, Siasi e Gestão Nota 10);
- Projeto Arte na Escola da Gente;
- Projeto Casinha de Leitura.

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Diretores, Secretários e Técnicos das Escolas Públicas Municipais

Conselhos Escolares

Conselho do FUNDEB/CAE - STM

Associação dos Estudantes de Santarém

Sindicato dos Profissionais da Educação de Santarém- SINPROSAN

Grêmio Estudantil

Membros e assessoria técnica do Conselho Municipal de Educação – CME

Técnicos e Coordenadores de Programas da Secretaria Municipal de Educação e Desporto



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 30 DE MARÇO DE 2010

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, usando de suas atribuições, e de acordo com a decisão do Plenário, em sessão realizada no dia 30 de Março de 2010 (Processo nº 011/2009 – CME e de Parecer nº 003/2010 -C.L.N.P/ CME).

RESOLVE PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

EMENTA: Aprovação da Alteração do Regimento Escolar Unificado da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art.1º- Fica aprovado para vigorar a partir do ano letivo de 2010 o **REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO** para as Escolas que integram a Rede Pública Municipal de Ensino, mantida pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO** de Santarém – Pará, que normatiza, através de seus 123 artigos, a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena e Quilombola, conforme o que estabelece a Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação , revogadas as disposições em contrário.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , em Santarém, 30 de Março de 2010.


Luís Alípio Gomes
Presidente do CME

SUMÁRIO

REGIMENTO ESCOLAR	9
TÍTULO I	9
DA IDENTIFICAÇÃO	9
CAPÍTULO I	9
DA ENTIDADE MANTENEDORA	9
CAPÍTULO II	9
DA INSTITUIÇÃO	9
TÍTULO II	11
DAS FINALIDADES E OBJETIVOS	11
CAPÍTULO I	11
DAS FINALIDADES	11
CAPÍTULO II	12
DOS OBJETIVOS	12
TÍTULO III	13
DA ORGANIZAÇÃO	13
CAPÍTULO I	13
DA CONSTITUIÇÃO	13
CAPÍTULO II	13
DA GESTÃO ESCOLAR	13
CAPÍTULO III	16
DA GESTÃO PEDAGÓGICA	16
DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	16
CAPÍTULO V	18
DO CONSELHO DE CLASSE	18
SEÇÃO I	18
DA CONSTITUIÇÃO	18
SEÇÃO II	19
DA COMPETÊNCIA	19
CAPÍTULO VI	20
DO CORPO DE APOIO ADMINISTRATIVO	20
SEÇÃO I	20
DA SECRETARIA	20
SEÇÃO II	22
DOS SERVIÇOS DE APOIO	22
CAPÍTULO VII	22

DO CORPO DOCENTE	22
SEÇÃO I	23
DOS DIREITOS	23
SEÇÃO II	23
DOS DEVERES	23
SEÇÃO III	25
DOS IMPEDIMENTOS	25
CAPÍTULO VIII	26
DO CORPO DISCENTE	26
SEÇÃO I	26
DOS DIREITOS	26
SEÇÃO II	27
DOS DEVERES	27
SEÇÃO III	28
DOS IMPEDIMENTOS	28
CAPÍTULO IX	28
DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	28
CAPÍTULO X	29
DA BIBLIOTECA	29
CAPÍTULO XI	30
DOS SERVIÇOS AUXILIARES	30
SEÇÃO I	31
DO CONSELHO ESCOLAR	31
SEÇÃO II	32
DO GRÊMIO ESTUDANTIL	32
TÍTULO IV	34
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA	34
CAPÍTULO I	34
DOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	34
SEÇÃO I	34
DA EDUCAÇÃO INFANTIL	34
SEÇÃO II	35
DO ENSINO FUNDAMENTAL	35
SEÇÃO III	36
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	36
SEÇÃO IV	36
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	36

SEÇÃO V	36
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	36
SEÇÃO VI	37
DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	37
CAPÍTULO II	37
DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS	37
TÍTULO V	39
DO REGIME DE FUNCIONAMENTO	39
CAPÍTULO I	39
DO CALENDÁRIO ESCOLAR	39
CAPÍTULO II	40
DA MATRÍCULA	40
SEÇÃO I	42
DA DEPENDÊNCIA DE ESTUDOS	42
SEÇÃO II	44
DA CLASSIFICAÇÃO	44
SUBSEÇÃO I	45
DOS TESTES CLASSIFICATÓRIOS	45
SEÇÃO III	45
DA RECLASSIFICAÇÃO	45
SEÇÃO IV	46
DA ADAPTAÇÃO DE ESTUDOS	46
CAPÍTULO III	46
DA TRANSFERÊNCIA	46
TÍTULO VI	47
DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR	47
CAPÍTULO I	47
DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO	47
SEÇÃO I	48
DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	48
SEÇÃO II	50
DA APURAÇÃO DA ASSIDUIDADE	50
SEÇÃO III	50
DOS AVANÇOS PROGRESSIVOS	50
SEÇÃO IV	51
DOS ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO	51
CAPÍTULO II	52

DOS CERTIFICADOS	52
TÍTULO VII	52
DO REGIME DISCIPLINAR	52
CAPÍTULO I	52
DAS FINALIDADES	52
CAPÍTULO II	53
DAS PENALIDADES	53
CAPÍTULO III	53
DA COMPETÊNCIA DE APLICAR PENAS	53
TÍTULO VIII	54
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	54

Anexo 11 – Partituras do hino da Escola Santíssima Trindade – Canto e Piano

HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE

(Comunidade: Centro do Aritapera)

Canto e Piano

Letra: **Ednaldo Rodrigues**
(Santarém-PA, 18 de fevereiro de 2023)
Música: **Vicente José Malheiros da Fonseca**
(Belém-PA, 20 de fevereiro de 2023)

HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE

(Comunidade: Centro Aritapera)

Letra: Prof. Ednaldo Rodrigues
(Santarem-PA, 18 de fevereiro de 2023)

Música: Vicente José Malheiros da Fonseca
Belém-PA, 20 de fevereiro de 2023

Canto e Piano

♩ = 95

Introdução

Piano

ff

mf

f

1

8

12

16

20

2

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

2

Piano

mf

24

28

f

32

36

40

mf

The musical score is written for piano and consists of five systems, each with a treble and bass staff. The key signature has two flats (B-flat major), and the time signature is 3/4. The score includes various musical notations such as triplets, dynamic markings (*mf* and *f*), and measure numbers (24, 28, 32, 36, 40). The first system starts with a *mf* dynamic and features a triplet in the right hand and a triplet in the left hand. The second system continues with similar triplet patterns. The third system begins with a *f* dynamic and features a complex rhythmic pattern in the right hand. The fourth system continues with similar rhythmic patterns. The fifth system returns to a *mf* dynamic and features a triplet in the right hand and a triplet in the left hand.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

3

Piano

The musical score is written for piano and consists of five systems of music. Each system contains a treble staff and a bass staff. The key signature is one flat (B-flat major or D minor). The time signature is 4/4. The score includes various musical notations such as triplets, chords, and dynamics like 'f' and 'mf'. Measure numbers 44, 48, 52, 56, and 60 are indicated at the start of their respective systems. The piece concludes with a fermata over the final chord.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

4

Piano

f

64

68

72

76

80

mf

f

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

5

Piano

The musical score consists of two systems of piano accompaniment. The first system is marked "Piano" and features a complex rhythmic pattern with triplets and sixteenth notes. The second system is marked "ff" and "sfz" and continues the complex rhythmic pattern with triplets and sixteenth notes. The score includes various musical notations such as triplets, sixteenth notes, and dynamic markings.

Anexo 12 – Partituras do hino da Escola Santíssima Trindade – Orquestra

HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE

(Comunidade: Centro do Aritapera)

Orquestra

Letra: **Ednaldo Rodrigues**

(Santarém-PA, 18 de fevereiro de 2023)

Música: **Vicente José Malheiros da Fonseca**

(Belém-PA, 20 de fevereiro de 2023)

Arranjo: Belém (PA), 13 de março de 2023

Instrumental: Flautim, Flautas (2), Clarinetes (2), Trompetes (2), Trompa, Trombone, Eufônio, Tuba, Sax-Alto, Sax-Tenor, Sax-Barítono e Glockenspiel. *Percussão:* Pratos, Caixa e Bombo.

HINO DA ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE

(Comunidade: Centro do Aritapera)

Letra: Prof. Ednaldo Rodrigues
(Santarem-PA, 18 de fevereiro de 2023)

Música: Vicente José Malheiros da Fonseca
Belém-PA, 20 de fevereiro de 2023
Orquestra
Arranjo: Belém-PA, 13 de março de 2023

♩ = 95

Introdução Canto

Flautim Dó *ff*

1ª Flauta Dó *ff* *mf*

2ª Flauta Dó *ff* *mf*

1ª Clarinete Sib *ff* *mf*

2ª Clarinete Sib *ff* *mf*

1ª Trompete Sib *ff* *mf*

2ª Trompete Sib *ff* *mf*

Trompa Fá *ff*

Trombone Dó *ff*

Eufônio Dó *ff*

Tuba Dó *ff*

Sax-Alto Mib *ff*

Sax-Tenor Sib *ff*

Sax-Barítono Mib *ff*

Glockenspiel *ff*

Percussão (Pratos, Caixa, Bombo) *ff* **TUTTI**

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

2

Musical score for the hymn "Hino da Escola SS. Trindade" (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues), page 2. The score is arranged for a large ensemble and includes the following parts:

- Flautim Dó
- 1ª Flauta Dó
- 2ª Flauta Dó
- 1ª Clarinete Sib
- 2ª Clarinete Sib
- 1ª Trompete Sib
- 2ª Trompete Sib
- Trompa Fá
- Trombone Dó
- Eufônio Dó
- Tuba Dó
- Sax-Alto Mib
- Sax-Tenor Sib
- Sax-Barítono Mib
- Glockenspiel
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)

The score is written in 4/4 time and features a key signature of one flat (B-flat). The dynamic marking *mf* (mezzo-forte) is indicated at the beginning of several parts. The percussion part includes a rhythmic pattern of eighth notes and quarter notes, with accents and slurs. The woodwind and brass parts feature various melodic lines, including triplets and slurs. The saxophone parts are currently silent, indicated by a dash in each staff.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

3

Flautim Dó

1ª Flauta Dó

2ª Flauta Dó

1ª Clarinete Sib

2ª Clarinete Sib

1ª Trompete Sib

2ª Trompete Sib

Trompa Fá

Trombone Dó

Eufônio Dó

Tuba Dó

Sax-Alto Mib

Sax-Tenor Sib

Sax-Barítono Mib

Glockenspiel

Percussão
(Pratos,
Caxxa,
Bombo)

The musical score is written for a large ensemble. It features 13 staves. The Flautim Dó part has a first ending bracketed with the number 12. The Percussão part includes a 3/4 time signature and a key signature of one sharp (F#).

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

4

The musical score is arranged in 14 staves, each with a specific instrument label on the left:

- Flautim Dó
- 1ª Flauta Dó
- 2ª Flauta Dó
- 1ª Clarinete Sib
- 2ª Clarinete Sib
- 1ª Trompete Sib
- 2ª Trompete Sib
- Trompa Fá
- Trombone Dó
- Eufônio Dó
- Tuba Dó
- Sax-Alto Mib
- Sax-Tenor Sib
- Sax-Barítono Mib
- Glockenspiel
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)

The score is written in 4/4 time. The key signature for the woodwinds and strings is one flat (B-flat), while the brass instruments (Trompa, Trombone, Tuba, Sax-Alto, Sax-Tenor, Sax-Barítono) are in two sharps (D major). The percussion part is in common time (C). The music features a variety of rhythmic patterns, including eighth and sixteenth notes, and rests. A first ending bracket is present in the Flautim and Flauta parts, starting at measure 16.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

5

Flautim Dó

1ª Flauta Dó

2ª Flauta Dó

1ª Clarinete Sib

2ª Clarinete Sib

1ª Trompete Sib

2ª Trompete Sib

Trompa Fá

Trombone Dó

Eufônio Dó

Tuba Dó

Sax-Alto Mib

Sax-Tenor Sib

Sax-Barítono Mib

Glockenspiel

Percussão
(Pratos,
Caxa,
Bombo)

The musical score is written for a large ensemble. It features 14 staves. The first 13 staves are for woodwinds and brass instruments: Flautim Dó, 1ª Flauta Dó, 2ª Flauta Dó, 1ª Clarinete Sib, 2ª Clarinete Sib, 1ª Trompete Sib, 2ª Trompete Sib, Trompa Fá, Trombone Dó, Eufônio Dó, Tuba Dó, Sax-Alto Mib, Sax-Tenor Sib, and Sax-Barítono Mib. The 14th staff is for Percussão (Pratos, Caxa, Bombo). The score is in 4/4 time and includes various musical notations such as notes, rests, dynamics (mf), and articulation marks.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

6

Flautim Dó

1ª Flauta Dó

2ª Flauta Dó

1ª Clarinete Sib

2ª Clarinete Sib

1ª Trompete Sib

2ª Trompete Sib

Trompa Fá

Trombone Dó

Eufônio Dó

Tuba Dó

Sax-Alto Mib

Sax-Tenor Sib

Sax-Barítono Mib

Glockenspiel

Percussão
(Pratos,
Caixa,
Bombo)

24

mf

mf

mf

mf

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

7

Flautim Dó

1ª Flauta Dó

2ª Flauta Dó

1ª Clarinete Sib

2ª Clarinete Sib

1ª Trompete Sib

2ª Trompete Sib

Trompa Fá

Trombone Dó

Eufônio Dó

Tuba Dó

Sax-Alto Mib

Sax-Tenor Sib

Sax-Barítono Mib

Glockenspiel

Percussão
(Pratos,
Caixa,
Bombo)

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

8

The musical score is arranged in 14 staves, each with a specific instrument label on the left. The instruments and their parts are as follows:

- Flautim Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Flauta Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Flauta Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Clarinete Sib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Clarinete Sib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Trompete Sib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Trompete Sib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- Trompa Fá**: Treble clef, key signature of one flat, playing a rhythmic pattern of eighth notes.
- Trombone Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a rhythmic pattern of eighth notes.
- Eufônio Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- Tuba Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- Sax-Alto Mib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- Sax-Tenor Sib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- Sax-Barítono Mib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- Glockenspiel**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)**: Common time signature, playing a complex rhythmic pattern.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

9

Flautim Dó

1ª Flauta Dó

2ª Flauta Dó

1ª Clarinete Sib

2ª Clarinete Sib

1ª Trompete Sib

2ª Trompete Sib

Trompa Fá

Trombone Dó

Eufônio Dó

Tuba Dó

Sax-Alto Mib

Sax-Tenor Sib

Sax-Baritono Mib

Glockenspiel

Percussão
(Pratos,
Caixa,
Bombo)

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

10

Flautim Dó

1ª Flauta Dó

2ª Flauta Dó

1ª Clarinete Sib

2ª Clarinete Sib

1ª Trompete Sib

2ª Trompete Sib

Trompa Fá

Trombone Dó

Eufônio Dó

Tuba Dó

Sax-Alto Mib

Sax-Tenor Sib

Sax-Barítono Mib

Glockenspiel

Percussão
(Pratos,
Caixa,
Bombo)

42

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

11

The musical score is arranged in 14 staves, each representing a different instrument or section. The instruments listed are:

- Flautim Dó
- 1ª Flauta Dó
- 2ª Flauta Dó
- 1ª Clarinete Sib
- 2ª Clarinete Sib
- 1ª Trompete Sib
- 2ª Trompete Sib
- Trompa Fá
- Trombone Dó
- Eufônio Dó
- Tuba Dó
- Sax-Alto Mib
- Sax-Tenor Sib
- Sax-Barítono Mib
- Glockenspiel
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)

The score includes various musical notations such as rests, notes, and triplets. A rehearsal mark '34' is present at the beginning of the Flautim Dó staff. The percussion part features a consistent rhythmic pattern of eighth notes.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

12

The musical score is arranged in a grand staff format with 14 staves. The instruments and their parts are as follows:

- Flautim Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Flauta Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Flauta Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Clarinete Sib**: Treble clef, key signature of one sharp, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Clarinete Sib**: Treble clef, key signature of one sharp, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Trompete Sib**: Treble clef, key signature of one sharp, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Trompete Sib**: Treble clef, key signature of one sharp, playing a melodic line with slurs and accents.
- Trompa Fá**: Treble clef, key signature of one flat, playing a rhythmic pattern of eighth notes.
- Trombone Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- Eufônio Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- Tuba Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- Sax-Alto Mib**: Treble clef, key signature of one sharp, playing a melodic line with slurs and accents.
- Sax-Tenor Sib**: Treble clef, key signature of one sharp, playing a melodic line with slurs and accents.
- Sax-Barítono Mib**: Treble clef, key signature of one sharp, playing a melodic line with slurs and accents.
- Glockenspiel**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)**: Common time signature, playing a rhythmic pattern of eighth notes.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

13

Flautim Dó

1ª Flauta Dó

2ª Flauta Dó

1ª Clarinete Sib

2ª Clarinete Sib

1ª Trompete Sib

2ª Trompete Sib

Trompa Fá

Trombone Dó

Eufônio Dó

Tuba Dó

Sax-Alto Mib

Sax-Tenor Sib

Sax-Barítono Mib

Glockenspiel

Percussão
(Pratos,
Caixa,
Bombo)

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

14

Musical score for the hymn "Hino da Escola SS. Trindade" (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues). The score is arranged for a large ensemble and includes the following parts:

- Flautim Dó
- 1ª Flauta Dó
- 2ª Flauta Dó
- 1ª Clarinete Sib
- 2ª Clarinete Sib
- 1ª Trompete Sib
- 2ª Trompete Sib
- Trompa Fá
- Trombone Dó
- Eufônio Dó
- Tuba Dó
- Sax-Alto Mib
- Sax-Tenor Sib
- Sax-Barítono Mib
- Glockenspiel
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)

The score is written in 4/4 time and features various musical notations, including dynamics such as *mf* and *f*, and articulation marks like accents and slurs. The percussion part includes a consistent rhythmic pattern of eighth notes.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

15

Musical score for the hymn "Hino da Escola SS. Trindade" (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues). The score is arranged for a large ensemble and includes the following parts:

- Flautim Dó
- 1ª Flauta Dó
- 2ª Flauta Dó
- 1ª Clarinete Sib
- 2ª Clarinete Sib
- 1ª Trompete Sib
- 2ª Trompete Sib
- Trompa Fá
- Trombone Dó
- Eufônio Dó
- Tuba Dó
- Sax-Alto Mib
- Sax-Tenor Sib
- Sax-Barítono Mib
- Glockenspiel
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)

The score is written in 4/4 time and features a key signature of one flat (B-flat). The percussion part includes a consistent rhythmic pattern of eighth notes. The woodwind and brass parts feature various melodic lines, including triplets and sixteenth-note passages. The saxophone parts are mostly silent, with some final notes at the end of the piece.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

16

The musical score is arranged in 16 staves, each representing a different instrument or section. The instruments listed on the left are: Flautim Dó, 1ª Flauta Dó, 2ª Flauta Dó, 1ª Clarinete Sib, 2ª Clarinete Sib, 1ª Trompete Sib, 2ª Trompete Sib, Trompa Fá, Trombone Dó, Eufônio Dó, Tuba Dó, Sax-Alto Mib, Sax-Tenor Sib, Sax-Barítono Mib, Glockenspiel, and Percussão (Pratos, Caixa, Bombo). The score includes various musical notations such as notes, rests, slurs, and dynamic markings like *f* (forte) and *g* (grace notes). The percussion part at the bottom features a rhythmic pattern of eighth notes and rests.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

17

Musical score for the hymn "Hino da Escola SS. Trindade" by Vicente Fonseca and Ednaldo Rodrigues. The score is arranged for a large ensemble and includes the following parts:

- Flautim Dó
- 1ª Flauta Dó
- 2ª Flauta Dó
- 1ª Clarinete Sib
- 2ª Clarinete Sib
- 1ª Trompete Sib
- 2ª Trompete Sib
- Trompa Fá
- Trombone Dó
- Eufônio Dó
- Tuba Dó
- Sax-Alto Mib
- Sax-Tenor Sib
- Sax-Baritono Mib
- Glockenspiel
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)

The score is written in 3/4 time and features a variety of musical notations, including dynamics such as *mf* and *f*, and articulation marks like accents and slurs. The percussion part provides a steady rhythmic accompaniment throughout the piece.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

18

The musical score is arranged in 15 staves, each representing a different instrument or section. The instruments listed on the left are: Flautim Dó, 1ª Flauta Dó, 2ª Flauta Dó, 1ª Clarinete Sib, 2ª Clarinete Sib, 1ª Trompete Sib, 2ª Trompete Sib, Trompa Fá, Trombone Dó, Eufônio Dó, Tuba Dó, Sax-Alto Mib, Sax-Tenor Sib, Sax-Baritono Mib, Glockenspiel, and Percussão (Pratos, Caixa, Bombo). The score is written in 4/4 time with a key signature of one flat (Bb). The Flautim Dó part has a circled number '72' above it. The Percussão part includes a 'mf' dynamic marking and a '3' above the first measure. The Trompa Fá part has a 'mf' dynamic marking and a '3' above the first measure. The Trombone Dó part has a 'mf' dynamic marking and a '3' above the first measure. The Eufônio Dó part has a 'mf' dynamic marking and a '3' above the first measure. The Tuba Dó part has a 'mf' dynamic marking and a '3' above the first measure. The Glockenspiel part has a 'mf' dynamic marking and a '3' above the first measure. The Sax-Alto Mib, Sax-Tenor Sib, and Sax-Baritono Mib parts are marked with a '3' above the first measure. The 1ª and 2ª Trompete Sib parts have a '3' above the first measure. The 1ª and 2ª Flauta Dó parts have a '3' above the first measure. The 1ª and 2ª Clarinete Sib parts have a '3' above the first measure. The Flautim Dó part has a '3' above the first measure. The Percussão part has a '3' above the first measure.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

19

The musical score is arranged in 14 staves, each representing a different instrument or section. The instruments listed on the left are: Flautin Dó, 1ª Flauta Dó, 2ª Flauta Dó, 1ª Clarinete Sib, 2ª Clarinete Sib, 1ª Trompete Sib, 2ª Trompete Sib, Trompa Fá, Trombone Dó, Eufônio Dó, Tuba Dó, Sax-Alto Mib, Sax-Tenor Sib, Sax-Baritono Mib, Glockenspiel, and Percussão (Pratos, Caixa, Bombo). The score is written in a key signature of one sharp (F#) and a common time signature (C). The music features various rhythmic patterns, including eighth and sixteenth notes, and rests. A rehearsal mark '26' is present at the beginning of the Flautin Dó staff. The percussion part at the bottom uses a simplified notation with stems and flags to indicate rhythmic patterns.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

20

The musical score is arranged for a large ensemble. The instruments and their parts are as follows:

- Flautim Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Flauta Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Flauta Dó**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Clarinete Sôb**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Clarinete Sôb**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- 1ª Trompete Sôb**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- 2ª Trompete Sôb**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- Trompa Fá**: Treble clef, key signature of one flat, playing a rhythmic pattern of eighth notes.
- Trombone Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a rhythmic pattern of eighth notes.
- Eufônio Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a rhythmic pattern of eighth notes.
- Tuba Dó**: Bass clef, key signature of one flat, playing a rhythmic pattern of eighth notes.
- Sax-Alto Mib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- Sax-Tenor Sôb**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- Sax-Baritono Mib**: Treble clef, key signature of two sharps, playing a melodic line with slurs and accents.
- Glockenspiel**: Treble clef, key signature of one flat, playing a melodic line with slurs and accents.
- Percussão (Pratos, Caixa, Bombo)**: Common time signature, playing a rhythmic pattern of eighth notes.

Hino da Escola SS. Trindade (Vicente Fonseca/Ednaldo Rodrigues)

21

Flautim Dó

1ª Flauta Dó

2ª Flauta Dó

1ª Clarinete Sib

2ª Clarinete Sib

1ª Trompete Sib

2ª Trompete Sib

Trompa Fá

Trombone Dó

Eufônio Dó

Tuba Dó

Sax-Alto Mib

Sax-Tenor Sib

Sax-Barítono Mib

Glockenspiel

Percussão
(Pratos,
Caixa,
Bombo)

Detailed description: This page contains the musical score for the 21st measure of the hymn 'Hino da Escola SS. Trindade'. The score is arranged for a large ensemble. The instruments listed on the left are: Flautim Dó, 1ª Flauta Dó, 2ª Flauta Dó, 1ª Clarinete Sib, 2ª Clarinete Sib, 1ª Trompete Sib, 2ª Trompete Sib, Trompa Fá, Trombone Dó, Eufônio Dó, Tuba Dó, Sax-Alto Mib, Sax-Tenor Sib, Sax-Barítono Mib, Glockenspiel, and Percussão (Pratos, Caixa, Bombo). The music is written in a key signature of one sharp (F#) and a time signature of 4/4. The Flautim and Flautas play a melodic line with a fermata over the final measure. The Clarinetes, Trompetas, Trompa, Saxofones, and Glockenspiel play a rhythmic accompaniment. The Trombone, Eufônio, and Tuba play a bass line. The Percussão part features a steady rhythmic pattern.

